

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade
Jackeline Nóbrega Spínola
(organizadores)

O RIO QUE NOS UNE

Uso & Gestão
na Floresta Nacional
do Tapajós e Reserva
Extrativista
Tapajós-Arapiuns





Reserva Extrativista Tapajós-Arepiuns
Floresta Nacional do Tapajós

Liz Rode.

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade
Jackeline Nóbrega Spínola
(Organizadores)

O rio que nos une: Uso & Gestão na
Floresta Nacional do Tapajós e Reserva
Extrativista Tapajós-Arapiuns

ICMBio
2022

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Arte de Capa: Artista Liz Reale

Revisores científicos: Alberto Conceição Figueira da Silva, Antônio José Mota Bentes, Cleiton Adriano Signor, Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade, Everton Cristo de Almeida, Jackeline Nóbrega Spinola, Luana Lazzeri Arantes, Luciana Carvalho, Luís Alípio Gomes, Karla Mayara Almada Gomes, Márcio Benassuly, Marcelo Moraes de Andrade, Maria Jociléia Soares da Silvia, Michelle Fugimura, Thiago Vieira, Viviane Daufemback, Zilda Joaquina Cohen G. dos Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Rio que nos une [livro eletrônico] : uso & gestão na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns / Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade, Jackeline Nóbrega Spínola, (organizadores). -- Brasília, DF : Instituto Chico Mendes - ICMBio, 2022.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5693-044-2

1. Comunidades - Desenvolvimento
2. Desenvolvimento sustentável 3. Floresta Nacional do Tapajós (PA) 4. Florestas - Administração
5. Qualidade de vida 6. Recursos naturais - Amazônia - Conservação 7. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA) 8. Sustentabilidade ambiental
9. Sustentabilidade econômica 10. Territorialidade
I. Andrade, Dárlison Fernandes Carvalho de.
II. Spínola, Jackeline Nóbrega.

22-117200

CDD-634.90981

Índice para catálogo sistemático:

1. Florestas : Manejo sustentável : Comunidades : Desenvolvimento socioambiental : Ciência florestal 634.90981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Presidente da República
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministério do Meio Ambiente
JOAQUIM LEITE

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
MARCOS AURÉLIO VENÂNCIO

Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade
KEILA RÊGO MENDES

Floresta Nacional do Tapajós
JOSÉ RISONEI ASSIS DA SILVA

Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
JACKELINE NÓBREGA SPÍNOLA

REALIZAÇÃO



FINANCIAMENTO



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

PARCEIROS

UFOPA



INPA



EMBRAPA



RAS



SFB



TAPAJOARA



FEDERAÇÃO DA
FLONA DO TAPAJÓS



ARPA



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que se dedicaram e atuam na proteção da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, seja diretamente nas atividades de gestão dessas Unidades de Conservação, seja no fomento e realização de atividades científicas e didáticas, seja na promoção do uso sustentável dos recursos naturais, seja na participação nos colegiados consultivo e deliberativo e, também, no dia a dia e na convivência harmoniosa entre os moradores tradicionais e os recursos naturais das áreas protegidas. São as pessoas que fazem estas Unidades de Conservação serem referências em uso sustentável e gestão do território.



Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade



Engenheiro Florestal, Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia e Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, trabalhou na Floresta Nacional do Tapajós, entre 2009 e 2020, coordenando ações de pesquisa científica e manejo comunitário de recursos naturais. Na carreira científica, tem experiência com o monitoramento de áreas atingidas por distúrbios antrópicos (extração seletiva de madeira e fogo) e com pesquisas voltadas ao manejo comunitário de florestas nativas na Amazônia. Desde dezembro de 2020, desempenha a função de Coordenador de Monitoramento da Biodiversidade, com a responsabilidade de coordenar o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora.

Jackeline Nóbrega Spínola



Amazonense, Engenheira Florestal, Mestre em Gestão de Áreas Protegidas, pelo Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia-INPA. Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, trabalhou durante 5 anos no sul do Amazonas na gestão da Floresta Nacional Balata-Tufari e está há 10 anos na gestão da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no oeste do Pará. Possui experiência em processos de gestão territorial, pesquisa e monitoramento, fiscalização ambiental, gestão participativa socioambiental e implementação de políticas públicas e cadeias produtivas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
<i>Jackeline Nóbrega Spinola</i>	
<i>Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade</i>	

PREFÁCIO	17
<i>João Ricardo Vasconcellos Gama</i>	

PARTE 1 CARACTERIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SEÇÃO 1 CONTEXTO HISTÓRICO-REGIONAL DO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

CAPÍTULO I HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS- ARAPIUNS	21
<i>Maria Jociléia Soares da Silva</i>	
<i>Bruno Delano Chaves do Nascimento</i>	
<i>Luiz Felipe Rêgo Magalhães</i>	
<i>Jackeline Nóbrega Spínola</i>	

CAPÍTULO II INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ATUANTES NO BAIXO TAPAJÓS E SUAS RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE	33
<i>Alcilene Magalhaes Cardoso</i>	
<i>Rubens Elias da Silva</i>	
<i>Jean Matheus Souto de Miranda</i>	
<i>Glez Rodrigues Freitas Bentes</i>	
<i>Fabio Pena</i>	
<i>Valeria Maria Bentes Ferreira</i>	
<i>Maria da Luz Farias</i>	

CAPÍTULO III MOVIMENTO INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS: luta por autonomia e respeito	49
<i>Bruna Vaz</i>	
<i>Judith Costa Vieira</i>	
<i>Luanna Cardoso Oliveira</i>	
<i>Raimundo Abimael Ferreira dos Santos</i>	
<i>Rosimary de Souza Cruz</i>	

PARTE 1
CARACTERIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SEÇÃO 2
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA NO
TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

CAPÍTULO IV
OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA FLORESTA NACIONAL DO
TAPAJÓS E DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS..... 65

Bruno Delano Chaves do Nascimento

Maria Jociléia Soares da Silva

Jackeline Nóbrega Spínola

CAPÍTULO V
O PAPEL DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS LOCAIS NA
GOVERNANÇA DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E NA
RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS..... 79

Marcelo Moraes de Andrade

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

CAPÍTULO VI
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO: o papel dos conselhos gestores na Flona do Tapajós e
na Resex Tapajós-Arapiuns..... 93

Danielle Wagner Silva

Marcelo Moraes de Andrade

Maria Jociléia Soares da Silva

Biane Silva Pontes

Jackeline Nóbrega Spínola

Thiago Almeida Vieira

CAPÍTULO VII
O ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO MANEJO DE
RECURSOS E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE..... 107

Antônio José Mota Bentes

Glez Rodrigues Freitas Bentes

Caetano Scannavino

Maria da Luz Farias

CAPÍTULO VIII	
ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS	
UNE	123
<i>Jackeline Nóbrega-Spinola</i>	
<i>Maria Jociléia Soares da Silva</i>	
<i>Mauricio Mazzotti Santamaria</i>	
<i>Jose Risonei Silva</i>	
<i>Rubens França</i>	

PARTE 2
PRÁTICAS DE USO E SOCIOECONOMIA NO TERRITÓRIO

SEÇÃO 3
SABERES E PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO IX	
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA FLORESTA NACIONAL DO	
TAPAJÓS	147
<i>Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade</i>	
<i>Carlos Richelle Braga</i>	
<i>José Risonei Assis Silva</i>	
<i>Ângelo Ricardo Sousa Chaves</i>	
<i>Luciana Karla Valéria dos Santos Sousa</i>	
<i>Karla Mayara Gomes</i>	
<i>João Ricardo Vasconcellos Gama</i>	

CAPÍTULO X	
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA RESERVA EXTRATIVISTA	
TAPAJÓS-ARAPIUNS	159
<i>Maurício Mazzotti Santamaria</i>	

CAPÍTULO XI	
AGROEXTRATIVISMO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO BAIXO	
TAPAJÓS	171
<i>Everton Cristo de Almeida</i>	
<i>João Ricardo Vasconcellos Gama</i>	
<i>Danielle Wagner Silva</i>	
<i>Acilene Magalhães Cardoso</i>	
<i>Karla Mayara Almada Gomes</i>	
<i>Andrea Araújo da Silva</i>	
<i>Danielly Caroline Mileo Gonçalves</i>	
<i>Dinael dos Anjos</i>	
<i>Arimar Feitosa</i>	

CAPÍTULO XII

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: contexto histórico e regional sobre a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns..... 193

Cleiton Adriano Signor

Maria Jociléia Soares da Silva

Sandra Maria Sousa da Silva

CAPÍTULO XIII

MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS PELOS RIBEIRINHOS DO BAIXO TAPAJÓS (PESCA ARTESANAL E PISCICULTURA)..... 205

Tony Marcos Porto Braga

Josele Trindade da Silva

George Henrique Rebêlo

Luciano Jensen

Michelle Midori Sena Fugimura

PARTE 2

PRÁTICAS DE USO E SOCIOECONOMIA NO TERRITÓRIO

SEÇÃO 4

O ESSENCIAL É INVISÍVEL AOS OLHOS: conflitos, qualidade de vida e a relevância das comunidades do território do rio que nos une

CAPÍTULO XIV

CONCEITOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA: o que aprendemos com unidades de conservação às margens do rio tapajós? 219

Thiago Almeida Vieira

Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota

Cleide da Silva Basgal

Iani Dias Lauer Leite

Everton Cristo Almeida

Helionora da Silva Alves

Ana Carolina Vitorio Arantes

Ellen Priscila Farias de Freitas

Jurandy Batista Dantas

João Ricardo Vasconcellos Gama

CAPÍTULO XV

COSMOLOGIA, CONHECIMENTOS E OS SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES E ALDEIAS NA Flona do Tapajós E RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS 237

Florêncio Almeida Vaz-Filho

Auricélia dos Anjos

Sebastião Diego Cardoso dos Santos

Veraneize dos Anjos

CAPÍTULO XVI	
AMEAÇAS À QUALIDADE DE VIDA NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE	253
<i>Márcio Júnior Benassuly Barros</i>	
<i>Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade</i>	
<i>Jackson Rêgo Matos</i>	
FINALIZANDO UMA OBRA EM CONSTRUÇÃO	265
<i>Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade</i>	
<i>Jackeline Nóbrega Spínola</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	267
SOBRE OS AUTORES.....	271

APRESENTAÇÃO

A gestão territorial das Unidades de Conservação Brasileiras tem passado, ao longo dos últimos anos, por diversos desafios e transformações. Entre estes, destacamos a quebra do paradigma de que as Unidades de Conservação (UCs) são ilhas de “conservação e preservação”, “redomas” que devem ser protegidas e intocadas e que aos humanos que as cercam cabe apenas a sua contemplação.

Essa visão que permeou os primórdios da gestão das Unidades de Conservação no Brasil trazia em suas premissas, apenas o olhar dos limites da área protegida para o seu próprio interior, ou seja, um olhar para o seu próprio “umbigo”! Mudar essa perspectiva, principalmente, entre profissionais da área ambiental, é uma tarefa complexa e árdua, pois envolve outras áreas de conhecimento que estes profissionais por vezes não dominam e/ou não dialogam, como as ciências humanas, sociais e econômicas.

Este livro também nasceu de uma mudança de perspectiva, uma mudança de olhar. Nasceu em 2016, a partir de um projeto que trazia em seu escopo olhar a gestão da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns pela sua principal limitação geográfica, o Rio Tapajós, que até então era considerado pelos gestores o principal elemento que separava as duas UCs.

Olhar para o Rio Tapajós, como o “Rio que nos Une” é justamente o resultado, dessa mudança de perspectiva de gestão territorial da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, como um território único, com diferenças e similaridades, dinâmicas e movimentos sociais de luta, resistência, manutenção de saberes e tradições no Baixo Tapajós.

São 16 capítulos, divididos em 4 seções que trazem informações atualizadas, sobre o contexto histórico-regional, a organização política e governança para a gestão territorial, os saberes e práticas para o desenvolvimento socioambiental e, por fim, pontos fundamentais, que muitas vezes passam despercebidos aos olhos, como qualidade de vida, conflitos e a relevância das comunidades para o território.

Um dos principais diferenciais deste livro, é também o seu conjunto de autores, reuni-los também foi tarefa complexa, que a pandemia permitiu, em virtude dos eventos adiados, do excesso de tempo em casa, e das relações de amizade e sentimento de pertencimento ao local. Foi escrito por moradores locais, professores, pesquisadores e gestores com vasto conhecimento e experiência no território. A nós editores, foi uma honra organizá-lo e trazer a sociedade tão rico conhecimento produzido por especialistas.

Este livro traz em sua essência o olhar humano e social sob o modo de vida das pessoas que tem suas vidas totalmente vinculadas ao “Rio que nos Une”.

Jackeline Nóbrega Spinola¹

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade²

1 Analista Ambiental da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

2 Analista Ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.

PREFÁCIO

O RIO QUE NOS UNE: uso & gestão na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns é uma obra inédita, interdisciplinar, que reflete uma unidade com início, meio e fim. O livro concatena informações valiosas de importantes Unidades de Conservação (UCs), do oeste Paraense, que são vizinhas e interligadas pelo majestoso rio Tapajós, *o rio que nos une*. Vou apresentar a publicação como uma unidade, fundindo os capítulos, fazendo uma leitura transversal, trazendo a prévia das emoções que vocês irão experimentar, ao mergulharem nesse rio de informações, vocês vão se encantar.

O livro abrange descrição, gestão, uso e socioeconomia da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns. A Flona foi criada em 1974 na época do “integrar para não entregar” possui 4.000 moradores e 24 comunidades. A Resex, criada em 1998, para garantia do território das comunidades, é a mais populosa do país, possui 23 mil habitantes e 78 comunidades.

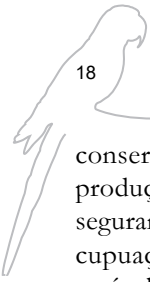
A gestão nas duas UCs é compartilhada, realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelos respectivos Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo, com base nas diretrizes de seus Planos de Manejo. Considerando que são áreas de grande importância cultural, social, ambiental e econômica, várias instituições governamentais e não governamentais atuam conjuntamente no território com as organizações comunitárias. Foram realizados diversos arranjos institucionais, utilizados como mecanismos de mediação social, fundamentais para a gestão compartilhada, e assim garantir a preservação e conservação dos recursos naturais.

As articulações interinstitucionais são muito importantes, porque viabilizam às associações comunitárias o acesso aos programas e projetos, que disponibilizam recurso para as demandas locais. Já ocorreram várias experiências de sucesso no território *do rio que nos une*, com destaque para o protagonismo das mulheres.

O associativismo e o cooperativismo, nas duas UCs, começaram pela necessidade de defesa do território e melhoria da qualidade de vida dos comunitários. Esses processos organizacionais são descritos e comentados por moradores, que também relatam suas percepções em relação ao uso dos recursos florestais, principalmente o manejo florestal comunitário, e serviços oferecidos no território.

A atuação do poder público no território *do rio que nos une* ocorre por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é responsável pela gestão das UCs, a Fundação Nacional do Índio (Funai) que executa a política indigenista junto às etnias, e o Sistema Único de Saúde (SUS) que disponibiliza serviços de atenção básica com apoio do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Secretarias Municipais de Saúde e da Universidade Federal do Oeste do Pará. Com relação a educação, além das escolas, os ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA), implementaram o PRONATEC-Bolsa Verde que promove cursos de capacitação.

O manejo florestal comunitário é praticado na Flona e na Resex por meio de cooperativas. É o instrumento de legalização e gestão da floresta, que garante sua



conservação. O extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e a produção agrícola nas duas UCs, são sistemas de produção que contribuem com a segurança alimentar (p.e açaí, uxi e farinha) e geração de renda (andiroba, copaíba, cupuaçu e artesanato), a fruticultura chama atenção por ser a principal atividade agrícola na Flona e na Resex. Ao se agregar a pesca, a caça e o Turismo de Base Comunitária (TBC), verifica-se que a diversificação produtiva é muito alta, mas que necessita de apoio técnico para a sua continuidade.

A pesca artesanal é uma prática centenária utilizada para alimentação e renda, a piscicultura ainda é pouco utilizada, devido requerer alto investimento de capital. A caça é praticada apenas para alimentação das famílias. Já o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma atividade lucrativa no território do *rio que nos une*, nas duas UCs é operacionalizado pelas associações comunitárias, na Resex a Cooperativa Turiarte também oferece um pacote turístico. O TBC é uma atividade âncora para outras fontes de renda, como por exemplo o artesanato. Entretanto necessita de aperfeiçoamento da organização social e capacitação contínua dos comunitários.

A integração socio-bio-econômica dos moradores, da Flona e Resex, com a natureza reflete em sua qualidade de vida e bem estar. Os moradores estão satisfeitos com a vida que levam, gostam de interagir com o rio e com a floresta, mantendo suas tradições e o respeito aos seres não humanos. Entretanto, comunidades que estão fora de UCs sofrem pressão de ocupações capitalizadas, que promovem alteração no ecossistema e no modo de vida das populações da bacia do rio Tapajós.

Espero ter despertado a curiosidade de vocês, para lerem o livro! Procurei fazer uma análise objetiva dos capítulos, que foram escritos de maneira detalhada e brilhante, por professores, pesquisadores, consultores, estudantes e moradores da Flona e da Resex que possuem vivência e/ou vários anos de experiência no território do *rio que nos une*.

*João Ricardo Vasconcellos Gama*³



PARTE 1
CARACTERIZAÇÃO E GESTÃO
DO TERRITÓRIO

SEÇÃO 1
CONTEXTO HISTÓRICO-REGIONAL DO
TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE



CAPÍTULO I

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

Maria Jociléia Soares da Silva
Bruno Delano Chaves do Nascimento
Luiz Felipe Régio Magalhães
Jackeline Nóbrega Spínola

Introdução

Caros leitores (as), nesse capítulo iremos apresentar, brevemente, a história de criação e implementação da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns. Mas antes, viajaremos no tempo para enriquecer o nosso entendimento sobre o histórico de ocupação do território antes da criação das Unidades de Conservação (UC). Além disso, vamos conhecer os instrumentos jurídicos publicados, a partir da década de 80, pelo governo brasileiro que garantiram a criação desses espaços legalmente protegidos e resguardaram os direitos das comunidades sobre os espaços tradicionalmente ocupados.

Ao final desse trajeto, viaje pela linha do tempo e conheça a história conjunta da Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns, com os principais marcos da implementação dessas áreas desde a criação até os dias atuais. A elaboração desse histórico foi realizada com base em diversas literaturas listadas no final do capítulo.

Histórico de ocupação do território antes da criação das Unidades de Conservação

A atual região do baixo Amazonas era ocupada por diversas tribos indígenas, dentre elas as do Tapajós e dos Mundurucus. Em 1542, durante a expedição de Francisco de Orelhana registrou-se que a população indígena ocupava grandes áreas da foz e do médio Tapajós. Os portugueses assumiram o controle da região em 1616, e inicialmente se concentraram em exportar produtos da floresta conhecidos como “drogas do sertão” (cravo, cacau, salsaparrilha, óleos etc), utilizando para isto trabalho escravo indígena.

As comunidades ribeirinhas atuais se formaram a partir das vilas oriundas de antigas aldeias indígenas, das missões jesuítas (a partir de 1653) e de agrupamentos formados no período da cabanagem (1835-1840). Mais tarde, em 1852, o naturalista Henry Bates registrou em seu diário de bordo a ilha do Capitari, Aveiro, a aldeia missionária

de Santa Cruz que abrigava mundurucus catequizados, indígenas mundurucus na cabeceira do rio Cupari e as localidades, atualmente conhecidas como comunidades de Piquiatuba, Boim, Itapaiuna, Itapuama, Pinhel, Pini, Marai, Jaguarari e Acaratinga.

A partir de 1850 ocorreu o aumento da demanda por borracha produzida do látex da seringueira, oriunda da espécie *Hevea brasiliensis* L., para abastecer as indústrias de pneus, até seu declínio, com a produção de borracha na Ásia. Durante décadas, a região foi fornecedora de diversos produtos extrativistas, como castanha e borracha, e até 1960 navios vindos de Belém, a capital do estado do Pará, aportavam na Ponta do Inajatuba (comunidade do Surucuá), Ponta do Pau da Letra (comunidade do Boim) e São Luis no Alto Tapajós para embarque da produção e desembarque de mercadorias.

A região oeste do Pará, onde estão localizadas a Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns, foi alvo de projeto de integração de desenvolvimento da Amazônia na década de 70, durante o governo militar, e mais recente nos anos 2000, através do Plano BR 163 Sustentável que foi a primeira experiência apoiada nas bases do Plano Amazônia Sustentável (PAS) que buscava um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia.

Na década de 70, o governo militar liderou uma série de estudos na região visando a elaboração de políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia. Em 16 de junho de 1970 lançou o Projeto de Integração Nacional-PIN e destinou recursos financeiros para a abertura das rodovias BR 163 (Santarém-Cuiabá) e 230 (Transamazônica), bem como aportou investimento em projetos de desenvolvimento agrícola para a região, sob o lema “integrar para não entregar”.

O projeto Radam, executado entre os anos de 1970 e 1985, foi responsável pelo mapeamento e levantamento de recursos naturais da Amazônia. O projeto indicou que o pau rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) ocorria em diferentes regiões. A espécie foi explorada, de forma predatória, para a comercialização de linalol na indústria de perfumaria. Na década de 50, antes a criação da Flona do Tapajós, ocorreu a abertura de estradas na UC para a exploração da referida espécie que, atualmente, encontra-se na lista da flora ameaçada de extinção.

Contexto para a criação das Unidades de Conservação

Como um dos resultados do avanço da ocupação e da conversão de florestas em pastagens ou monoculturas na Amazônia como um todo, o movimento ambientalista brasileiro, iniciado ainda sob a presença do governo militar, estimulou e promoveu a discussão para criação de uma política ambiental que favorecesse a criação de áreas protegidas. Diante deste quadro, entre as décadas de 80 e anos 2000, o governo criou uma série de políticas públicas e instrumentos jurídicos que influenciaram a dinâmica de ocupação e uso da região que envolve a Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns.

Dentre os projetos criados pelo governo destaca-se o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo), vinculado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), lançado em 1999. Abaixo seguem apresentados os instrumentos jurídicos que garantiram a criação de UCs e resguardaram os direitos das comunidades sobre os espaços tradicionalmente ocupados.

A criação da Flona do Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns fez parte do pacote de políticas públicas do governo brasileiro, sendo que a Flona foi criada em 1974 na época

em que o governo visava promover o desenvolvimento da região Amazônica e a Resex em 1998 com intuito de garantir e assegurar os espaços tradicionalmente ocupados pelas comunidades que habitavam a região.

A partir dos anos 80 e 90, o governo brasileiro publicou uma série de instrumentos jurídicos que regulamentaram e ordenaram a criação dessas e outras áreas protegidas, dentre eles, destaca-se a Política Nacional de Meio Ambiente, promulgada em 1981, que considera a criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, estadual e municipal como um dos seus instrumentos de aplicação (Inciso VI do Artigo 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, diz que cabe ao poder público e a coletividade, ou seja, a todos, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Além disso, a constituição passou a atender os anseios dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, além de respeitar o conhecimento espacial das comunidades e garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso a territórios tradicionalmente ocupados.

A Convenção sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1989, garantiu a consulta prévia e o direito desses povos de definir as suas próprias prioridades. Além disso, o Brasil aderiu a Convenção nº 169 da OIT em julho de 2002 e, desde então, passou a ratificar as normas previstas nesse instrumento.

Na década de 90, após anos de luta que culminou com a morte do Chico Mendes, em 1988, e mediante a pressão do movimento dos seringueiros, o Brasil criou as primeiras reservas extrativistas, dentre elas a famosa Resex Chico Mendes, através do Decreto nº 99.144 de 12 de março de 1990. Em janeiro do mesmo ano, o Decreto nº 98.897 definiu as Reservas Extrativistas como espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista.

O supracitado decreto atendeu os anseios dos seringueiros e demais extrativistas que lutaram pela permanência nas áreas que estavam sendo ocupadas por pecuaristas na Amazônia. Além disso, garantiu o direito real de uso, através do Contrato de Concessão Real de Uso, previsto no artigo 7 do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei 11.481/2007 que garantiu o direito pleno de uso de seus territórios pelas comunidades tradicionais.

O regulamento das Florestas Nacionais (Decreto nº 1.298 de 27 de outubro de 1994) também garantiu a permanência das famílias que já residiam no interior dessas Unidades.

Em 2000, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o governo brasileiro ratificou a criação de espaços protegidos e considerou a presença das populações tradicionais nas UCs de Uso Sustentável. Além disso, definiu como um dos objetivos do SNUC a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Artigo 4º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

Em 2004, por pressão dos movimentos sociais, o governo federal decretou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais com objetivo de implementar uma política nacional especialmente dirigida para tais comunidades, que foi instituída em fevereiro de 2007, através do Decreto 6.040, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Este decreto definiu povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Os territórios da Flona e Resex somente podem ser entendidos através do conhecimento do histórico da área e da luta das comunidades locais que motivaram a criação de políticas públicas necessárias para garantia da permanência no território e desenvolvimento socioeconômico da região. A seguir, apresentaremos o histórico de criação e implementação das duas UCs.

A criação e implementação da Flona do Tapajós

A Flona do Tapajós possui uma área de cerca de 530 mil hectares e foi criada em 1974 (Decreto nº 73.684 de 19/02), após inventário realizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que identificou a área com grande potencial florestal e com localização estratégica que facilitaria o escoamento da produção via fluvial (Rio Tapajós) e terrestre (rodovia BR163).

Entre os anos de 1974 a 1989, a gestão da Flona era de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a partir do dia 22 de fevereiro de 1989 passou para administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de 2007, a gestão da UC passou a ser de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A Flona do Tapajós abriga atualmente (2021) mais de mil famílias e cerca de 4 mil moradores que residem nas 24 comunidades, nas três aldeias indígenas e em localidades ao longo da rodovia BR 163 (lotes do Incra). Ao longo desses mais de 45 anos ocorreram diversas intervenções do governo e as comunidades se organizaram formalmente para participarem da gestão da UC e buscarem melhorias na qualidade de vida das famílias que nela residem.

Desde a criação da UC até 1994, as comunidades viviam na incerteza se permaneceriam ou não na Flona e somente após a publicação do regulamento das Florestas Nacionais (Decreto nº 1.298 de 27 de outubro de 1994) foi possível garantir a permanência das famílias nessas Unidades.

Em outubro de 2010, o ICMBio repassou a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona do Tapajós (Federação) por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) áreas localizadas na zona populacional (58.140 há), que envolve áreas das comunidades e aldeias, e de manejo florestal (18.785 há) situada nas margens da rodovia BR 163. A Federação representa politicamente e juridicamente as comunidades da UC.

Na Flona do Tapajós foram implantados diversos projetos de pesquisas de curto, médio e longo prazo que a tornaram uma das UCs mais pesquisadas da Amazônia. A Embrapa iniciou suas pesquisas em 1975. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), e o projeto Seca Floresta do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) iniciaram em 1999. Além das já citadas instituições, outros grupos de pesquisa e instituições, do

Brasil e do exterior, realizam suas atividades na UC. Dentre eles, o Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), o Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD) Oeste do Pará, o Rede Amazônia Sustentável (RAS), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Universidade de São Paulo (USP), a Lancaster University, a Oxford University e West Virginia University.

A UC também é destaque em Uso Sustentável dos recursos naturais na Amazônia. As mais de mil famílias beneficiárias da UC, usufruem dos recursos naturais através do Manejo Florestal Madeireiro e Não Madeireiro, Agricultura, Pesca e Turismo de Base Comunitária (TBC). O Manejo Florestal Comunitário é operacionalizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), criada em 2005, e no TBC as famílias e associações comunitárias fazem a gestão dos serviços prestados aos visitantes e dos benefícios oriundos da atividade.

Outro fato marcante na história da Flona do Tapajós foi o movimento de reafirmação da identidade indígena que surgiu a partir da década de 90 no baixo rio Tapajós. Em 1997, foram registradas na Flona três aldeias da etnia munduruku (Bragança, Marituba e Takuara) e somente em 2016 foram declaradas de posse permanente, ao povo Munduruku, as Terras Indígenas Munduruku-Takuara e Bragança-Marituba.

Uma característica presente na implementação da gestão da Flona do Tapajós é a atuação de organizações governamentais, não governamentais e de coordenações e associações comunitárias, formais e informais. Dentre as brasileiras, destacamos as que realizam pesquisas na UC que foram citadas anteriormente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (Emater).

Desde a década de 90 as agências de fomento estrangeiras também atuam no território tais como a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) com o apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos. Dentre as organizações não governamentais que estiveram presentes na gestão da UC foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e Belterra, o Projeto Saúde e Alegria (PSA), o IPAM e mais recentemente a o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e a Conservação Internacional (CI).

Em 2021 existiam 32 organizações representativas das comunidades, incluindo duas associações intercomunitárias que foram criadas na década de 90, a Federação, a Coomflona e o Conselho Indígena Munduruku de Belterra (Cimb) formalizadas em 2004, 2005 e 2017, respectivamente. A Federação representa todas as comunidades da UC e o Cimb as três aldeias das Terras Indígenas Bragança-Marituba e Munduruku-Takuara, que estão em interface com a Flona do Tapajós.

A gestão da Flona do Tapajós ocorre com base nas diretrizes previstas no Plano de Manejo. O primeiro Plano de Manejo foi publicado em 2005 e sua revisão ocorreu em 2019. Outros instrumentos de gestão da UC são o Conselho Consultivo e o Perfil da família beneficiária. A portaria do Perfil da família beneficiária, publicada em 2017, indica os critérios para a definição das famílias beneficiárias das políticas públicas e recursos naturais da UC.

O primeiro Conselho Consultivo foi formado em 2001 e passou por três processos de renovação nos anos de 2010, 2014 e 2019. O colegiado garante a participação das organizações que atuam no território da UC. Em 2021 era formado por 48 organizações representativas do poder público, das comunidades e sociedade civil.

A criação e implementação da Resex Tapajós-Arapiuns

No início da década de 30, em viagem a comunidade de Boim, Magalhães Barata, governador do estado do Pará, repassou aos moradores da região, através do termo de doação, as terras compreendidas entre as bacias dos rios Anduru e Amorim, com a finalidade de serem terras de serventia pública. Os comunitários foram pressionados pelas empresas privadas a pagarem suas dívidas e entregaram as suas posses da terra como pagamento.

Nas décadas de 70, a produção de ouro no alto Tapajós e exploração da madeira no médio Tapajós provocaram mudanças nas relações e concepções sobre o uso dos recursos naturais. Entretanto, as atividades não trouxeram as melhorias esperadas pelas famílias que presenciaram apenas a exploração predatória dos recursos naturais.

A exploração predatória dos recursos florestais madeireiros ocorreu em áreas próximas às comunidades de Boim e Tucumatuba na região do Tapajós e em São Pedro, na região do médio Arapiuns. A pressão das madeireiras serviu como motivação para que na década 80 as comunidades se mobilizassem para defender suas terras e efetuassem a demarcação de uma faixa de terra de 13.400 metros da margem do Rio Tapajós ao Centro da Mata, passando a ser conhecida como área de reserva comunitária.

Em 1981, diversas comunidades da margem esquerda do rio Tapajós se organizaram para evitar o avanço da empresa madeireira Amazonex na região. Naquele ano, elas conquistaram junto ao Inbra a demarcação de uma faixa de terra ao longo do rio Tapajós. Na região do Rio Arapiuns, a empresa Santa Isabel também iniciou a exploração madeireira, mas as comunidades manifestaram pouca resistência à invasão de suas terras.

Em 1996 iniciaram as discussões para assegurar a posse da terra, quando as comunidades de Pinhel, Camarão e Escrivão, no rio Tapajós, manifestaram a intenção de evitar invasões de madeireiras que já atuavam na comunidade vizinha (Cameté) e formaram a associação YANÉ-CAETÉ (Nossa Floresta). O movimento também influenciou a mesma discussão na região do Arapiuns e em julho do mesmo ano os movimentos se unificaram para impedir o avanço das empresas madeireiras.

Em fevereiro de 1997, na comunidade de Cachoeira do Maró, foi realizada a Assembleia de Fundação da Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã (AIRAMA), composta por 21 comunidades, cujo principal objetivo era a regularização fundiária.

As duas associações intercomunitárias (AIRAMA e YANÉ-CAETÉ) buscaram orientação técnica junto aos órgãos responsáveis pela questão fundiária em Santarém. Entretanto, inicialmente contaram apenas com o apoio de entidades ligadas à questão de conflitos fundiários em Santarém, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que articulou junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) em Brasília a primeira discussão sobre a criação da Resex.

Posteriormente foram realizados vários encontros e seminários para discutir a proposta de criação da Resex. A coordenação dessas atividades ficou a cargo do Grupo de Trabalho (GT RESEX), composto pelas associações Comunitárias, o CNPT/IBAMA e por organizações não-governamentais como o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac), o Projeto Saúde e Alegria (PSA), a CPT e AJURYKABA.

O processo de criação foi bastante debatido por grupos que defendiam a criação da UC e outros contrários, até a publicação do Decreto presidencial s/n de 06 de novembro de 1998, que criou a Resex Tapajós-Arapiuns. Logo após a criação da UC, diversos grupos passaram a assumir a identidade das etnias indígenas Arapium, Maytapu, Tupaiú, Tupinambá, Cara-Preta, Munduruku, Kumaruara e Arara Vermelha.

A Resex Tapajós-Arapiuns, com uma área total de 647.610 hectares é a mais populosa do país, com cerca de 4.853 famílias e 23 mil habitantes, em 78 comunidades. Em outubro de 2003, o Inbra reconheceu a Resex Tapajós-Arapiuns, permitindo o acesso dos moradores as políticas públicas destinadas aos beneficiários da reforma agrária, como às linhas de Crédito Instalação do Inbra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “A”.

Os principais instrumentos de Gestão da Resex Tapajós-Arapiuns são o Plano de Manejo, Acordo de Gestão, Conselho Deliberativo, o CCDRU e o Perfil da Família Beneficiária, sendo que este último definiu os critérios para identificar as famílias beneficiárias da UC.

O Plano de Manejo foi aprovado em 2014 e o Perfil da família beneficiária foi publicado em 2019. O Conselho Deliberativo da Resex foi criado em 10 de maio de 2004, através da Portaria 50, e teve sua composição alterada duas vezes, em 2016 e 2018. O colegiado delibera sobre projetos e outras atividades relacionadas com a gestão da UC.

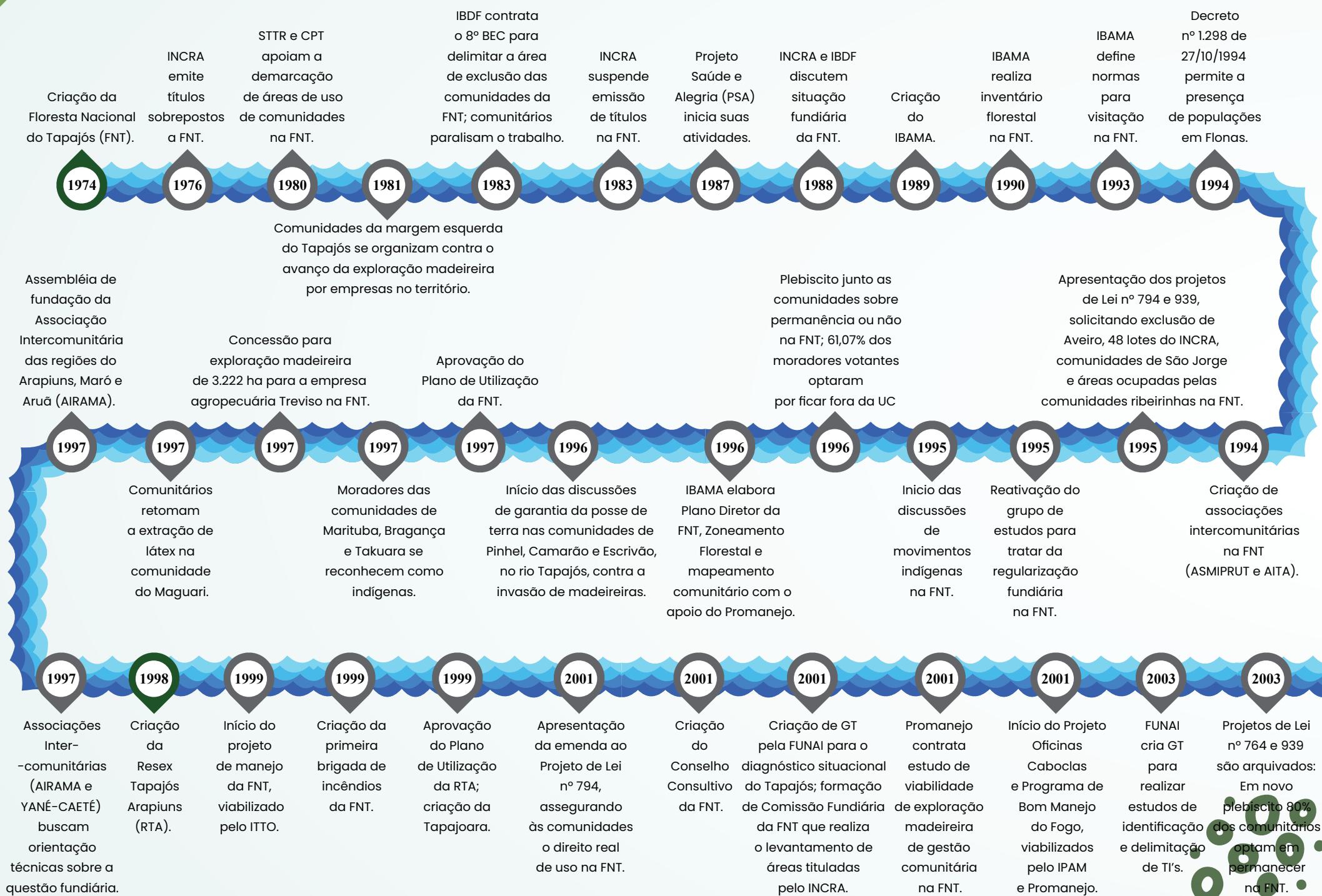
A atuação de organizações comunitárias foi fundamental no processo de criação e implementação de gestão da Resex. As comunidades também se organizam em coordenações comunitárias e associações, formais e informais, e intercomunitárias. A Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPA-JOARA) representa politicamente as 78 comunidades da UC e o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), criado em maio de 2000, representa os indígenas do baixo Tapajós, com parte das aldeias localizadas na Resex Tapajós-Arapiuns.

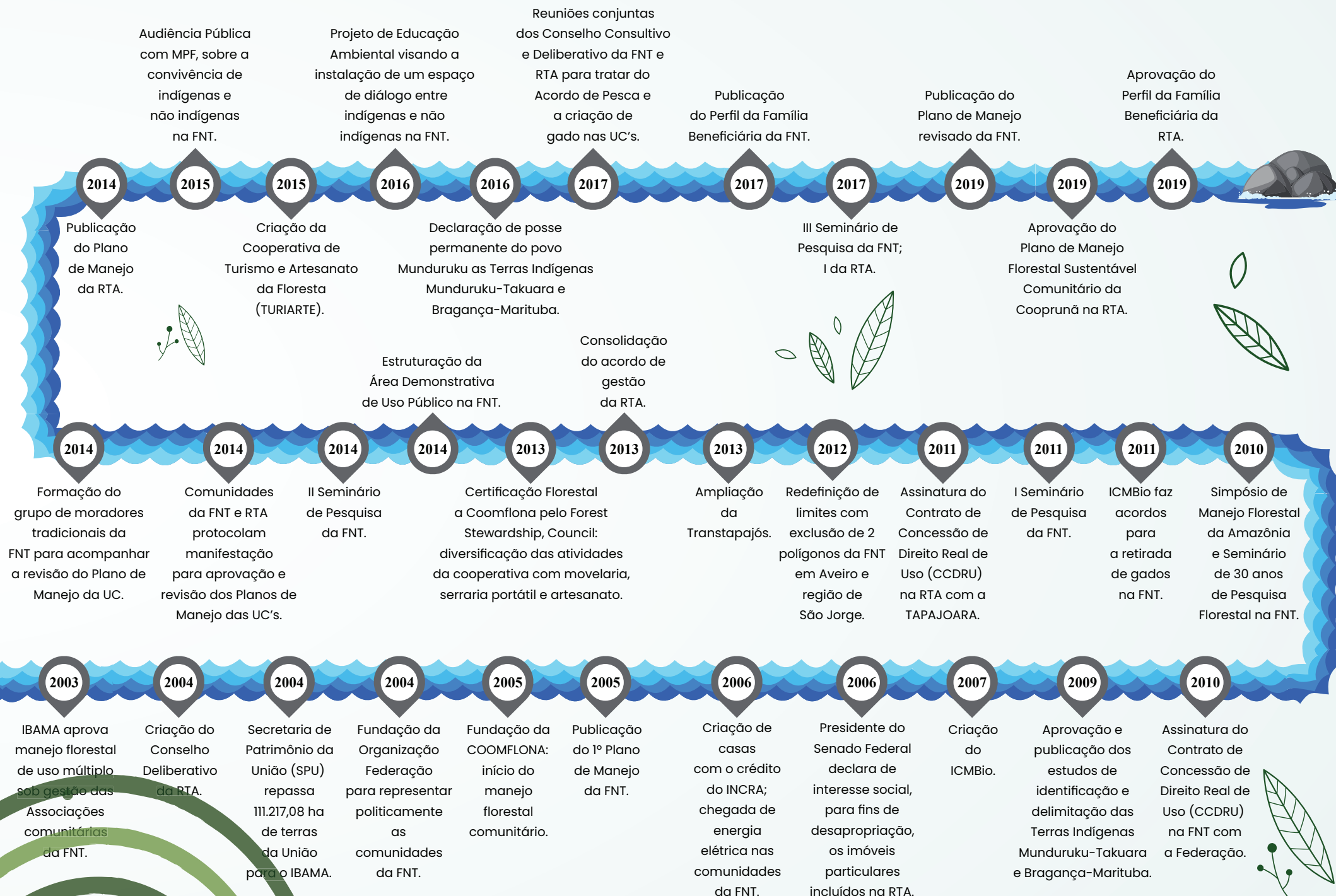
Os extrativistas também se organizaram para facilitar a comercialização de seus produtos em cooperativas como a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (ASCOPER), Cooperativa das Oficinas Caboclas do Tapajós (OCT), Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Maró (COOPERAMARO), Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú (COOPRUNÃ) e Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE).

Considerações Finais

A criação e implementação das Unidades de Conservação que fazem parte do território “o rio que nos une” estão entrelaçadas com os diferentes momentos de ocupação e com as políticas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia brasileira. É necessário olhar para o histórico e o atual cenário para compreender os desafios de gestão dessas UCs, que permeiam por diversos interesses dos atores sociais que atuam no território e que nem sempre são convergentes. Abaixo apresentaremos a linha do tempo da Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns com os fatos históricos marcantes na gestão das UCs, dentre eles a formação das organizações representativas das comunidades, criação e renovação do conselho, elaboração e revisão do plano de manejo, dentre outros.

Figura 1 – Linha do tempo, com marcos referenciais na história da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns





REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p.

BACHA, C. J. C.; RODRIGUEZ L. C. E. **Relatório de Impactos Socioeconômicos do projeto ITTO na Floresta Nacional do Tapajós**. Piracicaba, São Paulo: IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2004. 23 p.

BATES, H. W. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução: Regina Regis Junqueira. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1979. 299 p.

BRASIL. **Decreto nº 1.298 de 27 de outubro de 1994**. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.290, de 6 de dezembro de 2007**. Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no Trecho Cuiabá/MT – Santarém/PA – Plano BR-163 Sustentável, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6290.htm. Acesso em: 25 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974**. Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: DOU 19/07/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento de Produção Mineral. **Projeto RadamBrasil**. 20. v. Rio de Janeiro, 1974-1980. (RadamBrasil. Levantamento dos Recursos Naturais). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv24027.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

LEITE, A. M. C.; SAMPAIO, P. de J. B.; BARBOSA, A. P.; QUISEN, R. C. **Diretrizes para o resgate e conservação da variabilidade genética de espécies Amazônicas I – Pau Rosa**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, Documentos n° 6, 1999. 43 p.

MMA/IBAMA – Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**: Informações Gerais. v. I. Santarém, PA, 2004. 373 p.

MMA/ICMBio – Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. MMA/ICMBio – Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Resex Tapajós Arapiuns**. v. 1. (Diagnóstico), Santarém, 2014. 141 p.

MMA/ICMBio – Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. v. 2. Santarém, 2019. 144 p.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: UFSC, 2014. 308 p.

PSA. Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, prazer em conhecer. Organização: Fábio Pena; Giuliana Henriques. Santarém: CEAPS – Projeto Saúde e Alegria, 2015. 131 p.

VAZ, F. A. **Emergência étnica de povos indígenas no baixo Tapajós, Amazônia**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. 478 p.

VIANNA JUNIOR, A. Porque Terras e Territórios? *In*: **Terras e Territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 9-13.

CAPÍTULO II

INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ATUANTES NO BAIXO TAPAJÓS E SUAS RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

Alcilene Magalhaes Cardoso
Rubens Elias da Silva
Jean Matheus Souto de Miranda
Glezi Rodrigues Freitas Bentes
Fabio Pena
Valeria Maria Bentes Ferreira
Maria da Luz Farias

Introdução

A preocupação e mobilização dos movimentos sociais em defesa dos territórios, em especial na Amazônia, historicamente evidenciou e evidencia até hoje a manutenção dos recursos naturais, o acesso, uso e usufruto desses recursos para a viabilidade da vida coletiva pelas populações locais. As contribuições históricas e culturais dos povos das florestas e das águas tiveram grande importância na fase mais recente do movimento conservacionista, embasando movimentos e políticas públicas adotadas, em especial nas últimas quatro décadas; sendo uma delas, a adoção dos modelos de unidades de conservação (SIMONIAN, 2000).

Entende-se por povos das águas, as populações que vivem nas margens dos rios, de lagos e lagoas no interior da Amazônia e cujas relações sociais são mediadas pelas interações que estabelecem com as águas para a manutenção da sua vida social (FURTADO *et al.*, 1993). No entanto, a vida coletiva destas populações tradicionais, é constantemente ameaçada por forças externas que constringem das mais diversas formas, de modo que preservar e conservar os ecossistemas tornou-se fundamental para a vida biológica e social existentes.

O uso e a posse coletiva desses territórios valorizam os aspectos socioambientais e revitalizam a necessidade de espaços de ordenamento que podem contribuir para diminuir a crescente desertificação da terra e o êxodo das populações rurais (BENATTI, 2002). Esse elemento de valoração do uso coletivo da terra ganhou importante destaque na Amazônia levando-se em consideração a luta dos povos tradicionais extrativistas que trouxe à tona um conceito de domínio pelo apossamento conhecido também como posse agroecológica.

No final da década de oitenta, o modelo extrativista foi promovido como uma estratégia para conciliar a conservação e o aproveitamento econômico das florestas amazônicas. Para Mello (2006) “Não resta dúvida de que a proteção territorial na Amazônia depende da demarcação das terras indígenas e da implantação de (UCs)”. Nesse sentido, nos últimos anos foram criadas várias UCs federais e estaduais em toda a região amazônica, a exemplo das unidades aqui em estudo. Nesse processo ganha especial destaque a atuação de organizações não governamentais ambientalistas, denominadas ONGs que muito contribuíram para os debates e as proposições das políticas públicas.

Vale resgatar, no entanto que a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) na região do Tapajós, até 1996, sob orientação da igreja católica, foi muito importante para o surgimento dessas institucionalidades nas comunidades rurais do município de Santarém resultando ainda na implementação de escolas nas comunidades, assistência social à população e capacitação de lideranças para o serviço comunitário e de evangelização (SANTOS, 2019).

Os territórios dos rios que nos une e suas lutas sociais e fundiárias

A criação e a consolidação da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns e o direito de permanência das comunidades tradicionais dentro dos limites da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, representaram processos de conquistas e a materialização de muitos sonhos dos moradores das comunidades, dentre eles, a segurança na terra habitada desde os seus ancestrais. Historicamente, o sentimento de pertencimento ao território está associado ao direito de ser reconhecido como dono da terra e de viver nela com segurança, foi e tem sido a grande questão quando se discute a territorialidade no contexto da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona do Tapajós.

Ambas têm suas gestões realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelos seus respectivos Conselhos Deliberativo e Consultivo com base nas diretrizes do Plano de Manejo. As comunidades, bem como os demais atores sociais envolvidos, direta e indiretamente na gestão da UC, são representadas nos Conselhos e muitas dessas organizações, atuam e já atuavam nos dois territórios mesmo antes de sua criação como UCs. As principais atividades de produção são: agricultura de base familiar, a pesca e o extrativismo, além do manejo florestal madeireiro e não madeireiro, presente em especial na Flona do Tapajós, mas também existente na Resex.

A estrutura de gestão nessas áreas é semelhante as demais UCs e que vem se consolidando em especial pelo aumento de organizações de base, como associações e cooperativas que trabalham em conjunto com a organização geral da unidade, que na Flona do Tapajós é a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona do Tapajós – FCFT e na Resex Tapajós-Arapiuns, a Tapajoara. Também ocorre uma marcante atuação de organizações não governamentais com projetos sociais, econômicos e ambientais, além de muitas pesquisas coordenadas pelas universidades, entre elas a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. As ONGs têm tido papel importante nos últimos anos em ambos os territórios, sendo fundamentais ao

processo de criação das UCs como estratégia de proteção e empoderamento das lutas sociais, pressionadas pelas mudanças de ocupação do território.

Estas UCs possuem inúmeras organizações sociais de base, como associações comunitárias e intercomunitárias, e algumas delas fomentam de forma direta ou indireta a produção de seus associados. Em um breve levantamento de campo, foram identificadas na Flona do Tapajós 29 organizações, formais e informais, além da atuação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Belterra, da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), da Federação da Flona do Tapajós, do Conselho Indígena Munduruku de Belterra (CIMB) e Casa Familiar Rural (CFR) de Belterra, que também atuam no incentivo à produção agroextrativista das comunidades e aldeias. Na Resex há 68 instituições organizativas como associações comunitárias e intercomunitárias, e cinco cooperativas, bem como uma grande atuação de organizações não governamentais tais como Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), Projeto Saúde e Alegria (PSA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), entre outras, e as organizações sindicais como os STTRs de Santarém e Aveiro e a Colônia de Pescadores Z-20 de Santarém.

Questões fundiárias na Flona do Tapajós e a participação das organizações

Os conflitos fundiários na Flona do Tapajós antecedem a criação das Unidades de Conservação. As comunidades e aldeias tradicionalmente já ocupavam o território que envolve atualmente a Resex Tapajós-Arapuins e a Flona do Tapajós, e na época a legislação brasileira não permitia a presença de moradores no interior de Flonas e a categoria Resex não existia. Após a criação da Flona do Tapajós, o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) solicitou ao 8º Batalhão de Engenharia Civil (BEC) a desocupação de terras pelas famílias classificadas como ocasionais e invasoras no limite da UC, levando à extinção da colônia de São João e da comunidade de Veado e a indenização e remoção de 162 famílias (IBAMA, 2004).

No início dos anos 1990, logo após a criação do IBAMA, foi inventariada uma área de 5 mil hectares no km 83 da BR-163 para o projeto da Organização Internacional da Madeira Tropical (OIMT) ou siglas em inglês ITTO, e que levou novamente a mobilização e discussões sobre a questão fundiária na região da Flona, pois havia sobreposição com as áreas ocupadas pelas comunidades, ou seja, abaixo do pico dos 10 km, afetando principalmente a comunidade de Piquiatuba (IBAMA, 2004).

Ainda no sentido de ver resolvida a questão fundiária desse território, em 1994 a Câmara e a Prefeitura Municipal de Santarém editam o Decreto nº 018/1994, com objetivo de reconhecimento da presença de população na Flona, resultando na seleção de membros para comporem uma comissão de acompanhamento, composta por quatro líderes comunitários escolhidos pelas comunidades e outros representantes por organizações civis que já atuavam no território (PMS, 1994).

Deve-se ressaltar que a partir de 1994 foi permitida a permanência de comunidades tradicionais no interior de Flonas no Brasil e no ano de 2010 o governo repassou parte da área da Flona do Tapajós à Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós – FCFT, através do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A organização intercomunitária desenvolvida pelas comunidades da Flona do Tapajós, assim como na Resex, fomentou à criação da Federação das Organizações Comunitárias da Flona do Tapajós como representação colegiada de todas as organizações locais. Esse fato trouxe uma nova abordagem de gestão da Unidade para além do Conselho Consultivo e seu marco legal no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além de ser a detentora do CCDRU, por decisão dos moradores, a sua estrutura organizacional garante a participação e a representatividade dos seus beneficiários.

Organizações não governamentais atuantes no Território das Unidades

O papel das organizações não governamentais na luta pela defesa dos territórios tradicionais na Amazônia vem crescendo nas últimas décadas e apresentando importantes marcos para as políticas de ordenamento dessas áreas como a criação das Unidades de Conservação. No território ocupado pela Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns, essa dinâmica não foi diferente. Entre as principais organizações sociais, tanto ligadas à pesquisa, extensão ou educação, destacamos as que atuaram ou atuam em parceria com as comunidades e aldeias para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

As comunidades mais organizadas, e contando com apoio de parceiros estratégicos como as ONGs, passam a desenvolver um papel principal de fomentador do processo democrático da Flona do Tapajós, resultando na criação de duas associações intercomunitária, uma chamada de Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativista da Margem Direta do Rio Tapajós e Píquiatura à Revolta – ASMIPRUT e a Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do Rio Tapajós – AITA, criadas de forma participativa e de iniciativa das próprias comunidades.

Cabe aqui destacar o importante papel da Federação, que representa jurídica e politicamente todas as comunidades da UC Flona assim como a Tapajoara que desempenha essa função na Resex, além de varias associações comunitárias e intercomunitárias e cooperativas que atuam nos dois territórios. Muitas organizações do terceiro setor, conhecidas como ONGs também possuem forte atuação tanto na Flona quanto na Resex desde a sua concepção até os dias atuais.

Grupo de Defesa da Amazônia – GDA

O GDA é uma organização não governamental de defesa do meio ambiente, fundada em 1978, com sede na cidade de Santarém e atuação em especial no território

do Baixo Amazonas e do Tapajós, no Estado do Pará. As principais linhas de atuação são: a) Educação ambiental formal e informal, voltada à áreas rural e urbana da região; b) Desenvolvimento comunitário e geração de renda com a implementação de projetos alternativos de geração de renda para produtores familiares, extrativistas, indígenas, negros, mulheres e assentados; c) Produção de informações técnicas, através de pesquisa aplicada voltada ao atendimento de demandas de comunidades e movimento social em geral; e d) Capacitação e formação de lideranças por meio de projetos voltados à formação técnica e política de lideranças do movimento social e comunitário (GDA, 2004).

Sua atuação na Resex Tapajós-Arapiuns e área de entorno com foco em capacitação teve destaque com o Projeto de capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores – PROCEAM. Inserido no contexto da criação da Resex Tapajós-Arapiuns, a atuação dos educadores ambientais nas regiões Tapajós e Arapiuns, possibilitou uma significativa contribuição ao processo de criação, consolidação e fortalecimento desta Resex, destacando o protagonismo e a organização comunitária em defesa do território. Participantes do referido Projeto, como educadores ambientais, fizeram parte posteriormente da composição da primeira diretoria da Tapajora (GDA, 2004).

Este Projeto envolveu 41 comunidades com o objetivo de contribuir com a consciência socioambiental, bem como a mudança de atitude em relação ao manejo dos recursos naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população, pela capacitação de 77 agentes comunitários multiplicadores em educação ambiental entre os anos de 1998 a 2004. Nesse mesmo período desenvolveu ações de orientação por meio de oficinas sobre prevenção às queimadas, em parceria com Grupo de Trabalho de Prevenção às queimadas na Resex e na Flona.

Entre outros trabalhos nas duas unidades, o GDA realizou diversas oficinas de capacitação para diagnóstico rural participativo em comunidades e aldeias, tendo contribuído para o fortalecimento institucional e elaboração de projetos pelas próprias comunidades além de materiais didáticos como cartilhas e outros que ajudam a contar a rica história desse território do Tapajós. Tanto as capacitações, quanto os próprios diagnósticos realizados, contribuíram para a construção de instrumentos de planejamento do potencial madeireiro e não madeiro nas comunidades.

Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde Alegria – PSA)

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) surgiu de uma vivência do médico Eugênio Scannavino Netto e da arte-educadora Marcia Silveira Gama em 1983. Os trabalhos iniciais eram de assistência em saúde nas comunidades ribeirinhas, em parceria com a Prefeitura de Santarém. O Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), que executa o PSA, foi fundado em 1987, durante toda sua atuação, o PSA manteve sempre como território de maior atuação a Resex Tapajós-Arapiuns, embora também atuando na Flona e em outras regiões do Baixo Amazonas, como a várzea. Com o objetivo de promover e apoiar processos participativos de

desenvolvimento comunitário, integrado e sustentável, contribuiu no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania e direitos humanos das populações ribeirinhas atendidas (PSA, 2019).

A equipe técnica interdisciplinar do projeto utilizou metodologias participativas para mobilizar e engajar os comunitários, não apenas como público participante, mas como parceiros ativos na construção de soluções para seus próprios desafios. Em um trabalho lúdico e educativo, lideranças, agricultores, extrativistas, empreendedores, professores, agentes de saúde, mulheres, jovens e crianças tornaram-se, também, multiplicadores dos projetos e ações nas comunidades e aldeias das duas unidades de conservação. A participação ativa no diagnóstico, planejamento e acompanhamento das ações tornou o PSA uma organização com forte participação na definição da Resex como unidade de autogestão das comunidades e aldeias (PSA, 2019).

O PSA acompanhou projetos de avicultura e módulos florestais gerenciados pela ASMIPRUT e foi proponente de outros projetos na área de promoção da saúde e de manejo dos recursos naturais atuando inicialmente em oito comunidades na Flona e depois expandindo para outras, em especial com ações e projetos ligados à organização e gestão comunitária, geração de renda e economia da floresta, educação e cultura, gênero, comunicação e infraestrutura comunitária (IBAMA, 2004). Os projetos executados, tanto na Flona quanto na Resex, são impulsionados por recursos próprios captados junto a um amplo leque de financiadores, nacionais e estrangeiros, destacando-se o programa de microcrédito; projetos de sistemas agroflorestais; de saneamento e abastecimento de água; inclusão digital, e outras ações transversais e complementares (IBAMA, 2004).

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

O IPAM é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em maio de 1995 e tendo seu escritório mais antigo instalado em Santarém. Tem o objetivo de promover ciência, educação e inovação para uma Amazônia ambientalmente saudável, economicamente próspera e socialmente justa promovendo: a) produção de conhecimento (científico e tradicional); b) implementação de iniciativas locais e regionais com impacto em políticas públicas; c) promoção de desenvolvimento econômico, igualdade social e a preservação/conservação do meio ambiente (IPAM, 2018).

Sua criação foi resultado da confluência de atividades e projetos que combinavam ciência ambiental com reivindicações dos movimentos sociais, com foco nas parcerias locais e regionais, como na atuação nos territórios tanto da Flona do Tapajós, quanto da Resex Tapajós-Arapiuns. Destaca-se projeto na Flona, como o trabalho com “Oficinas Caboclas do Tapajós – OCT” descrito no Plano de Manejo no item 9.3.3, com sua primeira etapa desenvolvida na comunidade do Pini e, a partir de 2003, nas comunidades de Itapaiuna e Prainha I passando então para comunidades da Resex como Nova Vista, Nuquini e Surucua. Destaca-se ainda sua atuação com a área de proteção florestal descrita com mais detalhes no item 9.5.1 do Plano de Manejo da Flona, publicado em 2005 e revisado em 2019.

As ações e projetos desenvolvidos ao longo dos anos no território do Tapajós são sempre voltados à conservação, tendo participado dos processos de criação da Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns. Na Resex, o IPAM foi reconhecido pelo INCRA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por seu trabalho de assistência técnica e extensão rural (ATER) com excelência em 22 comunidades, executado nos anos de 2013 a 2017.

Entre os principais projetos executados nas duas unidades, nas áreas de entorno ou em ações que impactaram sobre eles, destacam-se: a) Assessoria na construção do PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar, de 2002 a 2003; b) Orientação técnica aos agricultores familiares de 17 comunidades da Flona do Tapajós sobre Bom Manejo de Fogo e construção de Acordos Coletivos, com apoio do Ministério do Meio Ambiente/PPG7/PROMANEJO, de 2000 a 2004; c) Assessoramento Técnico para Manejo Florestal Comunitário e Oficinas de Móveis Artesanais, com apoio do Funbio nos anos, de 2001 a 2003; e d) Assessoramento técnico para aproveitamento de madeira morta/caída (para movelaria artesanal) na Flona do Tapajós para elaboração de planos de negócio e mercado das Oficinas Caboclas do Tapajós (IPAM, 2018).

Outro projeto em execução é a Plataforma SOMUC (Sistema de Observação e Monitoramento de Unidades de Conservação) que integra dados as unidades de conservação federais e estaduais na Amazônia, entre elas Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns. Em andamento está o trabalho em parceria com a Conservação Internacional – CI Brasil (2020 a 2021) de um diagnóstico socioeconômico para o desenvolvimento de capacitações para as organizações sociais (associações e cooperativas) atuantes na Flona do Tapajós.

Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC

O Centro foi fundado em 1983 e teve sua personalidade jurídica reconhecida em 1990, com trabalhos voltados ao fortalecimento organizacional e à capacitação de lideranças buscando promover experiências produtivas sustentáveis e fortalecer a agroecologia, o associativismo e a cidadania comunitária, com base no desenvolvimento regional. Sua intervenção é sempre com comunidades rurais, especialmente grupos e associações de pequenos produtores agroextrativistas. Ações mais pontuais têm sido: implantação de sistemas agroflorestais; consórcio de culturas para o melhor aproveitamento das áreas; manejo florestal comunitário; e o apoio às cadeias produtivas, tais como a do artesanato, meliponicultura e apicultura.

O CEAPAC, na sua atuação, aos longos dos últimos anos na Resex Tapajós-Arapiuns e na Flona do Tapajós, sempre buscou trabalhar a formação através de um modelo de educação popular que ajude a transformação social das comunidades, assim como apoiando a diversificação da produção familiar e demais práticas agroecológicas que estimulam o processo coletivo de uso dos meios de produção e comercialização da produção familiar seja da agricultura, do extrativismo, do artesanato ou outros arranjos que compõem a diversidade nesses territórios (PENA, 2015).

Um dos maiores legados da sua atuação nas comunidades e aldeias do território do rio que nos une sem dúvida se configura na consolidação de arranjos produtivos de sucesso para o bem-estar e a geração de rendas das famílias assistidas pela equipe do Centro. Destaque também seja dado ao processo de educação ambiental e formação de lideranças, em especial nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, garantindo a adoção de um modelo de participação consciente e ativa nos espaços de deliberação e decisão das comunidades.

Entre os projetos executados na região do Tapajós tem destaque sua atuação no território da Resex Tapajós-Arapiuns onde foi prestadora de ATER por contrato com o INCRA nos anos de 2013 a 2017 e por executar projetos voltados ao fortalecimento de atividades produtivas e capacitação de lideranças com destaque aos trabalhos com os jovens. Sua atuação na Resex e na Flona ocorre sempre com articulação com parceiros e com as organizações das comunidades.

Conservação Internacional – CI Brasil

A Conservação Internacional (CI-Brasil) é uma organização sem fins lucrativos criada em 1990, voltada a promoção do bem-estar humano e conservação da natureza. Baseado no programa estratégico denominado “Cruzeiro do Sul”, até 2025, a Organização estabeleceu quatro metas prioritárias, sendo elas: Natureza para o Clima, com ações de mitigação climática; Conservação dos Oceanos em grande escala, para ampliação e fortalecimento da governança nos oceanos; Paisagens Terrestres e Marinhas Sustentáveis, contribuindo para construção de modelos de gestão dos recursos naturais sustentáveis, produção e conservação na escala de paisagem e, Inovação em Ciência e Finanças (CI-BRASIL, 2019).

Nesse horizonte, a organização atua em algumas regiões do Brasil, sendo uma delas a do Tapajós, a qual teve como marco inicial o projeto “Corredor Tapajós-Abacaxis”, envolvendo oito municípios, dentre estes: Santarém, Aveiro e Itaituba. O projeto apoiava investimentos nas oportunidades de conservação e pesquisa, pensada a partir de 2007, desencadeando suporte a capacitação do Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns em legislação ambiental e regimento interno do Conselho no ano de 2009 (ICMBio, 2014).

Na mesma época a CI-Brasil contribuiu para o mapeamento participativo do uso dos recursos naturais, e posteriormente, compôs a equipe de elaboração do Plano de Manejo da UC. Os estudos e ações que se seguiram entre as organizações, contribuíram para nitidez sobre o papel do Conselho e da participação de comunidades e aldeias, garantindo aos povos indígenas não apenas os espaços, mas a proximidade nas lutas coletivas das duas unidades do território do rio que nos une, potencializando a gestão e o desenvolvimento sustentável dessa Unidade de Conservação.

Desde 2017, com apoio do Fundo Amazônia e de uma rede de parceiros, a organização executa o projeto “Tapajós Sustentável e Resiliente” na área da Floresta Nacional do Tapajós, além do entorno das Florestas Nacionais de Trairão e de Itaituba I, apoiando o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas madeireira e não madeireira e o fortalecimento organizacional. Dentre as demandas em fase de

execução estão a implantação da unidade de beneficiamento de madeira pela Coomflona, lançamento do edital de apoio a projetos de produtos não madeireiros e da sociobiodiversidade, apoio à divulgação do Plano de Manejo da Flona do Tapajós, através da produção de uma cartilha e resumo executivo, bem como, diversas atividades de fortalecimento organizacional (CI-BRASIL, 2019). A atuação da CI-Brasil considera sempre os pressupostos, de que o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental podem e devem caminhar juntos.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS

O Conselho surgiu durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, através da força de uma voz coletiva em defesa das populações extrativistas da Amazônia e apresentado como proposta dos próprios povos da floresta para fomentar uma reforma agrária ecológica para a Amazônia. Essa proposta de reforma tem como base o empoderamento das famílias extrativistas sobre as Resex, passando a elas efetivamente todo o direito de posse da terra e o usufruto das riquezas da floresta, sem a ela causar danos ambientais. Em 2009, o CNS passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, em memória e respeito ao líder dos seringueiros e considerando o vasto mosaico de entidades extrativistas que se espalharam por todo o território brasileiro.

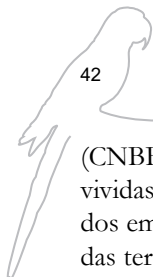
A criação, a ampliação e a consolidação das Reservas Extrativistas e dos demais projetos de preservação do patrimônio da sociobiodiversidade brasileira, acompanhando os processos de criação das Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento, Florestas Nacionais é a principal bandeira de luta do CNS.

Dentre os principais desafios enfrentados pelo CNS, estão: a) lutar para que a atividade produtiva sustentável não coloque em risco a natureza; b) investir no manejo sustentável dos recursos naturais e na valorização dos produtos do extrativismo; c) exigir dos governos a garantia dos serviços essenciais do Estado para as populações extrativistas; e, d) criar os mecanismos de participação das mulheres e da juventude nas lutas das presentes e futuras gerações.

Na etapa de Planejamento do Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns (2014), o CNS colaborou em vários pontos, tais como no Programa de Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas, atuando através de cooperação em Subprogramas, como o de Organização Social Produtiva, que tem como objetivo apoiar e fortalecer a organização social de produtores agroextrativistas. Entre as ações estruturantes do CNS, estão o apoio à formação social e produtiva para manejo florestal madeireiro e não madeireiro, o fortalecimento das associações comunitárias e a formação de novas lideranças.

Comissão Pastoral da Terra – CPT

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em 1975, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil



(CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada como resposta às graves situações vividas pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam, com objetivo de ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização (CPT, 2021).

Em 1997, devido à forte ascendência indígena de três comunidades da Flona do Tapajós a CPT apoiou a reivindicação de moradores das comunidades de Marituba, Bragança e Taquara, que decidiram assumir a identidade indígena e passaram a reivindicar a demarcação de uma área dentro da Flona do Tapajós. Este processo foi amparado pelo trabalho de resgate de identidade étnica e cultural promovido pela Comissão, pelo Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e pelo Grupo Consciência Indígena – GCI (SOARES, 2004).

Ao longo desta construção e processos sociais que moldou a institucionalização de Resex Tapajós-Arapiuns, a CPT vem articulando ações sobre o uso de espaço e ocupação de território, bem como a situação da região diante das atividades das madeireiras clandestinas, através da participação no Grupo de Trabalho – GT Resex, esse grupo foi fundamental para alicerçar o projeto de luta pela terra coletiva, onde se empreendeu um sistemático investimento na mobilização social e política dos moradores, por meio de reuniões e seminários, pelos quais reafirmavam-se os objetivos definidos (ANDRADE, 2019).

Organizações sociais de base atuantes nas unidades do rio que nos une

As organizações sociais dentro das unidades de conservação são seus principais alicerces, base onde todo o território está apoiado e vai se desenvolvendo, cabendo a elas o papel de representar os interesses da coletividade e buscar as parcerias necessárias para que isso possa acontecer. Assim, será sempre assertivo o investimento para criação e implementação de programas de fortalecimento dessas organizações que atuam diretamente nas bases com comunidades e aldeias seja com atividades produtivas ou organizacionais.

Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós – FCFT

A FCFT fundada em 2004 é a organização mãe representante das demais organizações sociais e moradores tradicionais da Flona do Tapajós e possui hoje cerca de 977 associados. Sua principal linha de atuação é a organização social das organizações e comunidades tradicionais do território da Flona do Tapajós e a defesa dos direitos constitucionais dos moradores buscando as parcerias com o ICMBio como gestor da Unidade e as demais entidades que atuam no território e que contribuem para consolidar propostas do planejamento macro da Federação como os ligados a: a) melhoria

da infraestrutura de logística e acesso (ramais, fornecimento de água e energia, escolas, posto de saúde etc.); b) Acesso a ATER e apoio à diversificação produtiva e agroecológica; c) Capacidades desenvolvidas para lideranças comunitárias jovens e mulheres no fortalecimento da gestão compartilhada.

Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – TAPAJOARA

A Tapajoara é a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e foi fundada em 1999 sendo a instância política de representação máxima dos moradores, das comunidades, associações comunitárias e cooperativas atuantes no território da Resex. Entre seus objetivos figura o de proporcionar o fortalecimento da organização social e produtivo das comunidades e aldeias por meio da elaboração e execução direta ou em parceria de projetos para melhoria da qualidade de vida dos moradores. A Tapajoara é a detentora da Concessão do Direito Real de Uso da Reserva (CDRU) e atualmente além de executar e apoiar projetos das suas associações membros na linha de organização social, melhorias de infraestrutura e sistemas produtivos, também vem contribuindo na implantação de telecentros junto às escolas e comunidades como forma de fortalecer o protagonismo juvenil nas comunidades e aldeias. Outra ação em curso desde 2019 é o Fundo Socioambiental da Tapajoara que executa recursos oriundos da participação na execução de Planos de Manejo Florestal, apoiando pequenos projetos das organizações da Resex.

Grupo Consciência Indígena (GCI); Conselho Indígena Tapajós (CITA); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e Conselho Indígena Munduruku de Belterra (CIMB)

Em 1997, um ano antes da criação da Resex Tapajós-Arapiuns, surgiu o Grupo Consciência Indígena (GCI), a partir do Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas (GRENI). Uma das lideranças do grupo, Frei Florêncio Vaz, participava ativamente dos movimentos que debatiam e buscavam soluções para a proteção do território com valorização da história e da cultura tradicional. A luta pela manutenção da identidade ancestral indígena esteve presente desde o início das reivindicações pela área que hoje é a UC e foi de suma importância para que o território tivesse finalmente sido outorgado a seus moradores frente a especulação e pressão de madeireiros e outros grupos. Após a criação da Resex, fato que uniu a todos tanto os indígenas quanto os não indígenas que ocupavam já historicamente o território, o movimento indígena continuou sua trajetória pelo reconhecimento legal como indígenas das comunidades e aldeias que estavam tanto no interior da Resex quanto da Flona do Tapajós (PSA, 2015).

Em maio de 2000 é fundado o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA), que reflete a luta pelo reconhecimento dos indígenas do Baixo Tapajós e cresce

como um dos braços da Coordenação das Organizações Indígenas da Ama Brasileira (COIAB). O CITA com o lema “O sonho e o sangue de nossos antepassados permanecem em nós” além de representar os povos indígenas do Baixo Tapajós, Rio Arapiuns e Rio Maró também o faz com outros 12 povos na região do Baixo Amazonas e Tapajós. Juntamente com o CGI e o CITA, atua ainda na defesa dos direitos indígenas o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que integra a luta no Tapajós e estes em conjunto com a FUNAI passam a atuar de forma mais integrada nas pautas e agendas para o reconhecimento e proteção dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, em especial na Resex Tapajós Arapiuns e na Flona do Tapajós (PSA, 2015).

O Conselho Indígena Munduruku de Belterra (CIMB) com atuação nas aldeias da Flona em Belterra foi fundado em 7 de junho de 2017 e vem desenvolvendo suas atividades em especial de fortalecimento da luta pelo reconhecimento e pelas políticas públicas das aldeias em especial das três dentro da Flona. Para ingresso nas Terras Indígenas, visando a realização de pesquisas científicas, por exemplo, a solicitação deverá ser realizada pelo pesquisador/professor previamente junto a Funai e ao CIMB para a realização de atividade, uma vez que este representa as aldeias do povo munduruku nessa unidade.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – STTR

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi criado em 4 de dezembro de 1973, tem o importante papel de representar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar oportunizando melhor qualidade de vida às famílias dos agricultores. Atualmente, sua atuação se dá apenas no território da Resex em função da emancipação do município de Belterra antes pertencente a Santarém. Na Resex, o STTR de Santarém atua com suas delegacias sindicais e congrega associados em várias comunidades que recebem assessoramento e apoio para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e extrativistas em especial participando de formações e eventos que colaboram para diversificação da produção, melhoria no escoamento dos produtos e acesso a mercados.

Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 de Santarém

Fundada em 1920, a Colônia Z-20 é uma organização que atua na representação dos pescadores e pescadoras nas suas lutas pelos territórios pesqueiros, com atuação na Resex Tapajós Arapiuns. A Colônia Z-20, tem hoje, segundo dados de sua diretoria, 10 núcleos de base, que são uma espécie de delegacia sindical e se dedica à organização social e sindical dos pescadores e pescadoras, atuando com capacitações e fortalecimento organizacional. Outra ação importante foi a participação na elaboração do primeiro acordo de pesca que envolveu as duas UCs, discutindo propostas nas comunidades entre os anos de 2017 e 2018, resultando no protocolo

junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS e aguardando publicação.

Considerações finais

As organizações não governamentais desenvolvem papel importante na luta em defesa dos territórios até a criação das unidades de conservação Flona do Tapajós e Resex e, realizam trabalho de assessoria técnica e de formação de lideranças visando o fortalecimento das organizações locais tais como associações, cooperativas, federações e os sindicatos para atuarem na consolidação dessas unidades de gestão dos recursos naturais e proteção dos saberes tradicionais. Essas organizações fomentam as discussões sobre a sustentabilidade do uso dos recursos e a soberania territorial das comunidades e aldeias contribuindo para o fortalecimento da participação comunitária para o planejamento e elaboração coletiva de projetos de forma mais horizontal sem negligenciar a garantia dos direitos dos povos tradicionais.

Além dos projetos desenvolvidos nas duas UCs essas organizações, sejam as ONGs ou as de base comunitária, atuam em colaboração técnica direta com o órgão gestor, que é o ICMBio, como a Ufopa, entre outros parceiros governamentais e não governamentais nos três níveis, federal, estadual e municipal. Essa atuação colegiada visa sempre o fortalecimento da gestão e defesa dos territórios como referências na Amazônia e no Brasil.

A participação efetiva das comunidades através de suas organizações, incluindo as Associações Intercomunitárias e as Associações Comunitárias, coordenação comunitária é uma condição indispensável para garantir a transparência dos processos decisórios em relação ao uso dos recursos e a implementação de serviços, assim como garantir o exercício da equidade na distribuição dos benefícios gerados da produção, comercialização e comunicação.

A luta encampada pelos povos da floresta nessas áreas só faz sentido se for travada por seus verdadeiros detentores, auxiliados pelo governo e organizações como as ONGs que contribuem com estudos e ações de formação, mas tendo sempre a garantia do espaço de fala e de protagonismo dos moradores das comunidades e aldeias. Nesse sentido se faz importante lembrar do lema utilizado pelas famílias da Resex Tapajós-Arapiuns pela criação da Unidade: “A floresta nas mãos dos filhos da floresta”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Moraes de. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-arapiuns**: sistemas sociais em mudança. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

BENATTI, José Helder. A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, Revista dos tribunais, v. 26, p. 126-151, 2002.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em: 4 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. Disponível em: <https://www.xapuri.info/meio-ambiente/conselho-nacional-dos-seringueiros-30-anos-de-historia>. Acesso em: 4 dez. 2021.

CONSERVATION. Disponível em: <https://www.conservation.org/brasil/quem-somos>. Acesso em: 4 dez. 2021.

DECRETO n° 018/1994. Prefeitura Municipal de Santarém.

GDA. **Uma Experiência de Educação Ambiental nas Regiões Tapajós e Arapiuns**. Santarém: GDA, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Floresta Nacional do Tapajós**: Plano de Manejo. 2004. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>. Acesso em: 4 jan. 2021.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Portfólio 2016-2017**. Brasília: IPAM, 2018.

FURTADO, Lourdes G. *et al.* **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – ICMBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns**. Brasília: MMA, 2014.

MELO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Anna-blume, 2006. p. 59-97.

PENA, Fabio (org.). **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns**. Santarém: PSA, 2015.

PROJETO Saúde e Alegria – PSA. **Relatório de Atividades 2019**. Santarém: PSA, 2019. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/06/SaudeAlegria-RelatorioAnual2019-PORT_297x210mm_200602-bx.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

RELATÓRIO de atividades da Conservação Internacional (CI – Brasil), 2019. Disponível em: <https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/relatorioanual2019cibrasil.pdf>.

SANTOS, M. R. P. **O Movimento de Educação de Base e a cultura popular em Santarém de 1964 a 1984**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. *In*: COELHO, M. C. N. *et al.* (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Cejup: UFPA-NAEA, 2000. p. 9-54.

SOARES, E. S. **A Floresta Nacional do Tapajós: desafios, resultados, ameaças e oportunidades em uma unidade de conservação na Amazônia**. Belterra: IBAMA/ProManejo, 2004.

CAPÍTULO III

MOVIMENTO INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS: luta por autonomia e respeito

*Bruna Vaz
Judith Costa Vieira
Luanna Cardoso Oliveira
Raimundo Abimael Ferreira dos Santos
Rosimary de Souza Cruz*

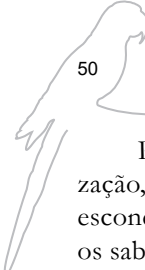
Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir o processo de surgimento e organização do movimento indígena na região do Baixo Tapajós. Através de um panorama geral do passado, presente e perspectivas do futuro debatendo os diferentes tipos de violência e violações que estes povos foram submetidos ao longo de séculos de dominação branca. Ao mesmo tempo, pretendemos demonstrar como a resistência e organização indígena foram capazes de alterar este cenário.

A importância desse debate se deve ao fato de, hoje em dia, os indígenas são um dos principais sujeitos políticos da região e sua atuação vem transformando a maneira como a sociedade e o poder local se relacionam com eles. Além disso, os indígenas em movimento provocam rupturas nas formas de pensar e decidir questões políticas importantes, pois ao se colocarem como sujeitos dispostos a participar da feitura das regras e das decisões que lhes afetam, abrem caminhos para diálogos mais democráticos entre o Estado e sociedade ajudando a reescrever a história da região.

Desse modo, percorremos diferentes períodos da atuação dos povos indígenas visando explicar como e porque a região do Baixo Tapajós abraça, de acordo com as informações do CITA (Conselho indígena Tapajós Arapiuns) a re-existência de 13 povos indígenas distribuídos (Borari, Arapiun, Jaraqui, Tupaiú, Tapuia, Munduruku, Munduruku Cara preta, Kumaruara, Apiaká, Tupinambá, Maytapu, Arara Vermelha e Tapajó) em 65 aldeias em número crescente de adesões e ainda, quais as conquistas e desafios enfrentados pelo movimento indígena nesta trajetória de lutas.

O texto foi construído com base na bibliografia sobre a mobilização dos indígenas no Brasil, mas principalmente, na bibliografia de autores locais que pesquisaram e atuaram junto ao movimento onde são apresentados os eventos e situações contra aos quais os indígenas sentiram a necessidade de reagir e os efeitos deste processo para a maneira como estes sujeitos se organizam politicamente. Traz também um pouco das memórias que os autores indígenas ouviram dos seus antepassados sobre a efervescência étnica em suas aldeias e comunidades.



Para cumprir seu objetivo o texto inicia plainando sobre o período da colonização, período este comumente associado com a extinção dos indígenas, mas que esconde em verdade uma série de formas de resistência cultural que permitiu que os saberes, crenças e valores dos antepassados indígenas chegassem aos sujeitos que hoje reivindicam o seu reconhecimento como indígena e se tornassem o principal combustível deste movimento. Em seguida, abordaremos os fatores sociais e políticos que promoveram a reorganização étnica na região e com isto o surgimento do movimento indígena tal como se apresenta hoje. Por fim, faremos considerações acerca das conquistas e também dos desafios atuais deste novo sujeito político.

Indígenas no Baixo Tapajós: História e Resistência

Para entender os processos de reorganização étnica no Brasil como um todo e na região amazônica em particular, faz-se necessário conhecer e questionar a maneira como a história dos povos indígenas foi contada. Isto porque, a história oficial tentou por muito tempo decretar a extinção dos povos indígenas desta região, contudo, o movimento recente de emergência étnica reacende o debate acerca desta extinção e disputa o lugar de fala acerca da necessidade de outra narrativa que não tome a extinção como um dado, mas sim, que procure vislumbrar as causas dos silenciamentos e invisibilidade dos indígenas, pois somente assim será possível perceber as muitas estratégias de resistência cultural e política elaboradas por estes sujeitos durante os séculos de colonização e violência a que foram submetidos.

Visando contribuir com este novo entendimento esta seção pretende discutir o processo de colonização, cujo efeitos estão no cerne da luta por reconhecimento e existência desencadeadas por estes povos desde daquele período até a atualidade. Conforme veremos, o processo de colonização impactou de maneira tão devastadora os moradores desta região, mas não foi capaz de apagar nem os indígenas e muitos menos sua cultura.

De início, vale lembrar que a presença indígena no baixo Tapajós é tão intensa quanto antiga. De acordo com o autor Vaz Filho (2010a):

Através do conhecimento já disponível, sabe-se que a ocupação tapajônica se iniciou no final do primeiro milênio e chegou até o século XVII. Pelos relatos dos missionários e pelos dados arqueológicos disponíveis, sabemos que essa sociedade era bastante hierarquizada e que as mulheres tinham um papel político e religioso destacado (p. 59).

Os primeiros relatos de contato dos europeus com as populações indígenas da região do baixo Tapajós datam de 1541 e 1542 através da expedição comandada por Francisco Orellana (VAZ FILHO, 2010a). A dimensão populacional que habitava este território impressionou os navegantes e, pela primeira vez, a metrópole teria conhecimento da diversidade étnica e da magnitude da riqueza do interior da Amazônia.

O contato dos europeus com os nativos a partir do século XVI, provocou o extermínio de milhares de indígenas, conforme Vaz Filho (2010a), “em poucos anos, a maioria dos povos foram exterminados por epidemias, guerras e escravidão” (p.

61). Este processo de contato acarretou profundas mudanças sociais e culturais nos povos localizados nessa região, tanto assim que estes acabariam sendo considerados ‘extintos’ pouco mais de dois séculos depois (IORIS, 2010). As doenças trazidas pelos invasores europeus, a violência e a escravização foram fatores determinantes para dizimação de inúmeras etnias, as que resistiam, sofreram um processo de negação de sua condição indígena.

Em meados de 1652, sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, os jesuítas adentraram a região e passaram a promover as missões. Essas missões tinham um plano bem articulado, com objetivos econômicos e políticos camuflados sob fins religiosos; seu intuito era, de fato, facilitar e garantir a expansão territorial e das finanças da Coroa. As missões jesuíticas foram uma das primeiras ações de homogeneização, assimilação e aculturação contra os indígenas dessa região. Além disso, essas ações no interior da Amazônia expandiam concomitantemente à exploração das riquezas naturais, as chamadas “drogas do sertão”.

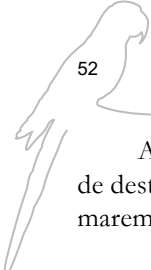
Ioris (2010) explica que a política jesuítica para toda a Amazônia consistia em aumentar o controle sobre a vida e os costumes indígenas. As estratégias eram as seguintes

[...]reunindo etnias diversas sob um mesmo regime linguístico, de organização religiosa e de trabalho, transformaram um contexto multiétnico e multilinguístico em um ordenamento socioespacial que aparava as diferenças culturais e estabelecia uma unidade linguística assentada na Língua Geral Amazônica (LGA), que veio a ser conhecida como Nheengatu (Bessa Freire, 2003). Ao longo de quase um século, até serem expulsas em 1750, essas missões cumpriram duplo papel, o de assegurar o alargamento das fronteiras coloniais lusitanas e o de promover um movimento para homogeneizar cultural e linguisticamente uma mão de obra indígena oriunda de diversos e distintos grupos étnicos (IORIS, 2010, p. 225).

As ações de aculturação propostas pelos colonizadores ignoraram toda a história, a cultura e modos de ser dos habitantes que residiam nessas terras. Transformaram territórios indígenas em vilas com nomes de cidades portuguesas, estabeleceram o uso da Língua Geral Amazônica (LGA) e, posteriormente, o uso da Língua Portuguesa (língua do dominador-invasor) que sucumbiria violentamente centenas de outras línguas indígenas.

Após a expulsão das missões por volta de 1755, iniciou-se o processo de implementação da política pombalina, conhecido historicamente como Diretório dos Índios. O governo português buscou transformar os índios em massa de trabalho controlada, incorporando-os a “vida civilizada” (VAZ FILHO, 2010b), ou seja, o diretório intensificava as políticas assimilacionistas iniciadas pelas missões religiosas,

[...]dentre as medidas legais que alteraram profundamente a vida dos indígenas estão: o estímulo ao casamento com brancos, a proibição das línguas indígenas e obrigatoriedade do Português, a proibição da nudez e a obrigatoriedade do uso de roupas “decentes” (VAZ FILHO, 2010b, p. 118).



A criação do *Diretório do índio* contribuiu diretamente para o violento processo de destruição de identidade dos povos do baixo Tapajós, obrigando-os a se transformarem em *tapuios* e depois em caboclos, segundo Vaz Filho (2010b):

O Diretório vigorou durante 42 anos, ao fim dos quais Portugal conseguiu integrar os indígenas à sua economia e aplicou um duro golpe às suas formas de organização social. Com isso, muito da forma de convivência indígena se perdeu ou ficou seriamente abalada. Após esse período, no vale do rio Amazonas, não mais existam povos específicos, mas tapuios, cujas línguas, sistemas de parentesco, meios de subsistência e crenças ligadas aos povos indígenas específicos estavam profundamente alterados (PARKER, 1985b). As unidades tribais que persistiam haviam fugido para a cabeceira dos rios ou para o interior da floresta (p. 118).

De acordo com Tapajós e Medeiros (2019) a legislação Pombalina para povos indígenas era totalmente assimilacionista, voltada para transformar os índios em mão-de-obra para o desenvolvimento da economia colonial. Este projeto “civilizatório” se fez com a proibição dos costumes locais e pela imposição do Português como língua única com proibição tanto das línguas nativas como do Nheengatu.

Estrategicamente para sobreviverem, os povos dessa região negaram suas identidades, “essa gente teve que assimilar vários costumes dos colonizadores, passando a negar sua história, identidade e parte da sua cultura indígena e a se comportar como civilizados” (VAZ FILHO, 2010b, p. 112). Os efeitos da colonização nos povos do baixo Tapajós foram devastadores, deixando rastros de violência, silenciamento, desestruturação na vida social e cultural, sobretudo, as estratégias de invisibilização, que Vaz Filho (2010b) denomina de processo de dupla face, a “desindização” e a “caboclicização” (p. 108).

O autor enfatiza que, o termo “desindianização” alude as perdas das referências étnicas e culturais indígenas específicas, enquanto o termo “caboclicização”, envolve a aquisição de uma cosmovisão e um modo de vida genéricos, com elementos das tradições culturais indígenas, europeias e africanas. Se as missões tiveram o objetivo de “desindianizar a partir do discurso da salvação das almas, e assim formar uma sociedade cristã aos moldes da civilização europeia” (PEIXOTO; PEIXOTO, 2019, p. 152), a transformação em caboclos, termo este, que remete “a ausências culturais, pelo que perderam, pelo que deixaram de ser, como resquícios de sociedades que sucumbiram” (IORIS, 2010, p. 227), era de fato a consolidação da invisibilização, desprezo e negligências para com os povos indígenas da Amazônia.

Entretanto, o termo caboclo é renegado pelos povos da região, exatamente por denotar forte sentido pejorativo e, além disso, o uso deste termo alude à exclusão, de desprezo em relação ao outro (LIMA, 2009). Dessa maneira, entre tantas definições, tentativas de anulação do indígena, o termo, caboclo, enquanto denominação imposta pelo colonizador, objetiva apagar os elementos da cultura indígena que ainda estão vivos e dinâmicos, tentando fazer parecer que toda a existência indígena foi perdida.

De acordo com Vaz Filho (2010), a política colonial com seus silenciamentos e violência não foi totalmente capaz de aniquilar os indígenas. Isto porque estes foram

adotando várias estratégias de resistências discretas para conservar seus costumes e práticas sociais. Para o autor as práticas de pajelança, crenças nos encantados e festas de santos (VAZ FILHO, 2010), são exemplos da cultura indígena modificada para persistir. Além disso, os conhecimentos sobre as práticas produtivas, sobre a natureza e a própria linguagem são testemunhos vivos da herança indígena que resiste na região.

Como se percebe, para escapar da violência e do preconceito, os indígenas utilizam da invisibilização. Esta não só foi uma imposição da política colonial para os costumes e tradições indígenas, mas foi também uma forma que os indígenas encontraram para continuar existindo. Tornar-se invisível enquanto povo permitia que os sujeitos não fossem vítimas da violência aberta contra seus corpos, muito embora continuassem a sofrer do desrespeito da sua identidade e formas de vida.

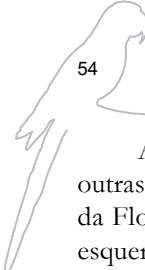
Mas este cenário começou a mudar a partir dos anos 90, quando a força das organizações indígenas consegue alterar a forma como sociedade e o poder público as enxergavam e conseguem uma positividade da identidade indígena, onde o assumir-se indígena, passa a ser valorizado. O ‘assumir-se’ indígena, perpassa pela consciência histórica, de se ver como sujeitos ativos, sujeitos de direitos. Através deste autorealhecimento os indígenas “estão se descaboclicando e emergindo politicamente como indígenas desde o final do século XX” (VAZ FILHO, 2010a, p. 72).

Neste movimento de mobilização política pelo reconhecimento das identidades étnicas os indígenas da região baixo Tapajós também têm participado ativamente escrevendo suas próprias histórias, em um processo de revalorização e revitalização das tradições, dos costumes, de sua língua, mas também pela luta para a permanência em seus territórios. Vejamos como se deu esta transformação aqui.

O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: Luta por Autonomia e Respeito

O surgimento do movimento indígena no baixo Tapajós decorre de dois fatores interligados. Um deles atrelado ao aumento dos conflitos socioambientais na região pressionando as comunidades a ingressarem em uma luta pelo direito de permanecerem em seus territórios tradicionais. De outro, o advento de mudanças no contexto político nacional gerado pelo o aumento na organização e da mobilização indígena, o que ocasionou uma forte pressão sobre os poderes públicos no Brasil, cuja consequência foi a criação de um novo aparato normativo e o estabelecimento de uma nova forma de relação entre o Estado e os povos indígenas.

O primeiro destes fatores tem início na década de 70 quando esta região passa a ser vista pelo governo militar como fonte de recursos. O governo da época criou uma série de incentivos para que a indústria madeireira pudesse explorar os estoques florestais deste lugar concebido pelos militares como desabitado. Para implementar seu plano de implantação de um polo madeireiro na região do Tapajós, os militares criaram em 1974 a Floresta Nacional do Tapajós (Flona). De acordo com a legislação da época as florestas nacionais eram áreas de propriedade pública destinada à exploração madeireira.



A implantação da Flona, do lado direito do rio Tapajós, acabou também atraindo outras indústrias madeireiras para as áreas do seu entorno. Ocorre que tanto o interior da Flona, quando as áreas do entorno, principalmente aquelas localizadas no lado esquerdo do rio Tapajós, eram repletas de comunidades tradicionais que tiravam seu sustento da floresta. Assim, temendo serem expulsas de seus territórios ou perderem o acesso aos recursos naturais necessários à sua sobrevivência, as comunidades iniciam um amplo processo de mobilização política.

Neste primeiro processo de resistência, as comunidades da FLONA, quanto daquelas da área que mais tarde seria transformada em Reserva Extrativista, eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais e contavam com a ajuda de outras entidades que apoiavam a luta destas comunidades, como a FASE (Federação de órgãos para a assistência social e educacional), pastorais sociais, entre outros. A proposta que era garantir uma faixa de terra em ambos os lados do rio para uso exclusivo das comunidades.

Após vários embates e propostas, as comunidades conseguem duas vitórias importantes. A primeira foi a garantia do direito de permanência das comunidades na Flona, haja vista que a ameaça que pairava sobre estas comunidades era de expulsão. Essa garantia veio primeiramente através de um acordo com o órgão encarregado da gestão da reserva, o Instituto Brasileiro de desenvolvimento florestal (IBDF) e em 1990 há a modificação na legislação sobre Florestas Nacionais, e estas passam a “permitir” a permanência das comunidades tradicionais no interior na reserva.

A segunda vitória, ocorreu em 1998 quando, após intensas mobilizações, as comunidades da margem esquerda do rio Tapajós criaram a Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (Resex) através da qual acessaram dois direitos fundamentais, o reconhecimento de seus direitos territoriais sobre aquelas áreas, e a expulsão das madeireiras. Para Ioris (2009):

Enquanto na década de 1980 as populações nativas do baixo Tapajós enfrentaram ameaças diretas à manutenção dos territórios, causadas pelo avanço da econômica madeireira, em meados da década seguinte elas começam a vislumbrar direitos territoriais serem reconhecidos oficialmente. Esse fato ocorreu no contexto das intensas mobilizações que se configuraram na Amazônia entre grupos ambientalistas e segmentos das populações rurais, especialmente aquelas cujo modo de vida dependiam da manutenção da floresta, em reação aos alarmantes níveis de degradação ambiental e ameaças à integridade do território dessas populações que se evidenciam por toda a região (p. 237).

A autora chama a atenção para o fato de que, os imensos esforços das comunidades locais para permanecerem em seus territórios, somou-se o apoio de organismos internacionais e nacionais ambientalistas que pressionavam o governo brasileiro para implementar medidas de proteção ambiental e de proteção aos territórios de comunidades tradicionais que eram tidas como protetoras do meio ambiente (IORIS, 2009).

O resultado desta convergência de forças foi o reconhecimento daquelas comunidades de ambas as margens do rio Tapajós como comunidades tradicionais, categoria

legal a quem a legislação reconhece direitos territoriais e também o reconhecimento de suas formas locais de uso dos recursos naturais. Contudo, ainda que a ameaça a perda do território tenha sido afastada com a retirada da ameaça madeireira e com a proteção conferida às áreas que essas populações ocupam por meio da configuração destas áreas como de conservação, algumas comunidades da Flona e outras da Resex iniciam um segundo processo de resistência, buscando agora o seu reconhecimento enquanto indígenas e, assim como o reconhecimento dos direitos territoriais correspondentes.

Para entender as motivações deste segundo movimento de resistência, é preciso retroceder alguns anos. Em conformidade com o que relata Vaz Filho (2010b), desde o começo dos anos 80 alguns sacerdotes e religiosos seguidores da Teologia da Libertação, visitavam as comunidades do Tapajós, estimulando os moradores a reavivar as suas tradições culturais, principalmente aquelas ligadas às festas de santos padroeiros. Outros religiosos faziam parte do GRENI (Grupo de reflexão de religiosos Negros e Indígenas), grupo interno da igreja católica que se propunha a discutir elementos da identidade indígena, também começaram a atuar na região valorizando os aspectos da cultura e tradição indígena, como é caso do Frei Florêncio Vaz.

Essa discussão acerca da importância da valorização da cultura local foi de suma importância para luta travada contra as madeiras e contra os órgãos de estado. Nestas discussões o argumento desenvolvido era de que os membros daquelas comunidades tinham o direito não só de permanecer naquela terra, quanto o direito de viverem nela de acordo com suas formas tradicionais de produção, pois eles eram descendentes dos primeiros habitantes daquela região, os quais já estavam lá, antes da chegada do europeu (VAZ FILHO, 2010b). Segundo Vaz Filho (2010b): “Um dos resultados desse processo de reuniões, estudos e audiência com autoridades foi uma mudança na autoestima dessas pessoas. Elas passaram a se orgulhar mais da sua história e dos seus costumes, além de se sentirem reconhecida como sujeitos de direitos” (p. 115).

Assim, mesmo após a conquista territorial, as comunidades continuaram o processo de valorização da cultural local e agora contavam com o apoio de uma nova entidade criada em 1997, o Grupo Consciência Indígena (GCI). Esta entidade foi criada por alguns membros do GRENI e por outros religiosos leigos católicos que se reconheciam como indígena. O GCI atuava como mediador entre as discussões sobre o resgate da cultura indígena que ganhava força no contexto nacional com a ampliação dos direitos indígenas e com as amplas mobilizações indígenas que ocorriam no Brasil visando superar o preconceito e discriminação contra os indígenas no país.

O papel do GCI foi de suma importância para que o debate internacional e nacional sobre a questão indígena chegasse nas comunidades do interior da região do baixo Tapajós e é assim que o setor fator que impulsionou o surgimento do movimento indígena no baixo Tapajós começa a exercer influência nas comunidades da Flona e da Resex. Esse fator diz respeito ao reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988 no Brasil.

As alterações normativas na Constituição Federal de 1988 foram resultados de um amplo processo de mobilizações indígenas que iniciaram ainda na década de 70. Segundo Baniwa (2012):

A partir de 1970, ocorre um fortalecimento dos movimentos indígenas provocado pela realização de assembleias indígenas, articuladas pelo CIMI, e pelo surgimento de lideranças indígenas carismáticas com projeção regional, nacional e internacional que impulsionaram o surgimento das primeiras organizações indígenas regionais e nacional, sob a liderança da União das Nações Indígenas (UNI) (p. 211).

Esse movimento indígena de caráter nacional leva, segundo Baniwa (2012), à formação de uma frente indígena em defesa dos direitos coletivos composta por lideranças indígenas em diálogo com suas bases e por um conjunto de organizações não governamentais e setores progressistas da Igreja e da academia. O efeito desta mobilização política desta frente foi a pressão os membros da Assembleia Nacional constituinte encarregados da elaboração do texto da nova Carta Constitucional.

Aprovada no ano de 1988, a nova Constituição brasileira alterou profundamente o panorama dos direitos indígenas no país, a começar pela superação de um ideal assimilacionista predominante na época que determinava a integração dos indígenas na sociedade. O novo ideal trazido pela CF é o de respeito à diversidade cultural segundo o qual os indígenas deveriam ter protegidas suas próprias formas de viver e de se representar perante o Estado brasileiro.

Outras alterações constitucionais substanciais se referem ao reconhecimento da plena capacidade dos indígenas, o que significava o rompimento com a tutela a que estavam submetidos. Além do reconhecimento aos seus territórios, a cultura, a educação e saúde diferenciada, do respeito as suas perspectivas de desenvolvimento e formas de organização política. Essas mudanças redefinem um novo quadro, onde os indígenas passam a ser considerados sujeitos capazes de definir suas prioridades política e colocam para o Estado o dever de promover o bem estar dos diferentes povos.

Para Baniwa, estas mudanças produziram efeitos significativo na história dos povos indígenas. Do ponto de vista das políticas públicas houve uma série de garantias esculpidas que visam garantir uma vida digna aos povos indígenas, e do ponto de vista da vida cotidiana o que estas mudanças provocaram foi: “a recuperação da autoestima em função das possibilidades de continuidade étnica e de acesso aos benefícios materiais e tecnológicos do mundo moderno está possibilitando a reafirmação das identidades reprimidas e a (re)elaboração/(re)construção de novos projetos societários para o futuro” (BANIWA, 2012, p. 207).

Consolidado ainda mais este quadro no contexto político e normativo, em 2004 o Brasil ratifica a Convenção 169 da OIT⁴, hoje considerado o instrumento mais avançado de proteção dos direitos dos povos tradicionais. Este instrumento jurídico trouxe uma série de disposição importantes para povos indígenas como o direito a terem respeitados seus próprios ideais de desenvolvimento, suas línguas, culturas, religião e sistemas jurídicos próprios, assim como, o direito ao território e outras políticas sociais em caráter diferenciado que respeitem a diversidade cultural de cada povo.

4 A convenção 169 da OIT é um documento internacional que obriga os países signatário a obedecer seus termos. No direito brasileiro, ela equivale a uma norma constitucional quanto a sua força normativa.

Outros importantes direitos introduzidos pela convenção foi o direito à consulta prévia, segundo o qual, os povos devem ser ouvidos quando houver qualquer política ou empreendimento que possa ameaçar seu território ou modo de vida, devendo os Estados garantirem um processo justo e eficaz de consulta. Também foi introduzido o direito ao autorreconhecimento que nos termos da própria convenção significa que a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos que se aplicam as disposições da Convenção. Em outras palavras significa que os povos tem autonomia para constituírem sua identidade étnica, são eles que se organizam e se reconhecem como pertencentes a um grupo distinto politicamente e culturalmente da sociedade envolvente.


Como se percebe o impacto dessas transformações políticas e normativas tanto foram produtos de mobilizações indígenas como elas mesmas provocaram efeitos para a ampliação da organização política indígena no Brasil. Isto porque, os indígenas que eram discriminados e oprimidos desde a colonização, passaram a ter, pela primeira vez, um cenário político que não só respeitava e valorizava a diversidade cultural, quanto garantia direitos sociais e participativos para estes povos. Portanto há a configuração de um cenário onde indígenas não precisam mais se esconder, mas que possível a livre expressão de sua cultura e anseios políticos.

O resultado disto não poderia ser outro a não ser o aumento no número de indivíduos e povos que buscaram recuperar suas tradições e se autorreconheceram perante seus vizinhos, opositores e o Estado sua condição de indígena, e com ela a sua condição de sujeito capaz e merecedor dos direitos reconhecidos. Este movimento de reorganização política dos povos indígenas se espalhou por todos os estados do Brasil e aqui na região do baixo Tapajós não foi diferente. Vejamos então como isto ocorreu.

Como dito acima, desde os anos 80 e mais fortemente nos anos 90 vários grupos vinham atuando nas comunidades rurais, principalmente na região da Flona do Tapajós e da Resex Tapajos-Arapiuns reavivando antigas tradições e reforçando os laços territoriais dos habitantes destas áreas. É depois da criação das reservas que estes mediadores começam a perceber o desconforto de algumas comunidades locais com a forma como as políticas ambientais estavam sendo implementadas em seus territórios. Para estes comunitários a atuação dos órgãos ambientais entrava em conflito com a forma como eles estavam acostumados a organizar suas atividades produtivas

Estas insatisfações quanto a forma de organizar o gerir o território acabaram por desencadear um novo processo político na região, do qual algumas comunidades reivindicavam maior autonomia no controle sobre o território. Todavia este processo que se traduzia até aquele momento em críticas e queixas aos órgãos estatais encarregados da gestão das áreas se transforma em uma questão indígena a partir do autorreconhecimento de uma comunidade da Flona como indígena no ano de 1998.

Foi Takuara, localizada no município de Belterra, a primeira comunidade a se reconhecer indígena na região. Além do desacordo das lideranças quanto a forma de gestão do território, o que de fato levou a esta assunção da identidade indígena, foi a ocorrência de um evento que comoveu toda a comunidade. Trata-se da morte de Laurelino, conhecido curador morador de Takuara. Laurelino era conhecido em toda a região do baixo Tapajós e ele sempre costumava ressaltar o orgulho de suas raízes



indígenas. Sua morte muito sentida em sua comunidade, desencadeou a procura pelas origens da parentela de Laurelino, os quais, após longas discussões internas, decidem por se assumir indígena e a procurar os seus direitos junto à Funai.

O autorreconhecimento de Takuara foi seguido por outras duas comunidades vizinhas Bragança e Marituba, a partir daí, com ajuda das entidades de apoio, o movimento se espalha e alcança outras comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, pela região do Lago Grande e do Rio Maró. Até hoje na região do Planalto santareno há povos indígenas buscando o respeito as suas formas de vida e ao seu território. Atualmente o movimento indígena continua em expansão com a adesão de famílias e comunidades à causa indígena.

Como se percebe, o movimento indígena no Baixo Tapajós nasce da busca pelo resgate a autoestima de povos que foram oprimidos pelas diferentes políticas de controle do território realizadas pelo Estado brasileiro ao longo de vários séculos. A luta dos povos indígenas desta região pelo poder de se definir e de poder definir como querem viver. A luta pelo território é uma luta para ter assegurado o seu poder decisão sobre as questões que lhes afetem e também é uma luta por melhores condições de existência, como o acesso a políticas públicas que respeitem sua cultura e tradições.

Conquistas e Desafios Atuais do Movimento Indígena do Baixo Tapajós

Como já mencionado, na região do baixo Tapajós, desde 1990, diversas comunidades passaram a reivindicar a identidade étnica indígena em detrimento do que eram comumente chamados, ribeirinhos ou caboclos. Para Bartolomé (2009, p. 44) “os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis viventes do passado, mas sim como sujeitos e participantes da história, como sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas”.

Longe de pensar os povos indígenas por uma vertente em que são povos isolados possuindo uma cultura estática e “pura” ou interpretados como agentes passivos da ascensão do colonialismo, é preciso compreender que há uma consciência dos povos indígenas sobre o processo de violência aos quais foram submetidos, e o que levou à essa dinâmica das relações interétnicas, o uso da força para a dizimação em massa de seus antepassados e sua cultura. Isso reflete na forma como esses eventos são interpretados atualmente e como os enfrentam.

Ao longo desses mais de 20 anos de reorganização do movimento indígena no baixo Tapajós, para que sua presença e direitos fossem garantidos, houve muita resistência e luta. Diversos desafios foram postos, principalmente, o não reconhecimento como sujeitos de direitos. É importante destacar que muitas conquistas foram alcançadas ao longo desse processo.

A luta pela demarcação do território como garantia de suas identidades e presenças possui um apelo forte no movimento indígena do baixo Tapajós. Percebe-se que a ofensiva é continuamente marcada por intensos conflitos territoriais e


identitários. Os diversos tipos de violência que rondam essas aldeias geram medo e insegurança aos indígenas, uma vez que a ausência, e a própria ofensiva do Estado é crescente na região.

Situações de ameaças de morte são constantes ao longo dos rios principais como Tapajós, Arapiuns e Maró tendo como principal causa as atividades de madeiras clandestinas, da pesca predatória realizadas por geleiras, de empresas originárias de outros lugares e municípios, caças da fauna por estranhos. Grandes empreendimentos econômicos são apontados como agentes que provocam transformações irreversíveis ao equilíbrio da natureza, são particularmente os latifúndios ligados a pecuária e ao agronegócio da soja, que ocupam extensas áreas desmatadas, além de contaminar o solo e as nascentes de rios e igarapés com agrotóxicos, provocam o afastamento e o próprio desaparecimento de espécies do ecossistema local (COSTA; VIEIRA; LIMA; MILEO, 2013).

Para além da luta pela demarcação do território, o Movimento Indígena no baixo Tapajós luta pela garantia de outros direitos diferenciados como educação e saúde. Ao longo da história desse movimento de resistência, a garantia pela educação diferenciada foi alcançada em 2006, quando a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santarém determinou a criação da Educação Escolar Indígenas. Em relação à política da saúde, através de uma ação judicial e da mobilização dos indígenas, houve a implantação de um polo da SESAI e a garantia do atendimento diferencial aos indígenas independentemente da situação territorial de sua aldeia.

Outro ganho da área da educação foi a criação do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A UFOPA é um espaço com uma grande responsabilidade social e política de formar indígenas e quilombolas para que sejam profissionais que atuem como representantes políticos que possam eles mesmos fazer um diálogo com a sociedade e com o Estado brasileiro. A região do baixo Tapajós é um lugar em constante disputa seja identitária ou territorial. E, formar indígenas e quilombolas nas Licenciaturas, Antropologia, Arqueologia, Direito, dentre outros cursos é promover não somente a democracia de conhecimento ou saber, mas é promover a busca pela utilização de ferramentas que subsidie suas lutas na construção de políticas que possam atender suas demandas.

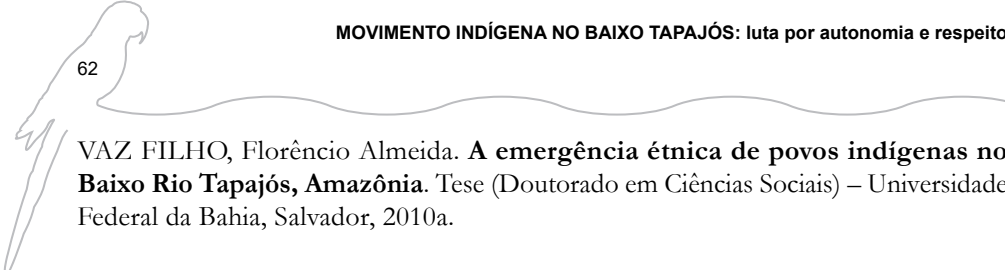
Diante de todo esse cenário de desafios e conquistas é possível dizer que o processo de autoidentificação indígena na região do baixo Tapajós decorreu de uma série de motivações. Primeiramente, da valorização da sua origem indígena, que mesmo já existindo estava escondida, disfarçada. Como vimos a decisão de “assumir-se” indígena, se deu devido a vários fatores: necessidade de preservação e manutenção sobre suas terras e dos bens naturais indispensáveis para a sobrevivência física e cultural desses povos e ainda a necessidade de ter maior autonomia nos processos de tomadas de decisões sobre suas vidas e seus futuros. Para isso, foi necessário criar sistemas próprios de representação política que, de fato, estivessem em consonância com os interesses dos próprios indígenas, daí o surgimento do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA).



Como se viu ao longo deste texto, longe de uma concepção invisibilizadora onde supostamente os grupos indígenas teriam sido apenas agentes passivos de um projeto colonizador, é importante salientar que inteligência e persistência indígena foram decisivas para salvaguardar suas práticas culturais e conhecimentos ancestrais, dando condições para o florescimento e valorização das identidades desses povos. Justamente por isto é possível dizer que o colonialismo tentou apagar a existência indígena na região, mas não conseguiu provocar sua extinção. As identidades indígenas do baixo Tapajós são fundadas na consciência de quem foram os ancestrais desses povos e do impacto dos eventos históricos sobre a vida e a organização indígena.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). **Povos Indígenas no Brasil**: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As Etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, 2006.
- BELTRÃO, Jane. **Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns**. Belém: Supercorres, 2015.
- CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. Resistência e mobilização dos povos indígenas do Baixo Tapajós. *In*: **Mapeamento como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento na Amazônia**. Manaus, UEA, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da; VIEIRA, Judith Costa; LIMA, Marcos Vinicius Costa; MILEO, Bruno Paracampo. Territorialização e identidade indígena no baixo Tapajós no estado do Pará. *In*: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2013.
- IORIS, Edviges Marta. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. **ILHA – Revista de Antropologia**, Florianópolis, UFSC, v. 11, n. 2, p. 220-264, 2010.
- IORIS, Edviges Marta. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. **Ilha– Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1 e 2, p. 219-164, 2009.
- IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação; LACED/ Museu Nacional, 2006.
- NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e mobilização dos povos indígenas do Baixo Tapajós**. Manaus: UEA, 2015
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O renascer dos povos indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.



VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010a.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Povos Indígena e Etnogêneses na Amazônia. *In*: LUCIANO, G. J. dos S.; OLIVIEIRA, J. C. de; HOFFMANN, M. B. **Olhares indígenas contemporâneos.** Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2010 b.



PARTE 1
CARACTERIZAÇÃO E GESTÃO
DO TERRITÓRIO

SEÇÃO 2
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E
GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO
DO RIO QUE NOS UNE



CAPÍTULO IV

OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS



Bruno Delano Chaves do Nascimento
Maria Jociléia Soares da Silva
Jackeline Nóbrega Spínola

Introdução

Imagine que em sua casa tenha uma sala de estar bem bonita, cheia de móveis valiosos e únicos que merecem bastante cuidado. Garantir a organização e o cuidado com essa sala é muito importante para o bem-estar da casa inteira, pois dela depende a ventilação, a iluminação, a tranquilidade e o acesso aos demais cômodos. Imagine que sua mãe saiu para trabalhar e te nomeou como responsável por garantir a proteção aos móveis e a organização desta sala. Agora, caro leitor, imagine que você possui quatro irmãos: o mais velho adolescente que trouxe amigos para dar uma festa na sala; o segundo mais velho que precisa estudar para um teste da escola e precisa da iluminação da sala; a terceira irmã que precisa do espaço da sala para treinar passos de uma coreografia de dança e o irmão caçula que quer brincar nos móveis e desenhar nas paredes.

Imaginou? Então, eis a questão, como garantir a proteção aos móveis raros da sala, a organização deste ambiente e o bem-estar nos outros cômodos, e atender os desejos dos quatro irmãos que precisam utilizar a sala, cada um com seu interesse particular, isso tudo sem desapontar a sua mãe, que confiou a você essa missão?

Essa é uma boa comparação que ajuda na compreensão da complexidade que envolve fazer a gestão de Unidades de Conservação – UCs, a partir de uma perspectiva do órgão gestor.

No Baixo Tapajós, as duas Unidades de Conservação Federais que margeiam esse grande rio, a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, estão representadas nessa analogia, pois são áreas de grande importância socioambiental.

Elas protegem uma boa porção de ecossistemas florestais de terra firme, florestas de igapó, campinaranas, ecossistemas aquáticos continentais como igarapés, lagos e rios, além de representantes da flora e da fauna amazônica ameaçadas de extinção, e espécies endêmicas. Além disso, protegem o território e buscam garantir a promoção

sociocultural de povos e comunidades tradicionais, dentre elas comunidades indígenas, de rica cultura associada ao uso sustentável da biodiversidade.

Mas, assim como os irmãos da analogia têm interesse em usar aquela sala, as Unidades de Conservação são utilizadas por diversos atores com os mais diversos interesses. Primeiramente, as populações tradicionais beneficiárias residentes nas UCs, as instituições públicas e organizações da sociedade civil atuantes no território, os turistas, os pesquisadores, os proprietários de áreas, dentre outros atores sociais que têm relação e/ou fazem uso desse território.

Então, podemos pensar que a solução para o caso da sala seria bem simples, bastando o irmão nomeado pela mãe proibir a todos os outros irmãos de a usarem, certo? Não é bem assim! Imagina a confusão e o desgaste na família em que esse irmão se meteria caso proibisse os demais de usarem a sala?

Assim como nas Unidades de Conservação, para o caso do uso da sala o ideal é que todos possam utilizar esse espaço da melhor maneira possível de modo que nenhum dos atores sintam-se prejudicados, desde que garantindo a conservação dos elementos que justificaram a proteção desse espaço. Porém, isso não é um trabalho simples e é necessário o uso de ferramentas adequadas e estratégias para conciliar os diferentes usos e garantir a proteção da sala.

E veja só o desafio que a mãe deixou em suas mãos! Na analogia podemos entender que você estaria cumprindo o papel do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão gestor de UC, ao tentar organizar e proteger o espaço e conciliar os diversos usos.

Mas afinal, quem é a mãe nessa história? Conforme determina a Constituição Federal de 1988, no parágrafo único do art. 1º, todo poder emana do povo, enquanto o art. 225 determina que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desta forma, alinhado aos preceitos constitucionais, essa figura na analogia representada pela mãe, nada mais é do que o povo brasileiro, a coletividade, que nomeou você, instituição do Estado brasileiro (Órgão Gestor-ICMBio), um dos irmãos utilizadores deste espaço, como responsável pela proteção do patrimônio de todos, resguardado nesta “sala”, sem prejudicar nenhum de seus outros irmãos, e você não pode desapontar.

O povo brasileiro, através de seus representantes legisladores que formularam e aprovaram a legislação ambiental brasileira, criou algumas ferramentas de gestão, aqui denominados de instrumentos de gestão, que auxiliam os órgãos gestores no estabelecimento de estratégias para que todos estes usuários possam buscar usar esse espaço sem prejuízos e simultaneamente assegurar a conservação dos elementos, bem como o alcance do objetivo de criação desses espaços protegidos.

Cabe destacar que se fez uso dessa analogia da sala de estar como recurso pedagógico para ilustrar de forma simplificada como se dá o papel do órgão gestor de Unidades de Conservação na proteção da natureza e na promoção do desenvolvimento sustentável, dialogando com os mais diversos atores do território e buscando também a garantia dos direitos de todos, tendo como ferramentas norteadoras para esse fim os instrumentos de gestão criados para guiar a condução da gestão das UCs. Nesta analogia não se entra no mérito de análise das falhas do Estado na promoção e garantia de direitos, nem nas

disputas políticas, econômicas e sociais que acontecem no âmbito dos conflitos pelo uso do território, inclusive com o próprio Estado. O Estado representado pelo órgão gestor é um dos atores (um dos irmãos) que precisa dialogar com os demais na construção do melhor caminho a seguir para a gestão dessas áreas protegidas.

Os instrumentos de gestão estão estabelecidos na legislação ambiental que orienta e disciplina a gestão das Unidades de Conservação e são ferramentas utilizadas pelos gestores ambientais para tomada de decisão, para orientar e nortear a gestão, bem como avaliar a efetividade de gestão.

A própria Lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) apresenta e regulamenta vários desses instrumentos de gestão. Como estamos falando de gestão de áreas protegidas, estamos falando de Gestão Ambiental Pública – GAP, por isso, é importante ressaltar que esses instrumentos devem ter previsão legal, ou, se não estiverem expressamente previstos na Lei, devem estar alinhados com as diretrizes da legislação ambiental e com os princípios da Administração Pública.

São diversos os instrumentos de gestão, porém, no Baixo Tapajós os principais instrumentos aplicados à gestão da Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns são os:

- 1) Conselhos Consultivo e Deliberativo;
- 2) Os Planos de Manejo e seus Zoneamentos;
- 3) Os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU;
- 4) O Perfil da Família Beneficiária das UCs.

A Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns são unidades de conservação do grupo de uso sustentável, onde são permitidos os usos diretos dos recursos naturais em bases sustentáveis. A primeira da categoria Floresta Nacional tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; a segunda da categoria Reserva Extrativista tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas da UC, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade de conservação (Lei nº 9.985/2000).

Conselhos gestores das UCs: participação e controle social na gestão ambiental

No caso das políticas públicas da área ambiental, são vários os documentos legais que ao estabelecerem as diretrizes para que o Estado promova a regulação do uso dos recursos naturais e dos territórios, preveem a participação social nesse processo de gestão ambiental (ICMBIO, 2014).

Para promover a participação social dos diversos atores e principalmente das comunidades locais na condução da política ambiental de gestão de Unidades de Conservação, a Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC) cria, e o Decreto nº 4.340/2002

regulamenta, os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, que são considerados o principal (mas, não o único) instrumento de participação social na gestão dessas áreas protegidas.



Voltando para a analogia da “sala”, seria como se o filho responsável pela organização da sala reunisse todos os irmãos e criasse um fórum para pensarem juntos em como conciliar os usos do espaço por todos, planejarem juntos como se daria esse uso, em que áreas da sala seriam permitidos os usos e de que forma cada um poderia utilizá-la sem afetar os demais, bem como fossem todos igualmente responsáveis por buscar garantir a proteção dos móveis e a organização do espaço para o bem-estar da casa e para que continuem utilizando o espaço.

Os Conselhos Gestores são colegiados previstos na Lei do SNUC instituídos para discussão e articulação das estratégias de gestão das Unidades de Conservação; são instrumentos legítimos de exercício de cidadania, em que a sociedade em conjunto com o órgão gestor trabalham pelos mesmos objetivos, onde a primeira atua como corresponsável pela gestão do patrimônio ambiental (WWF-BRASIL; ICMBIO, 2016; CASTRO; MOURA, 2009). É espaço de exercício pleno de democracia onde diferentes atores de diferentes grupos, estratos e camadas sociais são trazidos para o centro do processo decisório, para que proponham encaminhamentos, assumam demandas de implementação dessa área protegida e exerçam o controle das ações do Estado.

No contexto do Baixo Tapajós a participação social é a regra antes mesmo da institucionalização deste fórum pela promulgação da Lei do SNUC. Por exemplo, a própria criação da Resex Tapajós-Arapiuns em 1998 se deu por força da organização das comunidades tradicionais locais buscando a proteção de seus territórios contra a exploração madeireira empresarial. As organizações comunitárias, aliadas a instituições e entidades da sociedade civil, conseguiram o apoio do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT/IBAMA para instituir o Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (GT Resex), colegiado este que foi essencial para o avanço no processo que culminou com a criação da UC (ICMBIO, 2008).

Na outra margem do rio, a Floresta Nacional do Tapajós também tem um grande histórico de envolvimento e participação social anterior à aprovação do SNUC, com articulação de comunidades locais, órgãos governamentais e instituições da sociedade civil organizada, atuando principalmente para garantir a permanência e os direitos territoriais das famílias tradicionais na UC que até meados da década de 1990, antes da redação do SNUC, não permitia a existência de ocupações humanas nessa área protegida. As ações se deram principalmente a partir da criação de um Grupo de Estudos criado em 1992, convertido em Grupo de Trabalho mais tarde e que buscava solucionar esse conflito territorial conciliando a conservação e os direitos das populações extrativistas locais. A partir dessas iniciativas de diálogo houve uma grande aproximação

do órgão gestor com a sociedade, fortalecimento da mobilização e participação das comunidades locais e desenvolvimento de uma relação positiva entre estes atores (IBAMA, 2005; PENA; HERNRIQUES, 2015).

Essa aproximação do órgão gestor com a sociedade, seja por meio do Grupo de Estudos para a questão fundiária, seja pela aproximação propiciada no âmbito de projetos como o ProManejo, formaram o caminho para que em 1997 fosse criado um Conselho formado por diferentes segmentos sociais, antes mesmo do SNUC determinar a obrigatoriedade dos conselhos em UC. Porém, formalmente e nos moldes preconizados pelo SNUC, o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós só foi criado em 2001, pela Portaria nº 84/2001, com a participação de 21 membros, incluindo associações comunitárias, sendo a primeira Floresta Nacional a estabelecer seu Conselho Consultivo.

A formação do Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns foi iniciada em agosto de 2002, mas a Criação formal do Conselho se deu em 2004 pela Portaria nº 50/2004. Mas, no caso da Resex Tapajós-Arapiuns, existe também outro fórum exclusivamente comunitário de deliberação que é reconhecido pelo colegiado do Conselho Deliberativo da UC e que deve discutir preliminarmente as pautas a serem tratadas nas assembleias ordinárias do Conselho. Trata-se do Conselho Comunitário da Tapajoara, organização social de representação política de todas as comunidades da UC reconhecida como “associação mãe”, onde os representantes comunitários devem arguir preliminarmente e buscar alinhamentos antes da assembleia do Conselho gestor da UC.

O SNUC determina que apenas as categorias Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável devem ter conselhos deliberativos, que têm o poder de tomar decisões efetivas e imediatas de gestão, considerando principalmente o caráter dessas categorias, que tem por objetivo intrínseco delas e o porquê de sua criação, a proteção aos modos de vida sustentável das populações tradicionais e o protagonismo desses povos.

Para ser um instrumento capaz de contribuir com avanços na gestão da Unidade de Conservação, o Conselho Gestor, seja deliberativo ou consultivo, deve ser atuante e representativo da sociedade com efetiva relação com aquele território e deve buscar participação plena.

A Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014 estabelece os procedimentos de formação/criação e implementação do conselho. A IN detalha os procedimentos para identificação dos atores que têm relação com o território e podem estar representados nesse conselho. A Instrução também prevê a elaboração de um Plano de Ação do Conselho, contendo as atividades a serem executadas, cronograma, membro ou membros responsáveis pela execução das ações e formas de monitoramento. Há uma tendência de que os conselheiros entendam esse Plano de Ação como uma responsabilidade do Órgão Gestor, todavia, muito pelo contrário esse é um Plano de Ação do Conselho com atividades previstas para os membros do Conselho executarem participando de forma efetiva da gestão da UC.

Nesse aspecto, embora o conselho esteja vinculado institucionalmente à estrutura gerencial da Unidade de Conservação, cabe destacar que ele tem autonomia para se manifestar diretamente a qualquer instituição governamental ou não governamental, demais fóruns e colegiados. Os conselhos são autônomos nas suas decisões e encaminhamentos, auxiliando assim o órgão gestor no desempenho da gestão da UC. Na

assembleia o Órgão Gestor é apenas mais um dos membros do conselho com igual responsabilidade pelas ações e pela condução da assembleia como os demais membros.

No mais, é importante destacar que os conselhos não são instâncias técnicas formais com um papel a cumprir por obrigação da legislação. São na verdade “arenas de conflitos”, conflitos permanentes de interesses e ideologias entre as diferentes instituições envolvidas e as populações que habitam seu interior e seu entorno (IRVING, 2014).

Planos de Manejo: planejamento participativo e adaptativo

Digamos que o irmão responsável por manter a sala de estar em ordem resolveu chamar os demais para elaborar um plano para organizar o uso daquele espaço. Nesse processo eles identificaram qual a dimensão da sala, quais os móveis presentes e quais deles são os mais raros, em qual área seria possível a irmã ensaiar a dança, em qual seria possível o irmão estudar com luz adequada, onde o mais velho poderia se reunir com os amigos sem causar danos aos móveis e onde o caçula poderia fazer suas brincadeiras.

Eles definiram também algumas regras para que todos pudessem fazer suas atividades sem atrapalhar os demais e sem comprometer a organização da sala. Só seria possível o mais velho fazer sua festa a partir das 17:00 e sem bebidas alcoólicas, a irmã poderia ensaiar sua dança desde que em horário disponível e na área determinada longe da cristaleira com peças valiosas, o caçula poderia brincar na área designada desde que não deixasse os brinquedos espalhados e estava terminantemente proibido de pintar as paredes.

Tudo isso foi aprovado em comum acordo por todos os irmãos. De forma simplista podemos dizer que o que esses irmãos fizeram foi elaborar uma espécie de Plano de Manejo da sala de estar.

Você sabe o que é um Plano de Manejo? Este é um importante instrumento de gestão de Unidades de Conservação previsto legalmente no SNUC. É o principal documento técnico/jurídico de planejamento e orientação da gestão da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento, além de ser exigência obrigatória pela Lei do SNUC.

Segundo o SNUC o Plano de Manejo trata-se de um:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (Inciso XVII, Art. 2º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

No tópico anterior percebemos o quanto é importante a participação social em Unidades de Conservação, nesse sentido a Instrução Normativa nº 07/2017 do ICMBio estabelece como diretriz para a elaboração e revisão de Planos de Manejo



a necessidade de participação social. Por isso, considera-se fundamental a existência de um Conselho formalizado e atuante antes do início da elaboração/revisão do PM. Além do acompanhamento do Conselho, a elaboração desse plano deve se dar de forma participativa com o envolvimento dos usuários do território e a realização de oficinas com os atores da UC e especialistas.

O novo Roteiro Metodológico de Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo do ICMBio (2018) simplificou a metodologia de elaboração do Plano de Manejo e definiu as etapas do processo de elaboração (Figura 1).

Figura 1 – Etapas do processo de elaboração do Plano de Manejo



Fonte: D'amico, Coutinho e Moraes (2018).

Agora que você já sabe o que é o Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação, vamos conhecer como eles foram elaborados e funcionam na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns?

Antes de serem reconhecidos legalmente pelo SNUC, os Planos de Manejo já vinham sendo utilizados na gestão de áreas protegidas no Brasil desde a década de 1970. Porém, na Flona do Tapajós, nos seus primeiros anos, os instrumentos de planejamento se limitavam a Planos de Manejo Florestal visando o ordenamento da atividade de exploração madeireira. Apenas em 1996, com apoio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais – PPG-7 (Componente ProManejo), contratou-se uma consultoria para elaboração do Plano Diretor da Flona do Tapajós, primeiro instrumento de planejamento da UC, que estabeleceu o primeiro Zoneamento da Flona e um Plano de Atividades a serem executadas em várias áreas como turismo, proteção territorial, manejo florestal e desenvolvimento sustentável das comunidades, entre outras, além de indicar o fortalecimento organizacional e de indicar que este documento deveria ser revisado (VERISSIMO, 2005; IBAMA, 2005).

Em 1997 o Plano de Utilização da Flona do Tapajós, contendo as normas de uso dos recursos naturais e uso do solo, foi aprovado e anexado ao Termo de Ajustamento

de Conduta⁵ celebrado entre IBAMA e Ministério Público Federal – MPF que garantiu o uso da área pelas Populações Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós. O primeiro Plano de Manejo da UC nos moldes preconizado pelo SNUC foi aprovado em 2005, ainda sob gestão do IBAMA, sendo revisado e aprovado em 2019, pelo ICMBio. Já na Resex Tapajós-Arapiuns para elaboração da primeira versão do Plano de Manejo foi discutido e elaborado um documento preliminar em 2008, que foi complementado com dados de expedições científicas e oficinas nas comunidades para sua aprovação em 2014.

O Plano de manejo da Flona do Tapajós possui 4 Volumes, onde se encontram informações atualizadas sobre: (I) os aspectos naturais, socioeconômicos e institucionais sobre a Flona do Tapajós (Diagnóstico); (II) Zoneamento, Programas de Gestão e Monitoramento (Planejamento); (III) os 42 mapas produzidos para a revisão do Plano de Manejo (Caderno de Mapas); e (IV) todos os relatórios das oficinas e demais documentos produzidos durante o processo de revisão do Plano de Manejo.

Na revisão do zoneamento da Flona do Tapajós foram definidas 7 zonas com diferentes graus de intervenções e normas de uso: de Preservação, Primitiva, de Manejo Florestal, de Uso Conflitante, Populacional, de Recuperação e de Sobreposição. O novo Plano de Manejo da UC apresenta 12 Programas de Manejo: Pesquisa e Monitoramento; Incentivo e Alternativas de Desenvolvimento; Desenvolvimento Comunitário; Manejo Florestal; Uso Público; Interpretação e Educação Ambiental; Recuperação de Ambientes Degradados; Serviços Ambientais; Monitoramento Ambiental; Proteção e Fiscalização; Consolidação Territorial e Regularização Fundiária e Administração e Comunicação.



Na Resex Tapajós-Arapiuns o primeiro instrumento de planejamento e ordenamento dos usos dos recursos naturais foi elaborado antes do SNUC, um ano após a criação da UC. O Plano de Utilização teve sua primeira versão elaborada por comunitários, por intermédio de seus representantes e lideranças, sendo aprovado através da Portaria IBAMA nº 95, de 4 de outubro de 1999.

A primeira versão do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns foi elaborada em 2003, e atualizada em 2008 e complementada por expedições científicas e oficinas comunitárias em 2011, além de ter sido debatida em diversos momentos junto ao Conselho Deliberativo, até que finalmente se chegou à versão aprovada e publicada pela Portaria 124, de 24 de novembro de 2014. Em todas as etapas descritas as comunidades e o Conselho Deliberativo participaram ativamente da concepção e

5 Segundo o Ministério Público Federal (2021) o Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo que o Ministério Público celebra com certo violador de determinado direito coletivo e que tem a finalidade de impedir que a situação de ilegalidade continue, reparar o dano ao direito coletivo e evitar que seja perpetrada uma ação judicial para tratar desta situação.

elaboração do documento. O Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajos-Arapiuns é composto por 3 volumes.

O volume 1 – Diagnóstico, apresenta um resumo sobre a caracterização ambiental, social, econômica e institucional do território. O volume 2 – Planejamento, é o principal documento orientativo de gestão, pois apresenta todo o planejamento e os marcos estratégicos da Resex Tapajós-Arapiuns. Também apresenta os cenários possíveis para implementação do Plano de Manejo e seus indicadores de monitoramento. Neste volume, estão descritos (5) Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica, divididos em vinte e quatro (24) Subprogramas a serem desenvolvidos na UC, com destaque para: Qualidade de vida, Manejo de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas, Recuperação de Áreas Degradadas e Impactos Ambientais, Monitoramento e Proteção Ambiental e por fim Gestão e Administração. Finalizando, o volume 2, traz o Zoneamento da UC, descrevendo as principais regras de uso dentro do território. Por fim, o volume 3 – Anexos contém estudos, relatórios, pareceres, oficinas, que subsidiam as informações contidas no volume 1.

Contrato de Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU

Voltando para a alegoria da sala, imaginemos que a mãe, antes de sair, entregou um documento para os filhos reconhecendo-lhes o direito de, como herdeiros, usarem plenamente a sala, mas sob a condição de garantir que as características da sala não fossem alteradas e que os móveis fossem conservados. Então o irmão mais velho assina este documento assumindo essa responsabilidade em nome dos demais. Isso está parecendo muita formalidade para uma situação real em família, mas é uma maneira de ilustrar outro instrumento de gestão chamado Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, ou simplesmente CCDRU. Porém, diferente da alegoria da sala em que todos os usuários tem seus direitos de uso do território reconhecidos pelo CCDRU, na realidade das Unidades de Conservação esse instrumento se aplica apenas aos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de uso sustentável das categorias Flonas, Resexs e RDSs, conforme legislação e normas sobre esse tema.

A Concessão de Direito Real de Uso é um instrumento de regularização fundiária previsto na legislação brasileira pelo art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967 com a seguinte redação:

Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, **preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência** ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas (Art. 7º, Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967) [grifo nosso].

Esse instrumento também está previsto na Lei do Código Civil e no art. 23 da Lei do SNUC, em que é apontado como mecanismo de regularização da posse e do

uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Unidades de Conservação de uso sustentável e de domínio público onde a presença desses povos é legalmente admitida.

A formalização desse direito se dá através de um contrato em que a União, detentora do domínio desse imóvel onde estão inseridas as UCs (em uma linguagem informal e casual podemos dizer que a União é a dona do terreno), concede o direito de uso desse imóvel aos povos e comunidades tradicionais residentes e beneficiários da UC.

Aqui, amigo leitor, será necessário nos distanciarmos um pouco da alegoria da sala de estar, pois o ICMBio, como instituição do Estado, é legalmente o responsável para representar o Estado na concessão deste direito as comunidades tradicionais, saindo um pouco do papel de apenas um dos irmãos e assumindo a autoridade para conceder esse direito. Então este contrato é assinado entre o representante da União, o ICMBio, e o representante das comunidades tradicionais através das “associações mães” que as representam. No entanto cabe destacar que o domínio da área continua sendo da União, ou seja, a União continua sendo a “dona” do terreno, portanto, aos concessionários/usuários é vedado a venda de áreas do imóvel concedido tendo que ainda é terra pública.

A Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona do Tapajós (Federação ou FCFT), representação política das comunidades da Flona, formalizou CCDRU em 2010, recebendo a concessão de uma área de 76.925 hectares localizados na Zona Populacional (em sua maior parte) e na Zona de Manejo Florestal. Algumas comunidades da Flona, situadas no município de Aveiro, permanecem fora da área concedida, logo há necessidade de complementação do CCDRU para essas áreas.

Já na outra margem do rio a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Tapajoara) é a concessionária do CCDRU do imóvel que corresponde à totalidade da área da Resex. O contrato da Resex foi assinado em 2011 e toda a área da Resex foi concedida, não havendo necessidade de complementação.

Nos contratos, as concessionárias (Federação ou Tapajoara) são responsáveis por garantir o cumprimento das condições contratuais assumidas, que englobam principalmente a garantia da conservação da natureza e o uso sustentável das áreas dos imóveis.

Perfil da Família Beneficiária: dinâmica sociais e reconhecimento do Estado



De volta para a sala de estar, digamos que o irmão mais velho resolveu trazer uns amigos que acabou de conhecer para a festinha dele, que o segundo mais velho convidou um colega de classe para vir estudar com ele e que uma prima veio ensaiar com a irmã. O irmão incumbido da organização da sala resolve então estabelecer com os seus irmãos quem são aqueles que poderão utilizar os benefícios dessa sala conforme as orientações da mãe. Eles estabeleceram, por

exemplo, que para usar essa sala o indivíduo deveria 1) ser um dos irmãos; 2) ser amigo de longa data ou parente próximo e 3) que seus pais sejam conhecidos pela mãe dos irmãos.

Assim eles estabeleceram critérios para definir quem poderia utilizar aquele espaço. O irmão mais velho já não poderia mais fazer sua festa com desconhecidos, pois estes não cumpririam o perfil definido por todos. Essa é mais ou menos a ideia do Perfil da Família beneficiária, mais um importante instrumento de gestão das UCs de uso sustentável.

A Instrução Normativa nº 35, de 27 de dezembro de 2013, normatiza e regulamenta no âmbito do ICMBio os procedimentos administrativos de elaboração e homologação do Perfil da Família Beneficiária em Resex, RDS e Flona. Esse Perfil é construído com ampla participação das comunidades para que as próprias definam os critérios para que o Estado (ICMBio) reconheça uma família como beneficiária de uma UC.

O Perfil é um instrumento importante para orientar e embasar legalmente o gestor quanto a quais pessoas podem utilizar esse território de acordo com o que preconiza a lei do SNUC, em conformidade com o Decreto nº 6.040/2007 e com o entendimento das próprias comunidades para indicar quem são os legítimos usuários e beneficiários deste território. Esse balizamento é fundamental para garantir também a proteção dos direitos dessas comunidades para que terceiros, não reconhecidos pelas famílias da comunidade e sem vínculo com este território, não venham surrupiar o direito dos legítimos usuários. Há casos na Floresta Nacional do Tapajós, por exemplo, a investida de interessados em especulação imobiliária relacionada ao turismo (desassociado ao turismo de base comunitária – TBC) tentarem se passar por beneficiários da UC e somente o Perfil da Família beneficiária consegue impedir o avanço desses interesses sobre a Flona.

Na Floresta Nacional do Tapajós o Perfil da Família Beneficiária da UC foi definido através da Portaria nº 254, de 12 de abril de 2017. O Perfil da Família Beneficiária da Flona do Tapajós aponta que para ser família beneficiária dos recursos naturais e das políticas públicas voltadas para esse território esta família deve 1) residir permanentemente na UC; 2) usar o território da UC e seus recursos naturais como condição de subsistência, reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica; 3) realizar suas atividades produtivas preferencialmente através da mão de obra familiar ou mutirões e 4) possuir vínculos familiares e ser reconhecida pela comunidade.

Na margem esquerda do Tapajós a Portaria nº 100, de 15 de março de 2019 define os critérios para enquadrar como família beneficiária da Resex Tapajós-Arapiuns. De modo semelhante à Flona do Tapajós, o Perfil da Resex estabelece 6 critérios gerais: 1) autor-reconhecimento; 2) ancestralidade e histórico de ocupação; 3) uso habitual dos recursos naturais da UC; 4) depender dos recursos da UC para atividade produtiva; 5) depender do território da UC para sua reprodução física, social, cultural, religiosa e econômica; 6) utilizar, preferencialmente, mão-de-obra familiar ou mutirão, ou prestar serviço público. Porém, na Resex Tapajós-Arapiuns, foram divididos em 4 categorias que atendem a maior parte dos critérios de acordo com sua especificidade: I) os que residem permanentemente na UC; II) os que residem um período do ano na UC; III) os que residem em área vizinha a UC, mas que utilizam o território desta para sua produção e/ou extrativismo e IV) os cujo responsável familiar ou cônjuge não é nascido na UC mas é casado com beneficiário e é aceito pela comunidade.

Considerações finais

Não é trabalho simples fazer a gestão de unidades de conservação com toda essa complexidade. Mas os instrumentos apresentados possibilitam ao gestor encaminhar sua tarefa com planejamento, avaliação, participação social e segurança jurídica. Nas UCs do Tapajós outros instrumentos como o SAMGE – Sistema de Monitoramento e Avaliação de Gestão, são também utilizados para guiar os caminhos do gestor ambiental público. O próximo passo da gestão e comunidades indígenas será a elaboração do Plano de Gestão Territorial das Terras Indígenas em interface com a Floresta Nacional do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns, conforme previsto na PNGATI, Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012).

Caros leitores, para finalizar a nossa viagem pela gestão das Unidades de Conservação do Rio que Nos Une, mostramos na Figura 2 abaixo uma síntese dos instrumentos que norteiam a gestão da Floresta Nacional do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns.

Figura 2 – Quadro resumo dos Instrumentos de Gestão



Agradecimentos

A todos os colegas servidores do ICMBio, brigadistas, colaboradores, voluntários e estagiários pelo empenho no avanço na gestão dessas UCs.

A ilustradora Heloisa Barbi Perucello pela produção das figuras utilizadas neste capítulo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

CATRO, C.; MOURA, M. A. S. **Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação no Programa ARPA**. Brasília: MMA, 2009. 56 p. (Cadernos ARPA, 2).

D'AMICO, A. R.; COUTINHO, E. O.; MORAES, L. F. P. (org.). **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília: ICMBio, 2018. 208 p.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. v. 1. Santarém: IBAMA, 2005.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais: um guia para gestores e conselheiros**. Brasília: ICMBio, 2014. 88 p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 07, de 30 de outubro de 2017**. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 09, de 5 de dezembro de 2014**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na

composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 35, de 27 de dezembro de 2013**. Disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. Santarém: ICMBio, 2008.

IRVING, M. A. Governança democrática e gestão participativa de áreas protegidas: um caminho sem volta para a conservação da biodiversidade no caso brasileiro. *In*: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (org.). **A diversidade cabe na unidade?: áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), 2021**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/atuacao/ajustamento-de-conduta>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PENA, F.; HENRIQUES, G. **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer**. Santarém: CEAPS – Projeto Saúde e Alegria, 2015.

VERISSIMO, A. **Influência do promanejo sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia**. Brasília: MMA, 2005. 50 p. (Estudos, 3).

WWF-BRASIL– WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL; ICMBIO– INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação**. Brasília: WWF-Brasil, 2016. 51 p.

CAPÍTULO V

O PAPEL DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS LOCAIS NA GOVERNANÇA DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

Marcelo Moraes de Andrade
Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

Introdução

Embora em contextos históricos distintos, a criação da Floresta Nacional do Tapajós (Flona do Tapajós), em 1974, e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Resex Tapajós-Arapiuns), em 1998, impôs novas formas de organização social ao território do Baixo Amazonas, exigindo a formação de arranjos institucionais por meio da cooperação de vários agentes sociais. Para efeitos deste texto, arranjos institucionais são compreendidos como estruturas organizacionais formadas pelo conjunto de entidades, processos, sistemas normativos e agentes sociais, considerando suas inter-relações no atendimento dos objetivos socioambientais das Unidades de Conservação (UC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985/2000, institucionalizou as 12 categorias de UC subdivididas em dois grupos, de proteção integral e de uso sustentável. As Resex e as Flonas pertencem ao grupo de uso sustentável e adotam modelo de gestão compartilhada, baseado em sistema de corresponsabilidade de diversos agentes sociais. Se por um lado a articulação entre distintos agentes sociais do Estado, da sociedade civil e agentes econômicos (e seus interesses) representa importante avanço no que se refere à participação social na governança do território, por outro, expressa a complexidade e o desafio da gestão compartilhada em integrar processos, muitas vezes, contraditórios. De fato, a gestão compartilhada dos territórios das UC se tornou mais complexa e desafiadora no sentido de que passou a considerar as características e necessidades de preservação ambiental, associada à promoção da qualidade de vida dos moradores das UC e a inserção de novos atores.

É neste sentido que a construção da ordem social é dependente dos arranjos institucionais e da atuação de agentes sociais responsáveis pela mediação institucional voltada à implementação de programas de intervenção, especialmente focados no reconhecimento de direitos (NEVES, 2008). Os arranjos institucionais, enquanto

mecanismos institucionalizados de mediação social, que visam a participação e negociação, no caso da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns, para além dos respectivos conselhos gestores, são materializados por meio das associações comunitárias e intercomunitárias presentes e atuantes nas UC.

O protagonismo comunitário nos arranjos institucionais construídos se manifesta por intermédio de lideranças locais, fundamentais no planejamento e execução das estratégias de conservação e desenvolvimento projetados pela gestão compartilhada das UC. Portanto, o campo de mediação social constituído pelos arranjos institucionais, conforme ressaltado em estudo de Andrade (2019) na Resex Tapajós-Arapiuns, tem nas associações comunitárias e seus representantes delegados, presidentes e demais membros, o principal elo de interligação de dois universos distintos, o formal/legal do Estado, responsável pela elaboração dos programas sociais (regras de uso e gestão dos recursos naturais), e o tradicional, constituído na vida cotidiana dos moradores das comunidades da UC.

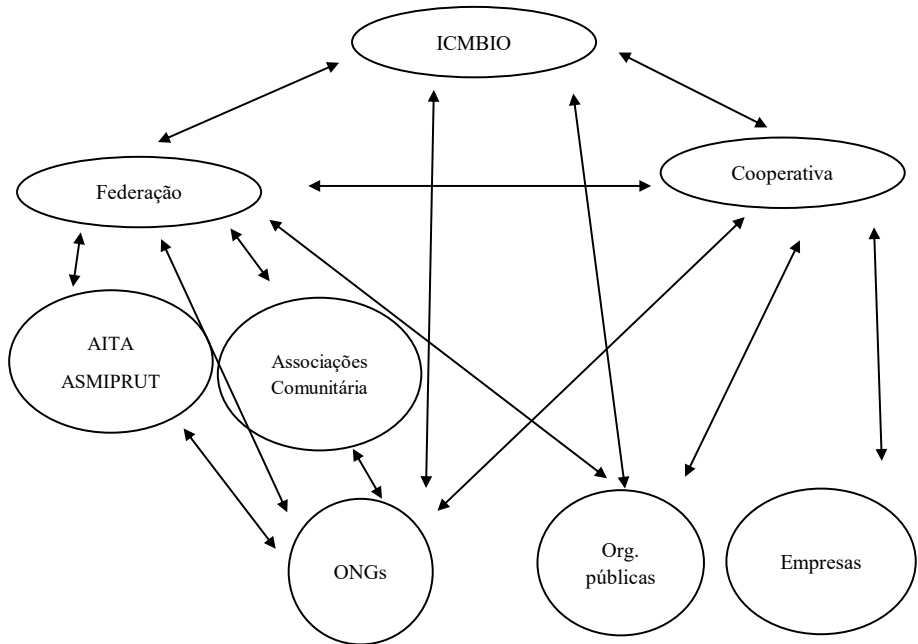
O objetivo deste texto é apresentar análise e discussão referente a arranjos institucionais locais constituídos com intuito de auxiliar na governança das UC, enfocando suas interconexões, os processos que demonstrem a descentralização da gestão e o empoderamento dos comunitários residentes na Flona do Tapajós e na Resex Tapajós-Arapiuns. A análise toma como base pesquisas anteriores realizadas nas duas UC pelos autores deste texto.

O arranjo institucional da Flona do Tapajós

O atual arranjo político institucional da Flona do Tapajós é formado por um conjunto de organizações governamentais, não-governamentais e comunitárias que permite que a gestão dos recursos da floresta seja feita de forma compartilhada por meio de mecanismos de cogestão entre Estado e comunidade, cabendo a cada uma dessas organizações papéis específicos na condução da gestão com fins de proporcionar o uso sustentável dos recursos, como pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Essas organizações estão fortemente entrelaçadas e foram criadas com papéis distintos. Cabe à Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona do Tapajós (Federação) o papel de representar as comunidades tradicionais nas arenas de decisão das questões sociais e políticas, enquanto cabe à Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COOMFLONA) o papel de executar o Plano de Manejo Floresta Sustentável (PMFS) e lidar com as questões econômicas do manejo.

Figura 1 – Arranjo organizacional para o Manejo Florestal Comunitário – MFC na Flona do Tapajós



Fonte: Gama (2019, p. 155).

As relações desse arranjo são coordenadas pelo conjunto de regras que formam o atual sistema de governança, configurado a partir das mudanças institucionais ocorridas na primeira década do século XXI. Essas regras fornecem os parâmetros institucionais para a cogestão entre Estado e comunidade, permitindo a participação de atores externos tais como organizações não-governamentais (ONGs), empresas privadas e demais órgãos públicos além do órgão gestor da Unidade de Conservação (UC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Na medida em que conformam as regras vigentes, as transformações no sistema de governança foram fundamentais para a formação do atual arranjo político institucional, contudo, esse arranjo é resultado da interação entre fatores externos e fatores internos do sistema socioecológico da Flona do Tapajós. Entre os fatores internos estão a presença de líderes ativos, que a partir de um histórico de lutas e conquistas construíram ao longo dos anos uma reputação que se materializou em confiança gerando um mecanismo circular de ação coletiva apresentado na Figura 2, onde pode-se observar que as conquistas das associações fizeram com que se criasse uma reputação positiva que alimentou a confiança nessas organizações permitindo a criação de relações de reciprocidade e assim fortalecendo ainda mais as associações.

Figura 2 – Esquema da ação coletiva



Fonte: Gama (2019, p. 140).

Para compreender o mecanismo de interação entre fatores internos e externos é necessário fazer uma retrospectiva das mudanças nas regras ambientais, ponderar como elas impactaram as comunidades da Flona do Tapajós, e identificar qual foi a reação dessas comunidades até a formação do atual arranjo. A primeira regra formal que impactou o modo de vida das comunidades tradicionais foi a própria criação da Flona do Tapajós, por meio do Decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974. Criada como uma Estação Experimental para o uso dos recursos, o ato do governo desconsiderou a existência tanto dos ribeirinhos do rio Tapajós, que habitam a região há séculos, quanto dos colonos que se estabeleceram à margem da BR 163, a partir do incentivo de programas de colonização do governo da década de 1970, de modo que este ato deu início a um conflito fundiário que durou mais de 20 anos.

Sem obter êxito nas inúmeras tentativas de retirar os comunitários do interior da floresta, a partir de 1989 o governo modificou sua estratégia e alinhado a um novo modelo de governança voltado para os mecanismos de mercado, iniciou a realização de um inventário florestal juntamente com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO, sigla em inglês). Essa parceria resultou no Projeto ITTO cujos recursos subsidiaram atividades pré-exploratórias e definição do contrato de exploração florestal que foi vencida por meio de licitação pela empresa Agropecuária Treviso Ltda, que explorou madeira em uma área equivalente a 3.222 hectares no interior da Flona do Tapajós, entre 1999 e 2004 (MMA, 2004).

Devido à ausência de regras sobre os critérios e condições para a concessão de florestas públicas para uso da iniciativa privada, o que só correu com a Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, a Lei de Gestão das Florestas Públicas (LGFP), e também em virtude dos conflitos fundiários que já existiam desde o momento de criação da UC, esse modelo de concessão empresarial mostrou-se inadequado à realidade da Flona

do Tapajós e fracassou. A partir de meados da década de 1990, logo após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a RIO 92, mudanças emergiram com maior intensidade, guiadas por novos atores, marcadamente ONGs. O modelo de governança que se desenhou incluía a participação ativa de vários segmentos da sociedade o que implicou na criação de novas regras e na construção de arranjos institucionais que fossem adequados aos novos padrões. Endogenamente, estimuladas por ONGs e organizações da Igreja Católica, como as comunidades eclesiais de base, as comunidades da Flona do Tapajós encontraram na intensa mobilização uma forma de buscar mudanças e ajustes ao ambiente institucional restritivo e limitante que lhes era imposto pelas regras existentes nesse período.

Assim, com o intuito de mudar a trajetória que estava sendo desenhada pelas instituições e arranjos existentes, em meados da década de 1990 foram criadas duas associações intercomunitárias. Unindo várias comunidades em torno de um único objetivo, foram criadas a Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da margem direita do Rio Tapajós de Piquiatuba à Revolta (ASMIPRUT) e a Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da margem direita do Rio Tapajós (AITA).

Dando continuidade a essa mudança de trajetória, em 1997 outro fator externo veio impulsionar as mudanças e a auto-organização. Trata-se do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, instituído por meio do Decreto nº 2.119 de 13 de janeiro de 1997, que atualmente não está mais em vigor. Entre suas ações o programa previa a disponibilização de recursos financeiros, por meio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), para o fortalecimento de iniciativas de uso dos recursos por comunidades tradicionais. Com os recursos do ProManejo as comunidades da Flona do Tapajós elaboraram o Plano Diretor, o Plano de Utilização, que contaram com a participação dos comunitários na sua elaboração, avançando-se assim na construção de arranjos de governança participativa, e o PMFS da UC.

Para Veríssimo (2005), o **ProManejo** foi um ponto de inflexão na trajetória do manejo florestal comunitário (MFC) da Flona do Tapajós, na medida em que possibilitou por meio da disponibilização de recursos financeiros o fortalecimento da organização social, a elaboração de instrumentos de governança e a adaptação as novas tecnologias para uso dos recursos através de cursos e treinamentos aos comunitários.

Atualmente o **Plano de Utilização** foi substituído pelo **Acordo de Gestão**, um instrumento instituído pela IN/ICMBIO nº 29 de 2012 que estabelece as regras da gestão compartilhada entre Estado e comunidades tradicionais.

Apesar de na década de 1990 ter iniciado um movimento em direção a uma governança participativa, com a inserção de novos atores e um incentivo a organização social e protagonismo das comunidades, foi somente a partir de 2000 que esse movimento se materializou em uma regra formal, a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O SNUC veio regulamentar uma série de conquistas das comunidades tradicionais, entre elas: o direito de uso dos recursos, por meio da institucionalização do contrato de

concessão de direito real de uso (CCDRU) e, o direito a gestão compartilhada, por meio da criação de Conselhos, no caso das Flonas, os Conselhos Consultivos.

A consolidação dessas conquistas estabelecidas no SNUC se deu ao longo da primeira década do século XXI, por meio dos Decretos e Instruções Normativas. No caso específico da Flona do Tapajós, como já havia uma forte articulação iniciada pelas organizações intercomunitárias criadas na década anterior, o Conselho Consultivo foi instituído antes mesmo da existência da normativa adequada, de modo que em 2001 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) emitiu a Portaria nº 84 criando o Conselho Consultivo da Flona do Tapajós e aprovando o seu Regimento Interno.

Com relação à definição dos direitos de propriedade, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) foi assinado em 2010 entre o ICMBio e a Federação, organização criada em 2004 para representar politicamente todas as comunidades da Flona do Tapajós, permanecendo, contudo, as associações comunitárias e intercomunitárias. Antes, porém, da assinatura do CCDRU, em 2004 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio da Portaria nº 166 cedeu ao Ibama duas áreas, referente a parte da área onde foi criada a Flona do Tapajós, com objetivo de regulamentar o uso dos recursos florestais madeireiros pelas comunidades tradicionais.

De posse do direito de explorar os recursos florestais e com o PMFS aprovado, em 2005 as comunidades tradicionais da Flona do Tapajós iniciaram as atividades do MFC, com foco, inicialmente, na exploração madeireira. Entretanto, antes do início das atividades as comunidades tradicionais da Flona do Tapajós tiveram que se adaptar ao ambiente institucional vigente que impunha restrições a comercialização de produtos madeireiros por associações. Diante disso a cooperativa COOMFLONA foi fundada em 2005, com o objetivo de ser a organização responsável pela operacionalização do MFC.

Foi a partir dessa trajetória histórica de mudanças e adaptações que se chegou ao atual arranjo político institucional de gestão da Flona do Tapajós. Trata-se de um arranjo sustentado em um sistema de regras que garante que as relações entre as organizações internas e externas à Flona do Tapajós possam ocorrer sem intermediários, requerendo a anuência do órgão gestor e dos colegiados de deliberação, em casos específicos. Ou seja, o sistema de governança atual concede às organizações comunitárias autonomia para realizar as próprias parcerias.

Dessa forma, as organizações comunitárias, tais como Federação, Associações Intercomunitárias e Comunitárias, estão constantemente realizando parcerias com ONGs, a exemplo das parcerias com o Projeto Saúde e Alegria e com a Conservação Internacional, e com órgãos públicos para implantação de projetos de pesquisa e extensão que proporcionem transmissão de conhecimento e geração de renda.

Contudo, é importante destacar que para Espada (2015) essas parcerias são pouco densas o que traz fragilidade para o arranjo. Entre essas fragilidades a autora cita: a informalidade das parcerias e relações de poder desequilibradas face sobretudo a forte dependência técnica das organizações comunitárias para proposição de projetos com vistas a busca de recursos financeiros para executá-los.

Por outro lado, Gama (2019) identificou que o envelhecimento dos líderes experientes e a pouca participação dos mais jovens nas decisões é o principal ponto de

vulnerabilidade do arranjo, uma vez que a manutenção do mecanismo circular de ação coletiva depende da presença de líderes ativos e comprometidos.

De forma complementar, outra fragilidade identificada por Gama (2019) foi o baixo nível de diversificação produtiva com relação às práticas de manejo, uma vez que o arranjo atual concede certo privilégio ao manejo madeireiro em detrimento ao não madeireiro. A maior utilização dos recursos florestais não madeireiro, como por exemplo a andiroba e a copaíba, entre outros, implicaria numa ampliação dos resultados econômicos para outros usuários, na redução da pressão sobre os recursos madeireiros e, ainda, no fortalecimento do arranjo, evitando que projetos paralelos sejam conduzidos e colaborem para enfraquecimento da ação coletiva.

Do ponto de vista externo a instabilidade surge na possibilidade de alterações nas regras atuais, que caso ocorram, demandarão novas adaptações. Entre essas mudanças destaca-se a demarcação de Terras Indígenas (TIs) no interior da Flona e a incerteza na forma como elas serão homologadas. Caso a homologação seja feita por meio de Decreto, as TIs permanecerão na Flona e a gestão será compartilhada, algo que já se iniciou com a inclusão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Conselho Indígena Munduruku (CIM) no Conselho Consultivo da Flona. Caso a homologação das TIs se dê por meio de lei, será necessária a desafetação de terras que deixar de fazer parte da UC.

O desafio atual é a manutenção e no fortalecimento do capital social, face a mudanças que poderão advir, tais como: a definição das TIs e a consequente inserção de mais um órgão governamental, a FUNAI, na gestão compartilhada; a ampliação dos negócios da cooperativa, a criação da agroindústria e da serraria; novas demandas dos atores internos e externos, quanto à dinâmica e os resultados do manejo florestal comunitário (MFC); e as questões fundiárias que permanecem indefinidas das comunidades no sul da Flona.

O protagonismo das associações e lideranças comunitárias nos arranjos institucionais da Resex Tapajós-Arapiuns

A constituição da Resex Tapajós-Arapiuns resultou do encadeamento de esforços, organizados a partir de arranjo institucional que ficou conhecido como Grupo de Trabalho da Resex. Dentre os diversos componentes do referido GT, estavam duas organizações constituídas por iniciativas locais, as quais tiveram atuação fundamental na criação da Reserva: a Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã – Airama e a Associação Yané-Caeté.

Com a nova configuração do território a partir da institucionalização de Reserva Extrativista (em 6 de novembro de 1998), foi necessária criação de conjunto de programas de intervenções estatais de preservação ambiental e desenvolvimento social. No processo organizativo das comunidades da Resex, as associações comunitárias e intercomunitárias se tornaram uma das principais medidas administrativas de representação política, de participação em processos de decisão, de defesa de seus interesses e resolução de problemas comuns, contribuindo para o fortalecimento social dos moradores.

Embora o Conselho Deliberativo, o qual era formado em 2018 por 11 entidades do setor público, 10 da sociedade civil e 29 associações comunitárias, seja o principal espaço institucional de tomada de decisão e definição de programas, as associações, compreendidas como movimentos associativos comunitários, são fundamentais na articulação política, elaboração e divulgação de metas, diretrizes, ideias e modos de organização da Resex. As associações são responsáveis tanto pela mediação da participação das comunidades na gestão da UC, por meio de seus presidentes e demais membros gestores que transitam por distintos ambientes institucionais, quanto pela mobilização das ações na esfera comunitária, assim como pelo aprimoramento da consciência política entre os moradores.

Em pesquisa realizada por Andrade (2019, p. 158), que analisou processos de mudanças sociais, tomando como estudo de caso situações sociais observadas nas comunidades Anã e Boim, constatou-se que “em 2004 havia 12 associações na área da Resex, no período entre 2005 e 2018 foram criadas 39 associações, correspondendo a um incremento de 325% no período, somando 51 associações formais registradas em 2018”. Anteriormente à criação da Resex, as poucas associações existentes estavam constituídas em modelos de organização informal, sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), estatuto e prestação de contas. Após a constituição da Resex, passou a vigorar um modelo de organização de associações formalizadas, com ações estabelecidas em estatuto social, estrutura de gestão baseada em Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, sendo os gestores escolhidos mediante eleições com mandatos previamente instituídos (ANDRADE, 2019).

O Conselho Comunitário e a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – Tapajoara são as principais instâncias institucionais de representação constituídas pelos moradores da Resex. O Conselho Comunitário é composto por três lideranças paritárias de cada comunidade e/ou aldeia, sendo de sua competência deliberar sobre os assuntos políticos, administrativos, financeiros e projetos que envolvam a área da UC. A Tapajoara, considerada ‘mãe’ das organizações intercomunitárias da Resex, preside o Conselho Comunitário e é a representante institucional dos moradores e organizações locais. Ela foi fundada em 7 de julho de 1999, com o objetivo de promover a gestão participativa, conjuntamente com demais gestores da UC, principalmente no que se refere à organização das associações comunitárias presentes no território. De acordo com o estatuto da Tapajoara, é sua missão e objetivo, além da representação dos moradores, zelar pelo território, sendo ela a concessionária do CCDRU.

Essa configuração de organização formalizada confere aos comunitários o *status* de sujeitos políticos, podendo atuar na interlocução direta com órgãos do governo (federal, estadual e municipal), ONGs (nacionais e internacionais), instituições financeiras, organismos de financiamento, acesso a serviços de assistência social via programas públicos e garantia de direitos (ANDRADE, 2019). Foi por intermédio da associação Tapajoara, mediante negociação travada no ano de 2002 por seu presidente, Sr. Nazareno José de Oliveira (presidente da segunda diretoria executiva – mandato 2002 a 2005), que comunitários residentes em UC obtiveram acesso ao crédito habitação.

O financiamento de habitações, até o ano de 2002, era desenvolvido pelo programa de reforma agrária, em parceria entre Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), restrito a moradores de projetos de assentamento. Sr. Nazareno, em reunião na sede do MDA em Brasília, em 2002, convenceu os representantes do Estado de que o financiamento deveria ser ampliado para o crédito atender outras populações tradicionais. Deste modo, em setembro de 2002, foi publicada a Portaria Interministerial 013/2002 MDA/MMA, que estendeu o acesso ao crédito habitação às populações tradicionais beneficiárias de UC de uso sustentável (ANDRADE, 2019).

Nazareno José de Oliveira



(Fonte: Arquivo pessoal de Natalina de Oliveira, 2020).

No meu mandato, de 2002 a 2005, nós trabalhamos o crédito habitação das comunidades. Inclusive aqui eu coordenei 70 unidades para ajudar a construir com os pedreiros. Foi uma conquista em meu mandato como presidente da Tapajoara, consegui no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O modelo de projeto de habitação era feito só nos assentamentos. Por que só nos assentamentos? Como foi meu argumento? Nós como brasileiros, trabalhadores e produtores, nós precisávamos de ter uma moradia descente, que as nossas casinhas eram de palha, de barro, de madeira. A gente nunca morou numa casa de alvenaria. Então nós precisávamos. Nós precisamos ter uma educação de boa qualidade, eu fui aluno disso, estudei e tive dificuldade de apagar meu erro porque não tinha borracha. Nós precisávamos de ter uma saúde e um atendimento de boa qualidade. E nós precisava ter dinheiro no bolso através de projetos de mercado, para a nossa produção da Resex. Esses argumentos eu falei lá e a resposta foi simples: “Ok, então vai o crédito para as Resex também”.

Importa destacar que são pelas articulações interinstitucionais que as associações comunitárias têm a possibilidade de acessar programas e recursos para sanar demandas locais. A exemplo da parceria firmada no ano de 2015 entre o ICMBio e o governo dos Estados Unidos da América, por intermédio da US Forest Service (Serviço Florestal Americano) e a United States Agency for International Development – USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), que destinaram R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para três comunidades da Resex. Os recursos foram disponibilizados via associação para: comunidade Cametá, Associação Intercomunitária de Moradores Extrativistas de Cametá e Andarú (AMECA); comunidade Pascoal, Associação Comunitária Rural e Extrativista de Pascoal (ACREP); comunidade Anã, Associação de Piscicultores e Extrativistas da Comunidade Anã (APAA) e a Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE).

Do ponto de vista operacional, a criação de associações tornou-se importante para gestão dos interesses comuns aos moradores das comunidades da Resex, seja para o acesso a recursos financeiros ou materiais de instituições públicas e privadas, seja para gestão de embarcações comunitárias, operacionalização de infraestruturas básicas, como os microssistemas de água e energia das comunidades, acesso a programas públicos, como o crédito habitação, ou na intermediação de projetos de desenvolvimento, preservação e pesquisa. As mobilizações associativas na Resex são as principais responsáveis pela

implementação de atividades voltadas para a geração de alimento e renda aos moradores. A título de exemplo, sem pretensão de esgotar as inúmeras experiências no território, destacaremos apenas algumas. Pode-se citar a criação de peixe em tanque rede, produção de ração para peixes, meliponicultura e o turismo de base comunitário, atividades desenvolvidas na comunidade Anã, coordenadas pelas respectivas entidades: APAA, Mulheres Sonhadoras em Ação – MUSA e a TURIARTE.

A Associação de Moradores Agroextrativistas e Indígenas do Tapajós – AMPRAVAT é outra iniciativa desenvolvida na Resex, envolvendo dez comunidades. A associação tem se destacado nas atividades de artesanato, produção, beneficiamento e comercialização de alimentos. Também com protagonismo das mulheres, a associação vem trabalhando com produtos derivados da mandioca e, aos poucos, vem conquistando espaço na região pela produção de vinho de mandioca. Destaca-se ainda que, recentemente, em 2019, teve início o primeiro projeto de manejo florestal sustentável comunitário na Resex, desenvolvido pela Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú – Cooprunã (ALMEIDA, 2020).

Ainda no âmbito da gestão compartilhada da Resex, a legitimidade das associações é confirmada por intermédio de seu envolvimento em canais formais de participação, como os Grupos de Trabalho – GTs de caráter temporário e as Câmaras Técnicas, de caráter permanente, os quais contribuem para o reconhecimento e fortalecimento das entidades locais (ANDRADE, 2019). Em 2016 havia cinco GTs em atividade no Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns voltados ao debate de questões fundamentais à UC: I) Planejamento de Uso Público II) Relação de Beneficiários (RB) da Resex; III) Projeto Conselho nas Comunidades (Edital ARPA cujo escopo previa incentivar a participação de conselheiros e comunitários na gestão); IV) GT para discussão da questão do gado e; V) GT para discussão da pesca. Além desses, mesmo que atualmente estejam inativos, outros GTs foram importantes para a gestão da UC, como os GTs sobre educação, infraestrutura e assistência técnica.

Além dos GTs, em 2016 havia a Câmara Técnica Territorial, constituída para discutir e apresentar propostas de resolução de questões territoriais relacionadas às questões de identidades indígenas e não indígenas. Cerca de 41% das entidades componentes do Conselho Deliberativo estavam participando ao menos de uma dessas instâncias de debates, sendo que a grande maioria era de associações comunitárias e intercomunitárias.

Conferindo maior complexidade aos arranjos institucionais estabelecidos na Resex, é importante mencionar que a região do Baixo Tapajós é marcada por processos de emergência de identidades étnicas indígenas. Em 2018 havia 74 comunidades na Resex e cerca de 35 aldeias, sendo que em alguns casos aldeias e comunidades ocupam áreas sobrepostas. Conforme registra Andrade (2019, p. 169), este fato “gera conflitos até o momento presente na consolidação de práticas associativas e tornam a governança da UC arena de manifestação de conflitos interétnicos”.

O movimento indígena na região do Baixo Tapajós emerge no contexto de criação da Flona do Tapajós e se consolida com a criação da Resex Tapajós-Arapiuns. No atual contexto, o movimento indígena da região é organizado a partir do Grupo Consciência Indígena – GCI e do Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns – CITA. Em 2017, atendendo à demanda do CITA, o Conselho Deliberativo da Resex

conferiu à organização o mesmo *status* que a Tapajoara no âmbito da representação sociopolítica e decisória nas instâncias de gestão do território.

A despeito dos conflitos em torno do uso dos recursos naturais, que no atual contexto envolve principalmente Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário implantados ou em processo de licenciamento, além das sobreposições territoriais, grupos indígenas presentes na Resex também vêm adotando a constituição de associações como forma de representação. De acordo com o planejamento da Diretoria Executiva da Tapajoara (2017-2020), naquele contexto havia oito associações indígenas na Resex, as quais exerciam importante papel nas articulações interinstitucionais, internas e externas às aldeias.

Considerações Finais

Embora com trajetórias diferentes, reflexo principalmente das características das categorias de UC, a Resex Tapajós-Arapiuns e a Flona do Tapajós comungam de um fator comum no que se refere à formação de seus arranjos institucionais locais, que é o engajamento das associações comunitárias nos processos de construção das formas de participação comunitária. Além disso, tais interconexões foram estruturadas com base em um sistema de regras consolidado a partir do começo do século XXI, o qual implementou a governança compartilhada, dando ênfase ao papel de diferentes atores nos processos de gestão e uso dos recursos naturais, retirando do Estado o papel de único gestor.

A partir da criação das UC se desenhou um arranjo institucional formal/legal, impondo diferenciadas formas de envolvimento político, conseqüentemente, ressignificando a participação social na gestão do território, instituindo as associações como importantes agentes responsáveis pela interlocução política com instituições internas e externas às UC. Por um lado, do ponto de vista operacional, a ação administrativa preconizada pela maioria dos programas e subprogramas, ao indicarem os rumos das relações sociais (políticas, econômicas e ambientais) convertem as associações em canais decisivos na interlocução entre os moradores e a governança da UC.

Contudo, este processo não está livre de conflitos, é marcado por contrariedades, negociações, disputas internas e externas. Se por um lado as associações demarcam uma nova forma de organização política, por outro, podem se constituir como campos de disputas de poder no cotidiano interno às comunidades, assim como no âmbito dos conselhos gestores. Embora elas proporcionem melhor capacidade organizativa dos comunitários, elas criam ambientes de poder que exigem atuação na formulação de demandas e diálogos com distintos agentes estatais e da sociedade civil. Atuação que confere às lideranças locais distinção e *status*, podendo gerar rivalidades e até desarticulação entre moradores das comunidades e enfraquecimento de laços de confiança interpessoal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Everton Cristo de. **Uso dos recursos florestais em diferentes modelos de ocupação territorial no Oeste Paraense – Amazônia Oriental**. 2020. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – PPGSND, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, PA, 2019. Disponível em: https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=815. Acesso em: 2 dez. 2020.

ANDRADE, Marcelo Moraes de. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança**. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – PPGSND, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, PA, 2019. Disponível em: https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=815. Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997. Dispõe sobre o programa piloto de proteção das florestas tropicais sua comissão de coordenação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, p. 733, 14 jan. 1997. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Cria a Floresta Nacional do Tapajós e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 2, p. 245, 20 fev. 1974. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispões sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, altera as Leis nº 10683 de 28 de maio de 2003, 5868 de 12 de dezembro de 1972, 9605 de 12 de fevereiro de 1968, 4771 de 15 de setembro de 1965, 6938 de 31 de agosto de 1981 e 6015 de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 3 mar. 2006. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta os arts. 225, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 7, p. 4.917, 19 jul. 2000. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Floresta Nacional do Tapajós: Plano de Manejo**. Brasília: S.e, 2004.

ESPADA, Ana Luiza Violato. **Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de

Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GAMA, Zilda Joaquina Cohen dos Santos. **Governança dos recursos florestais em Unidades de Conservação na Amazônia:** o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós. 2019. 237 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria nº 84, de 29 de junho de 2001.** Cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós. Brasília.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria nº 9, de 22 de fevereiro de 2005.** Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. Brasília.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. *In:* NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** v. 1. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008. p. 21-44.

VERÍSSIMO, Adalberto. **Influência do Promanejo sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CAPÍTULO VI

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: o papel dos conselhos gestores na Flona do Tapajós e na Resex Tapajós-Arapuins

*Danielle Wagner Silva
Marcelo Moraes de Andrade
Maria Jociléia Soares da Silva
Biane Silva Pontes
Jackeline Nóbrega Spínola
Thiago Almeida Vieira*

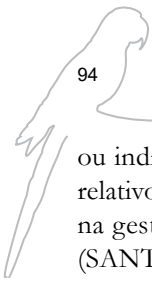
Introdução

A promulgação da Lei nº 9.985, em julho do ano 2000, conhecida como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), demarcou uma nova fase na legislação brasileira de planejamento ambiental. Para além de sua relevância no que se refere aos tipos de Unidades de Conservação (UC's), o SNUC abriu espaço para a realização de um desejo antigo da sociedade civil e de ambientalistas: a participação social. O SNUC estabeleceu princípios democráticos na gestão das UC's ao criar instâncias de promoção de participação, destaque para os Conselhos Gestores.

Os conselhos são espaços importantes de participação da sociedade, contribuindo com a interlocução política do governo e a população. São espaços de debate e formulação de políticas públicas, no qual a sociedade tem a possibilidade de exercer o controle social do governo, descentralizando-o, ou seja, compartilhando as decisões e não somente cumprindo-as (SOUZA, 2012).

Mas, afinal, o que é participação social? Participação social é o envolvimento da sociedade civil na governança pública e ocorre quando, por meio de suas representações em instâncias de decisão, a sociedade tem poder de intervir na proposição, implementação e gestão de políticas públicas. Direito garantido na Constituição Federal de 1988, esse tema tornou-se forte bandeira de luta dos movimentos sociais, principalmente a partir da década de 1990. Entre os principais instrumentos de participação social no Brasil estão os Conselhos e Comitês gestores de políticas públicas. Esses órgãos colegiados geralmente são formados por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir que a sociedade tenha oportunidade de participação, sendo esta manifestada pela democracia direta (participativa)



ou indireta (representativa), e dos avanços significativos previstos no SNUC, tanto relativos à proteção da biodiversidade, quanto à inserção de instâncias de participação na gestão das áreas protegidas no Brasil, muitos são os entraves na sua efetivação (SANTOS *et al.*, 2013).

Para assegurar a participação social na gestão das UC's, no contexto do estado brasileiro foi instituída a chamada gestão participativa, que é uma diretriz utilizada em muitos países onde existem alianças pela conservação dos recursos naturais, considerada um mecanismo de administração conjunta que permite o envolvimento de pessoas com diferentes níveis sociais e escolaridade (SATHLER, 2005). Na gestão participativa das UC's, a participação é livre e voluntária e o SNUC (Lei nº 9.985/2000) prevê no Art. 5º, inciso 3, “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”.

Ao longo do tempo, os Conselhos Gestores de UC's vem sendo implementados pelo ICMBio, de modo a consolidar a gestão compartilhada dos territórios. Na atualidade, configuram-se como um dos principais indicativos do nível de efetividade de gestão. Mas, como ocorre essa participação? Ao longo das seções a seguir são descritos os processos de criação dos Conselhos Gestores da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, destacando suas respectivas formas de funcionamento e importância como instrumentos de participação e controle social na gestão do território.

Conselhos gestores como instrumentos de participação social na gestão de UC's

A degradação ambiental provocada pela ação antrópica, notadamente a partir da revolução industrial do século XIX, tem provocado mudanças em nosso planeta sob diferentes formas e colocado em risco nossa própria existência (BRUDTLAND, 1987). Em nível mundial, a criação de áreas protegidas representa o esforço para evitar a destruição do meio natural, causados pelo desmatamento e pela expansão das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais. Assim, diversos países institucionalizaram áreas protegidas com nomenclaturas e regimes de administração de acordo com suas realidades socioambientais, fundamentados no aprimoramento dos objetivos de conservação e sustentabilidade.

O Brasil adotou um modelo original de gestão institucional de proteção e conservação do meio natural, distinto inclusive pela adoção da terminologia ‘Unidades de Conservação’. Conforme apresentado no capítulo “*Os instrumentos de Gestão da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*”, os modelos, os instrumentos e as legislações foram sendo modificados no decorrer de décadas e, progressivamente, se ajustando às peculiaridades do Brasil. Atualmente há consenso entorno da premissa de que a inclusão de populações locais ou da sociedade de modo geral na gestão de UC's é fundamental para o delineamento e alcance de princípios de conservação. Neste sentido, a participação social tornou-se fundamental à boa

governança, a qual pode ser compreendida como as “interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outros interessados diretos manifestam sua opinião” (BORRINI-FEYERABEND *et al.*, 2017, p. 10).

No contexto de UC's, a participação social representa a necessidade de democratização das decisões sobre questões ambientais, de modo a buscar maior integração entre agentes do Estado, população em geral e o meio natural. Conforme previsto no SNUC, os Conselhos Gestores são os instrumentos legais de participação social, tendo como premissa a gestão compartilhada dos territórios.

Por definição, o Conselho Gestor de uma UC é um espaço de articulação de interesses de diversos agentes sociais que o compõem, discussão e, a depender de sua condição, de deliberação. Em termos de planejamento e gestão de uma UC, é o mecanismo responsável por amparar a constituição dos demais instrumentos de gestão, tais como: diagnósticos ambientais e socioeconômicos, elaboração e aprovação de planos de manejo, acordos de uso e manejo de recursos naturais, dentre outros.

Logo, o Conselho Gestor é o ambiente de concretização da gestão compartilhada por promover a participação de diferentes representantes delegados de órgãos públicos, instituições privadas, organizações não governamentais e entidades representativas de variados segmentos sociais atuantes na região onde a UC está situada. É a instância política e técnica com a incumbência de estabelecer diretrizes de controle social e ambiental, delinear articulações interinstitucionais, fomentar a elaboração de mecanismos de conservação ambiental, propor melhorias para a UC, estimular o desenvolvimento de instrumentos que favoreçam o bem-estar das populações residentes na UC, identificar e propor alternativas de resolução de problemas. Tudo isso sem perder de vista os objetivos da UC.

Assim, o Conselho Gestor de UC's de uso sustentável tem como pressuposto servir de instrumento de participação social por ser constituído de representações das populações/comunidades que habitam a UC. Nesse contexto, as comunidades, bem como os demais atores sociais envolvidos com as UC's atuam, direta e indiretamente, na gestão delas por intermédio de seus conselhos.

Os Conselhos Gestores têm a prerrogativa de discutir temas diversos, tais como: políticas internacionais, acordos orçamentários nacionais e de planos regionais de uso da terra, implementação de projetos dentro da UC e decisões cotidianas que afetam o modo de vida dos comunitários. Entretanto, conforme determinado na lei do SNUC, os conselhos assumem diferentes papéis e apresentam constituições de acordo com a finalidade da UC, podendo ser deliberativos ou consultivos, conforme a categoria em que a unidade está inserida. No Quadro 1 a seguir, são apresentadas as características atribuídas no SNUC aos Conselhos Consultivo e Deliberativo:

Quadro 1 – Atribuições dos Conselhos Consultivos e Deliberativos

Conselho Consultivo	Conselho Deliberativo
<ul style="list-style-type: none">• Decide sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do Conselho, prevista em seu Regimento Interno;• Decide sobre o conteúdo do Plano de Ação do Conselho;• Emite manifestações sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação;• Propõe resoluções;• Emite recomendações e moções.	<ul style="list-style-type: none">• Decide sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do Conselho, prevista em seu Regimento Interno;• Decide sobre o conteúdo do Plano de Ação do Conselho;• Decide sobre assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação;• Emite resoluções;• Emite recomendações e moções;

Fonte: Adaptado a partir de Instituto Estadual de Florestas – IEF, Minas Gerais (2021).

Com a institucionalização da Lei do SNUC em 18 de julho do ano 2000, houve significativas mudanças nos regimes de governança de UC's, principalmente pela classificação, categorização e formas de gestão. O SNUC definiu que as UC's seriam administradas pelo Estado, com a participação da sociedade civil.

Em 2002, o Decreto nº 4.340 regulamentou o SNUC e em seu Capítulo V, definiu as diretrizes para criação, funcionamento, composição e competência dos conselhos e órgãos gestores de UC's. Assim, ficou determinado que as Resex seriam geridas por um Conselho Deliberativo, presidido por um agente do Estado vinculado ao órgão gestor:

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2002).

Esse mesmo dispositivo estabeleceu que as Flonas devem dispor de Conselho Consultivo, formado por representantes delegados de diversos órgãos públicos e privados, assim como representantes de populações tradicionais residentes no território.

Uma das normas de regularização dos Conselhos Deliberativos foi efetuado pela Instrução Normativa – IN nº 02, de 18 de setembro de 2007, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que disciplinou as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo das Resex's e das Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Esta normativa, além de instituir a figura do 'chefe' da UC, estabeleceu o Conselho Deliberativo como órgão institucional máximo responsável pela gestão das referidas UC's e definiu-o como “[...] o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (BRASIL, 2007, Art. 2º).

A IN ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, disciplinou as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em UC's federais. Em dezembro de 2014, a IN foi revogada e publicou-se a IN nº 9 com uma nova abordagem, indicando também que a composição do conselho deveria ser por

instituições representativas dos setores que tenham relação com os usos do território de influência das UC's. A definição das instituições ocorre no âmbito do próprio conselho, em assembleias definidas para essa finalidade.

Os moradores das comunidades, conforme demonstrado no capítulo V deste livro “*O papel dos arranjos institucionais locais na governança da Flona do Tapajós e na Resex Tapajós-Arapiuns*”, são detentores de direitos sobre o território, no âmbito da gestão, tem seu direito à participação garantidos pela constituição de associações comunitárias e intercomunitárias. Por essa forma de representação, garantem assento nos Conselhos Gestores e direito a voto.

Assim, o tipo de governança adotado para administração da UC é o que determina o nível de participação social. Por exemplo, no regime de governança pública, a gestão é centralizada no Estado; no regime de cogestão ou gestão compartilhada, a administração da área envolve diversos atores, governamentais e não governamentais; já no regime de governança privada, a gestão compreende UC's sob propriedade de indivíduos, cooperativas, ONGs ou empresas, geridas com ou sem fins lucrativos; e, por fim, na governança comunitária, a gestão é de responsabilidade das próprias pessoas residentes nas comunidades da UC (DUDLEY, 2008).

Diversos estudos, como os de Bulla e Leal (2004), Azevedo (2005) e Pontes (2017), apontam que os conselhos se mostram como os principais instrumentos da gestão descentralizada e participativa da sociedade civil e, ainda, são tidos como um dos principais instrumentos de participação democrática, à medida que são e geram espaços de participação, debate e controle social da gestão pública. Assim, os Conselhos Gestores atuam ora como mecanismos de cooperação na gestão pública, ora como canais democráticos ou como instrumentos de participação popular, com a finalidade de promover o controle político e social da administração pública, averiguando se as ações executadas pelos gestores se pautam em bases legais e atendem ao interesse coletivo na busca do bem comum (AZEVEDO, 2005).

A constituição dos Conselhos Gestores da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns

A Flona do Tapajós e a Resex Tapajós-Arapiuns são UC's criadas em territórios de conflitos relacionados principalmente à exploração madeireira. Nesse sentido, os Conselhos Gestores das UC's tornaram-se instrumentos privilegiados, tanto para discussão de problemas e divergências, quanto de delineamento de estratégias de desenvolvimento e negociação de demandas diversas.

Desde o início de suas formações, os Conselhos Gestores, por meio de seus conselheiros, vêm atuando ativamente em diversos processos de consolidação dessas UC's, tais como na regularização fundiária interna e elaboração do perfil das famílias beneficiárias, análise e aprovação de projetos, elaboração conjunta dos acordos de pesca, além da revisão dos Regimentos Internos dos Conselhos, elaboração e revisão do Plano de Ação do Conselho e elaboração e revisão dos Planos de Manejo das UC's.

Para ICMBio (2015), conselheiro é quem representa a instituição membro, pessoa empessada e com direito a voto.

A participação social nos Conselhos Gestores é garantida por intermédio de grupos de interesse da sociedade civil, organizados a partir de entidades representativas, tais como cooperativas, associações, colônias de pescadores, sindicatos de trabalhadores, federações, congregações religiosas e demais entidades e organizações não-governamentais. A condição de membro do conselho, a qual depende de aprovação, garante o direito a voto nas deliberações.

O Conselho Consultivo da Flona do Tapajós foi formalizado pela portaria nº 84 de 29 de junho de 2001, sendo o primeiro a ser criado no Brasil nos moldes estabelecidos pelo SNUC. Atualmente, o conselho é formado por 49 organizações representantes do poder público, sociedade civil e comunidades. A primeira formação do conselho derivou do Grupo de Estudos criado pela Prefeitura Municipal de Santarém em 1992 (Decreto nº 18/1992), visando delinear soluções para a situação de conflito daquele território, formas de conciliar a conservação dos recursos naturais, o uso e comercialização de produtos florestais e os direitos das populações extrativistas locais.

O Grupo de Estudos era formado por representantes dos moradores da Flona, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Santarém, Poder Executivo, Legislativo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Projeto Saúde e Alegria, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Pará e Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP.

A gestão participativa é promovida através do Conselho Consultivo e dos demais fóruns de discussões formais e não formais na UC. A Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais Flona do Tapajós, chamada localmente de Federação, é a representação política dos moradores das comunidades do interior dessa UC e foi criada em 2004, no intuito de ser a organização formal concessionária do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

Quando a Resex Tapajós-Arapiuns foi criada, em novembro 1998, os atuais instrumentos legais de gestão não existiam. A governança da UC era baseada na governança comunitária em decorrência do processo de organização política e luta dos moradores das comunidades para criação dessa UC. Em 1999, os moradores criaram a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – localmente denominada Tapajoara, organização de representação máxima dos moradores junto a sociedade em geral, em especial as instituições públicas. A Tapajoara é reconhecida pelos moradores como a associação ‘mãe’ de todas as associações, sendo representante formal e política de todas as comunidades e em 2011, concessionária do CCDRU.

O Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns é a principal instância de decisão de aspectos relativos ao meio ambiente e socioeconômicos do território. O conselho teve sua formação iniciada no ano de 2002, sendo formalizado em 2004. No atual contexto, é constituído por 57 cadeiras, sendo 37 destinadas às associações comunitárias e 20 às entidades de órgãos públicos e da sociedade civil. De modo geral,

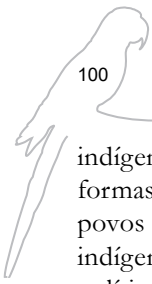
o Conselho Deliberativo é formado por 100 conselheiros. As entidades suplentes são todas organizações do interior da UC (ICMBio, 2014).

A Resex Tapajós-Arapiuns é pioneira em âmbito nacional na institucionalização de outras instâncias de participação social dos moradores na gestão territorial. Além do Conselho Deliberativo, a UC dispõe de outro órgão colegiado de participação social na gestão do território: o Conselho Comunitário da Tapajoara. Assim, a governança instituída na Resex é atípica no contexto de gestão e participação social em UC's, pois desde a sua criação em 1998, ou seja, há mais de duas décadas, as decisões referentes à gestão do território passam por um duplo procedimento de consultas, debates e deliberações, através de processos em duas instâncias soberanas de deliberação, a saber:

1. Primeiro as discussões e deliberações são realizadas no contexto do Conselho Comunitário, que é composto por três lideranças locais de cada uma das 74 comunidades e/ou aldeias que pertencem a Reserva. Lideranças essas indicadas pelas próprias comunidades e aldeias, perfazendo cerca de 250 moradores que representam aproximadamente 3.600 famílias nas discussões sobre temas de interesse da UC. Destaca-se que esse conselho é constituído única e exclusivamente por moradores beneficiários do território da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, não cabendo manifestação ou influência de quaisquer organizações externas a este grupo, seja de governo ou não-governo, e que suas decisões são formalizadas através de resoluções e/ou atas das assembleias soberanas que se tornam instrumentos públicos de consulta.
2. Após exauridos os debates e deliberações do Conselho Comunitário, os projetos, programas e/ou ações, são submetidos a apreciação do Conselho Gestor da Unidade, o Conselho Deliberativo. Importante reforçar que o Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns é atualmente o maior do Brasil, em número de cadeiras e membros de todas as UC's federais do país, com 57 cadeiras, divididas em 95 entidades (entre titulares e suplentes), sendo a ampla maioria (62) entidades de base comunitária do interior da Resex, ou seja, os próprios moradores, e que este conselho não tem suas decisões determinadas pelo ICMBio. Conforme destacado do Regimento Interno do Conselho, a plenária é suprema nas decisões do colegiado, e o ICMBio, tem apenas um único voto, nessa instância de gestão.

Essa configuração de governança mostra que, apesar do Conselho Deliberativo ser a principal ferramenta legal para o exercício da governança compartilhada, envolvendo diversos agentes sociais, dispositivos e poderes, operando em vários níveis das esferas de tomada de decisão, a participação dos moradores na gestão da UC também ocorre em outras instâncias de participação, como as associações comunitárias, o Conselho Comunitário da Federação da Flona, da Tapajoara e o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA). Essa conformação torna a experiência administrativa desses territórios única no país.

É importante ressaltar que em termos de organização política, a diversidade de entes representativos nessas UC's ocorre também devido à existência de aldeias



indígenas nos territórios regularizados como UC's, ampliando a complexidade das formas de organização social. O CITA, conselho constituído como representação dos povos indígenas do Médio e Baixo Tapajós, é representante institucional de povos indígenas da Resex e desfruta, juntamente com a Tapajoara, da representatividade política desses grupos em todas as questões alusivas ao território da UC.

Em relação à questão de gênero no contexto dos conselhos, de acordo com estudo de Pontes (2017), entre 2014 e 2016, os conselheiros da Flona do Tapajós eram 97% do sexo masculino e 3% do feminino, sendo as organizações comunitárias representadas exclusivamente por homens com idade média de 49 anos. Nas regras legalmente instituídas pelo órgão gestor, na IN nº 09/2014 do ICMBio, não há previsão de equidade de gêneros nos conselhos.

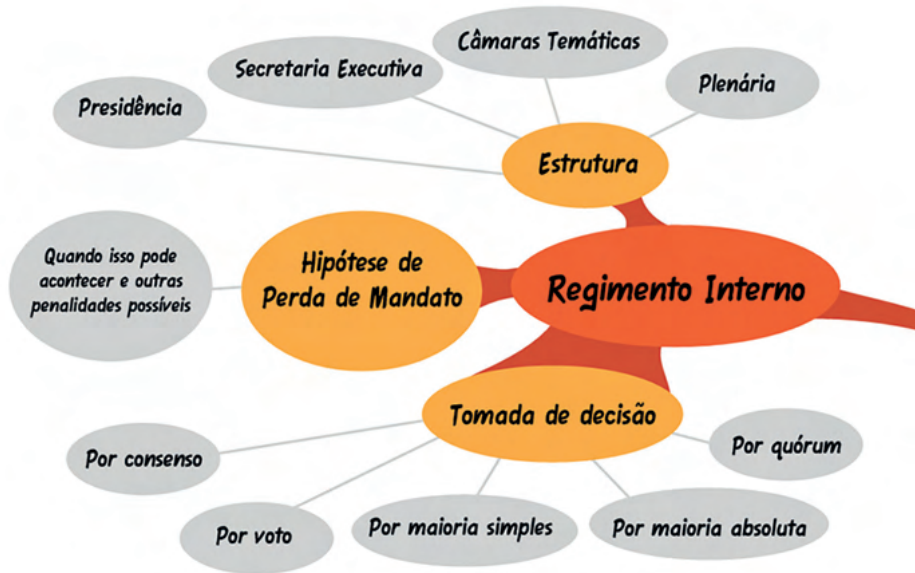
Observa-se que é comum na região Amazônica o protagonismo masculino em atividades relacionadas à esfera pública, uma vez que as tarefas domésticas e de educação dos filhos é tradicionalmente responsabilidade das mulheres. Quando há presença de mulheres nas organizações, estas fazem parte do secretariado (LEAL, 2011). Tal característica é percebida não somente no conselho consultivo, mas também nas organizações comunitárias e intercomunitárias na Flona do Tapajós, onde as mulheres estão mais diretamente ligadas a atividades religiosas e a grupos de mulheres.

Organização normativa da participação e funcionamento dos Conselhos Gestores

As instâncias de organização interna dos Conselhos Gestores são regulamentadas por meio do Regimento Interno de cada conselho, elaborados e aprovados em assembleias específicas. Conforme definido nesses documentos, essas instâncias são estruturadas da seguinte forma: a) Plenária – conjunto de membros reunidos; b) Presidência – exercida pelo chefe da UC; c) Secretaria Executiva – exercida pelo ICMBio ou outra instituição membro do conselho; d) Grupos de Trabalho – responsáveis pela discussão de assuntos temporários, e; d) Câmaras Temáticas – encarregadas de discussão de assuntos de caráter permanente.

As regras de funcionamento dos colegiados são indicadas no Regimento Interno que é construído de forma coletiva pelos seus membros. As atividades dos Conselhos são indicadas no Plano de Ação e deverão ser executadas a curto e médio prazo (1 ou 2 anos) (embora em 2020 as atividades tenham sido suspensas e retomadas de forma virtual em março de 2021). Os atuais planos de Ação dos Conselhos da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns foram elaborados em 2019. A Figura 1 a seguir ilustra esquematização dos Regimentos Internos de UC's.

Figura 1 – Funcionamento dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (ICMBio, 2014)

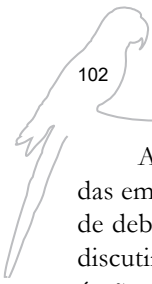


A funcionalidade do conselho se dá, sobretudo, através de reuniões. Estas reuniões podem ser ordinárias ou extraordinárias. As reuniões ordinárias ocorrem três vezes ao ano e as extraordinárias sempre que necessárias, geralmente com duração de 7 a 8 horas. No entanto, a depender da pauta decidida previamente, podem ocorrer em dois dias de trabalho.

As reuniões são descentralizadas, de maneira que possam ocorrer em todas as comunidades. Nas reuniões são tratados assuntos diversos relacionados à infraestrutura e questões ambientais, como crimes ambientais, sendo a relação dos moradores com a UC a pauta principal das discussões, sobretudo no que tange às normas de uso e perfil de beneficiários. Tais temas afetam a vida dos moradores como um todo, uma vez que as famílias não beneficiárias não participam de políticas públicas voltadas às populações tradicionais.

As manifestações e encaminhamentos dos conselhos gestores podem ser formalizadas das seguintes maneiras:

- a) **Recomendação:** documento com a indicação de medidas a serem realizadas por um ou mais órgãos competentes.
- b) **Moção:** documento emitido pelo conselho com proposta ou reivindicação de determinada medida ou decisão de algum órgão competente.
- c) **Resolução:** documento que expressa uma decisão do Conselho Deliberativo sobre determinado tema de gestão, neste caso referente às Resex ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).



As Câmaras Temáticas são instituídas e compostas por representações definidas em assembleias. Os Grupos de Trabalho – GT's, criados quando há necessidade de debates mais específicos, são instâncias com caráter temporário e de apoio para discutir assuntos específicos e relacionam-se diretamente com os planos de ação. O órgão gestor reconhece que ao discutir temas específicos em grupos menores, como é o caso dos GT's, além de garantir a transparência nos processos, viabiliza o diálogo entre a diversidade de conselheiros, o que amplia os níveis de compreensão e reflexão dos mesmos em torno do tema discutido (ICMBIO, 2015). Observa-se, portanto, que os GT's são importantes mecanismos para ampliar a participação social na gestão das UC's. A partir das suas atividades, normalmente em oficinas, toma-se novos encaminhamentos para atividades executadas em grupos menores.

Um fator que interfere na eficiência do funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns é a escassez de técnicos no órgão gestor, o qual conta com apenas 3 analistas para atender as demandas de um território com 677.513,24 hectares, 75 comunidades, dentre elas tradicionais e aldeias indígenas, com aproximadamente 16 mil comunitários. Além desse fator, a pesquisa realizada por Pontes (2017) sobre a participação social na Flona do Tapajós mostrou que o principal gargalo do conselho gestor da UC era manter o quórum em pelo menos 75%, tal qual sugere o órgão ambiental, uma vez que a presença dos conselheiros oscila, chegando a 50% em 2016.

Responsável pelo controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU, 2013), em 2013 realizou uma auditoria com objetivo de obter informações sobre a realidade e avaliar as condições normativas, institucionais e operacionais das UC's federais e estaduais de estados da região Amazônica. Nessa ocasião foi desenvolvido o Índice de Implementação e de Gestão de Áreas Protegidas. O índice se baseou em 14 aspectos da gestão para avaliar seu grau de implementação, fragilidades e boas práticas, classificando as UC's em baixa, média e alta implementação de governança.

Embora o estudo tenha sido realizado há quase dez anos, apresenta ótimos indicativos para reflexão sobre questões da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona do Tapajós. Naquela época, o índice de implementação e governança em ambas UC's foi médio. Apesar de contar com instâncias de participação efetivamente em operação na gestão das UC's e possuírem Plano de Manejo, há desafios a serem superados que poderiam melhorar a atuação dos Conselhos Gestores.

Considerações finais: aprendizados e apontamentos sobre participação social na gestão de Unidades de Conservação

Os Conselho Gestores da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns, por intermédio de diversas ações imprescindíveis à boa governança, ao longo dos anos vem se consolidando como instâncias de gestão. Esses conselhos vêm sendo reconfigurados em termos de estrutura organizacional (representações e funcionamento), passando tanto pela aceitação por parte dos comunitários, à conformidade imposta pela legislação, quanto de legitimidade ao garantir a participação dos moradores, permitindo o diálogo e a expressão dos interesses dos envolvidos na gestão das UC's.

O conselho da Flona do Tapajós, apesar de consultivo, atua como deliberativo e está em constante reconstrução para ser um importante instrumento de gestão participativa para a unidade, desde que visto pelos moradores como oportunidade de participação nas tomadas de decisões sobre a gestão dos recursos naturais em conjunto com o ICMBio e demais instituições parceiras, como a Federação e as associações intercomunitárias.

Entretanto, dada sua característica de reunir distintos agentes sociais para decidir sobre os rumos do território, os Conselhos Gestores, muitas vezes, vão sendo (re)configurados como ambientes de disputas de poder entre seus membros ou de afloramento de visões de mundo divergentes. Tais situações por vezes expressam ou geram conflitos internos às comunidades, mas também levam a reflexões mais amplas, perpassando questionamentos sobre a sobreposição de direitos adquiridos por povos tradicionais e a necessidade de consideração de aspectos específicos (ANDRADE, 2019). Exemplo disto está ocorrendo atualmente na Resex Tapajós-Arapiuns, em decorrência da recente implantação de projeto de manejo florestal comunitário que, embora tenha sido aprovado pelo Conselho Deliberativo, é tema polêmico porque não há unanimidade na aceitação dessa atividade por parte de moradores da Resex. Povos indígenas residentes no território são contrários aos projetos e reivindicam que seja realizada consulta livre, prévia e informada (CLPI), conforme preconizado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

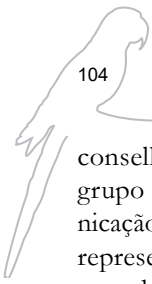
De maneira geral, as pautas e/ou encaminhamentos são seguidos tanto pelo órgão gestor, quanto pelas comunidades, inferindo-se um princípio de afirmação da representatividade dos conselhos para as UC's, embora a participação seja regular. Nesse aspecto, um dos maiores problemas que envolve o bom funcionamento dos Conselhos Gestores em UC's é o fato de o papel e as atribuições dos conselhos ainda não estarem devidamente entendidos e assimilados pelos conselheiros e gestores das unidades.

Entretanto, é imprescindível à boa governança de uma UC, garantir a efetiva participação dos comunitários em todas as esferas de decisões referentes ao delineamento de diretrizes do território. Para tanto, é preciso investimentos no fortalecimento dos mecanismos de promoção da organização social voltada à participação, o que implica inclusive em maior orçamento para viabilizar a realização das reuniões.

A participação deve acontecer com base nos princípios da representatividade e da legitimidade: um conselheiro ou uma conselheira deve ser um representante legítimo da comunidade ou instituição, escolhido e nomeado por seus pares; deve dispor de habilidades para influenciar decisões. Ele deve ser reconhecido como porta-voz, o elo entre a comunidade, instituições diversas e o conselho.

Apesar da legislação ambiental brasileira prever a gestão compartilhada e para gestores do ICMBio a gestão participativa nas UC's também visa promover processo de aprendizagem social e empoderamento dos atores sociais no entorno e dentro das unidades, ainda não se pode afirmar, por exemplo, que há uma gestão social efetiva, pois esse empoderamento é limitado no que tange à gestão. A exemplo do poder fiscalizador decisório ser apenas do órgão gestor (PONTES, 2017; ANDRADE, 2019).

As tomadas de decisões no âmbito do conselho fornecem ou não caráter de efetividade da gestão participativa, tendo em vista que para tal é necessário que o



conselheiro se sinta parte do processo e que sua participação seja legitimada pelo grupo que representa. Para tanto, faz-se necessário repensar as estratégias de comunicação entre conselheiros, conselheiros e comunidades ou instituições/entidades que representam, uma vez que recorrentemente comunitários reclamam que as decisões tomadas no âmbito do conselho gestor não são difundidas internamente.

É preciso desenvolver estratégias participativas que legitimem as atividades dos conselhos, de modo a garantir a efetiva participação da sociedade na tomada de decisões e a representação dos interesses de todos os envolvidos na UC, havendo capacidade e habilidade de lidar com os conflitos internos e externos. A participação ampliada pela criação de Câmaras Técnicas e GT's descentraliza a participação social, mas necessita de agentes mediadores (internos ou externos ao conselho) para facilitar o processo de diálogo, sistematizar as informações geradas e registrar as atividades realizadas. Logo, a capacitação de pessoas com habilidades para mediar conflitos e para utilizar ferramentas participativas podem contribuir com o processo de participação.

Apesar dos avanços, ainda se caminha para a legitimação da representatividade (aceitação social das instâncias legais de participação). Entretanto, a forma organizacional dos moradores das UC's aponta para uma gestão cada vez mais participativa, evidenciando o papel das instâncias de representação comunitária, como a Federação, a Tapajoara e das associações comunitárias e intercomunitárias, assim como do movimento indígena.

As reflexões apresentadas nesse texto apontam a necessidade de estudos que aprofundem a análise do funcionamento dos Conselhos Gestores das UC's e dos processos de organização política dos comunitários, sob diversas óticas, que contribuam para o melhor entendimento sobre a participação social da gestão do território, tais como relações de gênero e geracional, relações de dominação, processos comunicativos, processos de construção identitária e mediação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança.** 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

AZEVEDO, E. M. Os conselhos gestores no controle popular das políticas públicas. **Jus Navi gandi**, v. 10, n. 887, p. 1-24, dez. 2005.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N. P.; PHILLIPS, A.; SANDWITH, T. Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação. **Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas**, Gland, Suíça: UICN, n. 20, xvi, 124 p.

BRASIL. **Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974.** Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: DOU 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 31 jan. 2021.

DUDLEY, N. **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas.** Gland, Suíza: 2008; UICN. x. 96 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós:** Informações Gerais. v. I. Santarém, 2004. 373 p.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **A Floresta Nacional do Tapajós.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação:** um guia para gestores e conselheiros. Brasília, DF, Publicação 2014/ 2º edição 2015. 88 p.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 09, de 5 de dezembro de 2014.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in_09_2014.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

PONTES, B. S. **Participação na gestão de unidades de Conservação**: a atuação dos moradores da floresta Nacional do tapajós no conselho consultivo da Unidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Engenharia Florestal. Instituto de Biodiversidade e Florestas, Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017.

SANTOS, A. A. B. **Conselhos gestores de Unidades de Conservação**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SANTOS, E. S.; ARAÚJO, F. X. S.; ESTEVES, L. U.; SILVA, T. L. Gestão Participativa em Unidades de Conservação: Uma breve análise no Amapá. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 9, n. 17, p. 2013.

SATHLER, E. B. **Conselhos de Unidades de Conservação**: entre o Consultivismo e o Deliberalismo na gestão participativa de áreas naturais protegidas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CAPÍTULO VII

O ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO MANEJO DE RECURSOS E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

*Antônio José Mota Bentes
Glezi Rodrigues Freitas Bentes
Caetano Scannavino
Maria da Luz Farias*

Introdução

O associativismo e o cooperativismo são fenômenos históricos na Amazônia utilizados também como estratégias de organização por comunidades tradicionais e pequenos produtores. Apesar de muito utilizadas pelas comunidades na Amazônia são poucas as experiências exitosas (McGRATH *et al.*, 2008).

Na Resex Tapajós-Arapiuns a história do associativismo faz parte de vários processos envolvendo comunidades e suas organizações em diferentes momentos e está relacionado inicialmente à defesa do território, dentre eles, contra a presença de empresas madeireiras nas décadas de 1970/80 (PSA, 2015).

Na Floresta Nacional do Tapajós (Flona), a organização institucional das comunidades também integra um processo histórico de defesa do território, de permanência na terra, pelo uso sustentável dos recursos florestais, acesso aos serviços visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores (BENTES, 2015).

As lutas em defesa do território no rio Tapajós são parte da história do associativismo comunitário, construído ao longo de décadas e importantes à consolidação da garantia da permanência na terra com segurança, respeito aos direitos tradicionais e à conservação dos recursos naturais, beneficiando moradores de cerca de mais de vinte comunidades na Flona do Tapajós e mais de setenta comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns.

A compreensão do associativismo e cooperativismo e sua interface com o manejo de recursos e serviços na Resex Tapajós-Arapiuns e Flona do Tapajós, passa pelo significado que o território tem para os seus moradores tradicionais. Processo que será tratado neste capítulo com a análise das diferentes formas de associativismo e cooperativismo e os principais elementos desta percepção nos relatos dos moradores, bem como a visão destes, sobre os processos de organização comunitária e relação com os usos dos recursos florestais e serviços no território.

Este capítulo, apresenta-se como ensaio acadêmico e contempla também vários anos de vivências dos autores com a temática em ambas regiões, além dos relatos de

lideranças e diálogos com a literatura científica. Diferentemente do artigo científico, o ensaio acadêmico permite a inserção de reflexão baseada no posicionamento dos autores sobre o tema de forma mais empírica e subjetiva (CAMPOS, 2014).

Associativismo e cooperativismo na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

O associativismo e o cooperativismo na Resex Tapajós-Arapiuns têm sua origem, a partir do final da década 1980 e início de 1990, no processo histórico das primeiras formas de organização das comunidades (coordenações e conselhos comunitários, clubes de mães e de futebol, grupos de revenda, organização de transportes comunitários e delegacias sindicais). Tais institucionalidades comunitárias de base informal, eram caracterizadas principalmente pela capacidade de autogestão por meio da cooperação e dos trabalhos comunitários.

As organizações comunitárias da margem esquerda do Rio Tapajós possuem uma longa trajetória de defesa do território e dos recursos naturais existentes. As mais conhecidas, em meados da primeira metade da década de 1980, foram a autodemarcação de faixa de terra de aproximadamente 64 km por 13 km ao longo do rio Tapajós para evitar o avanço das empresas madeireiras. E na região do Rio Arapiuns, a luta contra a exploração desordenada de seixo, material usado na construção civil (GDA, 2001).

As experiências de revendas e o primeiro projeto de transporte comunitário denominado “Santo Inácio”, na década de 1980, foram pioneiros na oferta de serviços aos moradores e se constituem nas primeiras formas de associativismo e cooperativismo desenvolvido pelas comunidades (OLIVEIRA, 2012). Os relatos de lideranças populares confirmam a importância dessas experiências vivenciadas na época.

“As revendas comunitárias foram experiências muito importantes desenvolvidas nas comunidades do Tapajós até meados de 1980, principalmente em algumas comunidades, como Suruaca, Surucua, Muratuba, Nuquini, Jauarituba, entrando em decadência a partir do início da década de 1990 com a intensificação dos barcos de linha[...]” (Carlos Dombroski, 8 jan. 2021).

“[...] Na direção do Sindicato, o processo de organização das Revendas Comunitárias foi levado a todas as regiões, incorporando as experiências de compra e administração coletiva pelos agricultores. [...] o processo teve seus sucessos e fracassos. Um dos maiores problemas das Revendas, por terem um capital pequeno, compravam seus estoques de mantimentos no comércio da cidade, onde também compravam os comerciantes particulares instalados nas comunidades. Isto causava grande dificuldade para enfrentar a concorrência na venda dos seus produtos” (Pedro Peloso, 15 jan. 2021).

“As experiências dos barcos comunitários, foram embriões de cooperativismo e associativismo [...], mas nós não montamos uma estratégia de continuidade[...] Nós tínhamos uma limitação, com a nossa cultura de origem indígena, nos permite trabalhar

por exemplo o puxirum, [...], mas não temos cultura de cooperativismo. [...]. Somos solidários pontualmente, no puxirum, no trabalho comunitário, mas falta essa cultura do cooperativismo. Então, os barcos comunitários passaram por isso[...]" (Edilberto Sena, 16 fev. 2021).

A partir do início da década de 1990, novos processos de organização comunitária moveram os objetivos das comunidades da margem esquerda do rio Tapajós pela luta e resistência em defesa do território, levando à criação das Associações intercomunitárias. Nesse contexto, surgiram a Associação dos Produtores Rurais Extrativistas da Margem Esquerda do Tapajós, Comunidades de Solimões, Pedra Branca, Anumã e Santi-APRUSPEBRAS em 1994/95 e nos anos seguintes: Associação YANE-CAETE; Associação Intercomunitária TUPAIU da região do Tapajós, Associação Intercomunitária MAIRA da região do Tapajós, Associação de Minis e Pequenos Produtores Rurais de Amorim a Vista Alegre do Tapajós-AMPRAVAT, Associação de Moradores Extrativistas de Cametá e Anduru-AMECA, e Associação Intercomunitária das Regiões do Arapiuns, Maró e Aruã-AIRAMA, inaugurando uma nova fase nos processos de organização comunitária. Estas associações protagonizaram as lutas e discussões precursoras à criação da Resex Tapajós-Arapiuns (PSA, 2015).

O associativismo protagonizado por essas organizações intercomunitárias, apoiado por entidades não governamentais como o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), o movimento AJURIKABA que se tornou o Grupo Consciência Indígena (GCI), revelou um despertar consciente da identidade étnica de povos indígenas que habitaram a região; contribuindo posteriormente para o surgimento da luta pelo reconhecimento identitário, como relatado pelos moradores.

"A ideia das comunidades criarem as Associações Intercomunitárias era para lutar pela criação da RESEX e por alguns benefícios, alguma coisa que viesse a beneficiar a todas essas comunidades. A proposta da Associação MAIRA era atuar da Comunidade Tucumatuba a Jauarituba. MAIRA, pelo meu conhecimento, tinha um significado indígena [...]. Já a TUPAIU era um povo indígena que habitava o Tapajós, há muito anos, e por isso resolvemos criar a Associação e assim chamar[...]" (Morador da Resex, 8 jan. 2021).

"[...] Havia uma grande necessidade das comunidades de se unirem e lutarem pelos seus direitos, aí renovar o sentimento dessas comunidades dando maior importância ao movimento dos nativos junto a conjuntura política atual. No primeiro momento a união das três comunidades – Pinhel, Camarão e Escrivão com o compromisso de desenvolver um trabalho voltado para o desenvolvimento social dos nativos" (Moradora da Resex, 31 jan. 2021).

Ainda na região do Tapajós e Arapiuns, vale destacar o Projeto de Capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores (PROCEAM), desenvolvido de 1998 a 2004 pelo GDA, envolvendo 36 comunidades, em parceria com as Associações Intercomunitárias, no rio Arapiuns, a AIRAMA e no Tapajós: MAIRA, AMPRAVAT, APRUSPEBRAS e AMECA. Este projeto de capacitação de lideranças contribuiu de forma

qualificada nas experiências associativistas, por meio da criação de mecanismos de controle e de gestão dos recursos naturais nas comunidades e da ação de educadores ambientais voluntários (GDA, 2004).

A criação da Resex Tapajós-Arapiuns em 1998 representou a conquista resultante desses processos históricos de organização das comunidades, do associativismo e suas relações de parceria. Consolidou uma perspectiva de garantia da terra embasada na coletividade dos interesses comunitários e na resistência aos interesses econômicos privados sobre os recursos florestais existentes. Como observado nos depoimentos dos moradores sobre a criação das Associações intercomunitárias.

“A AIRAMA foi criada com o intuito de lutar em defesa da terra, e essa questão era um de seus principais objetivos. Começou com a denúncia da comunidade São Pedro em meados de 1996 contra a empresa Santa Isabel, por conta de um desmatamento de mais de 2.000 ha de floresta para fazer campo[...]. A criação da AIRAMA era organizar as comunidades para defender a terra ocupada tradicionalmente, pois tinha uma área marcada imaginariamente e chegaram até a fazer picos para a auto-demarcação de suas terras[...]. As comunidades demarcaram suas terras em uma faixa comunitária, igualmente no Tapajós que as comunidades haviam definido uma faixa de 13 Km, e as comunidades do Arapiuns tinham essa mesma mentalidade[...]. (Morador da Resex, 10 fev. 2021).

“[...] Nós, os líderes das comunidades das regiões do Tapajós, Arapiuns, reunimos com as autoridades Federais e outras entidades; foi feito um treinamento de lideranças, era o primeiro seminário que se discutia a criação da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns em 09/06/1997. Esse apoio era fundamental para todos, que demonstrassem empenho, através das suas organizações populares, interesse e necessidade do povo ribeirinho, se colocava assim “Reserva somos nós, a floresta nas mãos dos filhos da Amazônia” (Moradora da Resex, 8 jan. 2021).

No final da década de 1990, junto com a Resex, surgiu uma nova abordagem de associativismo com a criação da Associação das Organizações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Tapajoara). Inaugurando a concepção de uma representação social e política de uma “associação mãe”, atribuindo-lhe o papel de promotora da gestão participativa da Unidade, e dos interesses coletivos associativos e comunitários. A Tapajoara, surgiu com o objetivo de ser a instância política de representação máxima das comunidades e das associações existentes, com a missão de discutir, encaminhar e orientar as estratégias, políticas e os projetos de interesse coletivo (ICMBio/MMA, 2014/2019). Organizada com uma estrutura de associativismo capaz de ressoar os anseios de seus moradores, por meio de um conselho comunitário de caráter deliberativo, cuja representação, se daria a partir das organizações existentes nas comunidades. Por decisão dos moradores, a Tapajoara se tornou a detentora do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da Unidade. O Conselho Comunitário desta representação funciona como uma instância auxiliar do Conselho Deliberativo da Unidade, com o papel de defesa exclusiva dos interesses das comunidades.

Em suas narrativas, os moradores mencionam mudanças na estratégia de associativismo da Associação Tapajoara. A partir de 2005, quando esta Associação passou a ser organizada por associados das comunidades e não mais em uma estrutura associativa colegiada, distanciou-se do referencial das relações mútuas com as Associações Intercomunitárias e Comunitárias e com as próprias comunidades. Essa alteração na concepção organizacional da Tapajoara trouxe prejuízo na estrutura do associativismo participativo. Situação semelhante teria ocorrido também com as Associações intercomunitárias atuando prioritariamente em benefícios das comunidades sede em detrimento das demais; gerando descontentamento interno que desencadeou na criação de associações locais, como afirmam os moradores:

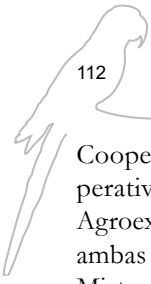
“A TUPAIU foi desativada, hoje na comunidade Nova Vista tem uma outra Associação, só da comunidade, assim como a comunidade Nuquini criou também a sua Associação, própria da comunidade, desmembrando da TUPAIU. A TUPAIU funcionou de 1997 a 2000. Além das dificuldades já relatadas, a outra razão de desativação, foi a criação das Associações das próprias comunidades, pois havia uma discussão que os benefícios vinham somente para a Sede da TUPAIU em Nova Vista, e aí, cada comunidade decidiu criar a sua própria Associação para lutar por seus benefícios somente internamente” (Morador da Resex Tapajós/Arapiuns, 8 jan. 2021).

O cooperativismo institucionalizado desenvolvido pelos moradores da Resex é recente. A primeira cooperativa envolvendo moradores da margem esquerda do rio Tapajós foi a Cooperativa dos Trabalhadores do Oeste do Pará (ACOSPER) criada em 1995, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém. Embora se propusesse à realização de várias atividades de incentivo à produção e comercialização, a sua principal atividade na região do Tapajós foi o fomento à produção e comercialização da borracha natural (OLIVEIRA, 2012).

A primeira cooperativa formada apenas por moradores da Resex foi a experiência das Oficinas Caboclas do Tapajós/Arapiuns (OCT), fundada em 2003 pelas comunidades Nova Vista, Nuquini e Surucuá, com assessoria do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), cuja principal atividade era o manejo florestal comunitário para a produção de artesanatos em madeira. Ficou conhecida como a primeira experiência de aproveitamento de madeira morta na região. Vale ressaltar que as comunidades envolvidas na criação dessa cooperativa já tinham iniciado as atividades com o beneficiamento de madeira desde 1999/2000, deflagrando-se na criação da cooperativa para a comercialização da produção junto a uma empresa de artigos de decoração de São Paulo, a Tokstock, no período de 2003/2004.

O cooperativismo das Oficinas Caboclas trouxe uma abordagem de manejo florestal comunitário madeireiro inovadora de uso dos recursos florestais baseado na utilização do incremento anual da floresta, em áreas de manejo comunitário não superiores a 200 ha. A partir de 2004, esta experiência foi levada à Flona do Tapajós, com apoio do ProManejo, envolvendo as comunidades de Pini, Prainha e Itapaiuna.

Recentemente, foram criadas outras cooperativas, como a do Rio Inambú, Cooperativa Mista Agroextrativista do rio Inambú (Cooprunã) em 2016, do Rio Maró a



Cooperativa Mista Agroextrativista Do Rio Maró (Coopermaro) em 2018, a Cooperativa Agroextrativista de Surucua (Cooprasu) e da Resex, a Cooperativa Mista Agroextrativista das Comunidades e Aldeias da Resex Tapajós-Arapiuns (Cooperrios), ambas em 2020, embaladas pelo êxito do cooperativismo sustentável da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona).

Há também estruturas associativas que surgiram da necessidade de formalização de negócios a partir de empreendimentos produtivos potenciais, a exemplo das atividades de Turismo de Base Comunitária (TBC) e de artesanatos da floresta. Iniciativas que em sua maioria, contaram com o apoio inicial da Organização Não Governamental Projeto Saúde e Alegria (PSA) através dos seus programas de fortalecimento às mulheres, na implantação de pólos receptivos e pousadas locais, ou na assessoria aos grupos de artesãs para confecção e comercialização de cestarias.

Em 2015, foi fundada a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE), composta por 70 sócios fundadores, na maioria mulheres, com referência em artesanatos da floresta e operadora de viagens e roteiros pela região do Tapajós, tendo as comunidades como protagonistas na oferta de produtos e serviços.

Enquanto que o associativismo veio das experiências informais de organização comunitária, o cooperativismo teve sua origem nas experiências do associativismo institucional de produção e comercialização vivenciadas pelos moradores da margem esquerda e direita do rio Tapajós e Arapiuns. A exemplo das experiências das cantinas e revendas de mercadorias desenvolvidas na década de 1980 e os serviços de barcos comunitários consolidados a partir de 1990 na margem esquerda do rio Tapajós.

Associativismo e cooperativismo na Floresta Nacional do Tapajós

A criação da Floresta Nacional do Tapajós em meados de 1974, desconsiderando os moradores, se constituiu em um grande entrave para as comunidades. Este processo envolveu muitos anos de discussão acerca da permanência ou não da população nos limites da referida Unidade. O que gerou conflitos socioambientais, envolvendo diversos atores (FATTEUER, 1998). Um longo processo até se chegar à conclusão de que a permanência das comunidades na área era parte indissociável da estratégia de conservação que justificava a existência da Floresta.

A Flona do Tapajós foi a primeira Unidade de Conservação desta modalidade a consolidar mecanismos de interlocução e gestão participativa com os diferentes atores envolvidos no processo, sendo uma referência nacional na solução dos problemas decorrentes dos conflitos de interesses gerados e da relação do governo na implementação das políticas ambientais. Esta construção envolveu mecanismos de participação social na gestão da unidade que passou por vários caminhos até a consolidação atual do associativismo e cooperativismo (BENTES, 2000).

A construção do associativismo nas comunidades da Flona do Tapajós passou por um longo processo até se tornar um instrumento de representação política e de gestão dos recursos na relação com os demais atores envolvidos nesta unidade.

A primeira fase desta construção, ligada aos embates com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e posteriormente, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foram fortalecidos sentimentos de pertencimento e defesa do território tradicional, buscando-se meios para estabelecer a relação com o Estado na negociação deste direito. Deste processo de mobilização e resistência, a partir de 1990, as comunidades criaram as Associações intercomunitárias (AITA, ASMIPRUT, APRUSANTA) e as Associações Comunitárias.

A formação das Associações Intercomunitárias dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do rio Tapajós (AITA), de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós de Piquituba à Revolta (ASMIPRUT) e da Associação de Pequenos Produtores rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré (APRUSANTA), nos anos de 1994 e 1995, desencadeou na região, as primeiras manifestações institucionalizadas das representações coletivas de maior abrangência entre as comunidades. Este processo de organização foi fundamental para consolidar os instrumentos de gestão da Unidade e do cooperativismo, a partir da criação da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), no início de 2005.

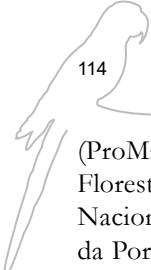
Esta base de organização social possui uma forte ligação com as ações de organização sindical estimuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém junto às comunidades da Flona do Tapajós, a partir do início da década de 1980, e posteriormente com o Sindicato de Belterra. Muitas lideranças foram formadas no bojo da organização sindical na região, e outras, nos embates travados na luta pela terra nas comunidades. Esse capital social construído deu sustentação ao surgimento das primeiras organizações associativas e de representação política das comunidades no contexto da Flona do Tapajós.

Até o final da década de 1990, as ações eram localizadas e pouco participadas pelas comunidades e moradores; contrariando os objetivos da Unidade de Conservação. A exemplo dos projetos implementados pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO) e financiados pelo Banco da Amazônia (BASA) em 1997/98, para atividades Agroextrativistas, segundo depoimentos dos moradores no item 5 sobre as percepções.

A partir do ano 2000, como resultado das experiências realizadas através das Associações Intercomunitárias, cada comunidade passou a criar a sua própria Associação para a sua representação política e benefícios específicos à cada realidade. Com a perspectiva de serem instrumentos jurídicos de mobilização das comunidades, objetivando a busca por projetos de desenvolvimento comunitário.

A criação da Federação das Organizações e Comunidades da Flona do Tapajós em 2004, deu início à um novo associativismo na margem direita do rio Tapajós, consolidando uma representação colegiada, que uniu Associações existentes, comunidades e demais organizações locais, para a gestão do território e o esforço em busca de benefícios comuns. A Federação passou a representar o esforço de superação das fragmentações das formas anteriores de organização, sem anulá-las.

O associativismo na Flona do Tapajós exerceu importante papel nas discussões de uso dos recursos florestais pelas comunidades, levando a implementação, no final da década de 1990, do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia



(ProManejo), por meio do IBAMA e apoio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), com um componente específico para a Floresta Nacional do Tapajós. Este processo se consolidou com a publicação pelo IBAMA da Portaria de nº 40 de 22/08/2004, permitindo às Associações Intercomunitárias implementar um projeto piloto de manejo florestal comunitário, que ficou conhecido como Projeto Ambé (SOUSA *et al.*, 2019).

A partir de 2005, quando as comunidades por intermédio das Associações Intercomunitárias criaram a Coomflona, foi marcado o início do cooperativismo como uma nova estratégia de organização institucional para promover o uso dos recursos naturais, a comercialização da produção das comunidades e a geração de renda.

A Coomflona, a Federação, as Associações intercomunitárias e comunitárias, fazem parte de um mesmo processo histórico de organização que são indissociáveis e interdependentes. O cooperativismo se constitui no suporte econômico de desenvolvimento comunitário e o associativismo exerce o papel de representação política das comunidades, sendo papéis complementares.

A Coomflona foi a primeira cooperativa genuinamente das comunidades da Flona do Tapajós; responsável por promover o manejo florestal comunitário como uma estratégia de empoderamento das comunidades em relação às boas práticas de gestão florestal, tornando-se uma referência de uso sustentável dos recursos florestais, gerido integralmente pelas próprias comunidades. A partir de sua experiência, outras comunidades em Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia, iniciaram seus projetos de manejo florestal comunitários orientando-se pelas lições apreendidas junto às comunidades da Floresta Nacional do Tapajós.

Atualmente, o cooperativismo na Flona do Tapajós, enfrenta o desafio de resgatar o seu verdadeiro sentido, como alternativa de promoção da qualidade de vida integrada ao associativismo. Sem a superação das causas que têm gerado os descontentamentos dos moradores em relação à estratégia de cooperativismo da Coomflona, a tendência é um cenário de nascimento de novas cooperativas para atendimento aos interesses que se rompem do modelo em curso. Em geral, essa situação ocorre por conta dos processos de gestão, em muitos casos, associados à pouca rotatividade dos trabalhadores no acesso aos benefícios criados, dificuldade para se cooperar, ausência de informação do funcionamento da cooperativa, falta de transparência nos processos de gestão, pouca capacitação na estratégia do cooperativismo; burocratização do acesso pelos moradores como cooperados e da falta de clareza entre o papel do cooperativismo e do associativismo. Essa realidade pode ser observada nos depoimentos de moradores.

“[...] Se criou a cooperativa pensando em trazer renda para as famílias que fazem parte principalmente, e também para as comunidades, para a distribuição de renda, e isso aqui na verdade não aconteceu, como deveria. Existe muita reclamação[...], somente quem se dava bem eram os membros da diretoria, enquanto que os outros cooperados ficavam a desejar. Então, o espírito do cooperativismo não é esse [...]. A gente espera que isso melhore, porque um grande problema é a questão da gestão, pois muitas vezes as pessoas querem, mas não estão capacitadas, vão assumir e não

dão conta, e querem projetos, vem projetos e também não dá certo, e aí as coisas não vão em frente[...] (Morador da Flona do Tapajós, 18 fev. 2021).

Apesar dos percalços, o cooperativismo e o associativismo ainda são as principais estratégias de organização das comunidades da Flona do Tapajós e representam também, o melhor instrumento para a organização institucional.

Percepções de moradores sobre o Associativismo e Cooperativismo no contexto da Resex Tapajós Arapiuns e Flona do Tapajós

Esta parte contém as narrativas de moradores, da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns acerca da trajetória do Associativismo e do Cooperativismos na região. Além da percepção dos processos históricos e suas reflexões da situação atual.

Algumas percepções dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós sobre o associativismo:

“A Associação TUPAIU foi criada em novembro de 1997. A proposta de criação da Associação era fortalecer o movimento pela criação da RESEX, através das Associações Intercomunitárias. No caso da Associação TUPAIU a ideia foi de organizar numa só associação as comunidades de Nova Vista, Nuquini e Samaúma”. (Morador da Resex, 8 jan. 2021).

“Uma das primeiras motivações foi criarmos as Associações Intercomunitárias para poder representar as comunidades, e foi dividido na época em áreas, a ASMISPRUT representando de forma jurídica de São Domingos até Piquiatuba, e de Piquiatuba até Itapaiuna a AITA[...]. E também a gente esperava conseguir algum tipo de financiamento[...]. Tivemos muitas dificuldades na questão de projetos, que muitas vezes não deram certo, inclusive um desses projetos, que hoje ainda dificulta até o funcionamento dessas intercomunitárias [...], é quanto ao débito que ficou junto ao banco do Brasil e BASA, do financiamento do PRODEX, entre 2001 e 2002 [...] e hoje elas se encontram na situação de inadimplência sem poder fazer outros tipos de projetos por causa de algumas dívidas que não foram quitadas na época[...] (Morador da Flona do Tapajós, 18 fev. 2021).

“A criação da Associação Comunitária foi motivada por questões de representatividade da própria comunidade. Na época era apenas comunidade, e enquanto comunidade não se representava, ela existia de fato, mas não existia de direito, não tinha CNPJ. Então, foi esse um dos motivos de ter uma pessoa jurídica, e também poder correr atrás de alguns projetos, que hoje em dia é muito mais fácil conseguir um projeto para a comunidade como pessoas jurídica, se não for fica mais difícil, vai depender de outra[...]” (Morador da Flona do Tapajós, 18 fev. 2021).

Percepções dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós sobre o cooperativismo.

“O motivo da criação da Coomflona foi a de ter um instrumento legal para a comercialização dos produtos oriundos do Manejo Florestal Sustentável Comunitário e de outras cadeias produtivas na Floresta Nacional do Tapajós. Foi criada pelo motivo das Associações Intercomunitárias não apresentarem perfil jurídico e contábil compatível com o montante de recursos que objetiva arrecadar com a venda da madeira em tora e outras cadeias produtivas. Nesse sentido, a colaboração das intercomunitárias foi primordial na organização social e política da Coomflona” (Morador da Flona do Tapajós, 21 fev. 2021).

“Quando se trabalhava ilegal pouca gente vendia madeira e nos esperava que todos moradores da comunidade Nova Canaã e Porto Rico que são as donas do manejo fosse beneficiado, com intuito que todas as famílias mudassem de situação – ninguém serra mais ilegal, já se vê o povo com nova situação, para se ter uma ideia em 2018 apenas eu tinha uma moto, hoje já tem mais de 15 motos na comunidade, a cooperativa tem 2 carros de apoio um em Santarém outra na comunidade isso mostra que já teve algumas mudança na comunidade” (Morador da Resex, 4 mar. 2021).

“[...] Hoje nós temos 68 associações, essas associações elas se organizaram, porém não podem comercializar seus produtos, e 8 comunidades se organizaram no sistema de cooperativismo, Nova Canaã e Porto Rico que criaram a COOPRUNÃ e que trabalharam com o manejo florestal madeireiro e não madeireiro, e já está no seu terceiro ano de produção, foi criado agora recente a COOPERMARO, que é de Prainha do Maró e Vista Alegre do Maró, também para a comercialização madeireira e não madeireiro, temos a COOPRASU, que é a cooperativa das mulheres produtoras de polpa de frutas lá de Surucúá[...] e tem hoje recém criada a COOPERIOS, [...]criada por 36 comunidades e aldeias[...]. A COOPERIOS tem uma missão muito grande, ela vai trabalhar com 7 cadeias produtivas, do madeireiro ao turismo, do turismo à agricultura familiar” (Morador da Resex, 25 fev. 2021).

Percepções dos moradores da Resex Tapajós-Arapuiuns e Floresta Nacional do Tapajós sobre o uso dos Recursos.

“O manejo florestal madeireiro é recente. Quando começamos a criação da Resex, uma das questões era a atividade de exploração madeireira, mas que não poderia se dar logo no início, mas depois através de um plano de manejo comunitário. Nessa fase, não se discutia ainda como seria feito, apenas se falava da intenção de um dia elaborar um plano de manejo florestal comunitário. [...]no início não se imaginava que outros tirariam a madeira da floresta, mas apenas as próprias comunidades é que fariam isso. Hoje os planos de manejo florestal contam com uma equipe especializada e as comunidades ficam apenas assistindo porque não possuem uma equipe técnica para fazer o manejo, então dependem das empresas. Esse manejo da floresta, me deixa muito preocupado, porque da forma como está sendo feito, nós não teremos a floresta mais no futuro. Eu acho que a floresta deve ser explorada, mas de outra forma mais lenta[...] (Morador da Resex, 4 fev. 2021).

“Eu acho que no começo os moradores do Arapiuns que participaram da criação da AIRAMA não pensavam ainda no manejo florestal madeireiro, mais tarde com a criação da RESEX, surgiu a ideia do manejo dos produtos não madeireiros. A compreensão do manejo comunitário estava a ideia de que a comunidade era quem iria fazer a extração da madeira e fazer o seu beneficiamento, diferente do que depois foi definido, mais recentemente com a utilização de maquinário, mas a ideia que havia antes, era de uma extração florestal manejada sem o uso de maquinário” (Morador da Resex, 10 fev. 2021).

“Muita gente acha que o manejo é uma atividade devastadora, mas é diferente de uma exploração convencional. Muita gente pensa que o manejo é uma destruição da floresta, mas assim, quem vai numa área que foi explorada há mais de 10 anos não vai perceber que houve atividade de exploração na área. É verdade que a área não estará ainda totalmente recuperada 100%, mas 90% está. No Km 97 da Santarém-Cuiabá, na área que foi desmembrada da Flona, os sojeiros tomaram conta dessa área que foi desmembrada e os limites dessa área com a Flona do Tapajós está totalmente detonada, com exploração madeireira sem manejo, com invasão da área indígena Taquara[...] (Morador da Flona, 21 jan. 2021).

Percepções dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós sobre a sustentabilidade do associativismo e do cooperativismo:

“Uma das dificuldades da Tapajoara é manter a diretoria em Santarém. Uma das coisas que algumas diretorias fizeram foi tomar a decisão da Tapajoara ter associados de moradores individualmente para fazer a arrecadação porque as Associações não estavam mais colaborando[...], e deixaram por um dos motivos porque a Tapajoara relaxou com as comunidades em relação à benefícios, e as coisas funcionam assim, se você não recebe nada, também não contribui. A questão produtiva é hoje o principal gargalo nas comunidades[...]” (Morador da Resex, 8 jan. 2021).

[...] A associação comunitária foi criada em 2006, de lá para cá ela vem funcionando, as vezes fracassando, as vezes melhorando um pouco, mas um dos motivos de criação da cooperativa é a questão da própria comercialização, porque a Comflona ela poderia fazer esse trabalho, só que ela tem várias limitações[...], questão de quadro de pessoal, a questão do número de cooperados para expandir[...], isso trouxe uma insatisfação das pessoas que muitas vezes pensaram em ser cooperados e não conseguiram[...] (Morador da Flona, 18 fev. 2021).

Percepções dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós sobre a Tapajoara e a Federação:

“Um dos motivos da criação da Federação da Flona, foi porque as duas intercomunitárias aqui do beiradão do Tapajós, não representavam nem um terço[...], então as intercomunitárias elas representavam apenas os associados, em vista das famílias era muito pouco, então na época começamos a debater, discutir, qual seria a melhor forma que a população pudesse ser representada politicamente diante do governo, diante de outras organizações[...], aí nós decidimos que íamos criar uma instituição

que ia representar toda a população das comunidades tradicionais da Flona[...], e decidimos que seria criado uma federação das organizações das comunidades tradicionais que residirem na Unidade. E essa organização[...], faria a representação da população, faria parcerias com as outras organizações, entidades, e até mesmo junto ao poder público, para buscar algo que fosse de direito para essas famílias. E esses foram então os motivos que nos levaram a criar a Federação da Flona. [...] A Federação é uma entidade que representa o povo das comunidades, e nós estamos entre as comunidades e o governo[...] (Morador da Flona, 18 fev. 2021).

“Quando a Tapajós-Arapiuns foi criada em 1998, ela tinha um objetivo, defender a terra para a sua população, para que os povos da floresta pudessem viver do que lá produzem. Não foi criada só para preservar por preservar[...], as comunidades buscam alternativas. Então, hoje a Tapajoara enquanto instituição é contra que empresas grandes entrem dentro da Unidade, mas é a favor que as comunidades e aldeias se organizem e usufruam do que eles construíram. [...] Hoje nós temos 13.000 pessoas na Resex que precisam viver[...], entendo que o território é dos povos da floresta, se eles querem fazer roça, agricultura familiar, a Tapajoara vai buscar investimento para isso, se outros querem fazer o turismo comunitário, se outros têm tendência para o látex[...], a Tapajoara tem obrigação de buscar apoio como instituição[...] (Morador da Resex, 25 fev. 2021).

O manejo dos recursos, os serviços e sua relação com o associativismo e cooperativismo na Resex e Flona do Tapajós

Na Flona do Tapajós, a participação das comunidades e das Associações na construção da estratégia de uso sustentável dos recursos florestais existentes levou a institucionalização do manejo florestal comunitário. Segundo os comunitários, a relação com a floresta possibilitou a implementação de serviços importantes e a formação de fundos cooperativos para investimento em saúde, educação, apoio às comunidades e assistência técnica. É relevante no processo associativo e cooperativo das comunidades da Flona do Tapajós a sua interação na implementação das estratégias de desenvolvimento comunitário e sua relação com os recursos florestais.

Na Resex Tapajós-Arapiuns, o associativismo que emerge com a criação das associações intercomunitárias e Associações comunitárias na defesa do território e da floresta está subjetivamente dirigido aos produtos florestais não-madeireiros, como atividade essencialmente extrativista. Como já foi dito, é recente a institucionalização do manejo florestal comunitário como estratégia de gestão da floresta e a extração de produtos madeireiro, influenciado pelos bons resultados da Flona do Tapajós. As primeiras cooperativas visam assegurar o uso sustentável da floresta e promover a geração de renda com equidade e a qualidade de vida dos moradores e este é o grande desafio que está posto.

No que se refere aos serviços, a participação da Tapajoara/Resex e da Federação/Flona contribuiu decisivamente à iniciativa de saúde básica transformada em política pública nacional, com o “Programa Saúde da Floresta” implementado em 2003 pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA) em parceria com as Prefeituras locais,

consolidado no Barco-hospital Abaré, viabilizando o acesso regular aos serviços básicos de saúde para mais de 13 mil ribeirinhos de ambas as margens do Tapajós. Um exemplo bem-sucedido de parceria entre representações territoriais, governos e organizações da Sociedade Civil, tornando-se política pública da “Saúde da Família Fluvial” – abrangeu a Amazônia Legal e Pantanal, com a participação efetiva das comunidades das duas Unidades. Inspirado nesse modelo de serviço fluvial desenvolvido no Tapajós, atualmente há mais de 60 embarcações de atendimento espalhadas por essas regiões e beneficiando outros povos igualmente necessitados.

Considerações gerais

O associativismo é um fenômeno social histórico no contexto das Unidades da Flona e Resex, marcado por lutas de resistência em defesa dos direitos e busca constante por melhorias na qualidade de vida de seus moradores. Além de refletirem a união de esforços para a conquista de benefícios sociais básicos, como acesso à saúde, educação, lazer e políticas públicas, fundamentais ao exercício da cidadania. Já o cooperativismo, é o responsável pela estratégia de organização com a missão de viabilizar a produção e comercialização de bens desenvolvidos dentro das Unidades pelos comunitários, sendo agrícolas, extrativos, florestais, dentre outros, mas não substituindo o associativismo em seu papel político de representação e controle social.

Tais experiências de associativismo e cooperativismo desenvolvidos na Flona e na Resex, refletem a história e o acúmulo organizativo de vários anos. Por outro lado, demonstram, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento, principalmente no aspecto da gestão participativa, condição indispensável para garantir a transparência no acesso aos recursos, na distribuição equitativa junto aos moradores e principalmente na participação nos processos decisórios.

As abordagens de associativismo e cooperativismo são, portanto, demonstrações de esforços na construção de modelos de gestão do território e uso sustentável dos recursos idealizados pelas e para as comunidades. Perspectiva que continua sendo o desafio das organizações comunitárias e suas parcerias.

O associativismo e cooperativismo que vem se consolidando com a estratégia de manejo florestal comunitário tem promovido uma nova visão sobre a importância da floresta e possibilitado uma expertise que promove benefícios aos moradores e às comunidades. No entanto, a transformação da floresta em resultados econômicos e sociais, se não for bem conduzido, poderá reproduzir sistemas de desigualdades sociais entre os moradores. Desta forma, os esforços de organização, independentemente de seu formato, devem atender à promoção da equidade social, econômica, importante indicador de sustentabilidade dos processos de organização comunitária, que devem ser fortalecidos como instrumentos de controle social dentro das duas Unidades.

A floresta com o seu papel estratégico na manutenção da biodiversidade e sua importância para a sobrevivência física e cultural das próprias comunidades tradicionais não pode se transformar em um componente de extrema valorização econômica em detrimento da perda de outros valores do bem viver em comunidade. Assim, o

manejo florestal comunitário dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros, devem representar efetivamente uma oportunidade de empoderamento da gestão participativa do território e não apenas da floresta em si. Para isso, se faz necessário aperfeiçoar os processos em curso de associativismo e cooperativismo desenvolvidos, com relação ao uso dos recursos naturais nestes dois territórios. Avaliando-se a eficácia equitativa na geração de renda e empregos e a efetiva melhoria da qualidade de vida dos moradores em cada comunidade.

Por fim, se faz necessário superar uma evidente visão dicotômica presente na visão de cooperativismo e do associativismo, que separa as organizações, dividindo-as ao invés de organizá-las. Portanto, a dimensão econômica que constitui o papel estratégico do cooperativismo, bem percebido pelos moradores, não se sustenta sem o papel de controle social que compete ao associativismo. E se distanciar desse pressuposto, significa trilhar um caminho de fracassos, desencadeando um processo que não tem sustentabilidade a curto e nem a longo prazo, mas que produzirá riscos à integridade dos territórios, podendo afetar a continuidade dos projetos e levar à conflitos entre moradores e organizações.

Agradecimentos

Agradecemos a valiosa contribuição colaboração dada na construção deste artigo por Aluísio Patrocínio (Comunidade Pini- Flona do Tapajós/COOMFLONA), João Pedro (Comunidade Pedreira – Flona do Tapajós/FEDERAÇÃO), Marquizanor dos Santos (Comunidade Prainha – Flona do Tapajós/COOMFLONA), Livaldo Sarmento (Comunidade São Pedro – Resex Tapajós/Arapiuns), Francisco Cornelio (Comunidade Nova Vista – Resex Tapajós/Arapiuns), Maria José (Comunidade Pinhel – Resex Tapajós/Arapiuns), Antonio de Oliveira (Comunidade Muratuba – Resex Tapajós/Arapiuns), Rosinaldo Santos dos Anjos (Comunidade Muratuba – Resex Tapajós/Arapiuns), João Carlos Dombroski (PSA-Santarém), Pe. Edilberto Moura Sena (Santarém) e Pedro Peloso (Assessor popular/Santarém).

REFERÊNCIAS

- BENTES, Antônio J. M. **Organização Social e representação política das comunidades tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós**. Santarém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM, manuscritos não publicados, 2000.
- BENTES, Antônio J. M. **Tapajós e Arapiuns**: regiões de abundância e desafios. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM, manuscritos não publicados, Santarém, 2015.
- CAMPOS, Magna. **O gênero textual ensaio acadêmico**. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Mariana-MG, 2014. Disponível em: <http://revistadireito.com/guest-post-o-novo-codigo-comercial-e-a-invocacao-aos-principios-de-direito/>.
- FATHEUER, T.; ARROIO, J. C.; MACHADO, J. A. da C. (org.). **Simpósio Internacional Amazônia: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (maio 1997)**. Belém: FAOR, 1998.
- GDA. **Educadores Ambientais Multiplicadores: Uma Experiência de Educação Ambiental na Região Tapajós e Arapiuns**. Santarém, 2001.
- GDA. **Uma Experiência de Educação Ambiental nas Regiões Tapajós e Arapiuns**. Santarém, 2004.
- McGRATH, David G.; PETERS, C. M.; BENTES, A. J. M. Área florestal comunitária voltada para a produção de móveis em pequena escala na Amazônia brasileira. *In*: SCHMINK, Marianne. Comunidades, florestas, mercados e conservação. *In*: **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: Conservação por meio do manejo sustentável?** IEB, 2008. p. 25-72.
- ICMBio/MMA. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns/ICMBio/MMA, 2014.
- ICMBio/MMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós – Vol. I**. Floresta Nacional do Tapajós/ICMBio/MMA, 2019.
- OLIVEIRA, Antonio de. **Conhecer a vida é viver a vida**. Santarém, Pará, jun. 2012.
- PENA, Fábio; HENRIQUES, Giuliana (org.). **PSA-Projeto Saúde e Alegria**. Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, prazer em conhecer. Santarém: CEAPS – Projeto Saúde e Alegria, 2015.
- SOUSA, A. M. P.; PONTES, B. S.; SILVA, M. J. S.; VIEIRA, T. A. Cooperativismo em comunidades florestais na Amazônia: o que dizem os não-membros?. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019.

CAPÍTULO VIII

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

Jackeline Nóbrega-Spinola
Maria Jociléia Soares da Silva
Mauricio Mazzotti Santamaria
Jose Risonei Silva
Rubens François

Quando falamos em “poder público” e “território” numa mesma frase, muita coisa pode vir a mente do nosso leitor. Preliminarmente precisamos compreender alguns conceitos básicos que organizam e regem o funcionamento da sociedade no nosso País.

Conceitos Fundamentais: Grupo Social, Estado, Governo, Território

O objetivo aqui não é escrever um tratado sobre esses conceitos, mas conhecê-los ajuda a compreender qual o papel que cada instituição pública desempenha no território em questão, desta forma buscamos conceituar resumidamente cada termo.

- **Grupo Social:** Conjunto de pessoas que ocupa um *território* definido, ligado por tradições culturais e históricas, geralmente com uma língua comum, porém não necessariamente com a mesma etnia ou religião, tendo regras estabelecidas e ou leis compartilhadas.
- **Estado:** de caráter perene, atua através do ordenamento jurídico, sob o conjunto de instituições que controlam e administram um território, **com a finalidade de atender aos anseios e interesses de sua população.**
- **Governo:** de caráter transitório, é o grupo de pessoas que está na liderança e controle das instituições do Estado.
- **Território:** O conceito aqui adotado, relaciona *território* ao espaço apropriado por grupos sociais e delimitado a partir de relações de poder. Esta definição se estende aos diferentes conceitos de território existentes, quer seja uma propriedade privada, Unidade de Conservação, Terra Indígena, Área de Uso Tradicional, Município ou País.

Como funciona o Estado Brasileiro

Diante da elucidação destes conceitos, podemos compreender melhor como se dá o funcionamento do Estado Brasileiro, que é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo esta a lei fundamental e suprema, servindo de

parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico brasileiro. Conhecida também como “*Constituição Cidadã*” em virtude da inclusão, dos direitos fundamentais e de uma série de direitos sociais, os quais são objeto de discussão deste capítulo, destacados a seguir:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1998) [Grifo nosso].

Agora que sabemos que a Constituição Federal assegura ao cidadão brasileiro uma série de direitos, perguntamos: Como os cidadãos podem acessar ou ter garantido esses direitos?

A administração do Estado brasileiro é dividida em **três níveis de governo: federal, estadual e municipal**. Todos os estados e os municípios são membros da Federação e, assim, tem suas administrações com diferentes níveis de autonomia, ou seja, cada nível de governo atua de maneira diferente no território, com funções/atribuições específicas.

Tabela 1 – Exemplos dos principais serviços disponibilizados pelas três esferas de governo

Esferas de atuação	Serviços disponibilizados a população			
	Saúde	Educação	Segurança	Infraestrutura
FEDERAL	Organiza e financia o SUS (Sistema único de Saúde).	Cria a Política Nacional de Educação; Regula as instituições de ensino; Ensino Superior; Ensino Técnico.	Defesa Nacional (forças armadas); Polícia Federal; Presídios; Tribunais Federais.	Grandes Projetos como: Rodovias, ferrovias, barragens, aeroportos. Geração e distribuição de energia elétrica.
ESTADUAL	Atendimento de casos mais complexos, diagnósticos, terapias (ex. hospitais).	Educação do ensino médio; Ensino fundamental; Alguns oferecem ensino superior.	Polícia Militar; Polícia Civil; Corpo de Bombeiros; Sistema de Execução Penal; Tribunais Estaduais	Rodovias que ligam cidades dentro de um estado, aeroportos, obras de abastecimento.
MUNICIPAL	Atendimento básico (Ex. Posto de Saúde).	Creches; Educação Infantil; Ensino Fundamental.	Guarda Civil Municipal	Saneamento básico (água e esgoto); Iluminação pública; Espaços públicos (parques e ginásios); Mobilidade urbana e rural (abertura e manutenção de ruas e ramais, faixa de ônibus, ciclovias).

Fonte: Adaptado site Politize. <https://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/>, em 21 fev. 2021.

Entender a organização administrativa das instituições públicas do Estado Brasileiro, ajuda a compreender melhor como elas desempenham seu papel dentro do território nacional e, mais especificamente, no território do *Rio que nos Une*, composto pelas Unidades de Conservação (UCs): Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX).

De qual território estamos falando?

Vamos pensar no mapa do Brasil, um território gigantesco, que pode ser subdividido em 5 grandes regiões, e ainda subdividido em 26 estados e o Distrito Federal, que basicamente todos cidadãos brasileiros conhecem os nomes. Mas você já imaginou ou viu um mapa com todos os municípios do Brasil? São 5.570 municípios, 97% deles com área inferior a um milhão de hectares.

As UCs Federais, FLONA do Tapajós e a RESEX Tapajós-Arapiuns não estão isoladas no território nacional, tampouco desconectadas dos municípios onde estão inseridas, ao uni-las estamos falando de uma extensão territorial com cerca de 1,2 milhões de hectares, maior que a maioria dos municípios do Brasil.

Dentro destas UCs vivem cerca de 4.500 famílias, com uma população de aproximadamente 22 mil pessoas, equivalente a população de 72% dos municípios. São cidadãos brasileiros sujeitos de direitos e deveres perante o Estado.

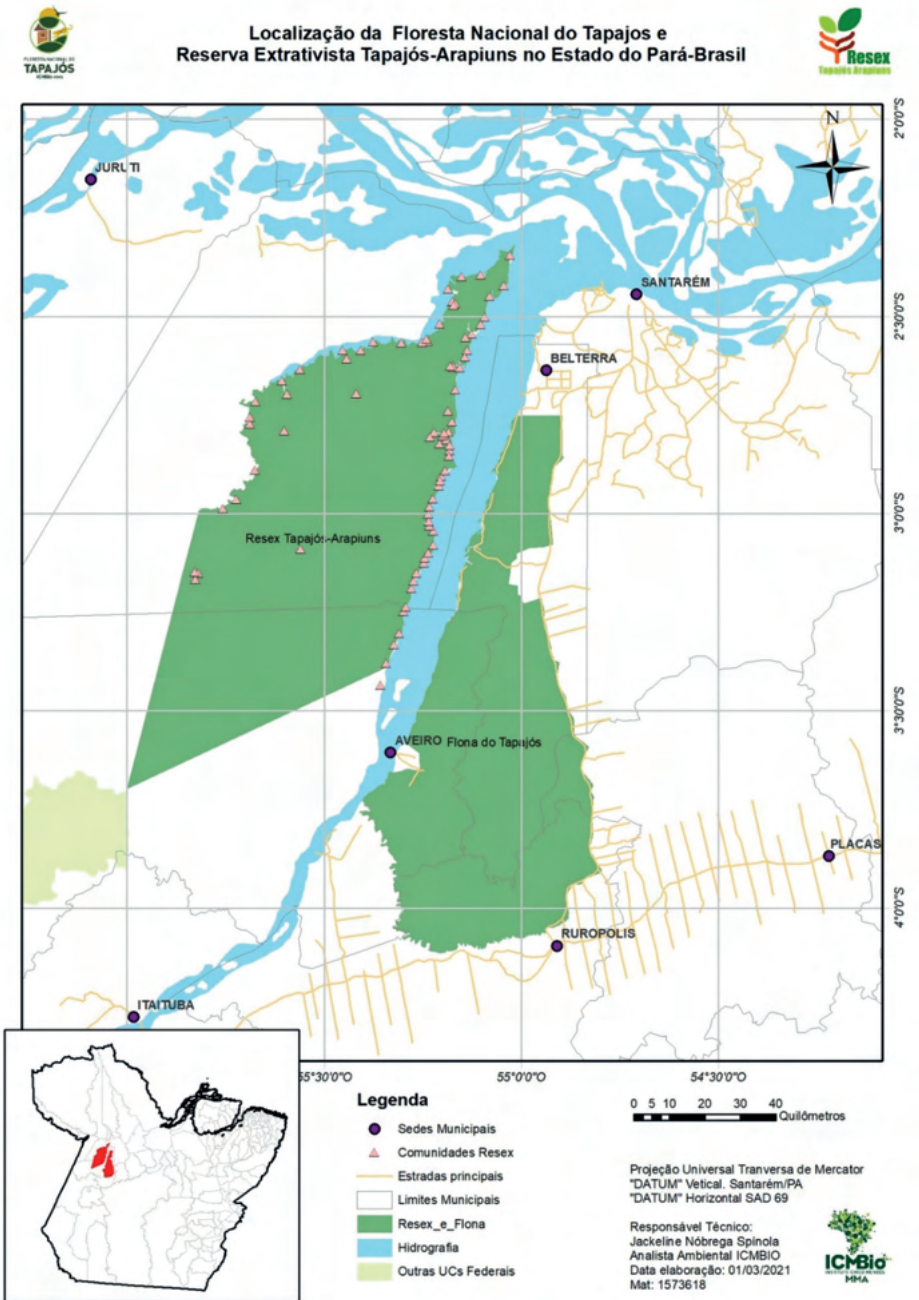
Tabela 2 – Dados demográficos dos municípios de abrangência da Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Município	Área do Município (ha)	Área da UC (ha) % do município	População do Município (estimada)*	População da UC (n de habitante/%)	IDH**	Densidade populacional hab/km ² **
Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns						
Aveiro	1.707.405	230.357 (34%)	16.404	2.031 (11%)	0,541	0,93
Santarém	1.789.838	447.164 (66%)	306.480	16.429 (89%)	0,691	12,87
Total		677.521 (100%)	Total 18.460 pessoas*** 3.692 famílias			
Floresta Nacional do Tapajós						
Aveiro	1.707.405	132.612 (8%)	16.404	265 (7%)	0,541	0,93
Belterra	439.841,80	248.389 (56%)	17.839	3.594 (90%)	0,588	3,71
Placas	717.319,40	19.510 (3%)	31.659	63 (2%)	0,552	3,34
Rurópolis	702.132,10	124.773 (18%)	51.500	48 (1%)	0,548	5,71
Total		530.621	Total 3.970 pessoas **** 1.073 famílias			

Fonte: Site IBGE *2020, **2010. Site ICMBIO, em 21/02/2021.

estimado 2014, ICMBio, * estimado 2021, ICMBio.

Figura 1 – Mapa de localização da Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns



Quais são as instituições que atuam neste território?

Agora que sabemos de qual território estamos falando e sobre as pessoas que nele vivem, podemos apresentar quais são as instituições públicas do Estado Brasileiro que nele atuam, bem como suas atribuições.

Quando mencionamos que a Constituição assegura a todos o direito “*ao meio ambiente ecologicamente equilibrado...*”, isso se efetiva na prática através de um conjunto de leis, normas, programas e projetos, dentro do contexto da Política Nacional do Meio Ambiente, que é implementada, ou seja, executada, por um conjunto de instituições públicas, nos diferentes níveis de governo.

Dentro desta Política Nacional, o Estado Brasileiro adota como uma das estratégias de preservação e conservação ambiental a criação e gestão de Unidades de Conservação – UCs.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é a autarquia federal responsável por executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

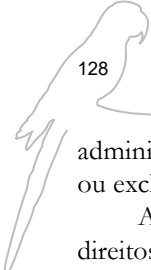
Criado em 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Para o horizonte temporal de 2020 a 2023, o ICMBio adotou como missão “*formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável*”. Isso se dá por meio da gestão das UCs, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico.

Ao ICMBio cabe a “*articulação para implementação*” das políticas públicas tanto de meio ambiente, quanto das demais políticas asseguradas aos cidadãos inseridos no território das UCs. Isso acontece através dos vários instrumentos de gestão dispostos na legislação, tais como: Plano de Manejo, Conselhos Gestores, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, Cadastro de Moradores e do Perfil da Família Beneficiária.

Apesar da vinculação hierárquica à esfera federal, o ICMBio executa e implementa ações nos contextos municipal e estadual, em níveis regional e local, por vezes em regiões remotas, figurando como única instituição pública federal presente. Neste aspecto, pode causar confusão e conflitos entre os beneficiários e usuários das UCs. Por estar vinculado ao governo federal, pode passar a sensação de possuir maior “poder” ou “atribuições” que os governos municipal e estadual.

Não por acaso, apresentamos acima o artigo 225, “*sobre direito ao meio ambiente*”, após o artigo 6, “*sobre os direitos sociais*”, não por considerá-lo menos importante, mas para evidenciar o contexto limitado de atuação do ICMBio no território das UCs do Rio que nos Une. Território ocupado por cidadãos brasileiros, que possuem outros direitos fundamentais, igualmente importantes, assegurados pela constituição brasileira e que dependem da atuação de outras instituições e/ou de outras esferas da



administração pública para sua execução, ou seja, que não são de competência direta ou exclusiva do ICMBio.

Além dos direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, há também os direitos exclusivos e assegurados às populações indígenas, que também estão presentes neste território.

Na RESEX Tapajós-Arapiuns foram identificadas 10 etnias, entre estas: Kuma-ruara, Tupinambá, Tupaiu, Munduruku Cara Preta, Maitapu, Arara Vermelha, Cobra Grande, Jaraqui, Arapiun e Tapajó, porém sem território definido ou delimitado pelo poder público. Já na FLONA do Tapajós existe apenas a etnia Munduruku, que possui 2 terras indígenas declaradas de posse permanente, a Munduruku-Takuara e Bragança-Marituba. A interface entre as populações tradicionais indígenas e não indígenas, representa mais um desafio para a gestão do territorial, com a sobreposição de atribuições e atuação de diferentes instituições.

Nesse cenário, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada por meio da Lei nº 5.371 de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a coordenadora e principal executora da política indigenista. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. Tal cenário demonstra um dos muitos conflitos verificados na gestão das UCs.

Na próxima seção, vamos conhecer um pouco mais sobre as demais políticas públicas e instituições atuantes no território do Rio que nos Une e o nível de implementação de suas atividades.

Direitos fundamentais – implementação no Território do Rio que nos une

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, menor é o indicador, quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos.

O Brasil figura na 79ª posição do ranking mundial, com um IDH de 0,761. Nos municípios de abrangência da Flona e da Resex, o IDH está bem abaixo da média nacional, número que reflete a realidade da região, conforme descrito na tabela 2.

Porém, um olhar apressado sobre esses números não permite compreender a complexidade e dinâmica da região, nesse sentido, apresentaremos nas próximas sessões, um breve relato do atual status de implementação dos direitos sociais fundamentais, como saúde, educação, segurança pública e trabalho.

Saúde

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

No Brasil o direito a saúde é instrumentalizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), constituído por um conjunto de programas, ações e serviços de saúde sob gestão pública, organizado em redes regionalizadas e hierarquizadas em todo o território nacional, com atuação de cada uma das três esferas de governo.

O SUS estrutura os níveis de atenção em básica, média e alta complexidade. A atenção básica, porta de entrada preferencial do sistema e centro ordenador das redes de atenção, é implementada prioritariamente pela **esfera municipal**.

Desta forma, o SUS atua no território da FLONA e da RESEX junto às comunidades, por meio dos serviços de atenção básica, como os Postos de Saúde, Unidades Básicas de Saúde da Família-UBSF, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), mutirões de saúde e campanhas de vacinação.

O Agente Comunitário de Saúde, é um dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional nos serviços de atenção básica à saúde e desenvolve ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, tendo como foco as atividades educativas em saúde, em domicílios e coletividades. O ACS é o profissional que realiza a integração dos serviços de saúde da atenção básica com a comunidade.

Na FLONA e na RESEX, esse profissional é preferencialmente um morador local, representando elo importante no levantamento das demandas de saúde local e o poder público, pois é o primeiro profissional em contato direto com as famílias.

No entanto, o ACS não atua sozinho e necessita de uma infraestrutura mais ampla para realização do atendimento básico, que são os postos de saúde e suas equipes ampliadas.

Na RESEX Tapajós-Arapiuns, o atendimento básico conta atualmente com 14 postos em funcionamento, atendendo núcleos populacionais nos rios Tapajós e Arapiuns. A situação já foi pior, em 2013 existiam apenas 6 postos de saúde para cobertura de uma ampla região.

Na Flona do Tapajós até 2012 existiam três postos de saúde, mas após a exclusão da área de São Jorge dos limites da UC, restam apenas dois Postos de Saúde, nas comunidades de Prainha e Piquiatuba.

Tabela 3 – Quantitativo de estabelecimentos de saúde por município, administrados pelo poder público (estado e/ou município), em março de 2021

Município	Quantidade	Quantos na Resex	Quantos na Flona
Aveiro	13	2	-
Belterra	18	-	2
Santarém	135	12	-

Fonte: Ministério da Saúde – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES. <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>

Apesar da melhoria na infraestrutura, a ausência ou manutenção de profissionais (médicos e enfermeiros) nas localidades dos Postos de Saúde ainda é uma realidade na região, levando os moradores a buscar por serviços nas sedes municipais.

Também há que destacar as Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), embarcações adaptadas para o atendimento médico, voltados à população ribeirinha da Amazônia Legal. Na região temos as embarcações Abaré I e Abaré II, geridas conjuntamente pela UFOPA e pela Prefeitura de Santarém.

Há ainda os mutirões de saúde, iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil, com apoio de diversos órgãos públicos, como Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Secretarias Municipais de Saúde e ICMBio. Nessa modalidade de atendimento, são implantadas infraestruturas itinerantes para execução de procedimentos de baixa e média complexidade, como cirurgias de catarata por exemplo. Tais eventos ocorreram em 2013, na comunidade de São Pedro e em 2019, na comunidade de São Miguel, ambas na RESEX, promovidos pela organização Expedicionários da Saúde.

Educação: Do ensino básico ao ensino superior

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em todo território nacional, a educação básica (ensino fundamental) é implementada pelas prefeituras, neste território atendido pelos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém.

De modo geral, em ambas UCs existe um déficit educacional, que pode ser constatado não apenas pelo baixo nível de escolarização da maioria dos moradores, mas também por uma análise da rede de ensino e de suas estruturas físicas. No entanto, destaca-se que existem na RESEX mais de 70 escolas (67 no município de Santarém e 3 em Aveiro), entre escolas-polo e seus anexos, bem como por escolas indígenas, abrangendo mais de 97% das comunidades. Na FLONA existem 20 escolas, das quais 17 estão na jurisdição do município de Belterra e três em Aveiro e abrangem 74% das comunidades da UC.

Tanto a FLONA quanto a RESEX possuem apenas escolas municipais, que oferecem ensino em nível fundamental. No ensino médio o nível de oferta é ainda mais precário, sendo oferecido em poucas comunidades e apenas na forma modular, com professores vindos de fora do território.

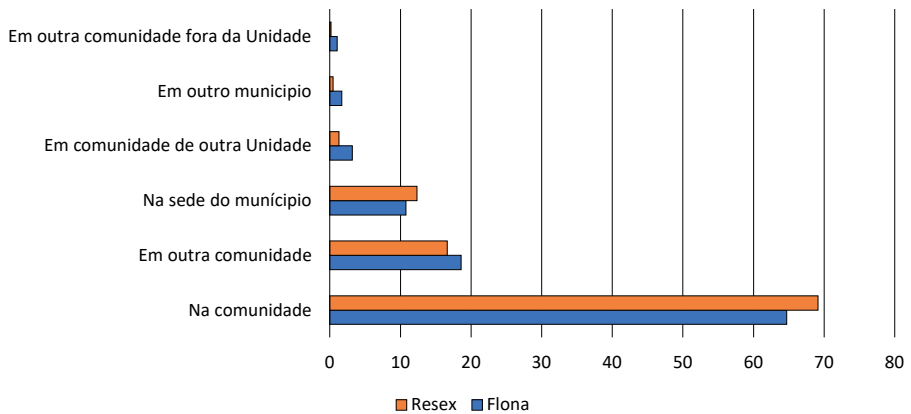
Como reflexo desta situação precária, a busca pelo ensino médio é apontada como o principal fator para o êxodo dos jovens para as cidades, o que, por conseguinte, limita a formação de novas turmas nas escolas das comunidades, pela inexistência do número mínimo de estudantes matriculados exigido pelos critérios oficiais.

Esse mesmo cenário começa a se delinear na formação de classes para o ensino fundamental, em virtude da redução gradual do número de filhos por família, bem como êxodo das famílias para áreas urbanas, em busca de melhores condições

de vida, fazendo muitas escolas comunitárias optarem pela implantação de salas multi-seriadas.

Ainda assim, a Flona do Tapajós e a Resex Tapajós-Arapiuns, se destacam no cenário nacional, por possuírem a população com maior nível de escolaridade dentre as demais Unidades de Conservação do país, fato que não impede, tampouco desobriga, a melhoria nas condições e qualidade do ensino básico ofertado. Outro indicador positivo é que cerca de 70 % dos alunos estudam em escolas localizadas nas próprias comunidades.

Figura 2 – Percentual (%) de estudantes por localização de escola na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
Percentual (%) de estudantes por localização da escola



Fonte: ICMBio, 2016.

Além da implementação da educação básica pelos municípios, outras modalidades de ensino chegaram ao território, através de iniciativas das próprias comunidades e famílias, como a Casa Familiar Rural, em regime de alternância, permitindo a formação técnica e profissional de estudantes de nível médio.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, tinha a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Fruto da parceria entre os ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA), nas Unidades de Conservação Federais, foi implementado o PRONATEC-Bolsa Verde, criado para apoiar o desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento da cadeia produtiva do extrativismo, da elevação de escolaridade e do combate ao analfabetismo, que teve como público alvo: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive jovens e adultos, trabalhadores e demais beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Na FLONA e na RESEX, foram ofertados 19 cursos no biênio 2015/2016, representando uma revolução no acesso ao ensino técnico-profissionalizante nas comunidades, capacitando mais de 400 alunos. No entanto, esta importante política pública, foi ofertada apenas em uma única ocasião no território e não mais executada em virtude de falta de recursos orçamentários, ausência de instituições executoras e finalização do Programa Bolsa Verde.

Tabela 4 – Relação de cursos PRONATEC ofertados na Resex Tapajos-Arapiuns e Flona do Tapajos

N	CURSO	CARGA HORÁRIA (horas)	Unidade de Conservação/Vagas	
			Flona	Resex
1	Produtor de Mandioca	160	-	25
2	Artesão de Biojoias	160	25	25
3	Agente de Projetos Sociais	160	25	25
4	Manejador de Floresta Nativas	160	-	25
5	Administrador de empreendimento florestais de base comunitária	160	25	25
6	Artesão de Artigos Indígenas	160	-	20
7	Agricultor Familiar	200	20	20
8	Operador de processamento de Frutas e Hortaliças	270	20	20
9	Condutor de Turismo em UC	200	25	25
10	Apicultor	160	20	20
11	Agente de desenvolvimento cooperativista		25	-
12	Agricultor Agroflorestal		25	-
Total de vagas			210	210

Fonte: ICMBio, 2016.

Segurança Pública

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” (BRASIL, 1988).

No quesito Segurança Pública é notória a “invisibilidade” das populações rurais e isoladas da Amazônia, bem como a ausência do Estado na região, devido a diversos fatores, entre os quais destacamos: complexa logística de acesso, recursos humanos e orçamentários deficitários, condições geográficas desfavoráveis, crescimento populacional, alteração nas relações sociais e etc. Somados todos esses fatores, verifica-se o crescimento nos casos de violência na região.

As informações, aqui expostas, se baseiam nas demandas apresentadas pelos moradores da FLONA e da RESEX, nos fóruns de participação social, os Conselhos Gestores das duas UCs, que a partir de 2017 iniciaram uma abordagem conjunta sobre a segurança pública no território, bem como na base de dados de denúncias protocoladas no ICMBio.

Os moradores relatam uma variedade de casos de violência e condutas ilícitas, ocasionando diversos transtornos de convívio social nas comunidades. Entre as principais demandas prioritárias, destacamos:

- Prevenção e combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Fiscalização sobre o funcionamento de bares (alvarás), venda de bebida alcoólica e realização de festas;
- Prevenção e combate a pequenos furtos (motores, embarcações, pequenos objetos);
- Educação e fiscalização de trânsito;
- Violência contra mulher;
- Direitos das crianças (exploração sexual);
- Direitos e deveres dos jovens;
- Investigação e retirada do convívio social de “foragidos” da justiça.

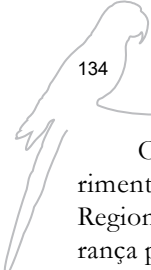
É importante salientar que poucos casos de violência são registrados junto as autoridades policiais, e que raramente são registrados os boletins de ocorrência, inviabilizando a projeção ou registro estatístico dos índices de violência da região.

A sensação de impunidade referente aos casos de transgressões penais, motivam a ocorrência de mais violência, que se não mediadas e/ou arbitradas, transformam-se em brigas e disputas familiares nas comunidades tomando proporções ainda maiores. Outros fatores como, baixo nível de escolaridade, desconhecimento de normativas e legislações, direitos e deveres do cidadão, acirram ainda mais essas disputas.

A condição deficitária de infraestrutura de acesso entre as comunidades, local apropriado para permanência de policiamento ostensivo e os custos para manutenção de agentes atuando de forma contínua junto as comunidades, desmotiva a princípio, a implementação de postos destacados de policiamento avançado na região, conforme explicitados pelos órgãos de segurança pública junto as lideranças da região.

A partir dos fatos elencados em 2019, partindo da motivação dos conselhos gestores da Flona e da Resex, foi proposto, para tentar melhorar as condições de segurança pública no território, uma ação pioneira e conjunta entre as forças de segurança pública, através da realização de ações itinerantes para a região do Baixo Tapajós, inicialmente com ações preventivas e educativas e posteriormente com ações de policiamento ostensivo.

Essa ação foi inicialmente articulada pelo ICMBio, que ofertou as condições logísticas para que as demais instituições da administração pública do estado do Pará e dos municípios envolvidos, pudessem se fazer presentes no território para atuar na prestação dos devidos serviços ao público alvo.



O Plano de Segurança Pública do Baixo Tapajós construído em caráter experimental deveria ter como organizador e promotor central das ações a Secretaria Regional de Governo do Baixo Amazonas órgão responsável pelas forças de segurança pública no estado do Pará, porém foi articulado principalmente pelo ICMBio de Santarém.

Essa ação conjunta, contou com a participação de diversos órgãos, com destaque:

- Órgãos Municipais de Santarém, Belterra e Aveiro: Secretaria de Assistência Social-CRAS e Conselho Tutelar;
- Órgãos Estaduais do Pará: Secretaria Regional de Governo do Baixo Amazonas, Polícia Militar, Polícia Civil, Detran e Bombeiros;
- Órgão de Defesa Nacional: Marinha do Brasil;
- Órgãos Federais: ICMBio.

Foram realizados 4 mutirões com duração média de 5 a 7 dias, com palestras educativas focadas nas demandas apresentadas, atingindo um público de cerca de 500 pessoas, bem como foram realizados atendimento a denúncias, abordagens ostensivas em vistorias, visitas familiares, laudos de constatação e colhimento de depoimentos. Participaram das atividades mais de 40 servidores públicos, a um custo operacional e logístico em torno de R\$ 40.000,00, incluindo contrato de embarcação, combustível, alimentação e equipamentos. Uma operação relativamente barata, frente aos resultados alcançados.

O Plano de Segurança, de maneira geral, foi bem avaliado pelos moradores do território, mas careceu de uma avaliação técnica sobre a sua efetividade junto aos atores executores, bem como de mecanismos que garantissem sua continuidade nos anos subsequentes, além do comprometimento em virtude da pandemia por Covid-19.

Trabalho, Produção e Desenvolvimento

Uma das principais demandas das populações tradicionais, é o acesso a políticas públicas de assistência técnica diferenciada e adequada ao seu modo de vida, bem como acesso a recursos financeiros (fomento) para implementação de suas atividades produtivas. Para o alcance desses objetivos, várias instrumentos, políticas públicas e instituições atuam no território afim de viabilizar essa importante ferramenta que garante, a manutenção e o modo de vida tradicional dessas populações. Entre as instituições públicas responsáveis e atuantes no território, destacamos:

- **INCRA:** O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é a autarquia federal responsável por executar a reforma agrária, através do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA.
- **EMATER-Pará:** A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural é o órgão oficial do Estado do Pará que tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável através do conhecimento, tecnologia, por meio da assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade

de vida da sociedade rural, a partir das diretrizes norteadoras da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2010).

Entre os dispositivos legais que asseguram direitos e o acesso a essas políticas públicas pelos moradores da FLONA e da RESEX é o reconhecimento destes povos e comunidades como beneficiários do PNRA (MDA, 2008).

Apesar da garantia legal, a implementação desses direitos vem se efetivando lentamente e de maneira distinta no território, a partir da articulação das populações e do poder público, de diferentes esferas de atuação.

Exemplo deste esforço é a Chamada Pública 01/13-MDA, que buscou a contratação de organizações para prestação de serviços de Assistência Técnica na RESEX. No entanto, não houve uma iniciativa similar para o território da FLONA.

Essa Chamada fez parte das ações do Programa de Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que tinha como um vetor de suas ações a erradicação da pobreza rural extrema. Foi construída numa parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social-MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, executado pelo INCRA e o Ministério do Meio Ambiente, executado pelo ICMBio.

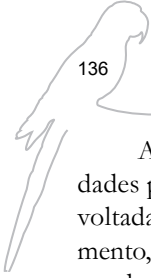
A base para o processo de construção das demandas e da descrição dos serviços, foram os acordos firmados pelo MDA durante o “I Chamado dos Povos da Floresta”, denominada de agenda do Marajó, visando atender Unidades de Conservação no Acre, Amazonas e Pará.

No caso da RESEX Tapajós-Arapiuns, foram destinados perto de R\$ 20 milhões de reais para atendimento de 3.563 famílias, recurso repassado pelo MDS ao MDA/INCRA, pelo período de 36 meses, para contratação e repasse a prestadores de serviço ao longo da vigência do contrato.

Tabela 5 – Distribuição dos lotes e contratos de prestação de serviço de assistência técnica na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

N. Lote	Organização executora	N. Beneficiários	Valor Previsto (R\$)	Valor Executado(R\$)	(%) Execução*
Lote 07	CEAPAC	742	3.963.494,77	2.794.713,69	71 a 78
Lote 09	IPAM	1287	6.197.650,05	4.926.021,51	79 a 89
Lote 10	PSA	789	3.992.386,81	2.125.339,46	46 a 53
Lote 11	PSA	465	3.175.488,07	1.353.401,21	38 a 43
Lote 08	ECOIDEIAS	280	2.792.234,93	-	0
TOTAL		3563	20.121.254,63	11.199.475,87	

Fonte: INCRA. * referência aos valores e atividades executadas. Vigência dos contratos entre 12/2013 a 03/2019.

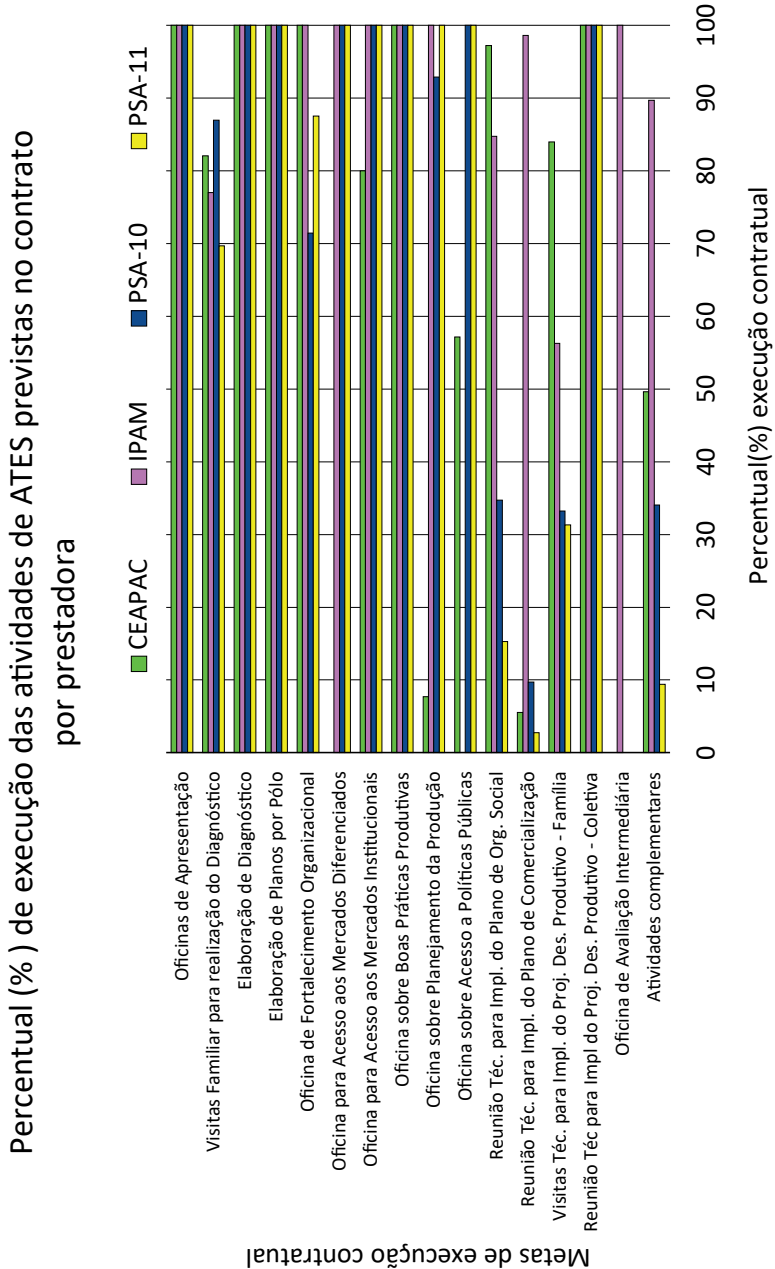


A complexidade logística da região, o quantitativo populacional e as especificidades para execução da prestação de serviço de uma assistência técnica diferenciada, voltada para o público extrativista nesta Unidade de Conservação provocou um fatiamento, ou divisão da chamada pública em “lotes”, pois houve a preocupação preliminar em destinar a totalidade dos recursos a uma única instituição executora que poderia não conseguir atender a totalidade das atividades contratadas, ou não surgirem prestadores de serviços com porte necessário a execução do serviço na chamada, e assim foi feito conforme descrito na tabela 5.

A contratação teve como objetivo a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural as famílias reconhecidas pelo INCRA/ICMBio como beneficiárias da Reforma Agrária, compreendendo o planejamento, a execução e a avaliação dos processos de organização social, de implantação de atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas e processos de comercialização, visando a segurança alimentar, a inclusão produtiva e social dessas famílias e o incremento de renda.

Observa-se a partir das informações apresentadas, a dificuldade para execução dos contratos, haja vista apenas 2 (CEAPAC e IPAM) das 4 prestadoras de serviço contratadas terem conseguido executar atividades e acessar recursos, acima de 70% das metas contratuais previstas (Figura 4). Além disso, apenas 50% do recurso público destinado foi utilizado. Destaca-se que uma das prestadoras, a organização ECOOIDEIAS abandonou o contrato praticamente após um ano de execução. Apesar do vultoso volume financeiro, e do percentual de execução contratual pouco superior a 50% do valor destinado, não foi possível dimensionar ou mensurar resultados positivos desse investimento público, pois a etapa em que o financiamento foi paralisado coincidiu com a etapa de elaboração de projetos produtivos e implementação dos créditos que foram inviabilizados justamente em virtude da suspensão dos contratos.

Figura 3 – Percentual de execução das atividade de assistência técnica prevista no contrato da Chamada Pública 001/2013-MDA, por prestadora



Fonte: INCRA, 2017.

Principais problemas descritos pelas organizações prestadoras de serviço, que dificultaram a execução dos contratos:

- Ausência dos beneficiários na residência por ocasião da visita técnica, dificultando a conciliação da agenda das visitas com a presença dos produtores em seus lotes e/ou na comunidade, havendo a necessidade de retorno várias vezes;
- Dificuldade das famílias em quantificar suas produções, consumos e valores, comprometendo a qualidade das informações dos diagnósticos;
- Falta de interesse e/ou credibilidade de alguns produtores em receber acompanhamento técnico;
- Reduzida participação de jovens e mulheres nas oficinas;
- Problemas de atualização dos dados cadastrais junto ao INCRA e CadÚnico, comprometendo a implementação dos projetos produtivos para acesso as linhas de crédito como o Fomento Mulher;
- Sazonalidade hídrica da região, dificultando o acesso a certas comunidades ocasionado pelo verão muito intenso e, no inverno, a áreas produtiva devido às condições ruins dos ramais em razão das chuvas;
- Dificuldade de deslocamento dos participantes para as oficinas, em função das distâncias entre comunidades, desestimulando a participação;
- Carência de infraestrutura, na maioria das comunidades, para a realização de eventos de longa duração, na maioria estruturas físicas pequenas e muito quentes.
- Descontinuidade de equipes de servidores, atrasos e paralisação recorrentes, no repasse de recursos governamental pelo INCRA aos prestadores de serviço.
- Encerramento dos contratos na RESEX por falta de recursos financeiros da parte da contratante (INCRA) antes que as prestadoras pudessem concluir todas as atividades previstas em contrato.
- Aplicação da assistência técnica de forma isolada, sem acompanhamento de créditos produtivos, financiamentos bancários, política de acesso a comercialização de produtos oriundos da UC.

Esses dados reforçam a complexidade para implementação de políticas públicas no território, independente do ator social (Estado ou ONGs) mas, apesar das dificuldades apresentadas para execução do programa, tanto por parte das prestadoras de serviço quanto por parte do INCRA, foi notória a avaliação positiva feita pelos moradores da RESEX, pela oportunidade de acesso aos serviços de assistência técnica. Ao final da execução dos contratos não houve uma avaliação conjunta dos resultados alcançados, principalmente em virtude das dificuldades apresentadas, e da suspensão de pagamento as prestadoras de ATER.

Em arranjo institucional local, a EMATER-Pará celebrou Termo de Reciprocidade com o ICMBio, para realização de atividades conjuntas visando a implementação mínima de serviços de assistência técnica para todas as UCs na região Oeste do Pará.

Na RESEX Tapajós-Arapiuns, a parceria EMATER/ICMBio atuou em substituição à prestadora ECOOIDEIA (Lote 08), que foi desabilitada pelo INCRA,

organização que deveria atuar na região do Alto Arapiuns e Rio Maro, deixando sem atendimento cerca de 280 famílias, na região mais inóspita e carente desta UC.

A parceria buscou identificar e fomentar as principais cadeias produtivas em 12 comunidades da região, fortalecer as organizações comunitárias, capacitar os beneficiários para agregação de valor e aumentar a viabilidade de comercialização de produtos da sociobiodiversidade, além de possibilitar o incremento de renda das famílias.

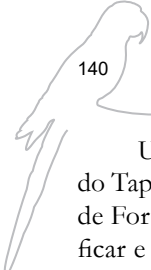
Entre, as principais atividades desenvolvidas pela EMATER em 2018 e 2019, destacam-se: 4 capacitações sobre derivados de mandioca, 4 capacitações de criação de galinha caipira, 2 capacitações sobre criação de peixe, cerca de 100 visitas técnicas, ações de saúde, finalizando com a elaboração, aplicação e acompanhamento de projetos produtivos no valor de cerca de 500 mil reais, oriundos de créditos do INCRA – modalidade Fomento Mulher.

Na FLONA do Tapajós, a parceria ICMBio/EMATER atuou junto à Cooperativa Mista da Flona do Tapajós – Coomflona e a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós – FCFT, na celebração, em fevereiro de 2016, do Termo de Reciprocidade objetivando a Cooperação mútua para a implementação de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural nas comunidades da UC. As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural tiveram como público alvo preferencial, os agricultores familiares, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e artesãos.

Antes da assinatura do Termo foram realizadas 13 reuniões nas comunidades da UC para discutir as estratégias, ações e demandas, envolvendo cerca de 390 famílias. Durante o biênio 2016 – 2017, foram realizadas 207 visitas tendo como base a relação de famílias relacionadas e indicadas pelo ICMBio para expedição de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Foram emitidas 174 DAP's nas 17 comunidades visitadas e ofertados diversos cursos, dentre eles: Olericultura, Viveirista Florestal, Cultivo de Árvores Frutíferas, Piscicultura, Boas Práticas em Produção de Polpas de Frutas, Administração de Propriedade Rural e Auto-Gestão de Projetos, Derivados da Mandioca, Avicultura Caipira, Fruticultura, Trio da Produtividade da Mandioca com Demonstração de Método (prática), Sangria e Comercialização de Látex: Cultura da Seringueira.

Em fevereiro de 2017, representantes do ICMBio, EMATER, Federação e Coomflona, reuniram-se para avaliar os resultados alcançados e propor novas ações para o ano, dentre estas, Capacitação em Manipulação de Alimentos, Implementação de uma Unidade Demonstrativa para Criação de Peixes e de uma Unidade de Observação para Produção de Mandioca, além da renovação de 86 DAPs. A EMATER contribuiu para a elaboração de projeto de Agroindústria da Coomflona, para a produção de polpas de frutas na UC. O projeto foi selecionado através do edital Ecoforte Extrativismo, assegurando um incentivo de R\$ 556 mil reais, via Fundação do Banco do Brasil.

Em 2018 ICMBio, EMATER, Coomflona e Federação elaboraram o novo Plano de Trabalho com atividades previstas para 2018 e 2019. O plano seria incorporado no Termo de Reciprocidade celebrado entre EMATER e Coordenação Regional 03 do ICMBio. No Plano constava a emissão e renovação de DAPs, capacitações e avaliação dos resultados das 75 famílias que foram trabalhadas em 2016 e 2017. Em decorrência da pandemia, as atividades de assistência técnica foram suspensas em 2020.



Uma importante ferramenta garantidora de direitos para os moradores da Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas.

A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais, dados territoriais e produtivos do imóvel rural, da renda da família e fornece segurança jurídica para as transações comerciais, viabilizando por exemplo: o produtor acessar uma linha de crédito do PRONAF e candidatar-se a comercialização junto a mercados institucionais como PAA (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A DAP também tem sido exigida como documentação comprobatória junto ao INSS para fins de acesso aos benefícios sociais.

Para os moradores da FLONA e da RESEX a DAP pode ser obtida diretamente no ICMBio de Santarém, na EMATER e no INCRA. Nos últimos 3 anos, a RESEX Tapajós-Arapiuns emitiu mais de 788 DAPs, aos seus beneficiários.

Infraestrutura

Apesar da proximidade territorial, entre a FLONA do Tapajós e a RESEX Tapajós-Arapiuns, em relação a infraestrutura, as duas UCs carregam diferenças fundamentais e estruturantes na implementação das políticas públicas, entre as quais destacamos a seguir.

- **Energia**

Criado em 2011, pelo Decreto Federal nº 7.520, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, buscou prover o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possuía acesso a esse serviço público.

O próprio decreto definiu como público prioritário, os moradores de assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas.

A responsabilidade pela implementação desta política pública, é da empresa concessionária de energia elétrica no Estado do Pará, na atualidade a empresa Equatorial Energia, sucessora da Rede Celpa. No entanto, a definição sobre quais regiões serão beneficiadas depende do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz Para Todos.

O acesso terrestre a maior parte da Floresta Nacional do Tapajós e sua interligação e conexão com uma importante via de acesso como a BR-163, permitiu a interligação dos núcleos populacionais à rede de distribuição de energia elétrica nacional, antes mesmos da criação do Programa Luz para Todos e foi finalizada nas comunidades mais distantes em 2015. Na atualidade, 74% das comunidades (20) possuem energia elétrica. As sete comunidades localizadas no município de Aveiro, não atendidas ainda, solicitaram apoio ao ICMBio para articular junto aos órgãos responsáveis o acesso à energia elétrica.

No entanto, essa realidade ainda não se concretizou na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, acessada exclusivamente via fluvial e sem conexão com a rede nacional de distribuição de energia, deixando no escuro cerca de 3.700 famílias, que passam por inúmeras dificuldades, por terem acesso apenas à energia dispendiosa e de baixa qualidade, fornecida por geradores movidos a óleo diesel.

Vale destacar que 4 trechos, perfazendo cerca de 80 km de rede de distribuição de energia a serem implantados nesta UC para beneficiar 1.050 famílias, já foram aprovados pelo Comitê Gestor do Programa Luz para Todos, inclusive com recursos garantidos para sua execução, porém ainda não foram implementados em virtude de sucessivas falhas nas operações de logística em campo por parte da concessionária Equatorial, das empresas subcontratadas e da Prefeitura da Aveiro.

Em virtude da lentidão dos responsáveis pela implantação das redes de distribuição, as próprias comunidades já iniciaram a instalação da energia, através de ligações clandestinas de energia, conhecido como “gatão”.

- **Ramais e/ou estradas**

A Floresta Nacional do Tapajós que está inserida em sua maior parte no município de Belterra e Aveiro, possui estradas de terra trafegáveis durante o ano todo em seu interior, acessível para veículos, motos, caminhões de grande porte e até ônibus. A manutenção desses acessos é feita em parte pela prefeitura de Belterra, mas majoritariamente contam com apoio das organizações sociais locais como a COOMFLONA e a FCFT. Estas infraestruturas interligam as 21 comunidades do interior da FLONA e estas aos centros urbanos de Belterra e Santarém.

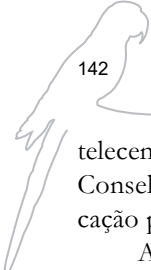
O acesso a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns é majoritariamente fluvial, mas em seu interior existem diversos ramais de acesso que interligam as comunidades e facilitam o acesso aos serviços básicos como saúde e educação, bem como às áreas produtivas. Essas infraestruturas foram feitas e são mantidas basicamente pelos próprios moradores.

Nos últimos anos foi fortalecida a parceria entre a organização comunitária representante dos moradores, a TAPAJOARA e a prefeitura de Santarém para abertura e limpeza de novos acessos, principalmente relacionados a implantação de energia, bem como para melhoria de infraestrutura de pontes.

- **Telecentros de Inclusão Digital**

O Decreto Federal 6.991/2009, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas comunidades, denominado “Telecentros.BR”, e tinha como objetivo principal desenvolver para implantação e a manutenção de telecentros públicos e comunitários em todo o território nacional. O programa foi coordenado por um conjunto de instituições entre estas os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Comunicações, da Educação e da Ciência e Tecnologia.

O programa tinha três frentes de trabalho: distribuição de equipamentos, computadores e internet para vários municípios e localidades do país para montagem de



telecentros; pagamento de bolsas para as pessoas que trabalhavam nos telecentros via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e; qualificação profissional, através de formação à distância dessas pessoas.

A FLONA e a RESEX foram contempladas com o recebimento dos equipamentos. No entanto, a implantação do programa teve uma execução bem complexa e lenta, nas diversas instâncias do programa, ao ponto de levar cerca de 10 anos, desde o recebimento dos equipamentos em 2009, passando pela distribuição e entrega junto aos locais de destino final até a ligação efetiva do sinal de internet, instalação da antena, em 2019.

Na FLONA foram instalados dois telecentros, um na comunidade do Maguari (norte da UC) e outro em Prainha 1. Já na RESEX foram instalados e encontram-se em funcionamento 9 telecentros. As bolsas de apoio aos monitores, porém nunca foram efetivadas.

• **Habitação**

O Crédito Habitacional visa à construção de moradia nos projetos de reforma agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA, sendo os recursos direcionados à aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços de engenharia e mão de obra, para essa finalidade.

Na FLONA e na RESEX vem sendo implantado desde 2002, com o diferencial de execução direta dos recursos por organizações sociais do próprio território, gerando maior autonomia na gestão do recurso, promovendo em alguns casos uma maior economia. Ao longo de 20 anos de execução do programa gerido pelo INCRA, foram construídos mais de 1500 habitações na RESEX e 300 na FLONA.

Em 2016 a Coomflona e Federação apresentaram à Caixa Econômica Federal três projetos para a construção de 150 casas, através do Programa Nacional Habitação Rural, mas os projetos não foram aprovados até o momento.

Considerações finais

Conforme exposto ao longo do texto, é complexo afirmar se existe uma única instituição pública efetivamente responsável pela gestão do território da Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. O que se efetiva na realidade é um conjunto de instituições em diferentes níveis hierárquicos (esferas de atuação, municipal, estadual e federal) que de maneira conjunta implementam ou tentam implementar suas atribuições em nível local, em diversas situações atuando em parceria ou conjuntamente com objetivo de otimizar insumos e potencializar soluções aos beneficiários das Unidades de Conservação.

Em virtude da dimensão, da complexidade socioambiental e logística deste território no Rio Tapajós, que une as populações da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns fica cada vez mais evidente, que a gestão pública no território deve ser feita de forma compartilhada, a fim de potencializar a implementação das políticas públicas em benefício destas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009**. Institui o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, no âmbito da política de inclusão digital do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6991.htm.


BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm.

INCRA. **Instrução Normativa nº 101, de 30 de setembro de 2020**. Dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 9.424/2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-101-de-30-de-setembro-de-2020-280528169>.



PORTARIA Interministerial MDA/MMA nº 3, de 3 de outubro de 2008. Reconhece as populações residentes em Resex, RDS e Flonas como beneficiárias do PNRA. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/legilacao/florestas-comunitarias/2029-portaria-interministerial-mda-mma-n-3-2008/file>.

UFV – Universidade Federal de Viçosa. Apoio ao processo de Identificação das famílias beneficiárias e Diagnóstico sócioprodutivo em Unidades de Conservação Federais/Flona do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Relatório Final I, UFRV/ Centro de ciências agrárias/Departamento de Economia Rural, Viçosa/MG, 2015. 154 p.



PARTE 2
PRÁTICAS DE USO E SOCIOECONOMIA
NO TERRITÓRIO

SEÇÃO 3
SABERES E PRÁTICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL



CAPÍTULO IX

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade

Carlos Richelle Braga

José Risonei Assis Silva

Ângelo Ricardo Sousa Chaves

Luciana Karla Valéria dos Santos Sousa

Karla Mayara Gomes

João Ricardo Vasconcellos Gama

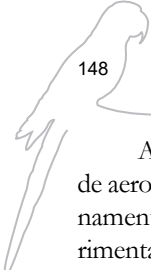
O manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece que nas Florestas Nacionais deve-se buscar o incentivo a pesquisa científica e o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, com ênfase no manejo florestal (BRASIL, 2000). No oeste do Estado do Pará, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona do Tapajós), criada em 1974, é uma das melhores referências do Brasil na geração e no uso aplicado do conhecimento científico voltado ao manejo de recursos florestais em Unidade de Conservação (UC).

São 23 comunidades ribeirinhas e três aldeias indígenas que juntas agregam, aproximadamente, 4.000 moradores (1.050 famílias) residentes, em sua maioria, nas margens do rio Tapajós (ICMBio, 2019). Atualmente, 202 cooperados (33 mulheres e 166 homens), residentes ou não, mas com origem na Flona do Tapajós, fazem parte da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA), entidade criada em 2005, com o objetivo de administrar o empreendimento florestal comunitário que gera, anualmente, milhões de reais a partir do manejo dos recursos madeireiros e não madeireiros de uma área de floresta concedida, de forma não onerosa, aos beneficiários desta UC.

Dentre os cooperados, 98 estão associados à ASMIPRUT (Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Tapajós de Piquiatuba a Revolta) e 104 vinculados à AITA (Associação Intercomunitária de Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros do Tapajós), sendo que a última filiação na cooperativa ocorreu em 2014 quando a diretoria da cooperativa decidiu suspender novas filiações para equilibrar as contas e definir critérios para a entrada de novos cooperados.

Nas primeiras décadas de existência da Flona do Tapajós, a relação entre os moradores e a gestão da UC se limitou a uma política direcionada à regularização fundiária e fiscalização ambiental, o que gerou muitos conflitos na área. A partir da década de 1990, com o envolvimento dos moradores na tomada de decisão e proposição de ações estratégicas para a gestão da área, passou-se a ter um alinhamento com os objetivos de criação da UC e com os anseios das comunidades.



As características favoráveis de localização, próxima de áreas urbanas, com a existência de aeroporto, boa malha viária, hidrovias e muitas instituições governamentais e não governamentais instaladas em Santarém, fizeram desta Floresta Nacional um centro de experimentações voltadas para o manejo florestal, com ênfase na administração comunitária.

Histórico do Projeto Ambé

Em 1999, começaram as atividades do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia – ProManejo, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a adoção do manejo florestal na Amazônia. O ProManejo foi subdividido em quatro componentes, onde o Componente IV foi específico para a Flona do Tapajós, com o apoio à conservação da Unidade por meio da promoção de ações de gestão e desenvolvimento comunitário, com ações estratégicas como: apoio à gestão; controle, vigilância e fiscalização; educação ambiental; ecoturismo e manejo comunitário (ProManejo/ IBAMA, 2004a).

Em 2003, por meio da Portaria 040/03, foi aprovado em caráter experimental e piloto, o manejo florestal de uso múltiplo na área de uso intensivo da Flona do Tapajós, tendo como beneficiárias as populações tradicionais, uma proposta pioneira de caráter demonstrativo para unidades de conservação de uso sustentável (ProManejo/ IBAMA, 2003).

O “Projeto”, como foi denominado inicialmente o Projeto Ambé, traduzia um anseio dos comunitários tradicionais da Flona do Tapajós em manejar a sua floresta, a sua “casa”, muitos foram capacitados pelo Projeto ITTO (Quadro 1) e ficaram aptos para a execução do manejo florestal. Portanto, a partir de discussões mediadas pelo ProManejo e aproveitando esta experiência, um grupo de comunitários realizou as atividades de inventário em uma área de 100 ha, em 2005, dando início as atividades de elaboração do plano de manejo e, juntamente a isso, a fundação e legalização da COOMFLONA, instituída pelas associações intercomunitárias ASMIPRUT, AITA e APRUSANTA, com o objetivo de beneficiar direta e indiretamente os comunitários e as comunidades da Flona do Tapajós, e que se tornou a proponente (responsável) junto ao IBAMA do Projeto Piloto de Manejo Florestal Comunitário na Flona do Tapajós – Projeto Ambé.

O Projeto Ambé possuía uma área inicial de efetivo manejo de 31.559,69 ha subdividida em duas áreas, denominadas de Samambaia e Anambé, e uma equipe de campo com 17 manejadores. No início de 2006, foi expedida a sua primeira autorização para exploração que concedia um volume de 2.932,299 m³ de madeira distribuídos entre 42 espécies em uma área de 100 ha correspondente a Unidade de Produção Anual 1 (UPA 1), localizada na área Samambaia, dos quais foram extraídos e comercializados 1.554,91 m³ de madeira em tora. Vale ressaltar que nesta primeira venda a renda adquirida foi suficiente apenas para pagamento dos gastos administrativos da COOMFLONA e das atividades operacionais do manejo florestal. Ao final do ano de 2006, foi autorizada a colheita da segunda Unidade de Produção Anual (UPA 2) correspondente a uma área de 300 ha, área Samambaia, com um volume de 8.880,144 m³ distribuídos entre 46 espécies (ProManejo/ IBAMA, 2006).

Na época do início das atividades é importante frisar que os membros da COOMFLONA receberam diversos treinamentos, cursos, intercâmbios, tanto no âmbito do manejo florestal quanto na gestão da cooperativa. Além disso, foram estabelecidas várias parcerias, as quais pode-se destacar: Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, atualmente Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em Santarém, com o monitoramento do crescimento e recuperação da florestal por meio da instalação e mensuração de parcelas permanentes; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, para avaliação do manejo florestal visando definir parâmetros para uma pré-certificação; Projeto Floresta em Pé, para desenvolver estudos com espécies florestais não madeireiras na área de manejo; IBAMA, procedimento e orientações para a execução do Projeto Ambé; Cooperação Técnica Alemã – DED, capacitação tributária e Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, na concessão de estágio para estudantes de Engenharia Florestal (ProManejo/ IBAMA, 2006). Todas as ações realizadas em prol do êxito do Projeto Ambé ao longo de sua trajetória serviram e servem como lições aprendidas para todos os envolvidos.

Quadro 1 – Breve descrição sobre o Projeto ITTO na Floresta Nacional do Tapajós

Projeto ITTO

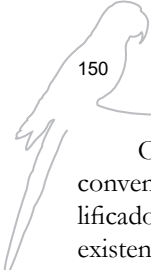
O projeto ITTO PD 68/89 – Manejo na Floresta Nacional do Tapajós para a Produção Sustentada de Madeira Industrial (Projeto Tapajós), realizado entre 1999 e 2003, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com financiamento do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e aprovado pela Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO) teve como objetivo, de acordo com Pinho (2006), a instalação de um modelo de manejo florestal para a produção sustentada de madeira em florestas tropicais, considerando dados técnicos, sociais, econômicos e ambientais, a fim de orientar futuras ações governamentais e a transferência dos conhecimentos adquiridos para diferentes segmentos da sociedade em uma área de 3.222 ha.

A Agropecuária Treviso Ltda., criada pela Comercial Madeiras Exportação S.A. – Cemex, foi a empresa que venceu a licitação para realizar a exploração do Projeto e o contrato foi oficializado entre a empresa e o IBAMA no final de 1998, sendo a primeira experiência de concessão de uma área pública. O Plano de Exploração Florestal (PEF) apresentado ao IBAMA pela empresa foi elaborado com o apoio da Embrapa Amazônia Oriental e da Fundação Floresta Tropical (FFT) Pinho (2006), atualmente Instituto Floresta Tropical (IFT), com a aplicação do método de Exploração de Impacto Reduzido (EIR).

O projeto foi responsável pela extração de 63.392 m³ (6,4 m³/árvore) de madeira de alto, médio e baixo valor com produção média de 20,25 m³/ha em uma área efetivamente explorada de 3.130 hectares. O Projeto ITTO impactou positivamente os trabalhadores do projeto, fornecendo emprego e expondo-os a técnicas de gerenciamento de florestas tropicais que maximizam a produção de madeira e minimizam a destruição da floresta. Ao final do Projeto ITTO ficou claro o entendimento de que mais iniciativas de manejo florestal precisavam ser possibilitadas em Florestas Nacionais (BACHA; RODRIGUEZ, 2007).

Mas o que é manejo florestal?

Quando se fala na utilização comercial da floresta na região Amazônica, é comum associar manejo florestal à exploração convencional, englobando muitas vezes essas duas terminologias no mesmo entendimento, mas há uma considerável diferença entre esses conceitos e, por essa razão, é importante esclarecê-los.



O termo exploração é utilizado quando não há planejamento, no caso exploração convencional, é a utilização da floresta de forma não planejada, sem trabalhadores qualificados e, na maioria dos casos, sem equipamentos e maquinário adequados, e quando existentes, não são aplicados de forma correta para mitigar os impactos negativos sobre a floresta. Por outro lado, o manejo florestal contempla a extração de produtos florestais com impacto reduzido (EIR), onde é feito o planejamento das atividades de modo a reduzir os danos à vegetação remanescente, com forte preocupação quanto a manutenção do estoque de oferta da floresta para futuras colheitas.

Além disso, no manejo florestal são previstas atividades de pré-colheita – infraestrutura e inventário florestal; e pós-colheita, como a realização de tratamentos silviculturais, por exemplo, para estimular o desenvolvimento da floresta, e o cuidado de proteger a área (SABOGAL *et al.*, 2009).

Para que a utilização da floresta seja feita considerando critérios de sustentabilidade, além das práticas já relacionadas devem ser consideradas as atividades que garantam a responsabilidade social do uso da floresta, conforme definido no conceito de manejo florestal da Lei 11.284. de 2 de março de 2006 (BRASIL, 2006):

“O manejo florestal sustentável é a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal.”

O primeiro passo para utilizar a floresta de forma racional é a elaboração de um plano de manejo. É nessa fase que são estabelecidas políticas, estratégias e técnicas que irão garantir a manutenção da capacidade produtiva da floresta (SABOGAL *et al.*, 2009). O Plano de Manejo Florestal (PMF) é um documento que contém as informações de como funcionará o manejo e apresenta as diretrizes e os procedimentos para a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais (ICMBio, 2019).

Esclarecemos que em todo plano de manejo tem que estar intrínseca a busca pela sustentabilidade, entretanto o plano de manejo florestal, por si só, não a garante. Por isso preferimos chamar de plano de manejo florestal (PMF), mas na legislação e na maior parte das publicações, encontramos plano de manejo florestal sustentável (PMFS).

De forma simplificada, podemos compreender a elaboração de um PMF dividida em quatro etapas: Inventário amostral, diagnóstico socioeconômico, planejamento estratégico e planejamento operacional, com base nas Diretrizes Técnicas de Manejo para Produção Madeireira Mecanizada em Florestas de Terra Firme na Amazônia Brasileira:

A primeira etapa – inventário florestal amostral, constitui a base do planejamento da produção, em que se conhece a floresta tanto em qualidade, a partir das espécies presentes, quanto em quantidade, a partir número de árvores, área basal (área ocupada pelo fuste comercial das árvores) e volume.

Ao mesmo tempo ou logo em seguida a segunda etapa temos o diagnóstico socioeconômico, uma fase estratégica que permite conhecer o universo social, as principais lideranças, estabelecer uma relação colaborativa com a população local e oferta de mão de obra. A terceira etapa é o planejamento estratégico, que é o PMF propriamente dito, ou seja, o documento com o detalhamento das operações que serão conduzidas na floresta, como macro e microzoneamento, delimitação topográfica, inventário florestal 100%, colheita florestal, operações pós-colheita, incluindo a proteção, as metodologias, os equipamentos, instrumentos e recursos a serem utilizados.

A quarta e última etapa é o planejamento operacional, com a elaboração de um documento chamado Plano Operacional Anual (POA), que contém o planejamento de todas as operações que serão realizadas durante um ano em uma área de manejo florestal.

Embora seja classificado como PMF Comunitário, o manejo florestal realizado pela Coomflona também se enquadra na categoria de PMF Pleno, quanto à intensidade de colheita, e PMF de uso múltiplo, por manejar produtos florestais madeireiros e não madeireiros (Tabela 1).

Tabela 1 – Classificação do manejo florestal executado pela Coomflona na Floresta Nacional do Tapajós

	Titularidade da Floresta	Floresta Pública – Flona do Tapajós
	Detentor	Comunitário – Executado pela Coomflona
Categoria do PMF	Ambiente Predominante	Terra firme
	Estado Natural da Floresta Manejada	Floresta Primária
	Intensidade de Colheita no Manejo Florestal	Pleno até 30 m ³ ha ⁻¹
	Produtos Decorrentes do Manejo Florestal	Múltiplos Produtos
Sistema Silvicultural	Sistema Policíclico com corte seletivo	
Sistema de Colheita Florestal	Sistema que prevê a utilização de máquinas para o arraste de toras	
Ciclo de Corte	35 anos	

Atualmente, o empreendimento da COOMFLONA compreende a Área de Manejo Florestal (AMF) denominada Anambé II, com 82.933,55 ha de extensão, sendo subdividida em três Unidades de Manejo Florestal (UMF): UMF Andiroba, de 11.449,01 ha; UMF Maçaranduba, de 31.195,60 ha; e UMF Jatobá, com 40.288,94 ha.

No manejo de uso múltiplo é realizada a colheita de madeira em tora, de madeira em torete e a colheita de sementes, resinas e frutos. O produto tora é a madeira do tronco destinada a serraria. O torete é a madeira com mais de 50 cm de comprimento com no mínimo 20 cm de diâmetro, procedente de galhos e da parte do fuste não destinada à serraria. Como exemplo de produtos não madeireiros temos a semente de andiroba, o fruto de castanha-do-Pará e a resina da seringueira (Figura 1).

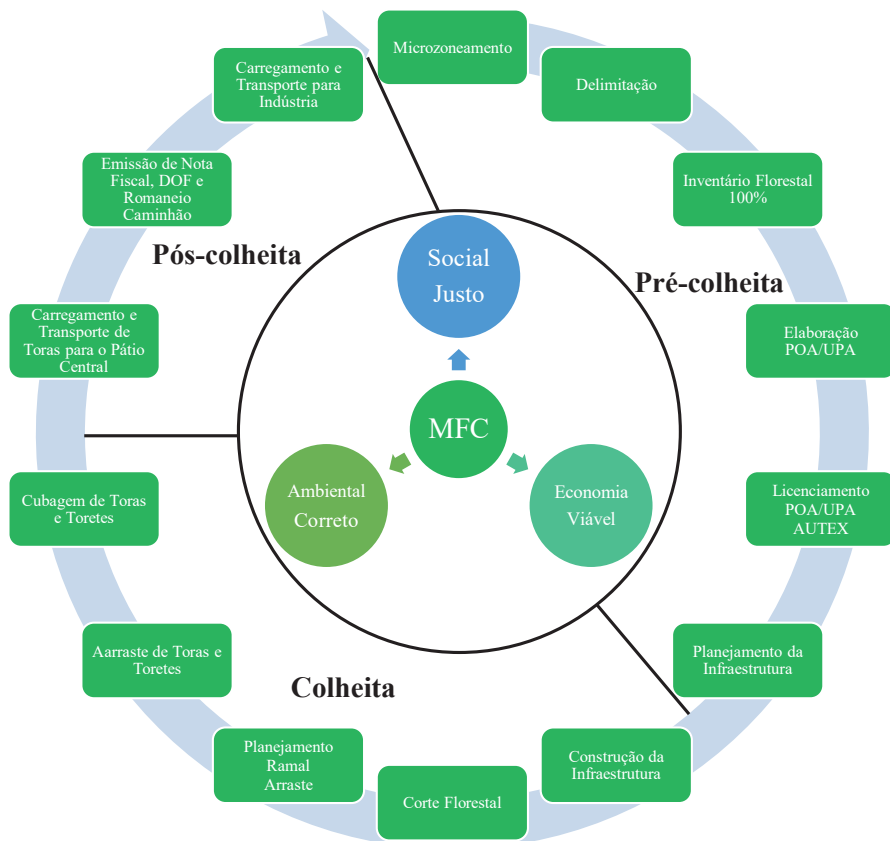
Figura 1 – Produtos colhidos no Manejo Florestal Comunitário executado pela Coomflona na Floresta Nacional do Tapajós



No POA todas as atividades a serem executadas na UPA são discriminadas e quantificadas, tendo como responsável técnico o engenheiro florestal. O POA precisa ser encaminhado ao órgão ambiental competente para análise e posterior emissão de autorização que permite o início das atividades.

No POA constam as informações sobre o PMF ao qual está vinculado (número do protocolo e informações da área de manejo), as informações sobre a UPA, a produção florestal planejada (espécies de interesse e volume a colher, diâmetros mínimos de corte), avaliação de danos e outros estudos técnicos, treinamentos, ações de melhoria da logística e segurança de trabalho, mapas (macrozoneamento da UPA, mapa de colheita), cronograma de execução do POA e o planejamento das atividades na área de manejo para o ano do POA. De modo geral, as atividades de manejo florestal estão divididas em três fases, a saber: pré-colheita, colheita e pós-colheita (Figura 2).

Figura 2 – Atividades por fases executadas no empreendimento de manejo florestal comunitário realizado pela Cooperativa Mista Flona do Tapajós (COOMFLONA)



A evolução do Manejo Florestal na Floresta Nacional do Tapajós

A COOMFLONA executou as atividades previstas em sua primeira UPA de 100 hectares, nos anos de 2005 e 2006, e, posteriormente, trabalhou em uma área de 300 e de 500 hectares, em 2007 e 2008, respectivamente. Estas três primeiras Unidades de Produção Anual faziam parte do cronograma previsto para o Projeto Ambé. A partir de 2009, a cooperativa passou a executar suas atividades sem a dependência de um capital externo, em uma área de 700 hectares.

Em 2019, após 13 anos (2005 – 2018) executando as atividades previstas no plano de manejo florestal aprovado em 2005 pelo IBAMA, a COOMFLONA recebeu autorização para manejar 82.933,55 mil hectares de floresta em um novo plano de manejo florestal aprovado, em 2019, pelo ICMBio, com UPA's de aproximadamente 2000 hectares. Na Tabela 2 os resultados financeiros apresentados nas assembleias de prestação de contas. As sobras do exercício fiscal (Tabela 3) são divididas, de forma proporcional em: Fundo de Apoio Comunitário (15%), Fundo Saúde (5%), Fundo Reserva (10%),

Fundo de Investimento (45%), Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social (5%), Decisão da Assembleia Geral (15%).

Tabela 2 – Volume autorizado e volume de madeira explorado, em m³. ha⁻¹, no período de 2005 a 2019, na área de manejo florestal da COOMFLONA, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra, Pará

UPA	Ano Safra	Área do POA (ha)	Volume AUTEX (m ³)	Volume comercializado em tora (m ³)	Valor por m ³ (R\$/m ³)	Receita Bruta (R\$)
1	2005/2006	100.00	2.932.2990	1.554.9100	R\$ 188.12	R\$292.515.00
2	2007	300.00	8.880.1440	3.646.6180	R\$ 214.50	R\$782.207.85
3	2008	521.00	13.487.4740	7.843.2710	R\$ 140.47	R\$1.101.716.07
4	2009	700.00	20.181.1100	13.450.0640	R\$ 197.00	R\$2.649.662.61
5	2010	1.000.00	19.343.2000	14.893.1900	R\$ 190.00	R\$2.829.706.10
6	2011	1.000.00	18.337.3200	15.845.7927	R\$ 198.00	R\$3.137.466.95
7	2012	1.000.00	24.476.5500	19.120.8500	R\$ 198.00	R\$3.785.928.30
8	2013	1.000.00	25.837.4500	21.714.8690	R\$ 220.00	R\$4.777.271.18
9	2014	1.559.30	43.905.4330	37.173.6713	R\$ 260.00	R\$9.665.154.54
10	2015	1.551.88	42.797.6620	35.030.7468	R\$ 311.00	R\$10.894.562.25
11	2016/2017	1.589.81	41.280.0410	31.818.5317	R\$ 345.00	R\$10.977.393.44
12	2018/2019	1.473.74	29.455.8650	21.174.9900	R\$ 350.50	R\$7.421.834.00
13	2019	504.300	13.371.4223	11.184.8534	R\$ 365.00	R\$4.082.471.49

Obs.: valores monetários não consideraram o efeito da inflação, ao longo dos anos.

Tabela 3 – Resultados financeiros por ano fiscal apresentados nas assembleias de prestação de contas da diretoria aos cooperados, área de manejo florestal da Coomflona, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra, Pará

Ano	Receita Bruta	Despesas	Lucro Líquida	Perda Líquida
2005	R\$292.515,00	R\$106.774,64	R\$185.740,36	
2006	R\$782.207,85	R\$708.746,37	R\$73.461,48	
2007	R\$1.101.716,07	R\$890.263,82	R\$211.452,25	
2008	R\$627.302,30	R\$642.142,41	-	R\$14.840,11
2009	R\$1.844.306,83	R\$1.366.923,28	R\$477.383,55	
2010	R\$2.138.026,69	R\$1.971.394,99	R\$166.631,70	
2011	R\$3.011.693,42	R\$2.372.811,57	R\$638.881,85	
2012	R\$3.537.751,76	R\$3.399.797,36	R\$137.954,40	
2013	R\$3.994.158,62	R\$3.384.117,52	R\$610.041,10	
2014	R\$5.766.048,10	R\$5.304.950,91	R\$461.097,19	

continua...

continuação

Ano	Receita Bruta	Despesas	Lucro Líquida	Perda Líquida
2015	R\$ 8.017.677,71	R\$ 7.746.784,98	R\$ 270.892,73	
2016	R\$13.178.602,42	R\$11.688.825,48	R\$1.509.776,94	
2017	R\$10.257.644,14	R\$9.692.387,93	R\$565.256,21	
2018	R\$ 7.580.169,98	R\$ 7.598.367,14	-	R\$ 18.197,16
2019	R\$ 4.271.168,42	R\$ 3.783.951,19	R\$ 487.217,23	

Obs.: valores monetários não consideraram o efeito da inflação, ao longo dos anos.

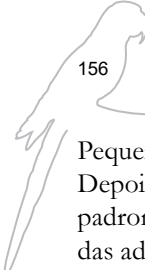
Manejo florestal comunitário certificado

A COOMFLONA obteve certificação florestal do sistema FSC (*Forest Stewardship Council® ou Conselho de Manejo Florestal*), iniciativa voluntária da cooperativa que se submete as exigências do padrão FSC, principalmente em relação ao desempenho social, ambiental e econômico conforme as legislações vigentes, verificados através de auditorias anuais de monitoramento do certificado em campo, por um organismo certificador (no caso da COOMFLONA, o certificador tem sido o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA).

A COOMFLONA buscou a certificação FSC incentivada pelos parceiros institucionais, principalmente o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB e o Instituto Floresta Tropical – IFT, que acreditavam que a certificação iria impulsionar o desenvolvimento contínuo do nível gerencial e técnico do empreendimento como um todo e dar maior visibilidade ao mercado para a madeira manejada pela cooperativa, inclusive o IEB auxiliou nas ações de implementação e treinamentos durante dois anos. Os membros da diretoria, equipe técnica e muitos cooperados acreditavam que a certificação iria proporcionar melhorias significativas dos valores de venda da madeira.

O processo de solicitação da certificação foi submetido e aprovado em 2013, junto ao IMAFLORA, após a visita técnica e auditoria de verificação nas instalações e área de manejo da cooperativa. A área de manejo certificada foi de 14.257,11 ha, em 2016, posteriormente passou a ser de 20.086,73 ha e, em 2019, com a inclusão da Área de Manejo Florestal (AMF) anambé, localizada no KM 117 da BR 163, a área certificada passou a ser de 82.955,55 ha, em razão da concessão do direito de manejar a AMF Anambé II para a COOMFLONA, conforme Portaria ICMBio nº 511 de 17 de setembro de 2019. Portanto, a COOMFLONA possui hoje toda a área de seu plano de manejo florestal certificada pelo FSC.

A certificação tem contribuindo para a melhoria nos processos operacionais de exploração florestal, gestão ambiental, responsabilidades sociais, segurança do trabalho e proporcionado uma visibilidade e oportunidades para a cooperativa. Depois que a cooperativa se tornou certificada, tem sido convidada para participar de diversos eventos regionais, nacionais e até internacionais. Nos dois primeiros anos as auditorias apontaram muitos pontos para melhorias através da emissão de Não Conformidades com princípios e critérios de Padrão de Certificação do FSC para o Manejo Florestal em



Pequena Escala e de Baixa Intensidade (SLIMF) pelo qual a cooperativa é certificada. Depois que foi contratado um técnico para assumir a responsabilidade pela certificação, padronizados os procedimentos e feito os investimentos necessários para atendimento das adequações com o padrão, reduziram-se os pontos de melhorias apontados pelas auditorias. Atualmente, ainda permanecem recomendações de melhoria, principalmente no que tange à gestão administrativa e financeira da cooperativa, mas também sempre existem apontamentos para a parte técnica de execução do Plano de Manejo.

A certificação é considerada um grande marco de transformação no empreendimento, embora não tenha atendido às expectativas dos cooperados inicialmente, que era de aumentar de forma significativa o valor da venda da madeira, pois a procura por madeira certificada na grande maioria das vezes é por madeira serrada e a cooperativa ainda não possui serraria. Contudo, ao longo do tempo foi possível obter uma melhor valorização no preço da madeira em tora, chegando inclusive a comercializar para três clientes ao mesmo tempo, através de contrato de venda direta. Alguns destes clientes buscaram a certificação de cadeia de custódia para poder comercializar a madeira certificada, principalmente para o mercado internacional.

Considerações finais

Os aprendizados obtidos com o processo de implantação e fortalecimento da iniciativa e, posteriormente, com a expansão da área manejada, além dos desafios com a gestão econômico-financeira do empreendimento, fazem do manejo florestal, executado na Flona do Tapajós, uma importante referência em Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. Os resultados financeiros obtidos com o manejo dos recursos naturais têm promovido o desenvolvimento local e apoiado a gestão da Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS

BACHA, C. J. C.; RODRIGUEZ, L. C. E. Profitability and social impacts of reduced impact logging in the Tapajós National Forest, Brazil – A case study. **Ecological Economics**, v. 15, n. 1, p. 70-77, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.09.024>

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa nº 05, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/in%20mma%2005-06.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia**: Guia sobre planejamento participativo, execução colaborativa e gestão comunitária. Brasília, DR: Ministério do Meio Ambiente, 2019. 84p. ISBN: 978-65-5024-008-0.

PINHO, G. S. C. O Projeto ITTO PD 68/98 – Manejo na Floresta Nacional do Tapajós para a produção sustentada de madeira industrial. In: PEREIRA JÚNIOR, R. A. (org.). **Floresta Nacional do Tapajós**: experiências e lições para a implementação do manejo florestal em unidades de conservação. Belém: Projeto Tapajós, 2006. p. 27-33.

PROMANEJO/IBAMA. **Relatório Anual de Atividades**. Manaus, 2003. 90p.

PROMANEJO/IBAMA. **Apoio à gestão da Floresta Nacional do Tapajós**. Manaus, 2004a. 4p.

PROMANEJO/IBAMA. **Relatório de Atividades**. Manaus, 2006. 80p.

SABOGAL, C.; POKORNY, B.; SILVA, J. N. M.; CARVALHO, J. O. P.; ZWEEDE, J.; PUERTA, R. **Diretrizes técnicas de manejo para produção madeireira mecanizada em florestas de terra firme na Amazônia brasileira**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2009. 217p.

CAPÍTULO X

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

Maurício Mazzotti Santamaria

Introdução

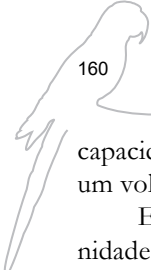
Para melhor compreensão deste capítulo, que traz à tona as questões relacionadas ao surgimento e desenvolvimento Manejo Florestal Comunitário na região do Baixo Tapajós, em duas grandes Unidades de Conservação, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós, precisaremos voltar no tempo, mais precisamente para o final da década de 70.

Difícilmente conseguimos dissociar as duas unidades de conservação federais vizinhas, unidas pelo grandioso rio Tapajós, Resex Tapajós-Arapiuns e Flona do Tapajós, as ações exitosas que ocorrem em um território, tão logo atravessam o rio, fator esse relacionado ao constante fluxo social entre as duas margens do rio (festividades, clubes de futebol, religião etc.), e para o Manejo Florestal não foi diferente.

A Flona do Tapajós, criada em 1974, como medida de mitigação de impactos da abertura da BR-163 (Rodovia Cuiabá/Santarém), logo se tornou o berço do desenvolvimento das pesquisas de Manejo Florestal no Brasil, rapidamente importantes centros de pesquisa se instalaram ali, EMBRAPA, IPAM, ITTO entre outros. Atualmente podemos afirmar que a maioria das normativas que regulam o Manejo Florestal na Amazonia nasceram dos dados gerados pelas pesquisas e estudos publicados na Floresta Nacional do Tapajós, como por exemplo as IN 04 e 05/MMA que “*dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, e dá outras providências*”.

Como esses estudos simulavam as ações de intervenção humana propostas pelo Manejo Florestal, como parte do resultado das pesquisas, existia o acúmulo de madeira em toras, proveniente da colheita florestal. Como os volumes gerados eram relativamente grandes, pois os estudos simulavam diversos tipos de intervenção de até 75 m³ de madeira/ha, logo os pesquisadores propuseram a comercialização desta produção, com objetivo de amortizar os elevados custos das pesquisas. Nesse sentido, provocado pelas instituições de pesquisa, o órgão gestor da FLONA do Tapajós, o IBDF, passou a buscar meios legais, até autorizar a comercialização desta produção.

Esses trabalhos de pesquisa perduraram por anos, até meados de década de 80, onde além da geração de dados importantíssimos sobre incremento florestal,



capacidade de resiliência, nível de intervenção, regeneração florestal, também gerou um volume expressivo de madeira, o qual teve como destino a comercialização.

Essas áreas de pesquisa, não se localizavam nas áreas habitacionais das comunidades, próximo às margens do rio, e sim, ao longo da BR-163, facilitando acessos dos pesquisadores e escoamento da produção florestal, esse fator foi delimitante para que as comunidades demorassem tanto tempo para se apropriar desse processo de comercialização desta produção florestal, a qual ocorria dentro da Flona do Tapajós.

Importante ressaltar que nesse período, da criação da Flona do Tapajós até a publicação do SNUC em 2000, não existiam legislações claras que observavam ou permitiam a presença de populações tradicionais como beneficiários de Florestas Nacionais, fator esse que ocasionou durante anos, acirrado conflito entre os órgãos de gestão da FLONA – IBDF e IBAMA – muitas vezes até coibindo a permanência das populações tradicionais nos territórios, e comumente negando ou não reconhecendo direitos de uso das populações tradicionais sobre o território.

Devido esse conflito, até os anos 2000 as comunidades da FLONA não obtiveram êxito junto ao órgão gestor da UC, nas discussões relacionadas ao Manejo Florestal Comunitário.

Com a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985 em 18 de julho de 2000 e posteriormente do Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta a lei supracitada, passou a existir um processo mais robusto de reconhecimento dos territórios de uso tradicional, conseqüentemente um movimento mais sólido e organizado de criação de fundos e projetos de apoio as UC's Federais de uso sustentável, motivados pela segurança jurídica proporcionada pela até então nova legislação. E com esse movimento, o já existente programa denominado PROMANEJO – Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazonia – “ganhou corpo”, com aporte de recursos provenientes do Banco Mundial (RFT), Governo da Alemanha (KfW e GTZ), Governo Britânico (DFID), Governo Brasileiro (contrapartida), apresentando uma estimativa de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) para investimento em ações de estruturação do Manejo Florestal na Amazonia.

O PROMANEJO foi programa decisivo na implementação do manejo Florestal Comunitário na Floresta Nacional do Tapajós, por isso, precisamos transcorrer mais detalhes sobre a implementação deste projeto na região.

Com macro objetivo de *“Apoiar a adoção do manejo florestal na Amazônia, por meio de ações estratégicas e experiências pilotos em áreas prioritárias”*, o projeto apresentava outros 5 objetivos estratégicos, sendo 4 deles com interferência direta na Floresta Nacional do Tapajós:

- 1) Estudos e análises estratégicas para definição de diretrizes de políticas públicas para Manejo Florestal;
- 2) Identificar, promover e apoiar iniciativas promissoras de manejo florestal em áreas públicas e privadas, que sirvam de referências;
- 3) Desenvolvimento e teste de novos métodos e instrumentos de controle da atividade madeireira;

- 4) Apoiar a gestão de Floresta Nacional, com a participação das populações tradicionais residentes na área, melhorando a qualidade de vida das comunidades;
- 5) Gestão para alcance de resultados e impactos do Projeto.

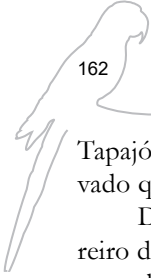
Nesse contexto a Floresta Nacional do Tapajós se tornou um campo fértil para implementação do programa PROMANEJO, grande parte dos recursos do programa foram aplicados ali, e grandes avanços foram alcançados: a) mobilização e discussão na base de moradores sobre Manejo Florestal, tema que poucos moradores tinha acesso na época; b) elaboração do Plano de Manejo (plano gestor) da Floresta Nacional do Tapajós, com zoneamento e normas de uso adequadas para promoção do MFC, inclusive, não permitindo a concessão florestal empresarial na UC; c) criação da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós – COMFLONA; d) dotação de estrutura mínima para implementação das ações de manejo; e) capacitações e treinamentos sobre técnicas de manejo florestal, cooperativismo, administração. Intercâmbios com experiências mais avançadas etc.; f) contratação de equipe técnica para COMFLONA (engenheiros e técnicos florestais, contador, assessoria jurídica, entre outros); g) elaboração e licenciamento do projeto de manejo florestal comunitário; h) publicação de relatórios técnicos e pos-exploratórios.

Durante 5 anos, de 2002 a 2007 o programa PROMANEJO apoiou de forma contundente as ações hora relatadas, até que em 2005, se iniciou as ações exploratórias do Manejo Florestal Comunitário, com a derrubada da primeira árvore do projeto “AMBÉ”. Foi um evento festivo, com a presença da imprensa e sociedade local, dos diretores do IBAMA, onde eu pude acompanhar pessoalmente os discursos emocionados das lideranças envolvidas, pelo direito reconhecido de acesso aos recursos naturais da FLONA. O evento foi marcado pela derruba da primeira Árvore, um jatobazeiro, pelo então Diretor da Diretoria de Florestas do IBAMA, e o maior idealizador do Programa Promanejo, o Sr. Antonio Carlos Hummel, naquela ocasião, tomamos juntos o “vinho do jatobá”, líquido o qual fica armazenado dentro do oco da arvores, o qual é expelido no momento do teste do oco.

Dali para a frente o “projeto Ambé” – Manejo Florestal Comunitário na Flona do Tapajós – entrou em grande ascensão, expandindo as áreas de manejo ano a ano, iniciando com uma unidade de produção anual -UPA- de 100 ha, em seguida 300 ha, 500 ha, até atingir o patamar atual de 2 mil ha/ano, da mesma forma para capacidade gerencial, até não depender mais de apoio externo para sua gestão.

Enquanto isso, do outro lado do rio Tapajós, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, os caminhos iniciais que trouxeram as primeiras ações de manejo para RESEX foram parecidos, em momento próximos, as motivações quanto os anseios para implementação do Manejo Florestal Comunitário ocorriam com certa similaridade, ou seja, comunidades historicamente usuárias de territórios tradicionais, observando outras organizações tomarem a iniciativa das ações de manejo.

Em meados dos anos 80, quase vinte anos antes da criação daquela que seria a primeira reserva extrativista do Estado do Pará, duas empresas madeireiras “Amazonex e Santa Izabel” se diziam donas das áreas que hoje compõem a RESEX



Tapajós-Arapiuns, anos depois, durante o processo de criação da RESEX, foi observado que esses títulos não eram verdadeiros.

Durante esse período, as comunidades tradicionais viram parte do recurso madeireiro da Resex saírem de seus territórios, sem gerar o devido desenvolvimento local, com elevada concentração de renda aos proprietários das empresas. Nesse período era possível observar que as comunidades não eram contrárias ao manejo florestal, e sim, a forma como este modelo vinha sendo implementado, socialmente injusto.

Por vinte anos essas duas empresas exploraram os recursos florestais na Resex, fator esse que gerou intenso conflito de uso com as populações tradicionais ali existentes, e acabou se tornando o principal motivador do processo de criação da UC, o qual se consolidou em 1998 com a publicação do Decreto de criação da RESEX.

Com a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns em 6 de novembro de 1998, as empresas madeireiras foram retiradas da área, assim como toda estrutura ali existente, e as ações de exploração florestal cessaram. A partir daquele momento, restou uma enorme vontade por parte das comunidades, de se tornarem protagonistas desse processo, e passarem a manejar parte do seu território, gerando emprego e renda de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, porém, como a Reserva não tinha os instrumentos de gestão necessários, como por exemplo: Zoneamento, plano de manejo, conselho deliberativo, o órgão gestor frustrou todas as tentativas das comunidades em realizar manejo.

Poucos anos depois, entre 2000 e 2004, com as comunidades já mais organizadas, novas tentativas de aprovação de Projetos de Manejo na RESEX foram protocoladas junto ao IBAMA, através do apoio de organizações externas como IPAM. Cerca de 5 Projetos de Manejo Florestal Comunitários foram elaborados junto as comunidades, a maioria deles com objetivo de fornecer madeira para as próprias oficinas e marcenarias no interior da Reserva. Eram projetos pequenos, de cerca de 100 a 500 ha, e de baixo impacto, no entanto, novamente ocorreu a negativa do órgão gestor – IBAMA, alegando que como a UC não tinha Plano de Manejo, a atividade não poderia ser implementada.

Importante ressaltar, que assim como na Floresta Nacional do Tapajós, na Resex Tapajós-Arapiuns o diálogo entre as comunidades tradicionais e o órgão gestor não era efetivo naquele momento, e as negativas frente aos processos de uso de recursos naturais solicitados pelas populações tradicionais, previstos em lei inclusive, eram recorrentes.

Com a criação do ICMBio em meados de 2007, a interação entre comunidades tradicionais e órgão gestor passaram por sensível melhora, mesmo que esse processo de desvinculação do ICMBio ao IBAMA, assim como a estruturação mínima do novo órgão tenha demorado cerca de um ano e meio.

Por volta de 2009, ainda em meio a esse processo de consolidação do ICMBio, a Resex Tapajós-Arapiuns também passou por um grande processo de reestruturação, o que gerou substancial melhora na capacidade operacional da UC, com maiores investimentos em diversas áreas, como por exemplo, gestão participativa, pesquisa e monitoramento, apoio as organizações comunitárias, organização das atividades produtivas, e em especial proteção. Esse último, ocorrendo de forma extremamente organizada, teve como objetivo atacar os principais ilícitos ambientais que ocorriam

na RESEX, dentre eles, o furto de madeira serrada (Itaúba), que ocorria na região dos Rios Maro e Imambu.

Naquele momento, apesar de latente, esse contexto já era um conflito na região do rio Maro, com diversas denúncias, inclusive envolvendo lideranças locais, protocolados no ICMBio e MPF, solicitando providências dos órgãos ambientais.

De imediato o ICMBio passou a desenvolver um trabalho na região, que iniciou com mapeamento prévio da situação, onde foram identificadas aproximadamente 250 famílias vivendo da exploração de madeira serrada naquela região da RESEX. Essa famílias trabalhavam em uma espécie de regime de “aviamento”, recebiam encomendas para produção de peças para marcenaria Naval, apresentadas pelo donos dos “barcos de linha”, também recebiam os insumos para exploração, em valores três vezes acima ao praticado no mercado, com gasolina, correntes de motosserra, limas, óleo e etc, e vendiam sua produção de madeira serrada a valores muito abaixo do mercado, para os donos dos “barcos de linha”, que vendiam para os estaleiros navais em Santarém.

Essa prática mantinha o trabalhador (serrador), sempre endividado com seu patrão (barco de linha), motivo esse que o impulsionava a continuar buscando frentes de trabalho para quitar sua interminável dívida. Quando ICMBio compreendeu esse contexto, a dinâmica das equipes de fiscalização passou a ser, “atacar” o transporte ilegal de madeira, vistoriando frequentemente os barcos de linha, fator esse que gerou uma enorme crise na região do rio Maro.

Essa crise, se estendeu muito além das linhas da Resex Tapajós-Arapiuns, os “serradores” diretamente afetados procuraram o ICMBio, buscando diálogo com a gestão da Unidade, a qual já era bastante efetiva naquele momento, porém, o setor buscava uma solução imediata, uma autorização direta do ICMBio, com dispensa de licenciamento, a qual permitisse a exploração e comercialização dessa produção florestal para fora da RESEX, sem a necessidade de aprovação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável ou qualquer instrumento similar. Logicamente o ICMBio, apesar da vontade dos gestores locais, não dispunha de mecanismos legais para publicar a decisão que os “serradores” tanto queriam.

A partir desse contexto, o conflito ganhou escala, envolvendo outros importantes entes, como Câmara Municipal de Santarém, Ministério Público Federal, entre outros, e nesse momento, a proposta do ICMBio de que as comunidades deveriam buscar a legalidade, através da aprovação de Projetos de Manejo Florestais comunitários ganhou força.

Ainda assim as comunidades já entendendo a necessidade de buscar a tão sonhada legalização através de Projetos de Manejo, encontravam extrema dificuldade, pois não tinha acesso a assistência técnica, apresentavam baixa capacidade de gestão do empreendimento, falta de recurso para implementar a atividade e diversos outros fatores que assolam as comunidades tradicionais mais isoladas.

Nesse momento, dois novos fatores foram decisivos para alavancar o desejo dos comunitários na implementação dos projetos de manejo florestais, primeiro deles, foi a chegada da assistência técnica extrativista diferenciada, proposta pela chamada 01/2012 MDA/INCRA, fruto de discussões do “II Chamado da Floresta” realizado em 2011, e o segundo, foi a aproximação da Cooperativa Mista da Floresta Nacional



do Tapajós- COOMFLONA junto a Cooperativa Mista do Rio Inambu – COOPRUNÃ, primeira cooperativa a desenvolver Manejo Florestal Madeireiro na RESEX Tapajós-Arapiuns.

Essa aproximação foi proposta pelo então chefe da Floresta Nacional do Tapajós, o Sr. Fabio Carvalho, que vislumbrava a necessidade de dar escala a atividade de manejo florestal comunitário, e a COOMFLONA, já tinha na época oito anos de experiência com Manejo.

As primeiras ações de Manejo da RESEX junto a COOPRUNÃ foram a discussão das áreas a serem manejadas, junto ao conselho deliberativo da Unidade, que instituiu grupo de trabalho interinstitucional exclusivo para isso, essa discussão perdurou por cinco anos, em seguida a demarcação e mapeamento das áreas, realizadas pela Cooperativa ECOIDEIAS, contratada através da chamada 01/2012 MDA/INCRA.

De 2012 a 2019, após sete anos de um processo de construção extremamente complexo e participativo, a COOPRUNÃ consegue aprovar seu primeiro PMFS, através da portaria 223/2019 – ICMBIO, e inicia suas atividades de Manejo, em uma UPA de 1.500 ha.

Modelo de gestão do Manejo Florestal na FLONA do Tapajós e na Resex Tapajós-Arapiuns

Atualmente a duas cooperativas, COOMFLONA e COOPRUNÃ, manejam grandes áreas, e são importantes fontes de matéria prima (madeira em tora) para o parque industrial de Santarém.No ano de 2020 a COOMFLONA manejou 2 mil ha, o que corresponde a produção aproximada de 50 mil m³ de madeira em tora, e a COOPRUNÃ manejou 1.5 mil ha, o que corresponde a produção aproximada de 35 mil m³ de madeira em tora.

Existe uma diferença substancial entre os modelos de gestão social das duas cooperativas (COOMFLONA e COOPRUNÃ), a COOMFLONA representa os interesses de toda a Floresta Nacional, e maneja áreas de uso comum da UC, previstas pelo Plano de Manejo da Flona, as zonas destinadas ao Manejo Florestal Comunitário, essas áreas não têm interferência direta a uma comunidade, são áreas afastadas as zonas habitacionais. Já a COOPRUNÃ, não é uma cooperativa vinculada a toda a RESEX Tapajós-Arapiuns, ela representa os interesses de cooperados de apenas duas comunidades (Nova Canaã e Porto Rico), sendo assim, essa cooperativa maneja apenas as áreas das suas comunidades de atuação, previstas no Plano de Manejo da UC como zona habitacional daquelas comunidades, nesse contexto, a COOPRUNÃ não maneja as áreas de uso comum, as zonas de manejo florestal comunitárias destinadas a toda Reserva Extrativista.

Apesar da semelhança das duas UCs separadas e unidas pelo imenso rio Tapajós, a diferenciação da categoria das Unidades, previstas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, as tornam “campos” diferentes para implementação do Manejo Florestal Sustentável de uso múltiplo, vamos ao contexto: a FLONA é uma categoria criada com objetivo de prover uso dos recursos florestais e pesquisa,

sendo assim, uma FLONA que não tem uso dos recursos naturais renováveis, não está alcançando seu objetivo de criação, nesse contexto, o órgão gestor não cria obstáculos a implementação das ações de manejo.

A RESEX, é uma categoria criada com objetivo de manter o modo de vida tradicional das famílias ali residentes, população tradicional extrativista, nesse contexto, o manejo florestal comunitário só pode ser implementado, caso ele seja enquadrado como atividade tradicional das famílias, e nesse contexto, nem sempre o órgão gestor apoia a implementação das ações de manejo. Ou seja, em um contexto geral, historicamente as Reservas Extrativista tiveram maiores obstáculos para avançarem nessa pauta de Manejo Florestal.

Mergulhando mais a fundo, os planos de manejo das duas unidades trazem mecanismos únicos, propostos pelas próprias comunidades, mostrando a sociedade quanto essas populações tradicionais conhecem e tem pertencimentos aos seus territórios.

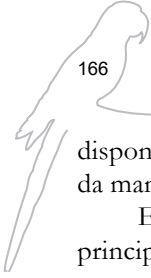
Apesar da Floresta Nacional ser uma categoria criada com objetivo de promover o uso múltiplo dos recursos florestais, e geralmente esse uso é proposto através de concessões florestais, tema que avançou muito após a publicação da Lei Federal nº 11.476 em 2006, com ênfase as concessões empresariais onerosas, propostas pelo então criado Serviço Florestal Brasileiro – SFB, na Floresta Nacional do Tapajós, esse mecanismo de concessão empresarial onerosa e vetado pelo Plano de Manejo da Uc, o qual só permite a concessão não onerosa as comunidades tradicionais do território.

Já nas Reservas Extrativistas esse contexto não é um problema, visto que a concessão do direito real de uso deve ser realizada diretamente com a população beneficiária, então independente do Plano de Manejo da Unidade, concessão florestal onerosa em RESEX passa a ser atividade não permissível. Devido à complexidade territorial e a dinâmica social da RESEX Tapajós-Arapiuns, seu Plano de Manejo trouxe outros elementos de fundamental importância para o regramento das ações de manejo florestal, a principal delas diz respeito ao zoneamento da Uc, e as normas gerais de uso de cada zona.

Na RESEX Tapajós-Arapiuns, além das zonas de manejo florestal comunitários, zonas destinadas exclusivamente a atividade de manejo florestal que beneficiem toda população da Reserva, e essas representar cerca de 30 % do território da UC, as Zonas habitacionais, cerca de 50 % da UC, também podem ter atividade de manejo florestal comunitário, ou seja, se uma comunidade, ou apenas um pequeno grupo de comunidades desejarem realizar a atividade de MFC, essa atividade deve ser realizada na zona habitacional dessas comunidades, como por exemplo o caso da COOPRUNÃ.

Nesse contexto, observada as premissas do Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns, atualmente existem três cooperativas criadas e que estão pleiteando atividades de manejo florestal comunitário, são elas: Cooperativa Mista do Rio Inambu – COOPRUNÃ; Cooperativa Mista do Rio Maró – COOPERMARO; e Cooperativa Mista da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – COOPERIOS, essa última, é a única que envolve toda a RESEX, nos mesmos “moldes” da COOMFLONA.

O manejo florestal em todas as suas categorias, é um importante instrumento de uso racional da floresta, como atividade de baixíssimo impacto ambiental,



disponibilizando madeira legal e outros subprodutos no mercado, além da garantia da manutenção da floresta de pé.

Existem diversos outros produtos que substituem a madeira no mercado, os principais são os metais, e os polímeros derivados de petróleo, em ambos os casos os processos de exploração e processamento até a transformação do material bruto em produto finalístico, são infinitamente mais poluentes que a madeira oriunda de manejo de florestas nativas. A exploração de minérios remove toda a cobertura florestal, remove o solo, em seguida realizam cavas profundas. E a exploração, transporte e processamento de petróleo são atividades altamente poluentes, e seu tempo de degradação e reincorporação ao solo são praticamente incalculáveis.

Nesse contexto a madeira continua sendo a melhor alternativa de material estrutural no que diz respeito a impacto e poluição ambiental.

Outro fator importante está relacionado ao modelo de desenvolvimento posto para a Amazônia desde seu processo de colonização, incentivado pelo governo brasileiro na década de 70, que são os projetos pecuários, produção de grãos e mineração, modelos que desconsideram a floresta como fator gerador de renda, e suprimem florestas para continuar avançando. Nesse sentido, existe uma crescente vertente que defende modelos de desenvolvimento regional que mantenham a floresta de pé, gerando renda e desenvolvimento local, frente aos projetos agropecuários, mostrando a sociedade que a manutenção da floresta também é economicamente viável, e nessa constante batalha, o Manejo Florestal tem fundamental importância, devido a plena agregação de valor as áreas manejadas, oportunizada as partes do manejo.

Voltamos ao caso das Unidades irmãs do baixo Tapajós, a Floresta Nacional do Tapajós sofre intensa pressão do setor florestal ilegal na face voltada aos mais de 150 Km limítrofes a rodovia Cuiabá/Santarém – BR163, região sem presença física de populações tradicionais residentes da Flona, e o Manejo Florestal Comunitário exerce importante função de monitoramento e proteção de todo esse território, gerando inclusive capacidade operacional para Federação da Flona e COMFLONA protegerem seus territórios, além da própria ocupação física proporcionado pela atividade de manejo, criando uma relevante expressão: “O Uso licito coíbe o uso ilícito”, gera desenvolvimento local e proteção os ambientes.

Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns o enredo foi outro, o manejo florestal comunitário se deu como alternativa de trazer essas 250 famílias para legalidade, com estratégia de agregar valor da produção madeireira, dar maior autonomia as comunidades e retirara-las desse regime de “aviamento” que estava posto na região. Logicamente além desses quesitos econômicos e sociais acima destacados, existe uma questão ambiental de extrema importância, que está relacionada a pressão as espécies de maior valor comercial, realizada pelos modelos de exploração ilegal de madeira.

Amazonia a fora, as atividades de exploração ilegal de madeira pressionam duas principais espécies, Maçaranduba e Ipê, esse último denominado como ouro verde. Na Resex Tapajós-Arapiuns, a pressão se dá sobre a Itaúba, espécie empregada na marcenaria naval. Importante destacar que a Itaúba é uma espécie de vital importância para manutenção do modo de vida tradicional das comunidades residentes da RESEX, visto seu amplo emprego na fabricação de canoas e bajaranas, para deslocamento dos comunitários,

e que no contexto de exploração ilegal realizado entre os anos de 1980 à 2012 quase dizimaram a itaúba existente nas margens dos rios Arapiuns, Maro e Inambu.

O manejo florestal utiliza o emprego de técnicas, que não permitem a pressão demasiada sobre uma única espécie, com a observação de fatores técnicos e científicos de índices de raridade, taxa de exploração, quantidade de porta semente e remanescentes, objetivando uma exploração sustentável de baixo impacto, e a manutenção da floresta de pé com a menor intervenção possível, tendo em vista a continuidade dos serviços ambientais prestados pela floresta, assim como sua utilização no próximo ciclo de corte, dali 30 a 35 anos.

Tanto na Flona do Tapajós quanto na RESEX Tapajós-Arapiuns, ainda hoje o principal modo de vida dos moradores está voltado a agricultura familiar de subsistência, com ênfase a produção de mandioca e derivados, através dos “roçados”, pequenas áreas de supressão de vegetação, de até 2 ha por família por ano, com o emprego da agricultura tradicional e arcaica de “corte e queima”, com uso controlado do fogo.

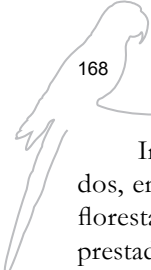
Devido à falta de tecnologia adequada, somadas aos fatores edafoclimáticos da região, além da estrutura do solo bastante arenoso as margens do rio Tapajós, as áreas suprimidas pelos roçados são utilizadas por uma única safra, no máximo duas (dois anos), em seguidas são abandonadas, e entram em “pousio” por um período de 7 a 14 anos, onde normalmente se estabelece uma capoeira de elevado estágio de regeneração, até essa mesma área ser utilizada novamente.

Através dessa dinâmica, as famílias fazem um “mosaico” de roças, e áreas de diferentes estágios de recuperação, no entanto, com certa frequência, existe a conversão de florestas nativas para roçados, na flona em menor escala, na resex cerca de 30% das 2.800 autorizações anuais para supressão de vegetação de roçados, são em áreas de floresta, cerca de 700 ha por ano.

Nesse contexto, a perda de florestas nativas para áreas de agricultura familiar é uma ameaça para alguns territórios, com ênfase a Resex Tapajós-Arapiuns, UC mais habitada da Amazonia. Então, a substituição da atividade de roçados em floresta, por outra atividade tradicional, que também gere renda as famílias, é uma importante estratégia de gestão para UC, inclusive prevista no Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns, e o manejo florestal comunitário surge como uma importante ferramenta para fortalecimento desta estratégia.

Voltando a Floresta Nacional do Tapajós, atualmente a COOMFLONA agrega cerca de 200 cooperados, e mais de 120 manejadores, números expressivos em um universo de uma UC com aproximadamente 750 famílias moradoras, ou seja, se a estratégia de cooperação favorecer a distribuição dos cooperados em diferentes núcleos familiares, poderíamos ainda hoje atingir de forma direta 26 % das famílias beneficiárias do território.

Já a COOPRUNÃ do outro lado do rio, são 66 cooperados, cerca de 96 manejadores, se realizada uma análise tendo como referência a área direta de atuação, as comunidades de Nova Canaã e Porto Rico, que somadas tem 56 famílias, todas as famílias estão cooperadas, e tem postos de trabalho garantidos no projeto, no entanto, se expandida essa análise para toda a RESEX Tapajós-Arapiuns, unidade com mais de 3600 famílias, não chegaríamos a 3% de famílias cooperadas.



Inegavelmente ambos os projetos têm importante função social na região, somados, empregam diretamente mais de 250 pessoas no auge da safra de exploração florestal, e indiretamente estima-se o triplo de envolvidos, que são os produtores ou prestadores de serviço externos ao projeto, porém, também se beneficiam dessa dinâmica, como por exemplo, fornecimento de alimentação para o projeto, combustível, entre outros insumos.

Outro fator observado nos PMFS comunitários, é a distribuição de renda, bastante diferenciada de um projeto de manejo empresarial. Nos projetos empresariais a visão do lucro, se sobressai frente as necessidades sociais de distribuição de renda, nesse contexto, as empresas geralmente pagam os manejadores com salários previstos pela categoria, e em alguns casos com adicional de produção, atividade legal e justa, diga-se de passagem. Os empreendimentos comunitários de manejo, os salários dos manejadores são valores pactuados acima dos previstos pela categoria, fator esse que agrega uma melhor distribuição de renda as famílias diretamente envolvidas no projeto, em detrimento ao lucro final da cooperativa.

Como grande parte dos projetos de manejo florestais comunitários estão localizados em UCs relativamente distante das cidades, e os manejadores envolvidos nos projetos moram em comunidades rurais, observamos que grande parte dos seus rendimentos são utilizados dentro das próprias comunidades, no mercado local, aquisição de produtos e serviços locais etc. Fator esse que fortalece ainda mais o desenvolvimento local.

Diante desse contexto, é possível observar diversos outros benefícios relacionados a distribuição de renda proveniente dos PMFS aos comunitários, como a melhoria das habitações, aquisição de meios de transporte mais efetivos (rabetta, moto etc.), e principalmente condições para prover melhor educação aos filhos. Esses aspectos não ficam restrito aos eixos familiares, as comunidades passam a conquistar estruturas melhores, como saneamento e acesso, essa última, muitas vezes implementada pelos próprios projetos de manejo, através das estradas de escoamento da produção florestal.

O caso das comunidades de Nova Canaã e Porto Rico na RESEX Tapajós-Arapiuns são emblemáticos nesse sentido, ambas estão localizadas a cerca de 36 horas de deslocamento de barco para sede de Santarém, além de obstáculos naturais praticamente intransponíveis em determinado período do ano, como cachoeiras e bancos de areia. Com a abertura das estradas de acesso ao projeto, esse deslocamento para sede de Santarém diminuiu para 6 horas, diminuindo custos e riscos.

Na Flona do Tapajós, a COOMFLONA a pedido das comunidades ribeirinhas, construiu a estrada denominada de “Transtapajós”, que provem acesso as comunidades de Pini, Martanxim, Taquara, Prainha e Itapuama, beneficiando cerca de 200 famílias que anteriormente viviam em certo isolamento em determinado período do ano, devido a baixa do rio Tapajós, além da manutenção constante desses e outros acessos dentro da UC.

Ao longo do ano, ambas as cooperativas investem em diversas capacitações aos seus cooperados e manejadores, tanto no eixo produtivo, como operacional e administrativo, buscando diariamente o incremento da capacidade para gestão dos empreendimentos florestais, assim como o fortalecimento da organização social nas

cooperativas e associações de base comunitárias. Esse fator, mesmo que de forma indireta, favorece o acesso as Políticas Públicas de inclusão social, visto que os “capacitados”, interagem com diversos territórios e são expostos a informações de implementação de diferentes políticas.

Quanto a questão econômica dos empreendimentos, falando em números brutos, atualmente a COOMFLONA maneja 2 mil ha por ano, o que representa aproximadamente 50 mil m³ de madeira comercializada ao valor R\$ 415,00/m³ no ano em 2020, totalizando uma arrecadação de R\$ 20.750.000,00 (vinte milhões e setecentos e cinquenta mil reais), apenas com a comercialização de toras, sem consideramos parte do resíduo e dos não madeireiros que a COMFLONA vem explorando.


Já a COOPRUNÃ, que maneja 1,5 mil ha por ano, explorando cerca de 30 mil m³ de madeira e comercializando a R\$ 365,00/m³, arrecadou R\$ 10.950.000,00 (dez milhões e novecentos e cinquenta mil reais).

Esses números aqui citados, exaltam a importante função econômica dos projetos na região, os quais injetam mais de 80 mil m³ de madeira nas indústrias locais, e estas geram centenas de empregos, e agregam mais valor ainda para produção da madeira serrada, grande parte dessa produção é destinada ao mercado exterior, atingindo altos valores, e parte para o mercado interno, fortalecendo a construção civil entre outros. Além dos mais de 31 milhões de reais arrecadados de forma direta pelas cooperativas, os quais são distribuídos para custeio dos serviços e demais custos operacionais, além da distribuição das sobras aos cooperados.

Ambas as cooperativas têm custos operacionais elevados, principalmente quando comparados a empreendimentos similares, fora de unidades de conservação. Esse fator já foi detalhado nesse capítulo, e se deve a melhor remuneração ofertada aos trabalhadores cooperados envolvidos diretamente nos projetos, e a elevada demanda de terceirização de serviços. Esse custo operacional mais elevado é responsável pela diminuição das margens de lucro (sobras em cooperativismo) dos empreendimentos, acarretando, ao final do ano fiscal, menor volume de sobras a serem destinados aos diversos fundos da Cooperativa, incluindo dois importantes fundos, o fundo de reinvestimento, responsável em tornar as cooperativas independentes de agentes externos e serviços terceirizados, e o fundo social, o qual leva benefícios para toda a reserva, além das pessoas diretamente envolvidas no projeto, manejadores e cooperados.

A instrução Normativa 016/2011 do ICMBio, a qual regulamenta a atividade de manejo florestal comunitário, estabelece em seu artigo 18 que em Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho Deliberativo definirá o percentual e a forma de destinação dos lucros ou rendimentos que deverão ser aplicados em atividades ou projetos que gerem benefícios à população tradicional residente na Unidade de Conservação, sendo que em Florestas Nacionais essa relação ao conselho é de caráter consultivo, sendo o próprio ICMBio responsável por essa definição, assim nasce o “Fundo Social”.

A COOPRUNÃ apresenta um fundo social, previsto em estatuto, de 15 % das sobras, o qual deverá ser repassado e gerido pela concessionária das áreas da RESEX, a “associação mãe” – TAPAJOARA – que por sua vez, aplica o fundo, através da



publicação de edital de chamamento público para recepção de projetos comunitários, conforme definições do Conselho Deliberativo da RESEX Tapajós-Arapiuns.

A COOMFLONA apresenta um fundo social, previsto em estatuto, de 10 % das sobras, o qual historicamente é dividido em partes iguais, as comunidades que compõe a cooperativa, citando ainda que durante mais de 10 anos, as comunidades do sul da Flona não recebiam os benefícios do fundo social, fator esse que foi elemento motivador de conflito entre as comunidades, federação e cooperativa. Recentemente, a forma de aplicação do fundo social vem passando por reestruturação na Floresta Nacional do Tapajós, com objetivo de tornar esse processo mais justo e equalitário.

Considerações Finais

Apesar dos diversos benefícios trazidas pelos projetos de manejo, ainda existem grandes desafios a serem transpostos, o primeiro deles está relacionado a gestão financeira das cooperativas, as quais ainda são pouco eficientes quando observada a viabilidade econômica dos empreendimentos. A melhor distribuição de renda de forma direta, cooperando maior número de comunitários, e melhorando a distribuição dos cooperados, beneficiando famílias diferentes, e comunidades menos assistidas. Maior transparência nos processos de tomada de decisão, com ênfase aqueles que não estão relacionados de forma direta as atividades de manejo, como por exemplo, apoio as comunidades etc.

O resultado da somatória sinérgica dos diversos benefícios citados durante esse capítulo, nos campos do triangulo da sustentabilidade do Manejo Florestal, o qual prevê que as ações sejam fortalecidas por amarras que visem uma atividade ambientalmente correta, uma organização socialmente justa e um empreendimento economicamente viável, agregam no vetor final, cada vez mais a melhoria de qualidade de vida as populações tradicionais beneficiarias desses territórios.

CAPÍTULO XI

AGROEXTRATIVISMO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO BAIXO TAPAJÓS

Everton Cristo de Almeida
João Ricardo Vasconcellos Gama
Danielle Wagner Silva
Alcilene Magalhães Cardoso
Karla Mayara Almada Gomes
Andrea Araújo da Silva
Danielly Caroline Mileo Gonçalves
Dinael dos Anjos
Arimar Feitosa

Introdução

A floresta em pé sempre será uma das principais fontes de renda para os povos originários e às diversas comunidades tradicionais da Amazônia. Isso é possível com o extrativismo de produtos florestais não madeireiros, como cascas, seivas, resinas, cipós, ervas, frutos, sementes e óleos, entre outros muitos produtos que não utilizam a madeira. Por outro lado, o uso da terra para cultivo e criação de animais configura o caráter agroextrativista dessas populações. Assim, a diversificação de atividades produtivas faz parte da constituição dos modos de vida característicos das comunidades.

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

As Florestas Nacionais (FLONAS) são áreas de domínio público, caracterizadas pela floresta predominantemente nativa e pelo incentivo à pesquisa e ao manejo múltiplo, madeireiro e não madeireiro. Essas Unidades de Conservação pertencem à categoria de uso sustentável dos recursos naturais, são uma das primeiras formas de Unidades de Conservação criadas no Brasil, e atualmente há 67 Florestas Nacionais em todo o território nacional (BARRETO; ARIMA, 2002; BRASIL, 1994; BRASIL, 2019).

Nessa dinâmica de trajetórias marcadas por conquistas e desafios pela defesa dos territórios tradicionais, conservação do ecossistema e desenvolvimento sustentável, estão as Reservas Extrativistas que pertencem a uma categoria de Unidade de Conservação que é destinada à conservação de recursos naturais renováveis e à prática do manejo sustentável por populações extrativistas, sendo 66 Reservas Extrativistas existentes no Brasil atualmente (ALLEGRETTI, 2008; BRASIL, 2019).

Neste capítulo trataremos do extrativismo de produtos florestais não madeireiros e da produção agrícola realizados em comunidades da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós Arapiuns, atividades que estruturam a base alimentar e de inserção mercantil das famílias.

Se você quiser saber sobre as Unidades de Conservação do Brasil, como qual a mais antiga do Brasil, qual a mais antiga da Amazônia e sobre manejo e conservação, aponte seu leitor de QR CODE para as figuras abaixo. É necessário ter acesso à internet.



Produtos florestais não madeireiros na Floresta Nacional do Tapajós

A utilização comercial de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) é uma alternativa sustentável de uso da floresta que demanda baixo nível de investimento financeiro (SHANLEY *et al.*, 2015) tem rápido impacto na renda dos beneficiários (GUERRA, 2008), fortalece a cultura ecológica das comunidades rurais (SILVA *et al.*, 2016) e gera baixo impacto sobre a capacidade de renovação da floresta e de sua biodiversidade (IBAMA, 1998).

Para a população tradicional da Flona do Tapajós, a coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros causam impactos positivos que vão além da geração de renda, geram qualidade de vida para as pessoas e são meios para as populações extrativistas permanecerem em suas comunidades.

Os óleos vegetais, por muito tempo mantiveram-se como uma das principais fontes de renda de muitas famílias da Flona do Tapajós, destacando-se os óleos de andiroba e de copaíba, também já produziram óleos de piquiá e cumaru. Segundo Oliveira *et al.* (2011) a produtividade do óleo resina de copaíba na Flona é maior no período mais seco do ano, entre junho a dezembro. Os óleos de andiroba e copaíba e a semente de cumaru são os produtos mais procurados pela população no município de Santarém (GONÇALVES *et al.*, 2012). Entretanto, os comunitários não conseguem aumentar as vendas, devido aos processos rudimentares de beneficiamento que

ocasionam perdas, baixa qualidade e pequena escala de produção, o que vem mudando ao longo dos tempos (SILVA *et al.*, 2010).

O processo de extração dos PFNMs na Flona do Tapajós é sempre feito pelos comunitários e a comercialização é feita, em parte, pelos próprios extrativistas, que já têm contato com algum cliente, e pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COOMFLONA), que trabalha com os óleos, as sementes, as cascas e as polpas de frutos, ajudando as comunidades na prática de comercialização na sua Ecoloja.

Atualmente os principais PFNMs comercializados na Flona são:

- ❖ A Andiroba, que é uma árvore distribuída de forma agregada na floresta, atualmente têm suas sementes vendidas para uma empresa do ramo de cosméticos, adotando novos padrões de produção. A comercialização do óleo ficou restrita às encomendas caseiras, para complementar a renda familiar. As sementes de andiroba caem na floresta entre os meses de janeiro até o início de junho, daí as sementes são coletadas e são secas em um secador solar mais elaborado (Figuras 1a e 1b).

Figura 1 – a) Processo de secagem de sementes de andiroba, b) Detalhe das sementes no secador da comunidade de São Domingos



a)



b)

Fonte: Everton Almeida (2019).

- ❖ Copaíba que é uma árvore de onde se coleta óleo a partir de uma perfuração no tronco, onde é inserido um cano de PVC. Após coletar o óleo, é colocada uma tampa no cano e esse processo se repete uma vez por ano. A extração do óleo de copaíba ocorre no período entre o inverno e o verão, de junho a julho.
- ❖ Látex de seringa que gera renda com a produção de biojoias, calçados, bolsas e couro ecológico (Figuras 2a e 2b). As comunidades Jamaraquá e Maguari produzem borracha (folhas semi-artefato – FSA e folha defumada líquida – FDL) e tecido emborrachado a partir do látex da seringa, o que agrega mais valor, mas também vendem o cernambi (coágulo do látex) de forma individual e sem regularidade para a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (CoomFlona). A extração é feita com a faca de seringa, que é introduzida na árvore para ela soltar o látex.

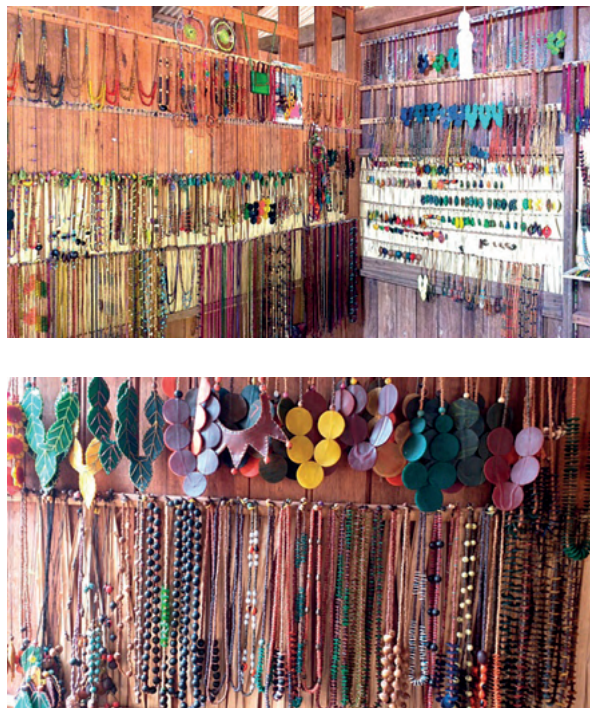
Figura 2 – Couro ecológico, bolsas e biojoias comercializados na Comunidade de Jamaraquá



Fonte: Leonardo Milano (2015).

- ❖ Biojoias, com sementes e fibras retiradas da floresta são produzidos colares, pulseiras, brincos e anéis, com destaque para Maguari e Jamaraquá (Figuras 3a e 3b). As principais espécies vegetais utilizadas são: morototó, tento vermelho, tento amarelo, saboneteira, tucumã, jutaí, olho de boto, olho de boi, cérebro de macaco, lágrimas de nossa senhora e o caracaxá ou jupati. A produção de biojoia ainda é uma fonte de renda complementar, mas nos meses de Janeiro e Julho, quando tem muitos turistas nas comunidades, representa 24% da renda familiar (SANTOS *et al.*, 2018).

Figura 3 – Biojoias comercializadas na Comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós



Fonte: Everton Almeida (2019).

- ❖ A produção de mel, estimulada pelo projeto Pró-Manejo, é originária de abelhas com ferrão (italiana) e sem ferrão (nativas). É uma atividade que ainda agrega pouca remuneração devido a maior parte das famílias criarem abelhas em pequena escala visando o consumo, e a venda ocorre de forma ocasional. Pinto *et al.* (2012) catalogaram nove espécies de abelhas criadas em caixas rústicas, sendo a canudo a predominante em todos os meliponários. O mel é considerado um produto medicinal, não é consumido como alimento. Na comunidade Maguari (Figuras 4a e 4b) o litro do mel de abelha sem ferrão custa entre 65,00 a 120,00 reais.

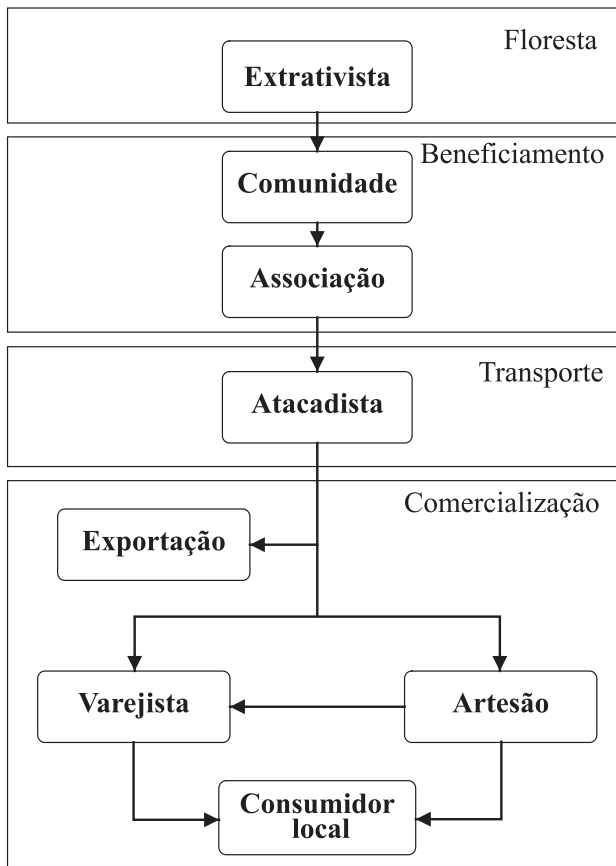
Figura 4 – Mel de abelha comercializado na Comunidade de Maguari, Floresta Nacional do Tapajós



Fonte: Leonardo Milano (2015).

A cadeia produtiva dos PFNMs em Santarém pode ser visualizada na Figura 5, começa com o extrativista na floresta, que normalmente faz um beneficiamento que agrega baixo ou nenhum valor ao produto. Devido ao distanciamento, o transporte é feito por diversos intermediários, isso ocasiona perda de produto e aumenta o custo de produção, chega ao atravessador que agrega valor por meio da embalagem, sem refinamento do produto, que entrega ao varejista ou artesãos, os quais repassam ao consumidor final (ALMEIDA *et al.*, 2012).

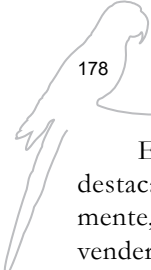
Figura 5 – Cadeia de comercialização de produtos florestais não madeireiros em Santarém-PA



Fonte: (ALMEIDA *et al.*, 2012).

Quanto ao acesso ao mercado, atualmente são os compradores que trazem as demandas para a COOMFLONA. A cooperativa divulga os produtos através de ferramentas de mídias sociais e *e-mail*. Há uma lista específica de clientes e os compradores, geralmente empresas, entram em contato com alguém do setor de não madeireiros e, a partir daí, inicia-se a negociação, seguida da mobilização da comunidade. No entanto, há limitações na qualidade dos produtos, faltando boas práticas de extração e conservação para os óleos e de acabamento para as peças de látex.

Dentre os produtos não madeireiros identificados como potenciais economicamente, têm-se: **casca** – sacaca, barbatimão, ipê-roxo, preciosa e quinarana; **leite ou resina** – amapá-doce, mururé e sucuba; e a **resina** de jutaí. Também merece destaque o **cipó títica** – com alta demanda no mercado local e nacional – é o produto que mais agrega valor no município de Santarém por ser utilizado na produção de móveis (ALMEIDA *et al.*, 2012).



Embora ainda a contribuição financeira seja baixa, por falta de tecnologia, destaca-se a importância desse mercado para a geração de renda familiar. Atualmente, 30% dos cooperados possui algum produto florestal não madeireiro para vender, cada um contribui um pouco como, por exemplo, as polpas dos frutos. No ano de 2019, a COOMFLONA em parceria com algumas cooperativas, suporte técnico, por meio de uma agroindústria conseguiu comercializar várias toneladas de frutos, o que gerou um impacto positivo muito grande na geração de renda das comunidades envolvidas.

Produtos florestais não madeireiros na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

A coleta e manejo dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns representa uma alternativa de geração de renda para as comunidades tradicionais, com espécies florestais de valor econômico muito satisfatório, possibilitando a melhor qualidade de vida aliada ao cuidado com meio ambiente, mantendo a sustentabilidade da atividade (SILVA *et al.*, 2018).

O extrativismo no território é praticado pelos comunitários. Grande parte das famílias coleta e faz uso dos recursos não madeireiros para diversos fins, seja alimentício, medicinal, comercialização ou para produção de artesanato (LOPES; ALMEIDA, 2016). Os frutos açaí, uxi e piquiá estão entre os mais presentes na base alimentar das comunidades durante a época de produção. Além desses, outros produtos como andiroba, copaíba, cipó títica, buruti, tucumã, castanha da Amazônia, cumaru e castanha de caju são coletados, utilizados e vendidos pelos comunitários e aldeados, de forma sustentável a várias gerações (TAPAJOARA, 2020).

A Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA), por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o ICMBio e o Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (POLOPROBIO), com suporte financeiro da Fundação Banco do Brasil/BNDES, executa projetos de implantação de unidades pedagógicas e de produção sustentável, que possibilitou a manutenção e o manejo dos mais de 50 mil pés de seringueiras na RESEX Tapajós-Arapiuns. A atividade beneficia mais de 200 famílias distribuídas nas comunidades de Vila Franca, Suruacá, Vila de Boim, Mentai, Jauarituba, Paranapi-xuna e São Tomé. Caracteriza-se como empreendimento econômico comunitário, que gera trabalho e renda, empoderamento com inclusão social e econômica, contribuindo para o desenvolvimento local, com a venda de produtos dos Encauchados de Vegetais da Amazônia (Figuras 6a e 6b).

Figura 6 – Encauchados de Vegetais da Amazônia e artesanatos no Cristo Rei, Santarém-PA



a)



b)

Fonte: (TAPAJOARA, 2020).

O resgate à cultura é uma prática constante entre os comunitários e aldeados, o uso de sementes para a confecção de artesanatos, bem como a coleta de essências florestais, está fazendo parte do cotidiano das famílias de Mentai, Alto Mentai e São Tomé. São Miguel, Tucumã, Nova Sociedade, Arapiranga e Anã se destacam na rede de sociabilidade dos trançados da fibra vegetal do tucumã. Essas peças artesanais de palha de tucumã são comercializadas nas próprias comunidades para turistas e visitantes, bem como na loja localizada no Centro de Artesanato Cristo Rei e pela Cooperativa de Turismo e Artesanato – Turiarte, com a marca “Tramas e Cores” com sede no Projeto Saúde e Alegria – PSA (Figuras 7a e 7b).

Figura 7 – Artesanatos em palha de tucumã e cuiá no Centro de Artesanato Cristo Rei, Santarém-PA



a)



b)

Fonte: (TAPAJOARA, 2020).

As atividades de meliponicultura na Resex representam uma importante atividade econômica com a coleta do mel e seus derivados, como pólen e própolis (Figuras 8a e 8b). A criação de abelhas nativas sem ferrão se caracteriza como atividade tradicional nas comunidades de Amorim, Aminã, Anã, Vila Franca e Suruacá, totalizando mais de 100 famílias beneficiárias diretamente com a atividade. O mel é utilizado para diversos fins medicinais e sua comercialização é feita na própria comunidade, em feiras de Santarém e na loja situada no Cristo Rei.

Figura 8 – Criação de abelha nativa sem ferrão na RESEX Tapajós-Arapiuns



a)

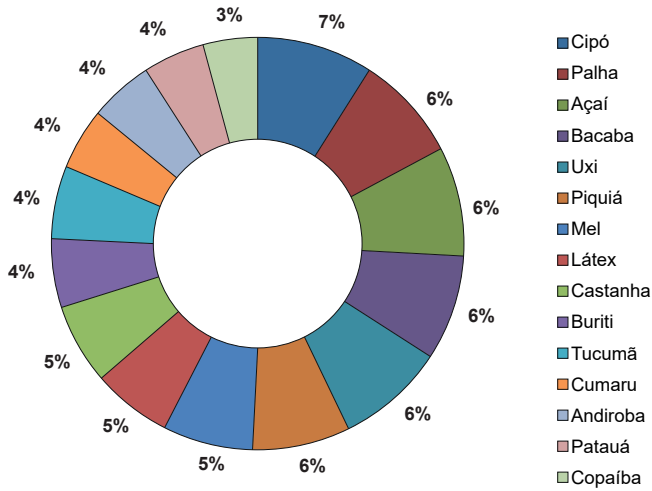


b)

Fonte: (TAPAJOARA, 2020).

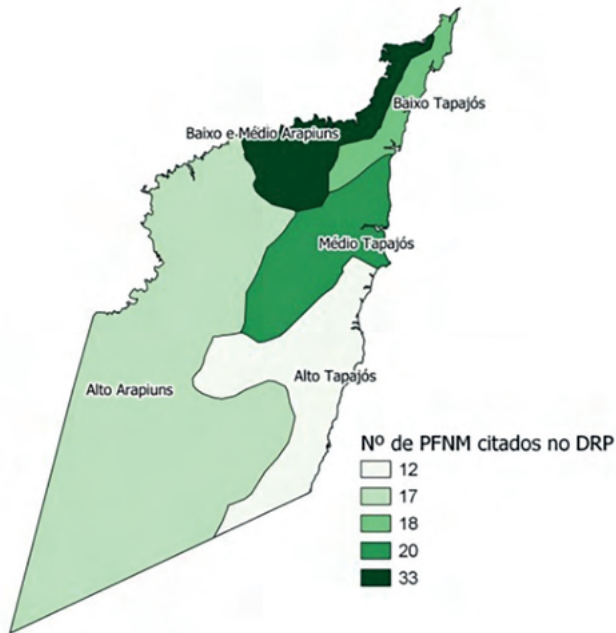
No início do ano de 2014, quatro entidades desenvolveram atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contratados junto ao INCRA, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, onde foi realizado um grande trabalho junto às comunidades, dentre eles um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que resultou em informações de suma importância para entendermos a dinâmica de uso dos PFNM. Os relatórios produzidos permitiram a identificação das espécies mais utilizadas pelas comunidades, nas cinco regiões estabelecidas para a realização do DRP (Figura 9a e 9b) (INCRA, 2014).

Figura 9 – Os 15 PFNM mais frequentes nas cinco regiões da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará



n= 190 citações de 39 PFNM na RESEX Tapajós-Arapiuns

a)

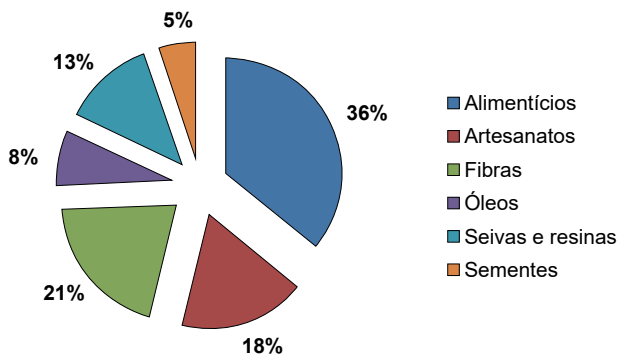


b)

Fonte: (INCRA, 2014).

A alimentação foi o tipo de uso mais comum dos PFSM nas cinco regiões da RESEX Tapajós-Arapiuns, com destaque para o açaí, bacaba, uxi, piquiá, mel, castanha da Amazônia, buriti, tucumã, pataúá, cupuaçu e pajurá (Figura 10).

Figura 10 – Percentual dos tipos de uso dos 39 PFSM citados no DRP



Fonte: (INCRA, 2014).

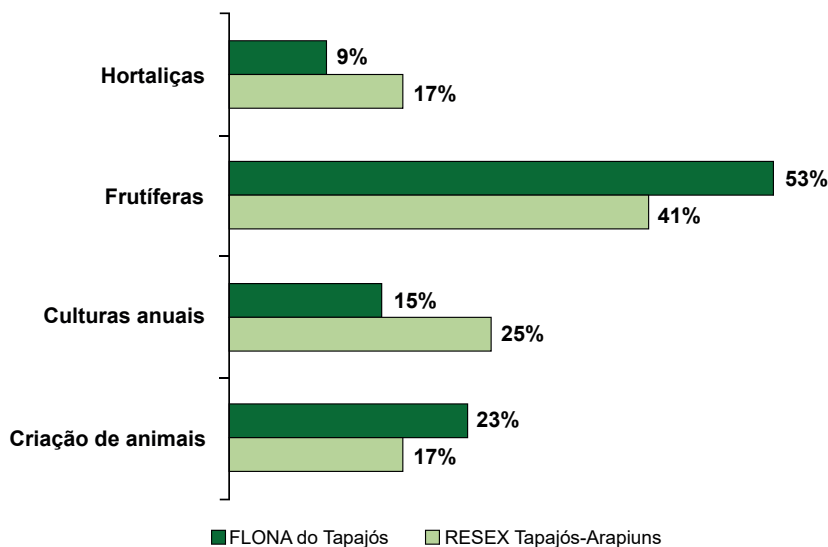
Produção agrícola nas Unidades de Conservação

Tanto na Flona do Tapajós quanto na Resex Tapajós-Arapiuns a diversificação de atividades produtivas integra agricultura, extrativismo vegetal, pesca, caça e atividades não agrícolas. A produção agrícola é realizada em diferentes ambientes como casa, quintal/sítio e roça/roçado implantados em áreas de capoeira situadas longe ou perto da casa de morada da família. A organização da produção depende das outras atividades produtivas realizadas pelas famílias e da composição do grupo doméstico.

As práticas produtivas são sazonais e influenciadas diretamente pelo período de chuva e de cheia dos rios, predominando sistemas produtivos tradicionais, sem mecanização e insumos externos (adubo químico, agrotóxico, sementes melhoradas, embalagens personalizadas, dentre outros), com predominância de mão de obra familiar. Como característico da agricultura itinerante historicamente praticada por povos da Amazônia, as áreas de roça/roçado são cultivadas por meio do sistema de corte e queima em áreas de capoeiras. Após a criação do primeiro Plano de Uso da Resex, a abertura de áreas passou a ser condicionada à solicitação prévia de licença emitida pelo órgão gestor, que atualmente é o ICMBio, e atualmente está prevista no Acordo de Gestão e Zoneamento do Plano de Manejo da UC, indicando o tamanho e a localização da área a ser derrubada (ANDRADE; SILVA, 2019).

Geralmente nas áreas cultivadas com culturas anuais são combinadas várias espécies, o que favorece a melhoria no uso do solo, e as espécies frutíferas são cultivadas em sistemas agroflorestais e nos quintais. Entre as atividades produtivas realizadas nas comunidades das Flona e da Resex estão a agricultura, com destaque para a produção de frutíferas, hortaliças, culturas anuais, e criação de pequenos animais (Figura 11).

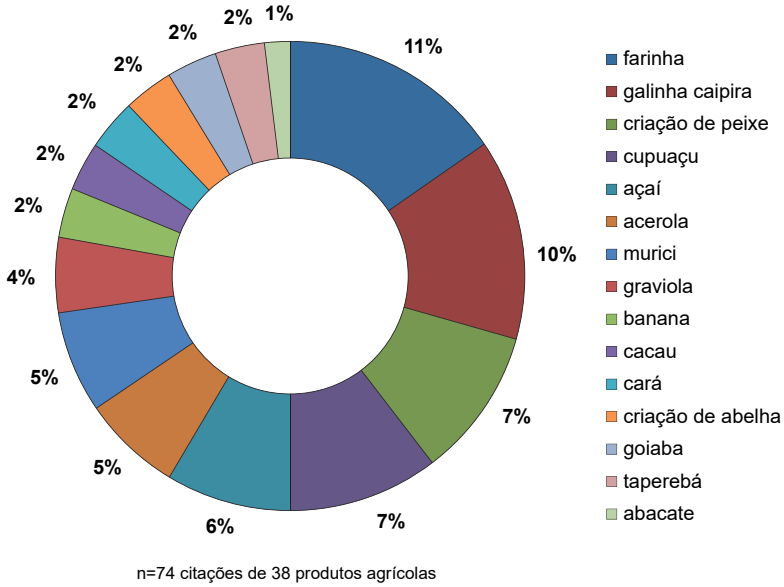
Figura 11 – Gráficos de produção agrícola na Flona e Resex



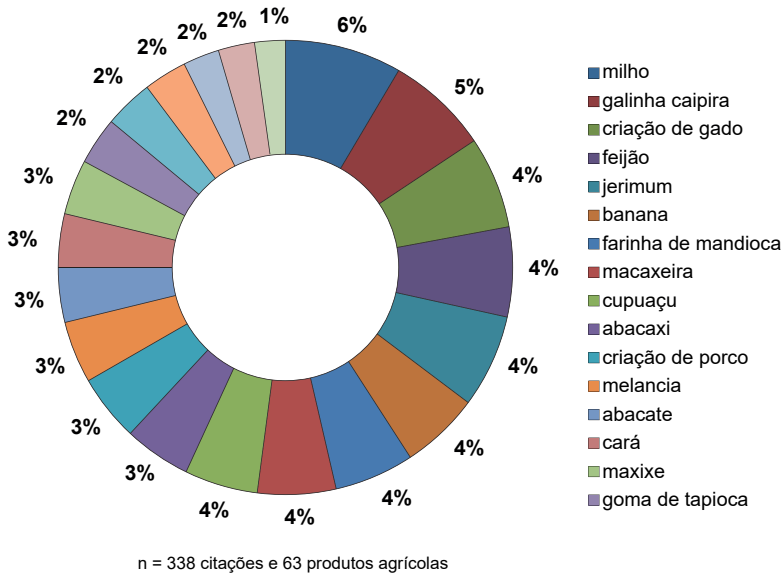
Fonte: ICMBio (2015) e INCRA (2014).

Nos diagnósticos realizados na Resex Tapajós-Arapiuns e na Flona do Tapajós foram citados pelas comunidades respectivamente 63 e 38 produtos agrícolas cultivados, o que aponta para a importância da agrobiodiversidade nessas Unidades de Conservação (Figuras 12a e 12b). As espécies frutíferas mais cultivadas na Resex são banana, cupuaçu, abacaxi e abacate, enquanto na Flona são açaí, cupuaçu e muruci. Importante ressaltar que essas espécies, com exceção do abacate, são consideradas produtos da sociobiodiversidade, por ser fonte de alimentos para as comunidades e para a fauna local, conforme disposto na Portaria Interministerial n° 284/2018 que versa sobre a biodiversidade brasileira (BRASIL, 2018). O taperebá, espécie nativa nesses territórios, e o caju também são recorrentes nos quintais produtivos das duas Unidades de Conservação. A comercialização da produção ocorre tanto de frutas *in natura* como na forma de polpa de frutas processada de forma individual ou coletivamente em agroindústrias comunitárias, sendo vendidas localmente ou para atravessadores que abastecem os mercados locais.

Figura 12 – Produtos agrícolas mais citados no DRP da RESEX Tapajós-Arapiuns e FLONA do Tapajós



a)



b)

Fonte: ICMBio (2015) e INCRA (2014).

A produção de hortaliças faz parte dos sistemas produtivos, compondo tanto os roçados, quanto os quintais. As espécies mais cultivadas na Resex e com potencial de comercialização são jerimum, cará e maxixe, enquanto na Flona destaca-se o cultivo de cará e cheiro verde. Além dessas espécies, é importante considerar que espécies folhosas como couve, cebolinha, coentro e alfavaca também fazem parte dos quintais, sendo cultivadas para autoconsumo e geralmente em canteiros suspensos ou em recipientes como bacias e vasos (Figura 13).

Figura 13 – Produção de frutíferas e hortaliças



Fonte: Arquivo IPAM (2015).

As plantas medicinais também fazem parte dos sistemas produtivos, sendo comercializados em feiras na cidade de Santarém e para turistas que frequentam as UCs. Tanto na Flona quanto na Resex existe produção e venda de remédios caseiros e de produtos utilizados na produção, tais como cascas, raízes, seivas, folhas e outros. Várias famílias realizam a produção dos remédios caseiros (xarope, garrafadas, pomadas, dentre outros) ou a venda dos insumos para o uso em chás ou outras formas.

O cultivo de mandioca e de macaxeira é uma atividade tradicionalmente presente junto às famílias nas duas Unidades e tanto se destina à alimentação de subsistência dos núcleos familiares quanto à comercialização no mercado local e regional em especial da farinha e seus derivados como tucupi, beiju e goma. Outra cultura que se destaca é o milho com produção suficiente às famílias e aos pequenos animais, como galinha, além da venda do milho verde e dos grãos.

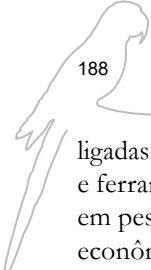
Figura 14 – Preparo de farinha e roça de milho na RESEX Tapajós-Arapiuns



Fonte: Arquivo IPAM (2015).

A criação de pequenos animais, principalmente de galinhas, contribui para a composição da alimentação e da renda familiar em muitas comunidades. A criação de peixe, além de ser boa oportunidade de diversificação das atividades produtivas, é importante fonte de alimento principalmente nas comunidades que estão situadas à margem dos rios Tapajós e Arapiuns ou próximas a lagos. A criação de gado, embora em menor escala, ainda é uma atividade presente, principalmente na Resex (SPÍNOLA; CARNEIRO FILHO, 2019).

A ausência de projetos e programas contínuos de ATER, a falta de capacitação e de investimento na produção, principalmente no que refere ao acesso a linhas de crédito/fomento agrícola para custeio de plantios e melhoria das estruturas físicas



ligadas a produção e beneficiamento, tais como casas de farinha, galpões, equipamentos e ferramentas, sugere a necessidade de políticas agrícolas, bem como de investimento em pesquisas que possam melhor descrever os processos produtivos e a importância econômica, nutricional e cultural dos produtos produzidos pelos comunitários.

Além do turismo, outras fontes de renda não agrícola também dinamizam a economia das comunidades, tais como programas de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Verde, benefícios do INSS e aposentadoria) e o trabalho assalariado, que vem aumentando por meio da geração de postos de trabalho vinculados a rede pública de ensino e ao serviço de atenção básica à saúde. Como mostra o trabalho de Andrade e Silva (2019) no contexto de comunidades da Resex, o aumento do número de famílias agroextrativistas tem gerado circulação de dinheiro internamente e alterado a rotina das atividades agroextrativistas.

Considerações Finais

As florestas comunitárias da Amazônia têm sido manejadas de maneira empírica e sustentável por centenas de anos e, nas últimas décadas, fatores de pressão, como a exploração florestal intensiva, ilegal e predatória da madeira, colocaram em risco o mosaico de diversidade que compõe esses espaços. O manejo florestal comunitário continua sendo uma alternativa harmônica à conservação dos recursos florestais em todas as suas dimensões, como uma alternativa sustentável para as pessoas que vivem e usam a floresta. Entretanto, o sucesso dos sistemas de produção não madeireiros passa pelo apoio técnico para o desenvolvimento de sistemas de manejo, que possibilitem qualidade e manutenção contínua dos estoques dos produtos.

Os estudos sobre PFNMs na Flona do Tapajós são limitados às espécies popularmente conhecidas, precisam ser ampliados para espécies com potencial de manejo e possibilidade de comercialização, agregando inúmeros benefícios, garantindo desenvolvimento sustentável e contribuindo com a manutenção da floresta e suas populações.

Tanto na Flona do Tapajós quanto na Resex Tapajós-Arapiuns as atividades produtivas são diversificadas, mostrando que no geral, as populações que residem nessas Unidades de Conservação têm variadas fontes de geração de renda, transitando por diversos ambientes dentro e fora das Unidades. A variedade de produtos favorece a inclusão produtiva das famílias, uma vez que amplia os canais de comercialização, mesmo que boa parte seja para o autoconsumo. Na etapa de comercialização devem-se evitar intermediários e realizar a venda ao consumidor final, com apoio logístico das cooperativas.

É importante considerar que as atividades não agrícolas, como o turismo, os programas de transferência de renda e o assalariamento são importantes características da dinâmica econômica das comunidades. A situação estudada aponta a diversificação das atividades como um arranjo que produz uma renda equilibrada, sendo importante estratégia de reprodução social das famílias.

Agradecimentos

Queremos aqui deixar os nossos agradecimentos ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade pelo apoio e confiança no convite realizado para coordenar este capítulo do Rio que nos une. Aos autores que não mediram esforços, que se comprometeram e apoiaram a construção do capítulo. À Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e à Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós pelas valiosas informações do território e produção. Ao Projeto Saúde & Alegria, pelo repasse de informações importantes do DRP da Unidade. Às comunidades da FLONA do Tapajós e da RESEX Tapajós-Arapiuns pelas lutas e conquistas para manterem-se nas Unidades, fazendo uso dos recursos florestais de forma sustentável, mantendo a floresta em pé e contribuindo para os serviços ambientais.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, 2008.

ALMEIDA, L. S.; GAMA, J. R. V.; FERREIRA, M. S. G.; HOMMA, A. K. O.; MENEZES, J. E. A. Mercado de produto florestal não madeireiro em Santarém, Para, Brasil. **Revista Científica Juá FOPIESS**, v. 1, p. 9-17, 2012.

ANDRADE, M. M.; SILVA, D. W. Social organization forms and institutional dynamics in the Tapajós-Arapiuns Reserve, state of Pará, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, p. 142-153, 2019.

BARRETO, P.; ARIMA, E. **Florestas Nacionais na Amazônia**: consulta a empresários madeireiros e atores afins à política florestal. 2002. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/lorestas-nacionais-na-amazonia-consulta-a.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL, I. C. M. de C. da B. **Dados gerais das Unidades de Conservação no Brasil**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/geoprocessamento/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais/DadosGerais_UC_julho_2019.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.298**. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais. Brasília. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1298.htm#:~:text=Aprova%20o%20Regulamento%20das%20Florestas,vista%20o%20disposto%20nos%20arts. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 124**. Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, v. 1 – Diagnóstico. 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidadesde-conservacao-amazonia/2045>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018. **Diário Oficial da União**, 10 jul. 2018, Edição: 131, Seção: 1, Página: 92. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29306868/do1-2018-07-10-portaria-interministerial-n-284-de-30-de-maio-de-2018-29306860. Acesso em: 25 fev. 2021.

GONÇALVES, D. C. M.; GAMA, J. R. V.; OLIVEIRA, F. A.; OLIVEIRA JR, R. C.; ARAÚJO, G. C.; ALMEIDA, L. S. Aspectos mercadológicos dos produtos não madeireiros na economia de Santarém-Pará, Brasil. **Floresta e Ambiente**, v. 19, p. 9-16, 2012.

GUERRA, F. G. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta Nacional do Tapajós – Pará.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

IBAMA, Instituto Brasileiro de do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Produtos Vegetais Não madeireiros da Amazônia:** Processamento, Coleta e Comercialização, Projeto ITTO 143/91, 1998.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo:** Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. v. 1. Brasília, DF, 2014.

ICMBIO. **Relatório Técnico sobre o levantamento de atividades produtivas e demandas de capacitação dos moradores da Floresta Nacional do Tapajós.** Santarém, PA: Icmbio, 2015.

INCRA. **Diagnóstico Rápido Participativo:** um Retrato Social e Produtivo da Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns. PSA, CEAPC, ECOIDEIAS & IPAM. SR-30. Santarém, PA, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Manejo:** Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Brasília, DF, v. 1, 2014


LOPES, L. S. S.; ALMEIDA, E. C. de. O uso de produtos florestais não madeireiros na comunidade de suruacá, resex tapajós/arapiuns, Santarém/PA. **Revista de Extensão da Integração Amazônica**, v. 1, n. 2, p. 85-88, 2016.

OLIVEIRA, E. C. P.; LAMEIRA, O. A.; BATISTA, C. R.; BEZERRA, A. N. S. Produção sazonal do óleo-resina de *Copaifera reticulata* Ducke no km 67 da Flona do Tapajós-PA. I Seminário de Pesquisas Científicas da Floresta Nacional do Tapajós. **Anais[...]**. Santarém: ICMBio, p. 60-65, 2011.

PINTO, G. S. *et al.* Beekeeping practiced by communities living in the Tapajos National Forest. *In:* Anais do X Encontro sobre Abelhas. **Anais[...]**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2012.

SANTOS, M. F.; COSTA, D. L.; GAMA, J. R. V.; SOUSA, I. R. L.; FREITAS, B. B. Produção de biojóias e geração de renda de artesãs na comunidade Jamaraquá, Belterra, Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SHANLEY, P.; PIERCE, A. R.; LAIRD, S. A.; BINNQÛIST, C. L.; GUARIGUATA, M. R. From Lifelines to Livelihoods: Non-timber Forest Products into the Twenty-First Century. **Tropical Forestry Handbook**, p. 1-50, 2015.



SILVA, A. A. *et al.* Potencial de Comercialização de Produtos Florestais não Madeireiros na Área de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. **Acta Tecnológica**, v. 13, n. 1, p. 45, 2018.

SILVA, E. N.; SANTANA, A. C.; SILVA, I. M.; OLIVEIRA, C. M. Aspectos socioeconômicos da produção extrativista de óleos de andiroba e de copaíba na floresta nacional do Tapajós, Estado do Pará. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 53, n. 1, p. 12-23, 2010.

SILVA, R. E.; SOUZA, R. R.; BONFIM, F. S. A extração do látex e a coleta de sementes em comunidades da Flona do Tapajós: Bases empíricas para discussão da racionalidade ambiental. **Gaia Scientia**, v. 10, n. 1, p. 126-132, 2016.

SPÍNOLA, J. N.; CARNEIRO FILHO, A. SPÍNOLA, J. N.; CARNEIRO FILHO, A. Criação de gado em Reservas Extrativistas: ameaça ou necessidade? O caso da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, p. 224-246, 2019.

TAPAJOARA. **Relatório de atividades**. Santarém: Tapajoara, 2020.

CAPÍTULO XII

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: contexto histórico e regional sobre a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Cleiton Adriano Signor
Maria Jocilêia Soares da Silva
Sandra Maria Sousa da Silva

Introdução

A visitação com finalidades turísticas na região do rio Tapajós acontece naturalmente há algumas décadas, em virtude das suas belezas naturais, em especial pelas suas praias de areias claras e águas esverdeadas. A inserção deste ambiente no contexto do Bioma Amazônico, com sua floresta, rios, biodiversidade, povos e cultura, gera uma exuberante singularidade desta região da Amazônia brasileira, atraindo visitantes de diversas localidades do país e do mundo.

O principal polo de recepção e emissão de turistas da região é a vila de Alter do Chão (Figuras 1 e 2), município de Santarém. Agentes e agências de turismo recebem turistas e os levam para os atrativos, transportando-os em lanchas regionais e barcos. Inicialmente, os operadores de turismo levavam os turistas para os atrativos das duas Unidades de Conservação (UC) sem haver a participação direta dos comunitários na visitação. Muitas das vezes, os próprios operadores guiavam os visitantes nas trilhas das comunidades, sem qualquer participação da população local. Esta situação por vezes gerava descontentamento por parte de alguns comunitários.

Figuras 1 e 2 – Praias da Vila de Alter do Chão, Santarém, Pará



Fonte: Sandra M. S. da Silva (2017).

Na **Floresta Nacional do Tapajós** (Flona) o turismo teve início na década de 90, através da iniciativa de operadores que levavam turistas até a Flona. Nessa época a contrapartida de alguns visitantes era a doação de materiais escolares e afins para as comunidades. Posteriormente, ainda na década de 90, as comunidades passaram a receber recursos financeiros provenientes da visitação turística.

No território da **Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns** (Resex), antes de ser criada a Reserva, chegou a ser construída por empreendedores não comunitários uma pousada de luxo ao lado da comunidade de Suruacá, a pousada de Santa Quitéria. A participação dos comunitários no empreendimento era via contratação para realizar alguns serviços mais simples, como serviços de limpeza. Segundo alguns moradores, os empreendedores não permitiam a circulação de comunitários na área da pousada, o que contribuiu para a geração de conflitos entre as partes.

Com a criação da Reserva, em 1998, a pousada foi desativada, deteriorando-se com o passar do tempo.

Este contexto de realização de turismo nas duas Unidades de Conservação, sem participação ou com participação dos comunitários como coadjuvantes, vem se transformando ao longo dos anos em um turismo de base comunitária. O Turismo de Base Comunitária (TBC) é compreendido como:

“Um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura das populações, bem como a utilização sustentável dos recursos da Unidade de Conservação para fins recreativos e educativos” (ICMBio, 2018, p. 10).

Constituem a base do TBC a manifestação de interesse e o protagonismo das comunidades no desenvolvimento do turismo, em todas as suas etapas, o cuidado com o meio ambiente e o bem-estar social das comunidades, e o processo educativo das atividades (ICMBio, 2018). Experiências bem-sucedidas de TBC no Brasil e América Latina oportunizaram aos indivíduos, geralmente excluídos de políticas públicas, acesso a melhores condições de educação, saúde e habitação, a partir da maior visibilidade do território, mediante a produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável (PINHEIRO, 2017).

Assim, o Turismo de Base Comunitária em comunidades residentes em UCs apresenta-se como uma alternativa de renda e uma oportunidade de valorizar a cultura local, conservar a biodiversidade e integrar jovens, mulheres e demais pessoas nas atividades de turismo. O envolvimento de povos e comunidades tradicionais agrega valor à experiência dos visitantes e uma maior aproximação destes povos com a gestão da Unidade.

O presente capítulo tem como objetivo descrever as experiências de Turismo de Base Comunitária na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, a partir de um contexto histórico e regional das duas UCS, bem como as lições aprendidas, desafios da atualidade e desafios para o futuro.

O surgimento do Turismo de Base Comunitária nas duas UCs

A participação mais direta e organizada dos comunitários no desenvolvimento do turismo vem crescendo e amadurecendo desde os anos 90 na Flona do Tapajós, e pelo menos desde a primeira década dos anos 2000 na Resex Tapajós Arapiuns. Este desenvolvimento tem participação direta das instituições públicas gestoras dos territórios, que até 2007 era o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), e de organizações da sociedade civil.

Floresta Nacional do Tapajós

Em 1993, o IBAMA, então órgão público gestor da Floresta Nacional (Figuras 3, 4, 5 e 6), em parceria com as comunidades, definiu as primeiras normas para as atividades de recreação e passou a requerer a permissão de entrada de visitantes, definiu taxas de entrada e regulamentou a visita com guias de turismo. Todavia, as atividades de ecoturismo começaram a ser planejadas em 1994, a partir de uma avaliação sobre o potencial turístico da Unidade de Conservação solicitada pelo IBAMA ao Serviço Florestal dos Estados Unidos (US Forest Service) (IBAMA, 2004).

Entre os anos de 1994 e 2001 realizaram-se diversas ações no âmbito do Programa ProManejo do IBAMA, sendo o ecoturismo definido como um dos subcomponentes desse Programa, cujo objetivo era otimizar o aproveitamento do potencial turístico da Flona. Os investimentos foram em capacitações envolvendo comunitários e gestores, estudos para identificar as potencialidades turísticas da UC e planejamentos visando o ordenamento da visitação na Flona, em parceria com o Serviço Florestal Norte Americano e a Agência de Cooperação Alemã (GTZ). A partir da parceria com a GTZ foi possível a contratação de uma consultoria de longo prazo para coordenar as atividades de turismo, implementando assim um plano de trabalho que contemplou atividades de capacitação e intercâmbio, implantação de trilhas interpretativas, planejamento e definição de acordos para a atividade turística, investimentos em infraestrutura, produção de publicações e material de divulgação, e articulações institucionais (IBAMA, 2004). Em 2001, deu-se início ao planejamento para instalação das trilhas interpretativas, sendo Maguari a primeira comunidade a ter uma trilha implantada e interpretada, em 2002.

Maguari, Jamaraquá e posteriormente São Domingos são as comunidades pioneiras em trabalhar com o TBC na Flona. As três comunidades localizam-se na parte norte da UC e são as comunidades que mais recebem visitantes, pois possuem uma melhor facilidade de acesso, tanto por via terrestre como fluvial, e são as comunidades mais próximas dos centros urbanos de Santarém e Belterra. Além disso, possuem infraestruturas para a recepção de visitantes (pousadas, redários, restaurantes e lojas de artesanatos). O sucesso do TBC nas comunidades do norte da UC despertou o interesse de outras comunidades como Piquiatuba, Aldeia Bragança, Aldeia Marituba, Marai, Jaguarari e Acaratinga, que começaram a se organizar para receber visitantes.

Figuras 3, 4, 5 e 6 – Atrativos da Floresta Nacional do Tapajós



Fonte: Arquivos ICMBio.

Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns

Na Reserva Extrativista (Figuras 7, 8, 9 e 10), a comunidade pioneira no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária é a comunidade de Anã, no rio Arapiuns, que iniciou o processo de organização nos anos 2000 por iniciativa própria, aproveitando com inteligência recursos públicos oriundos do INCRA (instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e contando com o auxílio de uma organização não governamental, o CEAPAC (Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária). Posteriormente, recebeu apoio da organização não governamental Projeto Saúde & Alegria (PSA), que promoveu capacitações, auxiliou na construção de uma pousada comunitária em 2013, na operacionalização das atividades, e dando suporte para a criação da Cooperativa de Turismo e Artesanato do rio Arapiuns (Turiarte) em 2015, formada por comunidades da Resex e comunidades da margem esquerda do rio Arapiuns, pertencentes ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande. A Cooperativa Turiarte é a concretização de um amadurecimento das comunidades no protagonismo do turismo, e atualmente, além de receber e guiar os visitantes em distintos passeios turísticos, oferta pacotes turísticos através da rede mundial de computadores (<https://turiarteamazonia.wordpress.com>; facebook.com/turiarteamazonia), criando assim um elo direto entre os turistas e a comunidade.

Figuras 7, 8, 9 e 10 – Atrativos da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns



Fonte: Arquivos ICMBio.

O funcionamento do Turismo de Base Comunitária nas duas UCs

A forma de visita que predomina nas duas UCs é individualizada para cada uma das comunidades, sendo possível ao turista estabelecer um roteiro por conta própria, escolhendo as comunidades que vai visitar e contratando os serviços junto às coordenadores e aos trabalhadores do turismo.

Floresta Nacional do Tapajós

Na Flona do Tapajós, as associações comunitárias são responsáveis pela operacionalização do Turismo de Base Comunitária. Cada comunidade possui seus próprios condutores de turismo, que trabalham em rodízio para atender os visitantes, e são responsáveis pela entrega e recolhimento dos formulários de monitoramento de visitantes. Os responsáveis pelas pousadas contribuem com o monitoramento, pois alguns visitantes acessam a UC pelo rio e não passam pelas bases de entrada da Unidade de Conservação.

As comunidades se organizam, regulamentam e propõem normas dentro do Grupo de Trabalho intercomunitário de Turismo, formado por empreendedores de pousadas/redários e restaurantes, condutores e barqueiros. Os coordenadores de condutores são escolhidos através de eleições que ocorrem a cada dois anos e são responsáveis por gerir o rodízio de condutores locais. Nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraquá as normas sobre rodízio de condutores, valores a serem cobrados por trilha, atividades e normas de condução são pactuados dentro do Grupo de

Turismo, conforme previsto no Regimento Interno do grupo. O Regimento Interno, elaborado em 2014 e revisado em 2019, estabelece também os deveres, direitos, obrigações e normas que devem ser observados pelas famílias envolvidas com o turismo.

Anualmente as comunidades envolvidas com o turismo na UC fazem reuniões para atualização do cadastro de condutores e a relação, de cada comunidade, é protocolada no ICMBio. Em 2020 havia 125 condutores cadastrados pelo ICMBio, incluindo cinco condutores (moradores do entorno da UC) que trabalham com a condução na trilha da Base de Terra Rica, localizada no Km 67 da BR 163 Cuiabá-Santarém. Em 2021 o ICMBio lançou o edital de credenciamento para formalizar a atuação dos prestadores de serviços de condução na UC.

As experiências turísticas na Flona envolvem banhos de rios e igarapés, caminhadas em trilhas na floresta, contemplação da fauna e contação de histórias pelos moradores mais antigos das comunidades. As comunidades oferecem serviços de condução nas trilhas, hospedagem, alimentação, passeios de canoa e venda de artesanatos. Todo recurso financeiro oriundo das atividades turísticas é destinado para o desenvolvimento dos comunitários e das comunidades. As informações sobre os atrativos naturais e culturais das comunidades e como acessar a Flona do Tapajós está disponível no link: <https://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante>

Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns

Além das visitas individualizadas por comunidade, na Resex já há iniciativas no sentido de oferecer um pacote turístico roteirizado, previamente organizado e disponível para a compra, através da Cooperativa Turiarte. São disponibilizados passeios de três a cinco dias, com possibilidade de visita a mais de uma comunidade, sendo possível realizar passeios de barco ou canoa, tomar banho de rio ou igarapé, caminhar na floresta, além da vivência nas comunidades, que inclui conhecer os projetos de produção de farinha, artesanato, mel, piscicultura em tanque rede e culinária regional. A comunidade de Anã possui uma pousada do tipo redário e um restaurante com excelente estrutura. Algumas outras comunidades estão se estruturando para receber os visitantes, estando elas em diferentes graus de implementação do TBC. A comunidade de Maripá também possui um redário para receber visitantes na margem do rio. As comunidades de São Miguel e Vista Alegre do Capixauã estão iniciando o processo para construção de suas pousadas, todavia, ofertam dormitório e refeições utilizando outras estruturas comunitárias ou as próprias residências dos moradores.

Os empreendimentos do turismo na Resex são comunitários, e cada comunidade tem uma coordenação do turismo, sendo realizada a divisão do trabalho (condutores, cozinheiros, produtores de alimento). Quanto a renda, é distribuída conforme o trabalho de cada um, sendo que uma porcentagem fica para toda a comunidade para a realização de benfeitorias coletivas, e uma parte para ser reinvestida no turismo. Na comunidade de Anã, por exemplo, há 22 famílias à frente dos trabalhos de TBC de forma direta (condutores etc.), em um universo de 96 famílias que residem na comunidade. Para a equipe do turismo (cozinheiros, condutores etc.) é feito o pagamento por intermédio de diárias e os produtores recebem pela venda dos produtos.

Os R\$ 15,00 (quinze reais) de taxa de visitação são destinados para a coordenação da comunidade, que as utiliza em benfeitorias comunitárias. Em Anã, as atividades de turismo incentivaram algumas famílias a retomarem a produção de alimentos (peixes, galinhas caipiras e ovos, farinha, mel), dado o incentivo extra de haver comprador da produção na própria comunidade, através da pousada e restaurante comunitário. Anã já tem uma associação exclusiva para trabalhar o turismo, além de ser sócia fundadora da cooperativa Turiarte. Assim também está se desenvolvendo a atividade do turismo nas outras comunidades, em especial Vista Alegre do Capixauã e São Miguel.

A contribuição do turismo para o cumprimento dos objetivos das duas Unidades de Conservação

O turismo, quando planejado e organizado, contribui para a promoção da economia nacional, regional e local (ICMBio, 2018a), para a valorização do patrimônio natural e cultural, e facilita o envolvimento da sociedade na conservação da biodiversidade, através da visitação nas Unidades de Conservação. No caso das UCs de Uso Sustentável, também coopera para conciliar a presença das comunidades tradicionais com a conservação da natureza, promovendo o desenvolvimento social aliado ao zelo com os recursos naturais.

O trabalho promove o desenvolvimento individual dos comunitários, que tem a oportunidade de desenvolver ofícios e habilidades inerentes a esta atividade, como a organização social, a lida, a receptividade e a condução de pessoas visitantes pela comunidade e demais atrativos, a preparação de alimentos etc. A interatividade e troca cultural com pessoas de distintas culturas e saberes também tem o potencial de contribuir com o desenvolvimento pessoal dos envolvidos. Além disso, o desenvolvimento do turismo contribui com o aumento e a diversificação da renda dos comunitários, e promove um direcionamento do olhar dos comunitários e demais pessoas da sociedade para a possibilidade real de obter renda, ao mesmo tempo em que a floresta, a água e demais recursos naturais são conservados com qualidade.

Também, o contato de distintas pessoas de diferentes lugares do Brasil e do mundo com a natureza e com as comunidades tradicionais e sua forma de viver tem o potencial de transformar essas pessoas em aliados e apoiadores da conservação da floresta e do desenvolvimento social das populações tradicionais. O desenvolvimento das pessoas aliado à conservação da natureza justifica a existência destas áreas protegidas e de todo o aparato governamental e civil existente para a gestão destas áreas públicas e para a promoção do turismo de natureza com base de gestão comunitária.

Na visão de futuro da **Flona do Tapajós** o turismo tem destaque para contribuir com o alcance dos objetivos de existência e da missão da UC, conforme descrito a seguir: *“Ser modelo de Unidade de Conservação de uso sustentável, através da geração do conhecimento científico e do desenvolvimento socioambiental das populações tradicionais, promovido pelo turismo e manejo florestal comunitários.”* (ICMBio, 2019a). E na Resex, a visão de futuro do turismo de base comunitária está ligado com os objetivos de existência da **Reserva Extrativista**: *“Que a Reserva seja reconhecida pelas suas belezas naturais, suas atividades de conservação da natureza, pelas práticas de*

gestão compartilhadas e sustentáveis, que valorizem a cultura e os modos de vida dos comunitários, pela organização comunitária e pela boa receptividade aos visitantes” (ICMBio, 2021, em elaboração).

Nesse sentido, para que o turismo contribua de forma efetiva com o cumprimento dos objetivos de criação das UCs, todo o processo do desenvolvimento do turismo deve ser norteado pelos princípios do Turismo de Base Comunitária, conforme descrito a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 – Princípios do Turismo de Base Comunitária

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Conservação da sociobiodiversidade	Promover a conservação da natureza e salvaguarda do patrimônio sociocultural local
Valorização da história e da cultura	Desencadear o reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais
Protagonismo comunitário	Envolver e estimular os atores locais a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
Equidade social	A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo
Bem comum	A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais
Transparência	As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade
Partilha cultural	Proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, desde que de interesse da comunidade
Atividade complementar	O TBC deve ser uma atividade complementar as demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local
Educação	O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos
Dinamismo cultural	O TBC deve buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante
Continuidade	O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado

Fonte: Adaptado de ICMBio, 2018, p. 11-12.

As dificuldades vencidas e os desafios para vencer

O turismo em ambas as Unidades de Conservação está em processo crescente e contínuo de transição para um turismo pleno de base comunitária, com as comunidades assumindo o protagonismo das distintas etapas da cadeia do turismo, numa crescente organização social e profissionalização, sem perder as características de simplicidade inerentes ao ambiente natural e rural no qual as comunidades estão inseridas.

De início, o principal obstáculo enfrentado pelos comunitários foi o pouco conhecimento de como lidar com a situação da entrada de visitantes e operadores de turismo nas comunidades, muitas das vezes sem permissão das lideranças. Também, a desconfiança e falta de apoio dos comunitários em relação às iniciativas de alguns moradores no começo dos trabalhos de recepção dos visitantes e operacionalização das atividades.

Vencidos os primeiros desafios, de dar os primeiros passos no desenvolvimento do protagonismo comunitário e de iniciar a caminhada em direção ao TBC, agora impera a necessidade de aprimoramento da organização social e melhor capacitação dos comunitários. As capacitações devem ser um processo contínuo, pois em algumas comunidades a inserção de novos trabalhadores nas atividades turísticas é constante, a exemplo dos condutores de turismo. Também se faz necessário melhorar a qualidade e a quantidade de infraestruturas básicas para receber os visitantes, como meios de hospedagem, restaurantes, banheiros públicos e os demais serviços ofertados durante os passeios. Também é importante desenvolver a divulgação e comunicação dos atrativos das comunidades com o público visitante alvo, tanto locais como regionais, nacionais e internacionais.

Ambas as Unidades de Conservação possuem desafios semelhantes, que também inclui a elaboração e integração do roteiro de turismo entre as comunidades, a diversificação dos atrativos e experiências ofertadas aos visitantes, a melhoria da comunicação entre os atores sociais envolvidos e o monitoramento dos impactos positivos e negativos da atividade nos modos de vida das comunidades e no meio ambiente.

Para superar as dificuldades e vencer os desafios, as comunidades da Flona e da Resex contam com uma rede de parcerias que envolvem organizações da sociedade civil e governamentais, além dos próprios visitantes, que também são importantes aliados para o desenvolvimento sustentável. A promoção da visitação pública junto com ações de educação e interpretação ambiental é importante instrumento de gestão de áreas protegidas, sendo o turismo operacionalizado pelas comunidades um forte aliado para o alcance dos objetivos de gestão das Unidades de Conservação.

Considerações Finais

Cada vez mais pessoas estão interessadas em experiências de turismo que envolvam áreas naturais e povos e comunidades tradicionais. A Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns possuem um conjunto de características sociais, ambientais, paisagística, geográfica e de gestão que são, em si, uma grande oportunidade para o desenvolvimento do turismo ecológico com base comunitária que agregue desenvolvimento social e a conservação da natureza. É bastante importante que as comunidades, o governo e o terceiro setor trabalhem para proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do TBC nestas duas Unidades de Conservação, de modo a favorecer o engajamento das comunidades, não somente nas atividades vinculadas ao turismo, mas nas demais atividades inerentes ao cumprimento dos objetivos de existência destas duas áreas públicas protegidas.

REFERÊNCIAS

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós: Informações Gerais**. v. I. Santarém, PA: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004. 373 p.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação Federais: Princípios e Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2018.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2018a.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: cadernos de experiências**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2019.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. v. 2, Santarém: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2019a. 144 p.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2020.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Uso Público Turístico da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns**. Santarém, Pará: Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em elaboração, 2021.

PINHEIRO, C. R. S. **O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas: o caso da ilha dos Lençóis em Cururupu – MA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

CAPÍTULO XIII

MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS PELOS RIBEIRINHOS DO BAIXO TAPAJÓS (PESCA ARTESANAL E PISCICULTURA)

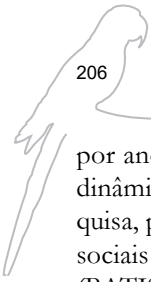
*Tony Marcos Porto Braga
Josele Trindade da Silva
George Henrique Rebêlo
Luciano Jensen
Michelle Midori Sena Fugimura*

Introdução

Recursos pesqueiros podem ser definidos como o conjunto de todos os animais que habitam predominantemente habitats aquáticos e que são capturados pelos seres humanos, o que inclui vertebrados (peixes, anfíbios, répteis, mamíferos) e invertebrados (como moluscos, crustáceos e outros grupos) (PINTO *et al.*, 2018). No Brasil, a chamada Lei da Pesca considera recursos pesqueiros os animais e vegetais hidróbios (literalmente: que vivem nas águas) passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca (em suas modalidades) e pela aquicultura (BRASIL, 2009). Apesar disso, normalmente apenas a produção de peixes e crustáceos é quantificada nas estatísticas e estudos pesqueiros (PINTO *et al.*, 2018), mas recursos pesqueiros compreendem uma infinidade de atributos biológicos, químicos e físicos (EDWARDS, 2005).

A pesca tem sido explicitamente manejada em alguns lugares há centenas ou milhares de anos. No interior da Amazônia, os recursos pesqueiros são utilizados para alimentação e renda há centena de anos, e a pesca, a coleta e a caça de subsistência, junto com a agricultura, são as principais atividades produtivas das populações tradicionais. Os conhecimentos desses povos, restrições, proibições e regras locais permitem o manejo local dos recursos naturais inclusive dos recursos pesqueiros (BRAGA; REBÊLO, 2015, SILVA; BRAGA, 2017, SILVA *et al.*, 2020).

Mais de 75% da produção de peixe no mundo se destina ao consumo humano, e o peixe é uma excelente fonte de proteína e outros nutrientes essenciais (FAO, 2020). A pesca na Amazônia contribui para a segurança alimentar das populações rurais ribeirinhas, que consomem por volta de 400g de pescado por dia (FAO, 2011, ISAAC *et al.*, 2015; BRAGA *et al.*, 2016; CORRÊA *et al.*, 2019), que é cerca de sete a dez vezes maior do que o consumo médio mundial de 20,3 kg por pessoa por ano (FAO, 2018). A importância pode ser estendida ao comércio que chega a gerar mais de 168 mil empregos diretos, mobilizando a economia em mais de R\$ 389 milhões



por ano no setor pesqueiro no rio Amazonas-Solimões (ALMEIDA *et al.*, 2010). A dinâmica da pesca na Amazônia brasileira representa um enorme desafio para a pesquisa, pois a grande riqueza e diversidade de peixes, se soma as diversidades culturais, sociais e tecnológicas, tornando a pesca atividade complexa e de difícil compreensão (BATISTA; ISAAC 2011; DAGOSTA; DE PINNA, 2019).

Apresentamos aqui uma descrição do conhecimento disponível sobre as atividades pesqueiras e o manejo atualmente realizado pelos ribeirinhos, com dados coletados em pesquisa bibliográfica sobre o tema na região, como complemento para os dados coletados em 2014 e 2015 pelo projeto “*Saberes e práticas dos moradores da comunidade de Surrucú (Resex Extrativista Tapajós-Arapiuns)- voltados aos Recursos Pesqueiros*”. Além da pesca, apresentamos algumas das iniciativas de piscicultura realizadas pelos comunitários para a produção de tambaqui (*Colossoma macropomum*), matrinxã (*Brycon amazonicus*) e pirarucu (*Arapaima gigas*) na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX) e Floresta Nacional do Tapajós (FLONA).

Atividades Produtivas

As principais atividades produtivas na região do baixo rio Tapajós são a agricultura familiar para produção de farinha de mandioca e a pesca. O programa de transferência condicional de renda Bolsa Família contribui significativamente para a renda e há alguns moradores que recebem aposentadoria. Em algumas comunidades atividades alternativas complementam a renda, são elas o turismo ecológico de base comunitária, o manejo florestal, marcenaria, artesanato, couro ecológico e produção de frutas (SILVA; BRAGA, 2016; INPE 2016; ESPADA *et al.*, 2018).

A pesca está entre as atividades mais importantes, pois fornece o peixe que é a principal fonte de proteína e, junto com a farinha, a base da alimentação. Quase não há subnutrição e a desnutrição infantil está associada à época das cheias, quando o peixe se torna escasso. A pesca se destina principalmente ao consumo e poucos pescadores vivem apenas da pesca comercial (SANTOS *et al.*, 2014; INPE, 2016; SILVA; BRAGA, 2017; SILVA, 2018). Além dos peixes, os principais recursos pesqueiros capturados são os quelônios aquáticos, principalmente tracajá e tartaruga, para consumo de carne (bastante apreciada) e ovos. Porém, assim como a caça, a captura de quelônios é proibida, mas ao contrário da caça de terra firme, o comércio pode ser uma fonte de renda importante como em outras regiões da Amazônia (Pantoja Lima *et al.* 2014). Portanto, há uma forte restrição e fiscalização por parte dos órgãos ambientais principalmente no período da desova (IBAMA, 2004; INPE, 2016; SILVA; BRAGA, 2017). A pescaria de quelônios na Amazônia se enquadra na categoria internacional de pesca IUU (ilegal, não regulada e não relatada, em inglês) (FAO, 2018).

A pesca artesanal

A maioria dos pescadores são homens, de baixa escolaridade, idade acima dos 40 anos, exercem a atividade há mais de 20 anos e ganham menos de um salário-mínimo

mensal. No entanto, pescador e caçador são ocupações de prestígio na região, possuindo status diferente das outras, dado que não se usa o termo trabalho para se referir a essas ocupações (ZACARDI *et al.*, 2014; SANTOS *et al.*, 2014; SILVA; BRAGA, 2016; MEDAETS, 2018).

A pesca é feita em embarcações tipo canoas de tamanhos variados, as menores e preferidas para pescarias próximas das residências tem cerca de 3,6 m (18 palmos na medida local), são de madeira e movidas a remo (Figura 1). As canoas maiores, também de madeira, com propulsão a motor, medem 4,5 m e são utilizadas para pescar distante das comunidades. Independentemente do tamanho da embarcação, o mais comum é que a pesca seja feita com duração média de 4 horas, com um ou dois pescadores que, nesse caso, partilham a produção ou dividem os lucros e a renda gerada e, em alguns casos, dividem os custos, com material de pesca, gelo e combustível. Sobre a quantidade estimada de pescado capturado por pescaria, foi observado na comunidade de Surucuá (Resex TAPAJÓS-ARAPIUNS) que na vazante, a média fica em torno de 21,5kg ($\pm 15,4$) de peixes; 5kg ($\pm 4,2$) na seca; 11,5kg ($\pm 9,5$) durante a enchente e 28kg ($\pm 8,4$) no período de cheia (ZACARDI *et al.*, 2014; SILVA; BRAGA, 2016; SILVA *et al.*, 2020).

Há 15 tipos básicos de utensílios de pesca na Amazônia, selecionados para explorar da forma mais eficiente possível, recursos pesqueiros sob determinadas condições ambientais (PETRERE, 1978; SMITH, 1979; BARTHEM *et al.*, 1997; BATISTA *et al.*, 2004). A malhadeira (rede de emalhar) se tornou o principal utensílio de pesca utilizado em toda região Amazônica (SILVA; BRAGA, 2016; SERRÃO *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020). No baixo rio Tapajós também a malhadeira (Figura 1) é utilizada durante todo o ano e o aumento do seu uso iniciou na década de 1980. Apetrechos tradicionais usados com menor frequência são: a linha de mão, caniço, arpão, zagaia, espinhel, tarrafa e flecha (ZACARDI *et al.*, 2014; SILVA; BRAGA, 2016; HALLWASS *et al.*, 2019).

Figura 1 – Tipo de embarcação e apetrecho de pesca mais utilizados na atividade de pesca na região



Fonte: Josele Trindade (2014).

Diversidade de Recursos pesqueiros

Foram capturadas 45 etnoespécies de peixe em apenas uma localidade da RESEX, que correspondem a aproximadamente 51 espécies biológicas (SILVA; BRAGA, 2016).

Os cardumes de peixes, como pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sarda (*Pellona* spp.) e mapará (*Hypophthalmus* spp.) são localizados pelos pescadores em pontos estratégicos do rio. Tucunaré (*Cichla* spp.) e acará (vários Cichlidae) são moradores dos lagos. Pescada e sarda são pescados o ano inteiro, mas a sarda é menos consumida e vendida, Tucunaré e jaraqui (*Semaprochilodus* spp.) são espécies importantes, tanto para consumo quanto para o comércio, mas não estão disponíveis o ano todo, sendo o tucunaré mais capturado na seca e o jaraqui na enchente (SILVA; BRAGA, 2016; HALLWASS *et al.*, 2019; RUNDE *et al.*, 2020).

Bagres, como dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) e filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) ainda são capturados, mas não como ocorria há cerca de trinta anos, a cada ano parecem se tornar mais escassos e difíceis, só aparecendo em quantidade na cheia (maio/junho), junto com outros bagres como mapará, fura-calça (*Pimelodina flavipinnis*) e piracatinga (*Calophysus macropterus*). Os grandes bagres podem estar sendo utilizados para substituir peixes comerciais de grande porte que se tornaram escassos como pirarucu e tambaqui (SILVA; BRAGA, 2016; SILVA; BRAGA, 2017; MEDAETS, 2018; HALLWASS *et al.*, 2019).

Problemas atuais

O problema da redução dos estoques pesqueiros também atingiu a região do Baixo rio Tapajós (FREITAS *et al.*, 2007; BRAGA *et al.*, 2016; SILVA; BRAGA, 2017). Pescadores relataram a diminuição, na quantidade e no tamanho do pescado, e o aumento do número de pescadores. No baixo Amazonas o excessivo esforço de pesca e a captura de indivíduos muitos jovens levou a sobrepesca de tambaqui e surubim tigre (*Pseudoplatystoma tigrinum*) (ISAAC; RUFFINO, 1996, RUFFINO; ISAAC, 1999).

O declínio dos estoques pesqueiros também é atribuído à pesca ilegal que ocorre no período de defeso, período chamado de “arribação”, quando os cardumes de peixes saem dos lagos e descem o rio. A importância da pesca também pode ser percebida pelos conflitos e problemas de convivência desencadeados entre os habitantes das UC e os “pescadores de fora” ou ilegais. Ambos, moradores das UC, e moradores de fora das UC, atribuem o declínio do pescado à falta de fiscalização (ZACARDI *et al.*, 2014; CEAPS, 2015; SILVA; BRAGA, 2016; SILVA, 2018).

As comunidades da RESEX têm regras para manejar estoques pesqueiros e mitigar conflitos que ocorrem devido à exploração em áreas de acesso restrito a cada comunidade. Mas, as regras não têm sido respeitadas por todos, que não respeitam o Acordo de Gestão da RESEX, que proíbe a utilização de certos métodos e arreios de pesca e determina algumas áreas de acesso restritos às comunidades (CEAPS, 2015). A pesca ilegal no período de defeso também se deve a invasão dos barcos de pesca, chamados de “geleiras”, oriundos das cidades de Santarém, Alenquer e Monte Alegre.

A piscicultura

Como já foi descrito anteriormente, o declínio dos estoques pesqueiros e o desabastecimento das principais espécies de peixes comerciais durante o período de cheia dos rios, bem como a menor oferta de peixes no defeso e na semana santa, comprovam a necessidade urgente em se produzir peixes em cativeiro (piscicultura) de forma a suprir a demanda existente por este tipo de proteína animal na região ao longo de todo o ano. Desta forma, a piscicultura apresenta-se como uma atividade com potencial para minimizar os efeitos da exploração descontrolada de algumas espécies de maior valor econômico.

Nos últimos anos, várias iniciativas já foram direcionadas para o desenvolvimento da piscicultura tanto na RESEX quanto na FLONA. Porém, devido a uma série de dificuldades enfrentadas, atualmente na RESEX somente a comunidade de Anã permanece com a produção de peixes redondos (tambaqui e o híbrido tambatinga, originário do cruzamento entre a fêmea do tambaqui e macho da pirapitinga) em tanques-rede (CASTRO, 2017) e duas na FLONA, na comunidade do Tauari com a produção de tambaqui em tanques-rede e na comunidade do Pini com a produção de matrinxã em canal de igarapé.

Na RESEX, o início da atividade ocorreu através de recursos provenientes do Governo Federal. Entretanto, atualmente os piscicultores realizam a atividade com recursos próprios. Segundo Castro (2017), todos os piscicultores são cadastrados no projeto MUSA (Mulheres Sonhadoras em Ação) e afirmam que o projeto lhes auxiliou inicialmente com tanques-rede, alevinos e ração, através do financiamento que ocorreu no ano de 2000. Ao longo dos anos, além dos tanques comerciais, foram construídos e adaptados tanques-rede ou gaiolas flutuantes de variados tamanhos e formatos (Figura 2).

Figura 2 – Exemplos de tanques-rede na comunidade de Anã (Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns)



Foto: Luciano Jensen Vaz (2019).

Na FLONA, os trabalhos tiveram início no ano de 2010, como uma forma alternativa de geração de renda a proibição da produção de gado que causava impactos dentro da Unidade de Conservação. Em estruturas rústicas, por falta de recursos e assistência técnica, foram realizadas as primeiras produções de tambaqui e pirarucu (Figura 3).

Figura 3 – Tanque de madeira para produção de pirarucu na comunidade do Tauari



Foto: Luciano Jensen Vaz (2014).

No ano de 2016, através de recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Serviço Florestal Americano (SFA) e Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COMFLONA), apoio do ICMBio e acompanhamento do grupo de pesquisa Aquicultura no Baixo Amazonas (UFOPA) foram instalados seis tanques-rede na comunidade do Tauari (Figura 4), para a produção de tambaqui. A maior parte da produção gerada nestes tanques foi comercializada diretamente nas comunidades do entorno, de forma direta, e parte consumida pelos comunitários participantes do projeto.

Figura 4 – Tanques-rede na comunidade do Tauari (Floresta Nacional do Tapajós)



Foto: Luciano Jensen Vaz (2016).

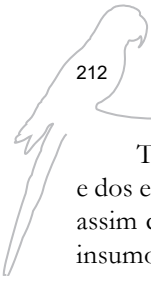
Na comunidade de Anã, a finalidade da produção de peixes também é de cunho comercial e de subsistência, sendo vendidos vivos ou apenas eviscerados, com a comercialização geralmente sendo realizada na própria comunidade, principalmente para a pousada comunitária de Anã e em alguns casos na cidade de Santarém (CASTRO, 2017).

Já na comunidade do Pini, desde 2017, vem sendo realizada a produção de matrinxã em canal de igarapé (Figura 5).

Figura 5 – Produção de matrinxã (*Brycon amazonicus*) em sistema de canal de igarapé na comunidade do Pini (Floresta Nacional do Tapajós)



Foto: Luciano Jensen Vaz (2018).



Todos os comunitários produtores afirmam que o alto custo da ração comercial e dos equipamentos para manter a criação de peixes impedem a expansão da atividade, assim como descrito por Barroso e Pedroza Filho (2014) que afirmam que tanto os insumos (alevinos, ração, equipamentos e medicamentos) quanto à logística de processamento e comercialização, de forma geral, são os principais gargalos do setor.

Considerações finais

Os moradores das UCs, e do entorno, sobrevivem ou dependem dos recursos pesqueiros. Eles pedem maior fiscalização para a retirada dos pescadores “ilegais” que muitas vezes possuem maior poder econômico e capital investido na pesca (malhadeiras e canoas em quantidade). Com isso eles anseiam pela diminuição da pressão sobre os estoques. Pedem incentivos para cultivar peixes (piscicultura) e gerar alimento e renda de forma sustentável de acordo com os princípios das Unidades de Conservação.

A gestão da área, compartilhada entre os órgãos ambientais e os moradores das UCs e seu entorno, precisa de uma representação equilibrada dos diversos grupos de interesse e usuários dos recursos pesqueiros e outros recursos naturais para que a tomada de decisões referentes ao ordenamento pesqueiro seja democrática e equitativa num sistema regional de governança, onde haja diálogo no nível da bacia hidrográfica, para buscar a sustentabilidade ambiental, a justiça social e condutas prudentes e responsáveis sobre o uso dos recursos. Um sistema que permita a elaboração de um plano de ação que discuta um código de conduta dos usuários dos recursos pesqueiros; que apoie a realização de estudos para recuperação dos estoques; que apoie a regulamentação da pescaria de quelônios, contribuindo assim para prevenir, reduzir e eliminar as pescarias ilegais, não reguladas e não monitoradas; onde os problemas da pesca e da aquicultura sejam examinados e enfrentados em conjunto com as instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e órgãos gestores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O.; LORENZEN, K.; MCGRATH, D.; AMARAL, L.; RIVERO, S. Importância Econômica do Setor Pesqueiro na Calha do Rio Amazonas-Solimões. **Paper do NAEA 275**, 2010.

BARROSO, R. M.; PEDROZA FILHO, M. X. Estratégias de Inclusão Produtiva para Pequenos Piscicultores. Documentos 08. **Embrapa Pesca e Aquicultura**, Palmas, Tocantins, 48 f., 2014. ISSN 2318-1400.

BARTHEM, R. B.; PETRERE JR., M.; ISAAC, V.; RIBEIRO, M. C. L. B.; MACGRATH, D.; VIEIRA, I. J. A.; VALDERRAMA-BARCO, M. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. P. 173-185. *In*: VALLADARES-PÁDUA, C.; BODMER, R. E.; CULLEN JR., L. (ed.). **Manejo e conservação da vida silvestre no Brasil**. CNPq/Sociedade Civil Mamirauá, Belém, 1997.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J. **Peixes e pesca no Solimões-Amazonas: uma avaliação integrada**. v. 1. Brasília: IBAMA/Provárzea, 2011. 276p.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. *In*: RUFFINO, M. L. (ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/Pró-Várzea, 2004. p. 63-151.

BRAGA, T. M. P.; REBÊLO, G. H. Uso da fauna por comunitários da reserva extrativista do Baixo Juruá, Amazonas, Brasil. **Papers do NAEA**, n. 347, p. 1-25, 2015.

BRAGA, T. M. P.; SILVA, A. A.; REBÊLO, H. H. Preferências e tabus alimentares no consumo de pescado em Santarém, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 3, p. 189-204, 2016.

BRASIL. **Lei 11.959 de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. DOU 30.6.2009. 2009.

CASTRO, L. A. **Caracterização da piscicultura em tanque-rede na comunidade de Anã – Reserva Extrativista Tapajós-Arapiguins, Santarém – PA**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017. 32p.

CORRÊA, J. C. S. L.; BRAGA, T. M. P.; LAURIDO, S. F. Usos de recursos faunísticos pelos moradores da comunidade Boca do Arapiri, Assentamento Agroextrativista Atumã, em Alenquer, Pará, Brasil. **Amazônica – Revista de Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 741-769, 2019.



DAGOSTA, F. C. P.; DE PINNA, M. The fishes of the Amazon: Distribution and biogeographical patterns, with a comprehensive list of species. **Bulletin of the American Museum of Natural History**, n. 431, p. 163, 13. jun. 2019.

EDWARDS, S. F. Ownership of multi-attribute fishery resources in large marine ecosystems. *In*: HENNESSEY, T. M.; SUTINEN, J. G. **Sustaining large marine ecosystems: the human dimensions**. Elsevier, 2005.

ESPADA, A. L. V.; SOBRINHO, M. V.; ROCHA, G. M.; VASCONCELOS, A. M. A. Manejo Florestal Comunitário em Parceria na Amazônia Brasileira: O Caso da Flona do Tapajós. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, v. 14, n. 1, p. 135-165, 2018.

FAO. **El consumo de pescado en la Amazonía Brasileña**. Organización: Victoria J. Isaac, Morgana C. de Almeida. Documento Ocasional n° 13. 54p. Organización de las Naciones Unidas para la alimentación y la agricultura. Roma, 2011.

FAO. Fisheries and resources monitoring system (FIRMS). *In*: **Fisheries and resources monitoring system (FIRMS)** [online]. Rome, 2011-2020. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/>.

FAO. **Pesca e aquicultura: o peixe, fonte de alimentação, meio de subsistência e de comércio**. [online]. Rome, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i0765pt/i0765pt09.pdf>.

FAO. SOFIA Report. **The State of world fisheries and aquaculture** [online]. Rome, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofia/en/>.

FREITAS, C. E. C.; NASCIMENTO, F. A.; SOUZA, F. K. S. Levantamento do estado de exploração dos estoques de curimatã, jaraqui, surubim e tambaqui. *In*: **O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2007. p. 77-100.

HALLWASS, G.; SCHIAVETTI, A.; SILVANO, R. A. M. Fishers' knowledge indicates temporal changes in composition and abundance of fishing resources in Amazon protected áreas. **Animal Conservation**, v. 23, p. 36-47, 2019.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós: Informações Gerais**. v. I. Santarém, 2004. 373 p.

INPE. **As Comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós (PA)**: Infraestrutura, Mobilidade, Serviços Sócio Ambientais e Conectividade. São José dos Campos, SP, 2016. 153 p. Disponível em: <http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3M7C69L>.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M. C.; GIARRIZZO, T.; DEUS, C. P.; VALE, R.; KLEIN, G.; BEGOSSI, A. Food consumption as indicator of the conservation of natural resources in riparian communities of the Brazilian Amazon. *In: Anais da Academia Brasileira de Ciências* (Impresso) v. 87, p. 1-14, 2015.

ISAAC, V. J.; RUFFINO, M. L. Population dynamics of tambaqui, *Colossoma macropomum* Cuvier, in the lower Amazon, Brazil. **Fisheries Management and Ecology**, v. 3, p. 315-333, 1996.

MEDAETS, C. Crianças na economia familiar do Baixo-Tapajós (Pará). **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 411-430, 2018.

PANTOJA-LIMA, J.; ARIDE, P. H. R.; OLIVEIRA, A.T.; FELIX-SILVA, D.; PEZZUTI, J. C. B.; REBÊLO, G. H. Chain of commercialization of *Podocnemis* spp. turtles (Testudines: Podocnemididae) in the Purus River, Amazon basin, Brazil: current status and perspectives. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 10, p. 8, 2014.

PENA, Fábio; HENRIQUES, Giuliana (org.). CEAPS. Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer. Santarém: Projeto Saúde e Alegria, 2015. 132p.

PETREIRE JR., M. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. II. Locais e aparelhos de captura e estatística de desembarque. **Acta Amazonica**, v. 8, supl. 2, p. 1-54, 1978.

PINTO, M. F.; OLIVEIRA, T. P. R.; ALVES, R. R. N. *et al.* People and fishery resources: a multidimensional approach, *In: ALVES, R. R. N.; ALBUQUERQUE, U. P.* Ethnozoology: animals in our lives. **Academic Press**, 552 p., 2018.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Dinâmica populacional do surubim-tigre, *Pseudoplatystoma tigrinum* (Valenciennes, 1840) no Médio Amazonas (Siluriformes, Pimelodidae). **Acta Amazonica**, v. 29, p. 463-476, 1999.

RUNDE, A.; HALLWASS, G.; SILVANO, R. A. Fishers' Knowledge Indicates Extensive Socioecological Impacts Downstream of Proposed Dams in a Tropical River. **One Earth**, v. 2, p. 255-268, 2020.



SANTOS, G. R.; BARBOSA FILHO, J.; COELHO, L. M. Avaliação da Gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-Pa, na percepção dos Moradores da Comunidade Maguari. **REVISTA UNIARA**, v. 17, n. 2, p. 37-49, 2014.

SERRÃO, E. M.; BRAGA, T. M. P.; COELHO, Y. K. S.; CAMPOS, D. P. C.; SANTOS, A. R.; IMBIRIBA, L. C.; ZACARDI, D. M. Conhecimento tradicional dos pescadores sobre o comportamento reprodutivo dos peixes em um lago de inundação no Oeste do Pará, Brasil. **Sociedade e Natureza**, v. 31, p. 1-21, 2019.

SILVA, I. F.; BRAGA, T. M. P.; SOUSA, K. N. S. Caracterização da atividade pesqueira das comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 10, n. 2, p. 50-59, 2020.

SILVA, J. T.; BRAGA, T. M. P. Caracterização da pesca na comunidade de Surucúá (Resex Tapajós Arapiuns). **Biota Amazônia**, v. 6, n. 3, p. 55-62, 2016.

SILVA, J. T.; BRAGA, T. M. P. Etnoictiologia de pescadores artesanais da comunidade Surucúá (Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns). **Amazônica Revista de Antropologia**, v. 9, n. 1, p. 238-257, 2017.

SILVA, M. J. S. **A definição de áreas de uso tradicional e a percepção ambiental de duas comunidades ribeirinhas para subsidiar zoneamento ambiental na Floresta Nacional do Tapajós**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus, 2018. 87 p.

SMITH, N. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. 1. ed. Manaus, Amazonas, 1979. 154p.

ZACARDI, D. M.; PONTE, S. C. S.; SILVA, A. J. S. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais de uma comunidade às margens do Rio Tapajós, Pará. **Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, v. 10, n. 19, p. 129-148, 2014.



PARTE 2
PRÁTICAS DE USO E SOCIOECONOMIA
NO TERRITÓRIO

SEÇÃO 4
O ESSENCIAL É INVISÍVEL AOS OLHOS:
conflitos, qualidade de vida e a relevância das
comunidades do território do rio que nos une



CAPÍTULO XIV

CONCEITOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA: o que aprendemos com unidades de conservação às margens do rio tapajós?

Thiago Almeida Vieira
Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota
Cleide da Silva Basgal
Iani Dias Lauer Leite
Everton Cristo Almeida
Helionora da Silva Alves
Ana Carolina Vitorio Arantes
Ellen Priscila Farias de Freitas
Jurandy Batista Dantas
João Ricardo Vasconcellos Gama

Introdução

Existem diferentes conceitos de qualidade de vida e parece que não há um entendimento único entre os pesquisadores do que venha a ser. Além das visões acadêmicas, qualidade de vida tem sido tratada fortemente de modo popular pela sociedade, incluindo políticos (SEIDL; ZANNON, 2004).

Diferentes organizações falam em qualidade de vida em seus programas, projetos e políticas institucionais. Várias políticas públicas e legislações abordam qualidade de vida como objetivo a ser alcançado para a população. Por isso, gostamos do conceito da Organização Mundial de Saúde, pois valoriza o que cada pessoa pensa sobre si dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (THE WHOQOL GROUP, 1995).

Vários estudos abordam bem-estar e felicidade, principalmente pelas áreas da Psicologia e da Educação; sendo comum ainda, estudos que pretendem explicar o bem-estar econômico (SALVADOR-CARULLA *et al.*, 2014). Além de trabalhos que se concentram no tema da satisfação com a vida, relacionados à qualidade de vida (VITTERSO; ROYSAMB; DIENER, 2002).

Existem metodologias que quantificam a qualidade de vida das pessoas ou de uma população. O uso de instrumentos não é unânime entre os pesquisadores, mas vários deles abordam diferentes dimensões da qualidade de vida, por exemplo: satisfação com a vida; avaliação subjetiva da vida; condições socioeconômicas; saúde física; entre outros (FERRANS; POWER, 1985).

Diante disso, estudar comunidades rurais, sobretudo em Unidades de Conservação é importante, na medida que o sentimento de comunidade pode gerar muitos

benefícios às pessoas que lá vivem. Elvas e Moniz (2010) mostram que quando maior a integração e satisfação numa comunidade, mais elevados são os níveis de bem-estar, qualidade e satisfação de vida; sentido de justiça e capital social; menor solidão e isolamento.

Além disso, estudos de qualidade de vida podem ajudar tomadores de decisão a ter uma visão melhor de um território, contribuindo assim para que possam propor e implementar políticas que reflitam as aspirações social, humana e econômica de seu povo (BLOOM *et al.*, 2001).

Com este capítulo, objetivamos apresentar uma perspectiva conceitual sobre definições de qualidade de vida, apreendidas com a realidade das populações da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns. É um assunto essencial para nos fornecer ideias do que pode ser feito para melhorar a vida dos moradores destas Unidades de Conservação.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo realizada na Flona do Tapajós em 2014, de uma tese de doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA) de 2019, realizada na Flona e na Resex, e de duas dissertações de mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA) de 2021, realizadas na Resex Tapajós-Arapiuns. Nas próximas seções abordaremos alguns conceitos sobre qualidade de vida estudados em pesquisas conduzidas nestas duas Unidades de Conservação. As pesquisas foram submetidas e aprovadas pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade e quando necessário, também por Comitês de Ética em Pesquisa.

Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES)

A qualidade de vida pode ser tratada de forma objetiva, a partir de estudos que utilizam indicadores propostos pelas Ciências Econômicas e Sociais. Nessas áreas do conhecimento é comum observarmos estudos que discutem os impactos de ações do governo no Produto Interno Bruto (PIB) ou ainda no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de uma cidade. Mas é importante destacar que o PIB contempla apenas aspectos econômicos, abrangendo uma parte do desenvolvimento de uma região (DINIZ; SIQUEIRA, 2008) e o IDH contribui de forma simplificada e limitada para entendermos o nível de qualidade de vida de uma cidade ou país (KLERING, 2014).

Nesta seção apresentamos os resultados de pesquisa realizada em seis comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns e 10 da Flona do Tapajós, empregando o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – IDES (ALMEIDA, 2019). Este índice procura retratar numericamente a qualidade de vida de uma região, por exemplo, uma comunidade, sendo a soma de indicadores da área da educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e renda (SOUZA *et al.*, 2017).

Foram coletadas informações sobre os aspectos básicos do desenvolvimento, como a situação econômica e social das localidades, utilizando indicadores de saúde, educação, moradia, fornecimento de energia elétrica, água, saneamento, tratamento e

destinação dos resíduos sólidos, lazer na comunidade e renda familiar média (KHAN; SILVA, 2002).

A partir de vários indicadores medidos nas comunidades, foi calculado o IDES, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento socioeconômico das comunidades (KHAN; SILVA, 2002; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2008; SOUSA *et al.*, 2005), o IDES foi classificado em:

- a) Baixo nível de desenvolvimento econômico-social ($0,0 < \text{IDES} \leq 0,5$);
- b) Médio nível de desenvolvimento econômico-social ($0,5 < \text{IDES} \leq 0,8$) e;
- c) Alto nível de desenvolvimento econômico-social ($0,8 < \text{IDES} \leq 1,0$).

Nas comunidades da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns, os valores do IDES não foram maiores que 0,8, o que nos mostra que a maioria das comunidades apresenta médio desenvolvimento econômico e social e, pelo menos 30% das comunidades estão com $\text{IDES} < 0,5$, sendo classificadas como comunidades com baixo desenvolvimento econômico e social, como: Nazaré, Tauari e Paraíso na Flona do Tapajós e; Prainha do Maró e Nova Canaã na calha dos rios Maró-Arapiuns na Resex Tapajós-Arapiuns (Tabela 1).

Tabela 1 – IDES de comunidades na região do baixo rio Tapajós e Arapiuns, Pará, Brasil

Unidade de Conservação	Comunidade	IDES	Número de famílias	Área Cultivada (ha/ano)
Flona do Tapajós	Paraíso	0,30	8	0,5
	Tuari	0,39	52	0,5
	Nazaré	0,46	60	1
	Prainha I	0,54	78	1
	Pini	0,57	33	1,5
	Pedreira	0,61	86	0,5
	São Domingos	0,65	79	1
	Jamaraquá	0,69	40	1
	Maguari	0,69	111	0,5
	Piquiatuba	0,72	117	1

continua...

continuação

Unidade de Conservação	Comunidade	IDES	Número de famílias	Área Cultivada (ha/ano)
Resex Tapajós-Arapiuns	Nova Canaã	0,37	36	2
	Prainha do Maró	0,44	52	2
	Vista Alegre do Maró	0,56	18	1
	Mentai	0,63	104	1
	São Pedro	0,67	100	2
	Anã	0,78	96	2

Nas comunidades ribeirinhas, o sistema de corte e queima para o cultivo de mandioca para a produção de farinha é predominante. Esse sistema é a prática tradicional mais comum na região amazônica, que garante ciclos curtos anuais de produção de farinha e é o que mantém a maior parte da renda familiar da maioria das comunidades dos rios Maró-Arapiuns (Figura 1 A, B). Estes resultados foram obtidos antes da execução do Plano de Manejo Florestal da Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambú (Cooprunã), o que, provavelmente deva ter mudado para as comunidades ribeirinhas, uma vez que renda obtida com a atividade florestal pode contribuir para a melhoria nas condições de infraestrutura, comunicação e aquisição de bens de consumo e de capital pelas comunidades envolvidas.

Figura 1 – (A) Cultivo familiar de mandioca na comunidade de Nova Canaã e (B) Casa de farinha na comunidade de Vista Alegre do Maró, ambas na Resex Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil



Fontes: Everton C. Almeida (2019).

Hoje, a Flona do Tapajós possui uma estrutura organizacional bem definida, composta pelas Associações Comunitárias, por Associações Intercomunitárias, pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), que é constituída exclusivamente por comunitários, e pela Federação das Organizações Comunitárias da Flona, que representa todas as associações comunitárias e intercomunitárias. Outras iniciativas como as Oficinas Tradicionais Caboclas (OTC), existentes nas comunidades da Flona e Resex, trabalham com o aproveitamento de árvores caídas para a produção de móveis

rústicos, o que também contribuem para a economia e para o desenvolvimento das comunidades (Figura 2).

Figura 2 – Estrutura das Oficinas Tradicionais Caboclas na comunidade de Pini, Flona do Tapajós, Pará, Brasil



Foto: Everton C. Almeida (2019).

A pesquisa realizada na Resex e na Flona mostra que é importante identificar em que nível está o desenvolvimento econômico e social das áreas estudadas, para que sejam compreendidas as causas e/ou necessidades para o desenvolvimento local, refletindo a qualidade de vida das pessoas que vivem nestas comunidades. No caso destas UC, investimentos têm sido realizados para o manejo florestal madeireiro, bem como para atividades agrícolas, sobretudo para o autoconsumo.

Bem-Estar Subjetivo (BES)

Historicamente, o conceito de bem-estar não é muito antigo e foi estudado pela primeira vez nos Estados Unidos por Warner Wilson (1967), considerado o marco do nascimento do termo bem-estar subjetivo (BES), tal como o conhecemos hoje (GALINHA; RIBEIRO, 2005).

Três componentes constituem o BES e estão em constante relação: 1) satisfação com a vida, que abrange um julgamento que a pessoa faz sobre todos os domínios da sua vida; 2) vivência de eventos positivos e emoções agradáveis; 3) experiência relativamente baixa de eventos negativos (DIENER, 1984).

O BES é uma dimensão da qualidade de vida, e envolve a avaliação que cada pessoa faz sobre sua felicidade e satisfação com a vida, sendo que esse julgamento pode mudar de cultura para cultura, e pelo nível de preenchimento de cada uma das

necessidades humanas em relação às outras (COSTANZA *et al.*, 2006). Isso quer dizer que o que influencia o bem-estar em uma comunidade da Flona do Tapajós pode ser diferente de outra Flona no Brasil ou em outras comunidades rurais no mundo.

O bem-estar de uma pessoa pode ser influenciado pelos seus relacionamentos interpessoais, por exemplo amizade (SOUZA; DUARTE, 2013) e por seu perfil de personalidade, ou seja, se é uma pessoa extrovertida, otimista ou que tende a experimentar emoções negativas (NUNES; HUTZ; GIACOMONI, 2009; ZANON; HUTZ, 2014). As relações conjugais, quando consideradas satisfatórias e que forneçam adequada segurança emocional e apoio social, podem gerar maiores níveis de bem-estar (DIENER *et al.*, 2000; DÍAZ LLANES, 2001).

Quando estudamos BES com crianças, a felicidade é a definição mais adequada, tendo em vista a facilidade de compreensão deste conceito por elas (GIACOMONI; SOUZA; HUTZ, 2014). Na abordagem com crianças, a experiência subjetiva sobre os domínios da vida envolve afetos e eventos que elas julgam serem marcantes de maneira positiva e negativa a sua história (GIACOMONI; SOUZA; HUTZ, 2016).

Para falar de bem-estar subjetivo, vamos apresentar informações de uma pesquisa realizada na Resex Tapajós-Arapiuns, realizada no início do ano de 2020, na comunidade de Surucuá, com 31 crianças de 8 a 12 anos de idade. O objetivo foi analisar as implicações do brincar no bem-estar subjetivo de crianças ribeirinhas nesta comunidade.

Para análise qualitativa do bem-estar subjetivo infantil foi realizada uma entrevista composta por quatro perguntas, referentes ao conceito de felicidade, à percepção infantil sobre a própria felicidade e aos indicadores de bem-estar subjetivo destas crianças. O roteiro da entrevista foi baseado em Giacomoni (2002). As entrevistas foram gravadas e esses dados de voz analisados pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005): extraímos as expressões-chave (ECH), as ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC) semelhantes, possibilitando a construção de um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular.

A questão inicial foi: **“O que é felicidade?”**. Foram encontradas três ideias centrais. A ideia central “A” revelou que para 10 crianças, “Felicidade é brincar e se divertir”. A ideia central “B”, mostrou que 13 crianças entendem que “Felicidade é estar perto da família e amigos”. Ainda foi possível observar a ideia central “C” nas respostas de oito crianças, para as quais “Felicidade é estar feliz, é amor, estar alegre, em paz e em harmonia”.

A segunda pergunta foi: **“O que uma criança precisa para ser feliz?”**. Para esta questão foram geradas quatro ideias centrais: a ideia central “A” “Precisa de paz, carinho, respeito, harmonia, esperança, atenção e amor”; ideia central “B” que cada uma delas “Precisa da família e amigos”; “C” que indica que criança “Precisa brincar”; e a ideia central “D” que mostra que é preciso “Ter saúde, comer, dormir e estudar”. Destacamos que quatro crianças não responderam.

Em resumo, nota-se que a avaliação subjetiva das crianças evidencia a influência das experiências positivas sobre o bem-estar subjetivo. As vivências de estados emocionais agradáveis implicam na forma como estas crianças avaliam suas vidas. Além disso, nos diferentes discursos surgem evidências das influências do meio social sobre o bem-estar subjetivo delas. As relações estabelecidas com os familiares e seus amigos

são fatores que contribuem para a avaliação que elas fazem sobre suas vivências e experiências, sendo estes achados relacionados a um julgamento positivo. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Giacomoni (2002).

Todavia, neste estudo o brincar surgiu como um fator significativo para as crianças na avaliação da própria felicidade, bem como, algo necessário para ser feliz. A brincadeira é uma atividade que proporciona alegria, liberdade e satisfação, é, também, uma fonte de prazer e felicidade para a criança (AMARAL, 2010).

Dessa forma, os estudos sobre o bem-estar subjetivo buscam investigar a avaliação de cada indivíduo a respeito da sua própria vida e os processos envolvidos nesta avaliação. E nesta perspectiva teórica, a Psicologia tem procurado contribuir para compreensão e melhoria da qualidade de vida das pessoas (GIACOMONI, 2004).

Satisfação

A satisfação com a vida é uma importante dimensão a ser estudada para entender a qualidade de vida de uma pessoa ou população (FERRANS; POWER, 1985). A satisfação das necessidades mais elementares da vida, como alimentação, acesso a água, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais relacionados à realização individual e coletiva, ajudam a entender qualidade de vida (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

A partir disso, em uma pesquisa realizada na Flona do Tapajós, no ano de 2014, em parceria com a Coomflona, procuramos saber como estava a satisfação de cooperados com relação a diferentes questões de suas vidas e como a Coomflona poderia ter influência sobre este nível de satisfação. Entrevistamos 139 cooperados, residentes em 12 comunidades da Flona. Nessas comunidades, a pesca artesanal e agricultura de subsistência são muito importantes para sobrevivência dessas famílias, contribuindo com a segurança alimentar delas.

Como uma organização comunitária produtiva, a Coomflona tem como principal objetivo o aproveitamento dos recursos florestais, por meio do Manejo Florestal, podendo destacar a madeira, os óleos vegetais e o couro vegetal (tendo como matéria-prima o látex da seringueira).

Em 2014, dos 117 cooperados envolvidos na atividade florestal, somente nove eram mulheres. Com relação à satisfação com a vida, os cooperados mostraram estar de pouco a bastante satisfeitos com suas vidas, sendo que grande parte dos cooperados (73,4%) se declara satisfeita (Figura 3).

Figura 3 – Satisfação com a vida na percepção de cooperados da Coomflona, Flona do Tapajós, Pará, Brasil



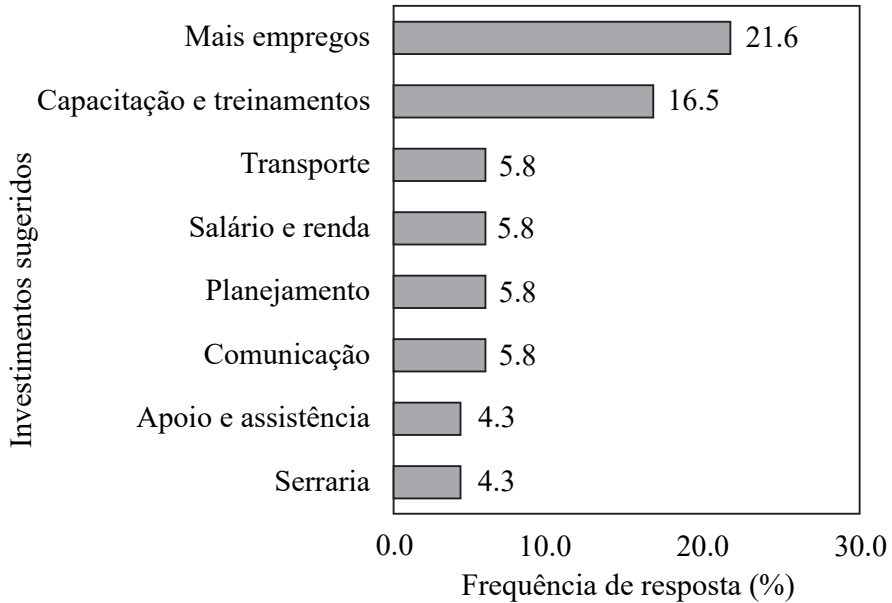
Entende-se que a busca pela melhoria da qualidade de vida é parte da reivindicação de diversas camadas da sociedade, tanto urbanas e quanto rurais. Neste sentido, procurou-se captar o papel da Coomflona na satisfação da vida dos cooperados (Figura 4).

Figura 4 – Contribuição da Coomflona com a satisfação dos cooperados, Flona do Tapajós, Pará, Brasil



Perguntamos aos cooperados como a cooperativa poderia ajudar para que a satisfação com suas vidas melhorasse. O aumento da oferta de empregos foi a resposta mais frequente (21,6%), o que pode ter relação direta com a percepção de 85,6% de cooperados que avaliam positivamente mudanças na renda familiar a partir da entrada na cooperativa. A Figura 5 mostra outras ações que podem melhorar a satisfação dos cooperados com suas vidas.

Figura 5 – Principais investimentos sugeridos por cooperados à Coomflona, visando melhorar a satisfação com suas vidas, Flona do Tapajós, Pará, Brasil



Alguns cooperados citaram a necessidade da implantação de uma serraria sob a responsabilidade da cooperativa, para agregação de valor à madeira manejada. Davis e Bialoskorski Neto (2010) comentam que as cooperativas devem agregar valor e benefícios sociais em todos os estágios da cadeia de fornecimento.

Uma parte dos cooperados indicou que a cooperativa deve pensar em outros projetos de atividades econômicas, que envolvem agricultura, meio ambiente, turismo e artesanato. Na visão deles, isto atrairia outros cooperados e incentiva a diversificação da produção das comunidades.

Além disso, eles acreditam que com melhorias na comunicação entre a diretoria e os cooperados, pode haver maior satisfação entre os cooperados. A possibilidade de a cooperativa poder melhorar as condições de tráfego das estradas, dadas as condições difíceis de vários trechos, e também dos ônibus que prestam serviço dentro da Flona, ajudaria na satisfação dos cooperados e de suas famílias.

As demandas dos cooperados baseiam-se na expectativa de terem melhor qualidade de vida. Amartya Sen (2010) afirma que aspectos como renda, capital e posse de recursos físicos ficam em plano secundário para alcançar uma vida plena de bem-estar. Para este autor, o que é prioridade é ter garantidas e valorizadas as capacidades e as habilidades que os indivíduos precisam para poder fazer suas escolhas que lhe levem a ter desenvolvimento.

Qualidade de Vida

Como expusemos, pesquisas de várias áreas do conhecimento trazem conceitos distintos e também diferentes maneiras de medir a qualidade de vida de alguém.

Para atender demandas características de populações do campo, das florestas e das águas, acreditamos na importância de consultar essas pessoas sobre suas necessidades, pois isso ajuda promover e avaliar as decisões sobre políticas públicas para proteção e apoio das pessoas e das florestas.

Em 2020, realizamos pesquisa de campo na comunidade Surucuá (Resex Tapajós-Arapiuns) e entrevistamos 13 mulheres que receberam o crédito de instalação “Fomento Mulher”, por meio do Incra, em janeiro de 2018 (MOTA, 2021). O objetivo era descrever as percepções de beneficiárias do Fomento Mulher sobre a sua qualidade de vida e o atendimento de suas necessidades.

Surucuá é uma comunidade localizada na margem esquerda do rio Tapajós, possui cerca de 115 famílias, e em torno de 430 pessoas de acordo com informações de 2018 do Agente Comunitário de Saúde. A distância da comunidade até Santarém é de aproximadamente seis horas de barco. Surucuá não possui rede de energia elétrica, telefones celulares só funcionam em alguns pontos e a única rede de internet disponível é a da escola.

Na comunidade há a Escola de Ensino Fundamental São Benedito, que oferece estudo até o 9º ano do ensino fundamental, o Ensino Médio funciona por módulos (Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME). A comunidade conta ainda com um microssistema de abastecimento de água, que é movido à energia solar e que abastece toda a comunidade e com uma agroindústria, para o beneficiamento de polpas de frutas. Esses dois últimos projetos (o microssistema e a agroindústria) foram levados à comunidade por meio da Associação *de* Moradores e Produtores Rurais de Surucuá- Rio Tapajós (AMPROSURT).

A economia de Surucuá é baseada na agricultura, pesca e caça para subsistência e extrativismo, mas as alternativas para geração de renda ainda não são suficientes para promover autonomia financeira das famílias. Um elevado percentual das famílias é beneficiário de programas sociais para pessoas em situação de extrema pobreza, de modo que, excluindo-se as bolsas pagas pelo governo pouco mais de 10% das famílias possuem renda fixa (CEAPS, 2015). Abaixo, na imagem, uma representação de uma Casa de Farinha, em Surucuá (Figura 6).

Figura 6 – Casa de farinha na comunidade Surucuá, Resex Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil



Foto: Anne Gabriella S. S. Mota (2020).

Na entrevista, buscamos encontrar as dimensões que compõem a qualidade de vida daquelas mulheres, a partir do que elas nos responderam. As respostas delas foram copiadas na íntegra e, depois, analisadas com um método chamado Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Esse método foi escolhido por que valoriza as opiniões das pessoas entrevistadas sobre o tema estudado.

As respostas das 13 mulheres para as perguntas: **“De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida?”** e **“A senhora gosta de morar mais aqui no Surucuá ou em Santarém, por quê?”** geraram várias Ideias Centrais (síntese do tema principal de cada depoimento), que por sua vez, geraram, cada uma, um discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Então, esses resultados foram analisados e comparados com dimensões da Qualidade de Vida, descritas por Costanza *et al.* (2007).

Qualidade de vida é uma relação entre ‘o atendimento de necessidades humanas’ e ‘a percepção de bem-estar que a pessoa tem sobre o atendimento dessas necessidades’ (COSTANZA *et al.*, 2007). Com isso, explicamos que as dimensões da Qualidade de Vida são os aspectos que compõem a vida de alguém, que podemos traduzir como necessidades que essa pessoa gostaria de ver atendidas em sua vida, por exemplo: alimento, abrigo, laços de afeto, segurança, liberdade, fé etc.

Por meio das respostas à primeira pergunta, nós registramos que as principais Ideias Centrais (IC) elencadas pelas entrevistadas para representar as dimensões da Qualidade de Vida são: *‘saúde’* (cinco) e *‘trabalho e renda’* (seis). Esses três aspectos tratam da subsistência, ou seja, do atendimento das necessidades mais básicas. Essas Ideias foram seguidas de *‘elementos Afetivos’* e *‘moradia Melhor’*.

Além dessas Ideias, também houve seis mulheres que não souberam responder à questão, construindo a Ideia Central “confusão e insegurança em responder”. Abaixo,

nós exemplificamos os Discursos do Sujeito Coletivo para as Ideias Centrais ‘Saúde’ e ‘Trabalho e Renda’.

A pergunta “**A senhora gosta de morar mais aqui no Surucua ou em Santa-rém, porquê?**” foi feita para as seis mulheres que não souberam responder à primeira pergunta. E por meio dessa questão, nós captamos Ideias Centrais que têm semelhança com outros aspectos da qualidade de vida. As principais Ideias Centrais encontradas aqui foram: ‘gosta de viver no Surucua’ e ‘sensação de liberdade no Surucua’, ‘sensação de segurança’, ‘conforto, tranquilidade e ar puro’ e ‘vida mais saudável no Surucua’.

Em resumo, quando comparamos as respostas das 13 beneficiárias do crédito Fomento Mulher em Surucua com os textos de Costanza *et al.* (2007) e Gullone e Cummins (1999), compreendemos que, na percepção delas, Qualidade de Vida é um conceito que abrange: principalmente subsistência (representado por saúde, trabalho e renda, conforto térmico/ambiental, tranquilidade e ar puro); seguido de Identidade, Lazer, Liberdade, Bem-Estar emocional, segurança, conhecimento e laços de afeto (Figura 7).

Figura 7 – Aspectos da Qualidade de Vida de acordo com mulheres da comunidade Surucua, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil



Fonte: Mota (2021).

Saúde, Trabalho e Renda foram apresentados por elas como aspectos negativos da sua Qualidade de Vida, ou seja, nestas áreas existem grandes carências, e, portanto, oportunidade para atuação das Políticas Públicas, que para Sen (2010) podem promover alternativas que as capacitem a atender essas necessidades. Nós sabemos, por meio do relatório da ONU Mulheres (2017), que, quanto mais igualdade entre homens e mulheres no acesso a direitos, menores são as taxas de pobreza, isso justifica por que promover pesquisa e intervenção em favor da equidade de gênero. Por fim, concordamos com Dorsa e Constantino (2018) que mostram que a busca de Qualidade de Vida é um caminho de equilíbrio entre evolução do mundo e a vida humana, priorizando a proteção e preservação da dignidade da pessoa humana das presentes e futuras gerações.

Considerações Finais

Neste capítulo procuramos abordar diferentes estudos sobre qualidade de vida realizados na Flona do Tapajós e na Resex Tapajós-Arapiuns. Como falamos antes, não se tem consenso sobre o conceito de qualidade de vida e por isso, não foi nossa intenção fazer uma profunda conceituação, mas sim mostrar o que aprendemos com as comunidades da Flona e da Resex.

O Índice de Desenvolvimento Econômico e Social de comunidades destas duas Unidades de Conservação variou de médio a baixo desenvolvimento econômico e social, mostrando que as comunidades precisam de apoio institucional no que tange infraestrutura, comunicação e estímulo à produção e assim contribuir com aspectos objetivos da qualidade de vida.

O estudo de satisfação com a vida na Flona do Tapajós aponta para ideias de como melhorar esta percepção que os cooperados à Coomflona fazem com relação às suas satisfações. Apesar de a maioria estar muito satisfeita, os cooperados mostram que parcerias, neste caso a partir da Coomflona, podem ajudar a aumentar suas satisfações.

Ao estudar crianças da Resex Tapajós-Arapiuns, compreendemos que o bem-estar subjetivo delas é favorecido quando elas podem brincar e se divertir, estando perto de sua família e amigos, vivendo o amor, alegria, em paz e em harmonia. Para isso, elas precisam de paz, carinho, respeito, harmonia, esperança, atenção e amor.

De modo semelhante, mulheres de uma comunidade da Resex revelaram que para se ter qualidade de vida é necessário valorizar a saúde, o trabalho e a renda, sem deixar de lado elementos afetivos e melhorias em suas moradias. Estas mulheres gostam de viver em sua comunidade, pois lá têm sensação de liberdade e segurança, com conforto, tranquilidade e ar puro, o que proporciona a elas uma vida mais saudável.

A qualidade de vida é um conceito que deve ser estudado a partir das experiências relatadas por uma pessoa ou povo. Desta forma, podemos entender a compreensão que se tem com sua vida e o que precisa para melhorar. Resultados como estes podem ser apresentados a tomadores de decisão e gestores, para que possam pensar junto com as comunidades, medidas de melhorias da qualidade de vida destas pessoas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. N. C. P. Dewey: jogo e filosofia da experiência democrática. *In*: KISHIMOTO, T. M. (org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CIntrengage Learning, 2010.

ALMEIDA, E. C. **Dinâmica de uso dos recursos florestais em diferentes modelos de ocupação territorial no Oeste Paraense**. 194f. 2019. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

BLOOM, D. E.; CRAIG, P. H.; MALANEY, P. N. **The quality of life in rural Asia**. Hong Kong: Oxford University Press/ Asian Development Bank, 2001. 310 p.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL – CEAPS. Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer. *In*: PENA, F.; HENRIQUES, G. (org.). CEAPS – PSA, Santarém, 2015.

COSTANZA, R. *et al.* Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. **Ecologic Economics**, v. 61, p. 267-276, 2007.

DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e Gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 5, n. 1, 2010.

DINIZ, F.; SEQUEIRA, T. Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento económico e social dos Concelhos de Portugal Continental. **Interações**, v. 9, n. 1, p. 19-28, 2008. doi:10.1590/S1518-70122008000100003

DIENER, E. Subjective Well-Being. **Psychological Bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.

DIENER, E.; GOHM, C.; SUH, E.; OISHI, S. Similarity of the relations between marital status and subjective well-being across cultures. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 31, n. 4, p. 419-436, 2000.

DÍAZ LLANES, G. El bienestar subjetivo: actualidad y perspectivas. **Revista Cubana de Medicina e Genética Integral**, v. 17, n. 6, p. 572-579, 2001.

DORSA, A. C. C.; CONSTATINO, M. A. **Convergências entre Indicadores de Desenvolvimento Local, Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Gini**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/07/desenvolvimiento-local-humano.html//hdl.handle.net/20.500.11763/cccss1807desenvolvimiento-local-humano>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ELVAS, S.; MINIZ, M. J. V. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 3, p. 451-464, 2010. doi:10.14417/ap.312

FERRANS, C. E.; POWERS, M. J. Quality of life index. **Advances in Nursing Science**, v. 8, n. 1, p. 15-24, 1985. doi:10.1097/00012272-198510000-00005

GALINHA, I.; RIBEIRO, J. L. P. História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 6, n. 2, p. 203-214, 2005.

GIACOMONI, C. H. **Bem-estar subjetivo infantil: conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GIACOMONI, C. H. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2004.

GIACOMONI, C. H.; SOUZA, L. K. de; HUTZ, C. S. A visão das crianças sobre a felicidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 1, p. 143-150, 2014.

GIACOMONI, C. H.; SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. Você é feliz? A autopercepção da felicidade em crianças. **Psicologia da Educação**, n. 43, p. 13-22, 2016.

GULLONE, E.; CUMMINS, R. A. The Comprehensive Quality of Life Scale: A Psychometric Evaluation with an Adolescent Sample. **Behaviour Change**, v. 16, n. 2, p. 127-139, 1999.

KHAN, A. S.; SILVA, A. T. B. Reforma Agrária Solidária, Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 33, n. 3, p. 593-614, 2002.

KLERING, L. R. IDH e qualidade de vida de países. *In*: NASCIMENTO, L. F. M. **Lia, mas não escrevia: contos, crônicas e poesias**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 411-413.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, p. 13-57, 2005

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000. doi:10.1590/S1413-81232000000100002

MOTA, A. G. S. S. **Qualidade de vida e empoderamento feminino em uma comunidade rural da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Brasil**. 138f. 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.

NASCIMENTO, S. C. O.; ARAÚJO, R. C. P. Avaliação da sustentabilidade do projeto de piscicultura curupati-peixe no açude Castanhão, Jaguaribara – Ce. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*, 46, **Anais[...]**. Rio Branco-Acre, p. 1-20, 20-23, jul. 2008.

NUNES, C. H. S.; HUTZ, C. S.; GIACOMONI, C. H. Associação entre bem estar subjetivo e personalidade no modelo dos cinco grandes fatores. **Avaliação Psicológica**, v. 8, n. 1, p. 99-108, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES – ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Pacto Global, Rede Brasil, 2017.

SALVADOR-CARULLA, L.; LUCAS, R.; AYUSO-MATEOS, J.L.; MIRET, M. Use of the terms “Wellbeing” and “Quality of Life” in health sciences: A conceptual framework. **The European Journal of Psychiatry**, v. 28, n. 1, p. 50-65, 2014.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 580-588, 2004. doi:10.1590/S0102311X2004000200027

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SOUZA, C. C.; DEBOLETO, G. A. G.; FAVERO, S.; REIS NETO, J. F.; FRAINER, D. M.; SILVA, F. A.; DIAS, R. O. Análise de sustentabilidade em assentamentos rurais nas dimensões econômica, social e ambiental. **Revista Espacios**, v. 38, n. 26, p. 16, 2017.

SOUZA, L. K.; DUARTE, M. G. Amizade e bem-estar subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 429-436, 2013.

SOUZA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, n. 1, p. 96-120, 2005.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, v. 41, p. 1403-1410, 1995.

VITTESSO, J.; ROYSAMB, E.; DIENER, E. The Concept of Life Satisfaction Across Cultures: Exploring Its Diverse Meaning and Relation to Economic Wealth. *In*: GULLONE, E.; CUMMINS, R. A. (ed.). **The Universality of Subjective Well-being Indicators: A Multi-disciplinary and Multi-national Perspective**. Berlin: Springer, 2002.

ZANON, C.; HUTZ, C. S. Escala de afetos positivos e negativos (PANAS). *In*: HUTZ, C. S. (org.). **Avaliação em Psicologia positiva**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 63-67.

CAPÍTULO XV

COSMOLOGIA, CONHECIMENTOS E OS SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES E ALDEIAS NA FLONA DO TAPAJÓS E RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

Florêncio Almeida Vaz-Filho
Auricélia dos Anjos
Sebastião Diego Cardoso dos Santos
Veraneize dos Anjos

Introdução

Os moradores das comunidades e aldeias indígenas localizadas na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, no Oeste do Pará, são herdeiros de uma rica tradição sociocultural, principalmente dos seus ancestrais indígenas. Não à toa a maioria das comunidades está localizada junto a igarapés e enseadas, e próximo a *terras pretas*. Sinais de uma convivência milenar nesses territórios, que vem de tempos pré-coloniais, evidenciada pela memória sobre guerras, *visagens* e seres encantados, entre outras referências históricas e culturais.

Após quase quatro séculos do estabelecimento das missões jesuíticas em Santarém (1661), Pinhel (1722), Vila Franca (1723) e Boim (1737), que marcou o início da colonização dos nativos, também fica evidente o impacto da influência cristã e europeia. A herança africana também se pode notar, mesclada com as crenças associadas à pajelança e nas folias nas festas de santo. Entretanto, as pesquisas mais recentes mostram que a cultura dessas comunidades e o seu modo de ser não é soma de partes, e sim um processo dinâmico de apropriação e recriação: preservação e invenção de tradições (IORIS, 2014; LIMA, 2015; VAZ FILHO, 2010), sempre a partir de saberes e conhecimentos tradicionais. Neste artigo vamos apresentar apenas as principais manifestações da cultura e dos saberes tradicionais de comunidades (índigenas e não indígenas), com destaque para as crenças da pajelança, medicina tradicional, reciprocidade dos puxiruns e da *putáua*, bem como as festas de santos e os torneios de futebol.

Os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona do Tapajós prezam muito pela tradição oral, através da qual demonstram conhecimento de seus territórios e da sua história. Relatos passados de geração a geração tecem continuidades com o futuro, que se esforçam para moldar. As lembranças propiciadas por esses relatos reforçam identidades (“nasci no Arapiuns”, “essas trincheiras de Pinhel são do tempo dos cabanos”, “meu bisavô era munduruku, puro índio” etc.) e demarcam lugares

tradicionalmente ocupados, deixados como legado por seus antepassados. Também falam de saberes e práticas, que passamos a apresentar.

Pajelança, encantados e medicina tradicional

As crenças dos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona do Tapajós expressam a relação quase umbilical com as águas e florestas, sua imensidão e seus mistérios. Para eles, esses lugares são habitados por *visagens* (espíritos dos mortos) e *bichos* ou *encantados* (espíritos da própria natureza). As florestas possuem uma dimensão sobrenatural, onde vivem seres como a Curupira, o Mapinguari e as *Mães* dos animais, o que é confirmado pelos pajés, curadores e benzedores (CARVALHO; VAZ FILHO, 2013; VAZ FILHO, 2016).

A Curupira é, seguramente, o encantado da floresta mais citado pelos moradores, principalmente os caçadores, que costumam entrar mais frequentemente na mata fechada. Defensor dos animais silvestres, que costuma viver entre as raízes das grandes árvores samaumeiras, ele é um dos seres míticos que resistem bem às mudanças ambientais e ideológicas que ocorrem entre essas comunidades indígenas e ribeirinhas (VAZ FILHO, 2020). Já, em se tratando de encantado habitante das águas, predominam os relatos sobre o Boto e suas peripécias. Todos os moradores demonstram certo temor e respeito pelos botos, principalmente as mulheres que tem medo de serem suas vítimas. Acredita-se que o Boto, quando toma a forma de homem e anda em terra, pode seduzir, engravidar e até levar as mulheres para o encanto, o que significa a morte.

A consciência de que rios e florestas são encantados gera uma mistura de temor e reverência com relação à natureza, e uma necessidade de *respeito*. Por isso, é preciso sempre “pedir licença” para entrar nas águas e nas matas, suas *casas*. Eles são tidos como se fossem outras pessoas, com as quais os humanos estão em intensa relação (WAWZYNIAK, 2008). Por exemplo, uma anciã da aldeia Solimões, rio Tapajós, costumava levar parentes que chegavam da cidade até à beira do igarapé, onde falava alto em direção às águas, como se falasse com a *mãe* do lugar: “Olha, vim te apresentar os meus netos, pra tu saber quem são e não *malinar* deles”.

Na Introdução da obra “Isso tudo é encantado” (VAZ FILHO; CARVALHO, 2013), Florêncio Almeida Vaz Filho resumiu bem esta visão de mundo dos indígenas e ribeirinhos da Resex. E a descrição se aplica também aos moradores da Resex Tapajós-Arapiuns e da Flona: Os moradores acreditam que existe

[...] uma realidade material e outra espiritual bem conectadas e ordenadas em quatro níveis ou dimensões: [1] no *fundo* das águas (rios, igarapés e lagos) estão os *encantados* ou o *encante* – é um mundo mágico que não podemos ver sempre, a não ser quando alguém de lá se apresenta a nós, ou quando alguém de nós é levado para lá pelos *pajés* ou em sonho; [2] mais acima estão os espíritos ou *bichos* da terra, que habitam no interior da floresta fechada, nas árvores grossas, nas *baixas*, pontas de pedras e caminhos – são como os *encantados*, mas não habitam *idades encantadas* como aqueles. Os *bichos* do mato moram em seus pontos isolados, nas suas *casas*. As *visagens*, que aparecem nos povoados e nos caminhos, estão neste nível; [3] no mesmo mundo

físico, mas numa dimensão diferente, estão os humanos e os demais animais selvagens e domesticados, plantas e minerais e; [4] Muito acima destes três níveis estão o céu e o inferno cristãos, lugar de Deus, dos santos e das pessoas boas e lugar dos demônios e das pessoas más, respectivamente (VAZ FILHO, 2013, p. 19).

Os espíritos tidos como protetores do meio ambiente são os do primeiro e segundo níveis. Essa crença constitui um elemento fundamental na vida religiosa dessas pessoas. Tanto que, em todas as comunidades vamos escutar que existem determinados locais respeitados por se tratar de *encante*, pois o mundo sobrenatural existe debaixo de rios, praias, igarapés e pontas de pedras.

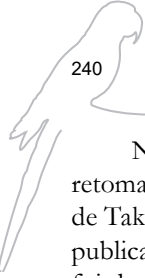
O encanto é como uma cidade, cheias de riqueza onde tudo brilha intensamente, onde vivem Botos, Cobras Grandes, Sereias e outros encantados, além das pessoas que foram encantadas. É também chamado de *fundo*, por estar em uma dimensão abaixo desta onde vivem os humanos. Como há encanto em todas as comunidades, podemos afirmar, como falou Dona Maria Santana, da aldeia Nova Vista, enquanto olhava a extensão do rio Arapiuns: “isso aqui tudo é encantado!” (VAZ FILHO, 2013, p. 19).

Na dimensão sobrenatural da floresta, existem as *mães* de bichos, que são as entidades protetoras de cada espécie animal. As árvores samaumeiras mais grossas também têm *mães* que moram dentro delas, que são as curupiras. Os lugares têm suas *mães*, por exemplo os igarapés e lagos. Essas *mães* estão sempre atentas para proteger os animais, os lugares e as árvores da ação dos humanos.

Ora, nesses mesmos lugares (terra e florestas), no terceiro nível, vivem também os humanos. As pessoas transitam constantemente nesses espaços partilhados com os demais seres. Então, espíritos e humanos têm que conviver nos mesmos lugares, sem se chocarem. E essa relação harmônica é possível, como mostram as histórias de caçadores presenteando a Curupira com tabaco e cachaça (CARVALHO; VAZ FILHO, 2013). A base dessa convivência pacífica entre humanos e a natureza será sempre, voltamos a enfatizar, o *respeito*.

Quando essas relações harmoniosas são rompidas e as pessoas sofrem as retaliações dos encantados, é hora de apelar aos pajés, curadores e benzedores. Alguns falecidos pajés tidos como muito poderosos são lembrados até hoje, como Merandolino, no rio Arapiuns, e Laurelino de Taquara, na Flona do Tapajós. Indígenas e moradores do rio Arapiuns acreditam que o Merandolino continua vivo, na Ponta do Toronó, na forma de uma cobra grande. Em muitas comunidades há benzedores e pajés.

Pajés são pessoas que receberam o *dom* da cura, e são chamadas para enfrentar várias enfermidades, o que fazem com a ajuda dos espíritos encantados, e tratamento à base de defumações, banhos, chás e dietas. Sobre os pajés, Florêncio Almeida Vaz Filho (2016, p.14) afirma:[...] não se pode falar das cosmologias dos povos que vivem nesta região sem falar da importância que os pajés ou curadores têm na manutenção da ordem espiritual e material. Como a pajelança constitui o sistema pelo qual os indígenas e ribeirinhos interpretam e agem no mundo, esses sacerdotes e sacerdotisas do povo se fazem necessários sempre que ocorrem desarranjos. É a hora de defumar, benzer, costurar, puxar os ossos para seu lugar etc.



No Baixo rio Tapajós, a pajelança passou a ser um fator determinante para a retomada da identidade indígena a partir dos anos 1990, com o já citado pajé Laurelino de Takuara que, mesmo antes da reorganização do Movimento Indígena, se afirmava publicamente como indígena munduruku. Devido ao seu enorme prestígio, tal atitude foi decisiva para sua aldeia e as demais assumiram a identidade indígena perante os órgãos governamentais e sociedade em geral (IORIS, 2019; VAZ FILHO, 2016).

O quarto nível deste universo (céu e inferno) parece não ter uma ligação mais imediata com a sua vida. Sabe-se que existe, mas isso não tem maiores consequências no cotidiano das pessoas. É preciso registrar que os grupos evangélicos dão uma ênfase muito grande ao céu e ao inferno, a Deus e ao Diabo, respectivamente. De modo que as suas práticas sociais são divididas entre aquelas que podem levar os fiéis ao céu, ou ao inferno. No entanto, a grande maioria dos moradores da Resex e da Flona se dizem católicos e são os que mais conservam essa visão da natureza como encantada e morada de espíritos, o que é rechaçado pelos evangélicos.

Os santos são os seres do quarto nível com os quais os moradores (com exceção dos evangélicos, lembrem-se) têm mais relações, mediadas por orações e promessas, principalmente nas ocasiões de perigo, doença e morte. Além do santo(a) padroeiro(a) da comunidade, as pessoas têm seus santos de devoção, e algumas famílias fazem festas para seus santos particulares, simbolizados em imagens que herdaram dos antepassados. Exemplos: São Benedito, em Pinhel; São Sebastião, em Jurará; e São Tomé, em Cametá, no rio Tapajós, município de Aveiro. Nessas festas é possível ver a relação familiar e afetuosa que as pessoas têm com o santo.

Assim, como “conversam” com os encantados e procuram respeitar as suas normas, os moradores também têm formas de se comunicar com os santos, através de orações, procissões, missas, ladainhas e festas de santo. Fazem promessas e, recebem a graça da parte do santo, pagam a promessa com donativos, além da própria ida até a festa para homenagear o santo: “Enquanto vida eu tiver, todo ano eu venho passar a festa desse santo”, dizem vários devotos.

Essa relação de reciprocidade entre devoto e o santo parece muito com a antiga tradição da *putáua*, do prazer de presentear e sentir que isso agrada aos que recebem as oferendas. E quem recebe os dons se sente na obrigação de retribuir. Parece a mesma lógica que está por trás da relação do caçador com a Curupira: pediu, recebeu, retribuiu. O santo insere-se também no ciclo das trocas de presentes.

A relação com os santos demonstra que eles estão bem próximos dos humanos, mais na terra do que no distante céu, podendo ser invocados em momentos de aflição. Por intermédio das suas imagens, é possível tocar, pedir a bênção e até beijar o divino, o que ocorre normalmente durante as ladainhas. Conduzidas por líderes católicos leigos, as ladainhas são invocações aos santos feitas de forma cantada. Há um tom meio choroso e arrastado, quase como um lamento, que faz com que homens e mulheres dirijam o olhar devoto à imagem do santo. Quando, ao som das folias, as pessoas beijam a imagem do santo ou as fitas presas a ela, pode-se observar a transcendência dessa relação, como se os santos baixassem ao nível dos humanos, ou os humanos se elevassem ao nível do divino (VAZ FILHO, 2010).

Um sistema de crenças sobre o relacionamento das pessoas com os mundos natural e sobrenatural envolve ainda as passagens de um lado para o outro. Acredita-se que algumas pessoas podem se *ingerar* (transformar) em animais. Os encantados, por sua vez, também podem se mostrar aos humanos, tomando a forma de gente e de animais. Isso ocorre normalmente quando desrespeitam seus domínios, e os seus ataques deixam as vítimas *doidas*, assombradas ou com outras enfermidades. Uma pessoa fica *assombrada* quando a sua *sombra* (uma espécie de segunda alma) é levada por um *bicho* ou encantado. Se a sombra não for resgatada por um curador, a vítima pode até morrer (WAWZYNIAK, 2008).

Benzedor, rezador, pajé e puxadores, esses especialistas são imprescindíveis nas comunidades, por terem o *dom* de curar os males do corpo e da alma (VAZ FILHO, 2016). Estão em todas as comunidades. Quem mais demanda benzedores são as crianças vítimas de quebranto ou mau olhado. Se a especialista for mulher, quase sempre terá também conhecimentos para *puxar* ou *endireitar* o bebê ainda na barriga da mãe. Há situações mais graves de acesso de loucura – ou até de suspeita de feitiçaria – quando os moradores precisam procurar um pajé mais poderoso fora da Resex e da Flona, como é o caso do curador Pedrinho, que vive atualmente na cidade de Curuá.

Ainda são muito lembradas as façanhas do Pajé Merandolino que, pelos nossos cálculos, viveu no rio Arapiuns até pelo menos a década de 40, famoso por andar pelo *fundo* (LIMA, 2015; VAZ FILHO, 2010). Sob a forma de um encantado, hoje ele estaria vivendo debaixo da Ponta do Toronó, rio Arapiuns. Até a sua morte em 1998, na aldeia Takaura (Flona), o curador Laurelino Floriano Cruz, que se dizia discípulo de Merandolino, era reconhecido como o maior pajé na região (IORIS, 2014). Os moradores recorriam a ele em busca da cura de encosto, assombro de bicho e suspeitas de feitiçaria. Assim como Merandolino, Laurelino era reconhecido como pajé *sacaca*, aquele com poder de viajar para o encanto.

Atualmente, só o curador Pedrinho de Curuá é reconhecido como verdadeiro *sacaca* pelos moradores do Baixo Tapajós, que muito o procuram. Mas há vários pajés nas comunidades, e citamos apenas como exemplos: Guilherme Floriano, em Takuara, e Gracinha Pedroso, em Itapaiuna (rio Tapajós, Flona); Oneide Cardoso, em Pinhel, rio Tapajós, Dona Suzete Kumaruara em Solimões (rio Tapajós, Resex) e Seu Valico em Nova Vista (rio Arapiuns, Resex).

O certo é que esses especialistas são fundamentais para restituir e manter a ordem espiritual nessas comunidades. Se houve falta de respeito, é preciso defumar, benzer e trazer a *sombra* de volta. Segundo a crença local, *sombra* é uma espécie de segunda alma que cada pessoa tem. Para curar o quebranto ou o mau olhado, só a intervenção de um benzedor. A pajelança, segundo Vaz Filho (2016), é o sistema segundo o qual os moradores interpretam e agem no mundo, e não somente em temas ligados às doenças, mas também a todas as outras situações da vida.

Casas, rios e roçados: reciprocidades, territórios e bem-viver

Alguns elementos são muito presentes na prática cultural dos moradores. Destacamos: a *putáua*, os *puxiruns*, os remédios tradicionais, os hábitos alimentares que envolvem os derivados da mandioca e uma linguagem muito própria. São tradições antigas, como os puxiruns, que mais pareciam festa do que trabalho.

Compartilhar, preocupar-se com os parentes e mais próximos, cooperar na realização de atividades voltadas para o coletivo são características dos moradores e fazem parte de uma herança cultural na região do baixo Tapajós. O Padre João Felipe Bettendorff (2010, p. 184) contou que, ao chegar na aldeia dos Tapajó em 1661, recebeu *putabas* de um grupo de senhoras, indicando que o costume de compartilhar alimentos já era comum entre os indígenas que viviam no rio Tapajós naqueles tempos. Ainda hoje, é interessante constatar que a palavra *putáua* e a sua tradição estejam bem vivas. Isso significa que a lógica ainda é a mesma: a solidariedade na partilha dos alimentos na comunidade (VAZ FILHO, 2010).

Putáua é uma palavra de origem Tupi, que depois foi incorporada pelo Nheengatu, língua falada até o início do século XX no baixo Tapajós. Significa, literalmente, aquilo que se dá, gratuitamente. Um presente, mas que carrega consigo a obrigação moral da retribuição. Todos sabem que a retribuição deve vir. Há uma rede de trocas que estabelece o quê, com quem e quando trocar. Assim, evita-se o acúmulo em algumas casas e a escassez em outras. A rede envolve os parentes, compadres, vizinhos e amigos, dentro da comunidade. Pessoas mais necessitadas ou enfermas também recebem a sua *putáua*.

A troca de dias de trabalho nas roças (o *puxirum*) também se insere na mesma rede. A família que compartilha o seu trabalho na roça dos outros vai receber, depois, o presente de volta quando for o dia do seu *puxirum*. Há entre essas pessoas um grande vínculo de amizade, reciprocidade e respeito. A rede não fica somente entre moradores do mesmo lugar, mas se estende também entre comunidades, como no caso da troca de visitas entre os clubes de futebol, que vamos abordar mais à frente.

O *puxirum* tem passado por reelaborações. Até recentemente a palavra significava a reunião de um grupo de pessoas de diferentes famílias para realizar trabalhos na roça de alguém. Animadas pelo reencontro, as pessoas cantavam e dançavam, antes e depois do trabalho, e havia muitas conversas, risadas e alegria. Hoje, esse tipo de *puxirum* já não é mais tão comum nas comunidades. Diminuiu o número de famílias que cultivam roças mais intensamente, e o velho sistema envolve só os parentes e amigos mais próximos. A partilha da vida coletiva continua, mas em uma escala menor. E também na construção de casas de famílias, limpeza de caminhos e ruas na área urbana das comunidades ou aldeias, conserto de pontes etc.

Ainda que, vistas do meio do rio, as casas dos moradores pareçam um pouco isoladas, a dinâmica que se desenvolve debaixo da floresta e na beira dos rios é de intenso compartilhamento de comida, trabalho, informações, afetos e cuidados. Existem caminhos que conectam todas as comunidades entre si, pela mata e pelos rios. Entre as comunidades da Flona, interligadas por estradas mais largas, passam carros e ônibus também.

Em todas as oportunidades de visitas às casas e às roças, as pessoas aproveitam para levar mudas de maniva ou de outras espécies florestais alimentícias ou medicinais. O dono da roça presenteia com prazer, e mais tarde ele também vai trazer outras mudas de plantas de uma próxima roça do puxirum. É importante ressaltar que a troca de plantas medicinais, geralmente feita entre as mulheres, exímias conhecedoras de suas propriedades curativas, é o que faz com que em praticamente todos os quintais das casas de famílias exista uma espécie de farmácia natural viva.

Na hora das necessidades, o morador não precisa pagar pelas plantas e remédios caseiros, que lhe chegam de todos os lados. Ou melhor, ele vai retribuir mais tarde, como puder. Porque ajudar quem precisa é um valor muito respeitado nessas comunidades. A partilha desses conhecimentos medicinais, herança dos ancestrais, justamente nas horas mais difíceis, fortalece os vínculos afetivos e de solidariedade grupal.

Outro elemento a destacar é o uso da linguagem como um canal de expressão da vivência e das experiências dos moradores. Por meio dela se afirmam e constroem as identidades das quais as pessoas sentem muito orgulho, como o fato de serem de uma determinada comunidade e de um rio. Não é à toa que, numa festa de torneio de futebol, enquanto bebe na sua mesa, um grupo de jogadores manda um recado para o vocalista da banda, que logo anuncia ao microfone em alto e bom som: “Um abraço pros meus amigos do Mentai, de São Pedro, Arapiranga e Paranapixuna”. O contentamento de escutar publicamente o nome da sua comunidade é uma afirmação de identidade. É interessante que grande parte dos nomes das comunidades é de origem indígena.

Essas identidades locais, com seus sotaques e gírias, se agrupam em identidades maiores. É como se “o pessoal do Tapajós” tivesse uma maneira de ser e se expressar própria, assim como “o pessoal do Arapiuns”. Claro que todos falam português, mas o jeito de falar português em um rio tem suas especificidades em relação ao outro.

No Dicionário Papa Xibé, Vaz Filho (2018) afirma que o modo de falar na região do Baixo Tapajós tem uma particularidade, que inclui expressões, entonação e sotaque bem típicos. Isso significa que a nossa forma de falar é também parte do nosso próprio modo de ser, e por isso causa certo orgulho nos moradores. Uma curiosidade: a tradução da palavra nheengatu para o português é “fala boa”. Nheengatu é a antiga língua esquecida e que atualmente está sendo ensinada nas escolas nas aldeias. Os indígenas se orgulhavam da sua língua. Os seus descendentes que se identificam como indígenas nas atuais comunidades, também.

Esse nosso jeito de falar foi sendo construído ao longo dos séculos de colonização na região e, apesar da imposição do português, foram conservados muitos vocábulos indígenas que designam lugares (Suruacá, Cametá, Anunã, Anã etc.), frutas (piquiá, uxi, pirauxí, miri etc.), utensílios domésticos (cuia péua, panaku, jamanxim, tipiti etc.), plantas (mucuracaá, curuá, mangarataia, tajá etc.). Muitos termos indígenas seguem vivos na fala cotidiana dos moradores, confirmando a particularidade de sua linguagem.

Após quase 400 anos do estabelecimento dos colonizadores, os moradores das comunidades, descendentes dos antigos indígenas, ainda conservam essas palavras usadas por seus tataravôs. Isso demonstra que essa memória é importante para a sua tradição. O mesmo podemos dizer dos apelidos muito comuns entre os moradores.

Apesar dos nomes de registro oficial, persiste o costume meio rebelde de nomear as pessoas com termos que remetem à natureza, como: Pindoba, Cutia, Paca, Traira, Gozó, Cujubinha, Ticuã e Japiim, entre outros.

Desde 2007, as escolas indígenas têm feito um esforço no ensino da língua nheengatu. A luta contra o esquecimento, arduamente travada pelos nossos antepassados, agora é nossa. É necessário despertar nos jovens e crianças o interesse pelo aprendizado dos nomes e histórias antigas. Nas comunidades há uma população expressiva de idosos, guardiães da memória local, aqueles que contam as histórias dos tempos antigos, dos “índios”, dos “cabanos” e dos “primeiros moradores”. Contam histórias sobre Jurupari, Curupira, Patauí, Anhangá etc. Alguns desses idosos são benzedores e puxadores, e nas suas orações repassam conhecimentos fundamentais para a continuidade da sua cultura.

Para captar esses saberes dos mais velhos é necessária a escuta atenta e respeitosa ao modo como o outro se expressa, para que este não se sinta diminuído frente aos que falam com sotaque típico das cidades, ou que acham que sabem falar “mais bonito” (ANJOS, 2008). Esse é um desafio enorme, diante da crescente presença da televisão e da internet nas comunidades, trazendo novas expressões para o linguajar dos moradores.

Depositários dessa sabedoria do encantamento da vida na floresta, os idosos se recusam a mudar para as cidades. Dizem que é ali onde querem morrer e ser enterado. Além dos idosos, há jovens que retornam para as comunidades, após passarem muitos anos trabalhando em Manaus, por exemplo. Essas pessoas emigraram muitas vezes motivadas pelo discurso de buscar uma “vida melhor”. Voltam dizendo que, a experiência de morar em distantes bairros periféricos, acordar de madrugada para pegar os ônibus lotados, e voltar tarde da noite, cansados, para barracos apertados e quentes não é o bem viver que eles queriam. Descobriram que o que buscavam estava nas suas comunidades, junto às suas raízes e sua gente.

Festas de Santo

Um aspecto bem visível da cultura das comunidades da Flona do Tapajós e da Resex Tapajós-Arapiuns é o gosto pelas festas. Os moradores demonstram muito prazer em estar reunidos em eventos com música, danças, bebidas e futebol. Até os anos 1970, as festas de santo eram os maiores acontecimentos festivos na região. Além das celebrações, procissões e ladainhas, havia a festa dançante. Mas aos poucos, a Igreja Católica foi esvaziando as festas de santo do seu aspecto lúdico e dançante, proibindo as viagens de *esmolação* feitas pelos foliões, a festa dançante e o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente. No dia tradicionalmente dedicado ao santo, restou apenas a “festa religiosa” com ritos católicos. Uma “festa social” do padroeiro, com música e dança, é realizada muito dias depois, mas já sem a animação típica de quando a festa era uma só.

Ainda assim, os moradores resistem e usam a criatividade para garantir sua festa. Algumas comunidades continuam fazendo a festa dançante no dia do santo. Em São Pedro do rio Arapiuns, no dia do padroeiro São Sebastião, só fazem a festa religiosa. Mas no dia de São Pedro, que não é o padroeiro local, promovem uma das maiores

festas de santo da região, onde há inclusive festa dançante. Esse exemplo serve para ilustrar o que ocorre em outras comunidades. São doze dias de festejo, que iniciam com a *levantação* do mastro no dia 19 de junho. Continua nos outros dias, com *alvoradas* e ladainhas em latim, acompanhadas pelos foliões.

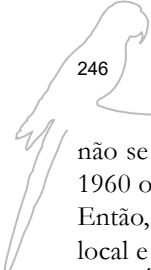
No dia 29 de junho, dia de São Pedro, o padre celebra a missa e outros sacramentos. No final da tarde, há o tradicional *castelo*, que é uma apresentação de luzes coloridas sobre o espelho d'água do rio Arapiuns. Velas são colocadas em recipientes que são soltos na beira do rio de forma harmônica, para que sigam a correnteza. Sob o escurecer da noite, resulta em um espetáculo muito bonito. Ainda há bingos, danças juninas/regionais e uma tradicional festa dançante. No dia 30, há o encerramento da festa, com a apresentação da *dança dos pretos*, quando pessoas pintadas de preto representam de forma caricata uma família de negros. No mesmo fim de junho é realizada evento semelhante em Pinhel, rio Tapajós: a festa do Gambá, dedicada a São Benedito.

Aproveitamos para lembrar que a própria história da escolha do padroeiro faz parte da sua mística e fama. Faz muitas décadas, na mesma comunidade São Pedro, a população estava passando por uma *peste* (epidemia), e os moradores fizeram a promessa a São Sebastião, que se o povo fosse curado daquela doença, o santo passaria a ser o padroeiro da comunidade, e assim se fez. Já em Takuara, na Flona, Nossa Senhora Aparecida foi escolhida padroeira pelo patriarca do lugar, o conhecido pajé Laurelino Floriano.

Quando a comunidade faz apenas a festa religiosa, as pessoas fazem a sua festa no ambiente mais doméstico. Até porque nessas datas, alguns ex-moradores que já vivem na cidade visitam a comunidade para *passar a festa* com os parentes e conhecidos. Então, com a casa cheia e animada, a festa acaba acontecendo. A expressão *passar a festa* significa também uma forma de agradecer ao *santo*, prestigiando-o na sua celebração (VAZ FILHO, 2010). As pessoas chegam de diferentes locais, em barcos e bajaranas, as populares canoas motorizadas. De alguma forma, as festas de santo continuam sendo ocasiões importantes de celebração piedosa e de brincadeiras dançantes.

Existem também as festas de santo de devoção familiar, que não estão submetidas ao controle eclesástico, como é o caso das festas de São Benedito em Pinhel, São Sebastião no Juraré e São Tomé em Cameté. Tais festas conservam a antiga tradição das festas de ramada, com mastro, folias, *esmolação*, ladainhas e bebidas e música dançante. As famílias promovem ladainhas em suas casas, que se enchem de devotos, a quem ofertam um pequeno lanche. Aqui se nota de novo a tradição da *putáua*, do prazer de presentear. No ritual da *esmolação*, os devotos doam mantimentos, velas ou fogos de artifício como *pagamento de promessas*, ou dons, já em vista de graças futuras. Soltar fogos de artifício é também comum como forma de pagamento de promessa (VAZ FILHO, 2010).

É compreensível o apego dos moradores às festas de santo, com muita música, dança e bebida, pois isso é uma herança que vem desde as missões jesuíticas implantadas no baixo tapajós nos séculos XVII e XVIII. Das cinco missões daquele período, três estavam no que hoje é a área da Resex: Pinhel, Vila Franca e Boim. Foi naquelas missões, e no período imediatamente posterior, que os indígenas elaboraram essa ideia de que os santos gostam de festas com muita cantoria, bebida e dança. Foi uma estratégia de resistência frente à imposição do padrão religioso dos missionários. Isso



não se fez sem tensões e confrontações. Os moradores se lembram que até os anos 1960 os missionários proibiam as festas de santos vistas por estes como “profanas”. Então, preservar essa tradição é de algum modo manter a sua referência de identidade local e cultural.

É bom insistir mais uma vez que os moradores evangélicos não têm esse apego aos santos e muito menos às festas a eles dedicadas. O culto a Nossa Senhora e aos santos cristãos não faz parte das suas práticas devocionais. Portanto, o que estamos falando aqui vale apenas para os católicos, que são a maioria dos moradores.

Os *festivais* são uma modalidade de festas que tem se popularizado muito nas últimas décadas nessas comunidades. Além das quermesses juninas, organizadas pelas escolas ou grupos de carimbó e quadrilhas, há uma variedade de festivais. Os mais comuns são os festivais ligados à alimentação. Citamos como exemplo, o Festival do Açaí em Piquiatuba e o Festival do Tucunaré em Pini, ambos na Flona. A comunidade de Cameté, na Resex Tapajós-Arapiuns, realizou durante anos o Festival da Caratinga, um pequeno peixe muito saboroso e comum no rio Tapajós.

Torneios de futebol

A prática do futebol é muito comum nessas comunidades e aldeias. Tanto que todas têm o seu campo de futebol. Ha lugares com apenas um clube de futebol, mas as comunidades com mais habitantes, tem mais clubes e mais campos. Os treinos acontecem principalmente nos finais de semana. Os torneios de futebol se tornaram as maiores festas de diversão na região, maiores até do que as festas de santo, pelos altos valores envolvidos e pelo número de participantes. São verdadeiros espetáculos.

Os torneios vêm passando por modificações, principalmente com relação à intensidade e quantidade de participantes, que se aceleraram a partir dos anos 1990. As *promoções*, os torneios menores envolvendo os clubes locais e das comunidades vizinhas, também se popularizaram. Hoje, é comum que aconteçam promoções em quase todos os finais de semana, por iniciativa dos clubes de futebol, de grupos de jovens, da Igreja, da Delegacia Sindical do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais (STTR), entre outros. São formas de os grupos angariarem recursos financeiros para suas atividades. Esses minitorneios acabam servindo como treino para os atletas enfrentarem em melhores condições as disputas mais acirradas nos torneios maiores.

Como essas festas são a principal atividade de lazer e encontros, as pessoas não medem esforços para participar. Muitos trabalham a semana toda para conseguir dinheiro para gastar na festa. Há uma enorme ansiedade pelo encontro com pessoas de outros lugares, a possibilidade de achar namorados(as) ou reencontrar amigos. Para quem é das comunidades e mora na cidade, a festa já inicia na sexta à noite, na saída dos barcos, que levam as bandas de música. Outros barcos e baxaras saem das comunidades vizinhas. Encontro e diversão, isso os torneios têm muito.

O mais completo estudo sobre esses torneios na região é a tese de doutorado de Thaís H. Medeiros (2019), “Rios de dádivas e dívidas: trocas, jogo de futebol e festa entre comunidades e aldeias dos rios Arapiuns e Tapajós – Pará”. Ela confirma

nossas próprias vivências e pesquisas nas comunidades, além de evidenciar o que realmente está no centro desses grandes eventos, para além das disputas entre os clubes de futebol. Os torneios, onde os moradores se divertem, são como uma “metáfora” da sua vida. Ainda que haja intensa circulação de mercadorias e dinheiro, e que seja necessário pagar para entrar na sede da festa, o que reina entre os participantes é a velha reciprocidade.

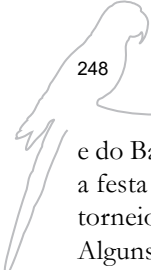
Todo o processo se baseia em acordo mútuo, que envolve os atos de dar, receber e retribuir (MEDEIROS, 2019). Os grandes torneios são o palco onde essa *putáua* coletiva é realizada. Os objetos da transação são jogos de futebol, pacotes de cerveja e entradas na festa, mas os resultados são relações de amizade e ostentação. Os festeiros(as), sob o título de seus clubes, fazem trocas na base do crédito-dívida e, assim, garantem a continuidade do fluxo dos torneios-festa, pois estão o tempo todo pagando antigas dívidas e juntando novos devedores, reforçando seus laços culturais, identitários e de solidariedade social. Todos dependem de todos. Assim, entendemos por que os anfitriões começam a organizar um torneio seis meses antes, e os convidados saem das comunidades fazendo muitos gastos. Não é só “pra ganhar jogo”. Vejamos melhor.

Aparentemente, o que faz os clubes se movimentarem é a necessidade de *pagar e ganhar visitas*, pois, para realizar o torneio, um clube deve já ter ganhado visitas e ter a garantia da vinda de clubes convidados. Mais tarde, esses clubes receberão a visita de retribuição nos seus torneios. E assim sucessivamente. O pagamento das dívidas é negociado entre todos os clubes, em relações mútuas de confiança e honra. Os clubes representam o bom nome da sua comunidade, e por isso não podem jamais deixar de cumprir com sua “palavra”, documentada em simples cadernos de anotação. Deixar de devolver uma visita e contribuir no torneio do vizinho seria tornar-se desprestigiados na rede de relações dos torneios. E ter credibilidade é tudo.

No sábado de manhã, as equipes chegam e fazem as inscrições para a disputa. Começa a apresentação da música com um tecladista, e também inicia o torneio de campo, com 11 jogadores de cada lado, o que está cada vez mais raro. O torneio só de penalidades, ou de chutes de bola em direção à trave, é uma inovação recente que está se alastrando. Porém, existem clubes que mantêm a tradição e realizam apenas torneios de jogo de campo, ainda que com o tempo de jogo reduzido, devido ao grande número de times inscritos, sem torneio de penalidades. O bar também abre cedo. Após o almoço começa o torneio de duplas, de pênaltis. As duplas comemoram os seus gols, junto com sua equipe e torcida, que são seus colegas de comunidade. Se ganham o torneio, chegam a chorar de emoção, o que demonstra que há muito mais elementos em disputa do que simplesmente o número de gols.

Até o final do século XX, a banda se apresentava somente à noite. Hoje, com várias bandas no mesmo torneio, a música inicia durante o dia e entra pela noite. Mas a banda principal, mais cara e com corpo de bailarinos, faz seu show só à noite na sede da festa. Há casos de o torneio apresentar uma celebridade, como fez o Cruzeiro de Anã, que trouxe o ídolo paraense Wanderley Andrade, ou o Tuna Luso de São Miguel que trouxe a banda *Amazon Beach*, “direto de Manaus”.

Cada clube se junta ao redor de uma *banca* (mesa), o seu território demarcado na terra alheia. Por exemplo, a banca do América de Boim (Resex), do Santos de Maguari



e do Barcelona do Jaguarari (Flona), entre outras. É seu ponto de referência para curtir a festa e, principalmente, beber muita cerveja, pois a disputa não é apenas ganhar no torneio de futebol. Também há prêmios para quem comprar mais caixas de cervejas. Alguns participantes mais exagerados bebem até derramar cerveja. Importa comprar e ostentar. A grande quantidade de latinhas exposta em cima das mesas diz muito sobre a distinção dos seus ocupantes.

O consumo de cervejas produz e reafirma posições de pessoas e comunidades umas diante das outras. O ato de beber exageradamente em público é sinal de prestígio. Bebe muito quem pode, porque beber é para os fortes. Faz muito sentido a afirmação escutada por Thais Medeiros (p. 82): “bar é o coração da festa”. Enquanto, nas festas de santo, os moradores enfrentam a oposição histórica dos padres contra as bebidas alcóolicas, nos torneios ocorre o contrário. Nos campeonatos de profissionais, atletas embriagados não podem jogar. Nos torneios comuns, espera-se que bebam muito. Isso porque o papel das bebidas aí é mais de presentes (dádivas) do que mercadorias. Tanto que é comum a cerveja ser partilhada com os amigos. É a resistência anticapitalista, priorizando a festa e o desfrute coletivo.

Quem leva mais *damas* também ganha prêmio, porém, as mulheres não querem ser somente damas, ou ficar na cozinha e reparando os filhos, enquanto seus maridos jogam. Elas falam que “tem que ser igual” em relação às oportunidades que os homens têm. Mas o mundo do futebol nas comunidades ainda é bastante machista, apesar das mudanças observadas desde a virada do século, com mais presença feminina. Thais Medeiros (2019), nas suas andanças por inúmeros torneios, encontrou apenas uma mulher chefiando um clube de futebol, e não era da Resex, nem da Flona. Dona Elivana Guimarães Batista, 36 anos, conhecida como Preta, comandava o Santos, de Inanu, no Lago Grande do Curuai. Poucos clubes realizam disputas de futebol feminino. Por isso, as mulheres têm formado seus clubes, para também ganhar visitas e realizar os próprios torneios. Essa dinâmica provoca o surgimento de eventos que incluem a modalidade feminina, como a Copa Floresta Ativa e o 3º Copão do Baixo Arapiuns, e até outros exclusivos para elas, como o Campeonato Feminino de Revolta a Jamaraquá, em 2016 e 2017, na Flona.

Nos últimos anos, os torneios não acontecem apenas *nas* comunidades. Há clubes que fazem seus eventos em Santarém, como forma de juntar mais gente do interior, uma vez que muitos moradores nativos passaram a viver na cidade. Com isso, esperam ter também maior lucro financeiro. Ganham também no alcance da rede de trocas de visita, mostrando distinção diante das outras comunidades.

As redes que intercambiam visitas, futebol, festa e cerveja são a face atual de conexões que estes grupos e povoados já tinham entre si, e que foram se renovando, aproveitando as possibilidades que surgiram na história. Teve um tempo que as festas de santo eram os eventos das maiores trocas. Se hoje, o organizador maior da festa, a receber os presentes, é o *dono do time*, anos atrás era o *dono do santo*. Recuando ainda mais no tempo, vamos ter as festas indígenas com suas cauinagens (do Tupi *cauín* = bebida fermentada). Antes, tarubá e caxiri; hoje, cerveja. Tal como as festas de santo, os torneios hoje tornam-se possíveis devido o financiamento mútuo do evento (MEDEIROS, 2019). As pessoas acabam, juntas e sem perceber, financiando a festa.

Por isso, o jogo é uma metáfora da vida real das comunidades (MEDEIROS, 2019). *Sair* é ir ao encontro dos outros e reforçar laços de amizade, longe da falsa ideia de isolamento que marcaria as comunidades no interior da região. *Sair* é mostrar superioridade e ostentar o *status* da sua comunidade. Ao pagar (inscrição para torneio, ingressos para festa, cerveja, alimentação etc.), os jogadores estão dando um presente, como seus antepassados davam para o santo durante a *esmolação*. Quem gasta mais ganha mais *status* e respeito. É forma de impressionar, ser admirado na posse de bens e pela capacidade de presenteá-los. “Distribuir latinhas para os amigos é uma dádiva que lembra a fartura, dispêndio e ganância” (MEDEIROS, 2019, p. 71). O que está sobre as bancas é “reputação e honra” (MEDEIROS, 2019, p. 72). Oferecer um torneio grandioso é trabalhoso e caro, mas também recompensa com a distinção. É só para quem “tem coragem” (MEDEIROS, 2019, p. 81). Por isso, um dono de time falou que, quando morrer quer ser lembrado como aquele que promoveu o maior torneio da região.

Considerações finais

Os conhecimentos e saberes dos moradores da Resex e da Flona são marcados pela tradição da oralidade, que demonstram a sua visão de mundo, dos seus territórios e da sua história. Eles expressam sua relação quase umbilical com as águas e florestas, expressa na ideia de que tudo na natureza é encantado, e os seres que aí vivem são outros não humanos, com quem precisam viver com respeito. A existência dos pajés é fundamental para a manutenção dessa ordem cósmica.

As relações sociais, em que pese a presença do mercado, são marcadas pela reciprocidade, expressas no puxirum-festa, nas trocas de plantas e nas várias formas de putáua. As famílias, através de redes de autoajuda, cuidam umas das outras de forma a manter um estilo muito próprio de bem-viver. Uma linguagem própria retransmite as tradições antigas, através, por exemplo, de benzições, relatos de encantamentos e nomes indígenas.

Apesar dos séculos de colonização e inúmeras transformações, há uma lógica tradicional que se mantém, e pode ser observada na crença nos encantados e na putáua. Os pesquisadores reconhecem essa continuidade. As festas dos torneios foram influenciadas pelas festas de santo que, por sua vez, herdaram o espírito das antigas festas indígenas. As viagens de trocas de visitas reforçam relações de responsabilidade e cuidado de uns com os outros. O “dono do time” é aquele que tem capacidade de liderar e motivar, agregando sempre os esforços individuais rumo à vitória. Nessas disputas rituais ninguém ganha sozinho. Por isso todos aprendem a respeitar hierarquias e uma ética do coletivo. Trabalho e lazer não são contraditórios, como já se sabia desde os antigos puxiruns. E assim, as festas se tornam momentos de lazer e companheirismo, onde são construídas relações de amizade, namoro e casamento, fortalecendo laços culturais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Veraneize Sousa dos. **Identidade linguística indígena**: estudo de caso na Comunidade São Pedro (Município de Santarém-Pará). 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará – UFPA, Santarém, 2008.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. v. 115. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CARVALHO, Luciana G. de; VAZ FILHO, Florêncio Almeida (org.). Isso tudo é encantado. Santarém: UFOPA, 2013. *In*: IORIS, Edviges Marta. Chamado do Pajé: regimes de memória, apagamentos e protagonismo indígena no baixo Tapajós. Dossiê Afirmção indígena no Baixo Tapajós: Território, Memória e Políticas. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 3, n. 5, p. 39-60, jan./jun. 2019.

CARVALHO, Luciana G. de; VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

MAHALEM DE LIMA, Leandro. Pajelança nas adjacências do Rio Amazonas: dimensões sociopolíticas e cosmológicas. Dossiê Afirmção indígena no Baixo Tapajós: Território, Memória e Políticas. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 3, n. 5, p. 61-91, jan./jun. 2019.

MAHALEM DE LIMA, Leandro. **No Arapiuns, entre verdadeiros e ranas**: sobre as lógicas, as organizações e os movimentos dos espaços do político. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEDEIROS, Thaís H. **Rios de dádivas e dívidas**: trocas, jogo de futebol e festa entre comunidades e aldeias dos rios Arapiuns e Tapajós – Pará. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Os curupiras não foram embora: os bichos e encantados da pajelança na resistência indígena no baixo rio Tapajós. *In*: Reunião Equatorial de Antropologia (REA), 6, 2019, Salvador (BA). **Anais eletrônicos** – v. II, Salvador: UFBA, 2020, p. 281-299. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32215/3/6%C2%AA%20REA%20v.%202020.pdf> Acesso em: 7 jul. 2021.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Dicionário Papa Xibé. Santarém, PA. Mimeo, 2018.
In: VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo da Amazônia.** Santarém: UFOPA, 2016.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Introdução. *In*: CARVALHO, Luciana Gonçalves de; VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Isso tudo é encantado.** Santarém: Ufopa, 2013.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígena no baixo rio Tapajós, Amazônia.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

WAWZINIAK, João V. **Assombro de olhada de bicho: uma etnografia das concepções e ações em saúde entre os ribeirinhos do baixo rio Tapajós.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFSCar, São Carlos, 2008.

CAPÍTULO XVI

AMEAÇAS À QUALIDADE DE VIDA NO TERRITÓRIO DO RIO QUE NOS UNE

Márcio Júnior Benassuly Barros
Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade
Jackson Régo Matos

Introdução

A região formada pela bacia do rio Tapajós compreende uma área de cerca de 492.000 quilômetros quadrados, abrangendo os estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia. Os principais afluentes do rio Tapajós são os rios Jamanxim, Crepori, Teles Pires e Juruena. A região abriga grandes áreas de floresta, com elevada importância ecológica e se encontra em bom estado de conservação, mas vem recebendo fortes pressões da fronteira agrícola, principalmente ao longo das rodovias Cuiabá – Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230) (WWF BRASIL, 2016).

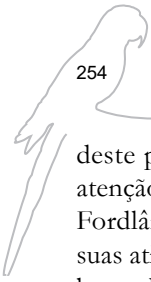
Em território paraense, a bacia do Tapajós apresenta um conjunto de áreas protegidas como unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas, que são fundamentais para manter a floresta conservada na região. As primeiras unidades de conservação criadas na região, em 1974, foram a Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Nacional da Amazônia.

A ocupação portuguesa da bacia do rio Tapajós é antiga, datando do século XVII, com os colonizadores portugueses que iniciaram suas instalações a partir da foz do rio, no atual município de Santarém, onde em 1626 o capitão Pedro Teixeira esteve no local com o objetivo de aprisionar índios para serem usados como escravos por colonos portugueses ao redor de Belém. Em 1661 ocorreu a fundação da Missão Tapajó, onde hoje se encontra a cidade de Santarém, pelo padre jesuíta Felipe Bettendorf (FONSECA, 1996).

Ao longo do rio Tapajós, desde a sua foz, que ocorre em frente a cidade de Santarém, em direção a jusante, foram sendo fundadas várias missões religiosas como Boim, Pinhel, Vila Franca e Alter do Chão.

No final do século XIX o vale do rio Tapajós transformou-se em um importante território produtor de borracha, com a existência de centenas de seringais espalhados por este rio e seus afluentes. A borracha foi o primeiro grande ciclo econômico que o vale do Tapajós vivenciou, com destaque para a produção de borracha do município de Itaituba, onde o seringalista Raimundo Pereira Brasil foi, por muito tempo, considerado o maior seringalista do rio Tapajós.

No início do século XX, mais precisamente em 1928, o empresário Henry Ford, conseguiu do governador do Pará, Dioniso Bentes, uma área de um milhão de hectares no município de Itaituba, onde foi implantado o projeto Fordlândia. Com a instalação



deste projeto, o vale do rio Tapajós começou a figurar como local estratégico de atenção do capital internacional advindo dos Estados Unidos da América. O projeto Fordlândia durou pouco tempo, foi transferido em 1934 para Belterra e encerrou suas atividades em 1945. Neste tempo, o rio Tapajós ficou conhecido como o “rio da borracha”, porque concentrava grandes seringais.

Com a crise da borracha a região entra em decadência, passando a exploração de outros produtos do extrativismo vegetal, como a castanha do Pará, caça e pesca. Na década de 1950, com a descoberta de ouro por Nilçon Pinheiro em Itaituba em 1958, tem início no médio Tapajós a fase do garimpo do ouro, tornando Itaituba conhecida como a “cidade pepita” e o rio Tapajós como o “rio do ouro”.

Porém, as maiores transformações socioterritoriais na região ocorreram na década de 1970, com a construção das rodovias Transamazônica (BR – 230) e Cuiabá – Santarém (BR – 163), e a política de colonização dirigida, com a implementação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) executados ao longo das margens destas duas rodovias, com maior concentração no trecho paraense da Transamazônica, nos PICs de Altamira, Marabá e Itaituba (BARROS, 2019). Na década de 1970 houve também o projeto desenvolvimento da indústria madeireira, do qual a Flona do Tapajós é produto.

Na década de 1990 a bacia do rio Tapajós é objeto do planejamento de vários empreendimentos para a região, elencados nos Planos Plurianuais (PPA) do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), denominados “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, que promoveu o planejamento da construção da hidrovía Tapajós – Teles Pires, iniciou o asfaltamento das rodovias BR-163 e BR-230, e a modernização de portos como Santarém. Todos estes projetos iniciados na gestão FHC tinham como objetivo transformar a Amazônia em grandes corredores de exportação de produtos primários como minérios, soja, milho, madeira dentre outros.

Este processo tem se intensificado na atualidade com empreendimentos executados ou planejados ligados à continuação do asfaltamento da BR-163 (Cuiabá – Santarém), entre Cuiabá até Miritituba, visando atender o escoamento de grãos do Mato Grosso para o mercado externo via portos do Pará. Também promoveu a implantação de portos graneleiros às margens do rio Tapajós (Santarém, Miritituba – Itaituba e Santarenzinho – Rurópolis), e o planejamento da construção de hidrelétricas de grande e pequeno porte, construção de ferrovias para transporte de grãos (Ferrogrão) entre Lucas do Rio Verde (MT) e Miritituba (PA). Este conjunto de empreendimentos executados ou planejados ameaçam a qualidade de vida de populações residentes e da existência de várias unidades de conservação implantadas na região.

A Bacia do Rio Tapajós: Um Território em Disputa

A bacia do rio Tapajós é um território em disputa entre dois modelos de uso e ocupação, uma intensa disputa entre *território recurso* e *território abrigo* (SANTOS, 1994). De um lado, temos o uso do *território como recurso*, praticado por grandes empreendimentos econômicos, com a atuação de empresas portuárias, madeireiras, energéticas etc., que promovem um uso corporativo do território sob seu domínio. De outro lado,

temos um uso do *território como abrigo*, usado pelas populações nativas que fazem um uso tradicional da terra, mantendo fortes ligações internas com os territórios ocupados por povos tradicionais originários, ao longo dos séculos.

Na atualidade, na bacia do rio Tapajós assistimos o confronto entre estes dois modelos de uso e ocupação territorial, onde populações tradicionais (índios, quilombolas, pescadores, ribeirinhos etc.) vivem cercados (HÉBETTE, 1991) em seus territórios por modelos de ocupação capitalizados, representados por projetos portuários, energéticos, minerais, pesca comercial, madeiras, dentre outras, implantados por grupos econômicos externos a região. A chegada do estranho (MARTINS, 1993), representado por grupos econômicos de fora da região do Tapajós, tem promovido uma série de transformações no modo tradicional de vida das populações da bacia do rio Tapajós.

Assim, a bacia do rio Tapajós é palco da disputa destes dois modelos de uso e ocupação do território, com fortes conflitos entre atores externos (sojeiros, madeiros, mineradores, operadores portuários, operadores energéticos dentre outros) e os atores sujeitos locais (índios, quilombolas, pescadores, ribeirinhos), que possuem projetos de uso e ocupação a partir de seus modos tradicionais de uso dos recursos.

Esse forte conflito tende a se intensificar com a expansão da fronteira agrícola, logística e energética para a bacia do rio Tapajós. Neste contexto, todavia, assistimos a resistência das populações tradicionais (índios, quilombolas, pescadores, ribeirinhos dentre outros), que habitam a região há séculos e lutam para manterem suas tradições e modos de vida. De outro lado, temos os *territórios recursos* que foram ao longo do tempo sendo ocupados pelo setor ligado ao capital nacional e internacional, que usam o território como mercadoria. Esse processo se intensificou a partir da década de 1970, com a abertura das estradas na região e, conseqüentemente, com a integração ao território nacional, que contribuiu para a abertura de fronteira agrícola na Amazônia tapajônica. Desse modo, assistimos a chegada de novos personagens e interesses capitalizados nos setores da mineração, agricultura de grãos, pecuária, madeira, portos graneleiros, pesca comercial dentre outros.

A chegada destes personagens e interesses capitalizados na região entra em conflitos por territórios que estão ocupados por populações tradicionais da região. Nestes contextos, a bacia do rio Tapajós tornou-se um campo de disputa entre populações tradicionais e atores ligados ao capital nacional e internacional, que têm deslocado seus investimentos para a região em projetos ligados a mineração, hidrelétricas, projetos de agricultura de grãos, projetos de extração de madeira, instalação de portos graneleiros, pesca comercial, entre outros. A instalação deste conjunto de empreendimento tem se tornado uma ameaça à permanência e ao modo de vida das populações tradicionais que residem na bacia do rio Tapajós.

Os Empreendimentos Portuários do Agronegócio Existentes e Planejados no Rio Tapajós que Ameaçam a Qualidade da População Residente e das Unidades de Conservação

“Nós já tivemos muitas ameaças, no caso do garimpo, com ação do mercúrio, nos anos 1980. Matava as árvores, a água ficava branca [...] hoje o que a gente vê é uma ameaça das hidrelétricas, a gente tem exemplo do que aconteceu no Xingu, os povos sendo retirados de suas casas, do seu território [...] outra grande ameaça são as grandes geleiras que existem no Tapajós que vem de fora [...] antes se colocava um espínbel, era rapidinho que pegava peixe, hoje não, coloca noite inteira e não pega nada” (Sérgio Pimentel Vieira, 59 anos, coordenador de campo da Coomflona, 16 nov. 2020).

Ao longo da bacia do rio Tapajós assistimos os conflitos por territórios entre empresas portuárias graneleiras e indígenas, ribeirinhos, pescadores, camponeses e moradores urbanos. Em Santarém, na área do porto da Cargill existe uma disputa entre a empresa e movimentos sociais organizados. Na região do lago do Maicá, também em Santarém, onde as empresas Embraps, Cevital e Ceagro pretendem realizar a instalação de portos graneleiros na área, existe uma disputa envolvendo as empresas, governo municipal, estadual, federal, pescadores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, movimento civil organizado.

Em Santarém temos em funcionamento o porto da Cargill, em Miritituba temos em operação as Estações de Transbordo de Cargas (ETC), das empresas graneleiras Bunge–Amaggi, Cargill, Cianport e Hidrovias do Brasil, além do interesse de outras empresas na instalação de portos em Santarém, Belterra, Miritituba (Itaituba) e Santarenzinho (Rurópolis), conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 1 – Empreendimentos portuários que ameaçam a bacia do rio Tapajós no estado do Pará

Empreendimentos	Descrição das ameaças
Construção de portos graneleiros em Santarém	<ul style="list-style-type: none"> Inauguração em 2003 do porto graneleiro da Cargill em Santarém, na área da praia da Vera Paz. Interesse das empresas Embraps, Ceagro e Cervital na construção de portos graneleiros na região do Maicá em Santarém.
Construção de portos graneleiros em Belterra	<ul style="list-style-type: none"> Desafetação da APA de Aramaná pela prefeitura de Belterra para a construção de portos de exportação em 2017.
Construção de portos graneleiros em Miritituba -Itaituba	<ul style="list-style-type: none"> Inauguração partir de 2014 de quatro Estações de Transbordo de Cargas (ETC) das empresas graneleiras Bunge – Amaggi, Cargill, Cianport e Hidrovias do Brasil. No local também existe uma ETC Flutuante da Bertolini que presta serviços para as empresas graneleira ADM e Glencore.
Construção de portos graneleiros em Santarenzinho – Rurópolis	<ul style="list-style-type: none"> Interesse das empresas Amaggi, Mobile, Cantagalo, Bertolini, Cianport, Bricc, Odebrecht, DSR Paraná, Ipiranga, Júlio Simões e outras 7 empresas em instalar estações de transbordo de cargas em Santarenzinho.

Fonte: SEMAS, 2014. TCN, 2017. Trabalho de campo 2018. Elaboração: Márcio Benassuly, 2020.

Pelos dados apresentados no quadro acima, constatamos que se todos os portos já planejados forem implementados na bacia do rio Tapajós, haverá serias ameaças a qualidade de vida dos sujeitos que têm suas vidas ligadas ao rio, como os ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas que residem próximos aos locais onde se pretende a instalação destes portos.

Os Empreendimentos Hidrelétricos Planejados no Rio Tapajós que Ameaçam a Qualidade de vida da População Residente e das Unidades de Conservação

“No caso das hidrelétricas, além dos impactos ambientais que causam, tem o cultural que as pessoas vão se mudando das comunidades ameaçadas e vai causando este impacto de pesca, a cultura do povo ribeirinho é a pesca e a caça, com isto, é um impacto muito grande” (Sérgio Pimentel Vieira, 59 anos, coordenador de campo da Coomflona, 16 nov. 2020).

A execução das hidrelétricas no rio Tapajós é outra questão que reflete posições divergentes sobre o uso do rio na região. De um lado, temos o governo federal e o setor empresarial nacional que defendem o projeto como de interesse nacional. De outro lado, temos os moradores locais que sofreram os impactos do projeto, a sociedade regional e os movimentos organizados.

A construção de hidrelétricas na bacia do rio Tapajós consta no planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME), como vital para o fornecimento de energia firme para o sistema elétrico nacional, presente no projeto de construção de hidrelétricas denominado de *Complexo Tapajós*, com a previsão da construção de sete usinas planejadas para a bacia do rio Tapajós: São Luiz do Tapajós (8.040 MW), Jatobá (2.338 MW), Chacorão (3.336 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW), Jamaxim (881 MW), Cachoeira do Cai (802 MW) e Jardim do Ouro (227 MW). No município de Rurópolis estão em curso a construção da Usina Hidrelétrica de Águas Lindas (40,00 MW) no rio Cupari Braço Oeste.

Na atualidade está em andamento a construção de várias pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no rio Cupari braço leste em Rurópolis. As PCH planejadas neste rio são: Castanheira (21,00 MW), Carnaúba (11,00 MW), Água Boa (8,50 MW) e Mangaratiba (20,00 MW). No braço oeste deste rio estão planejadas as PCH de: Sapopema (27,00 MW), Candeia (8,00 MW) e Jaborandi (22,00 MW), conforme podemos constatar no quadro seguinte.

Quadro 2 – Empreendimentos hidrelétricos que ameaçam a bacia do Rio Tapajós, no estado do Pará

Empreendimentos	Descrição das ameaças
Construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) no Rio Tapajós	<ul style="list-style-type: none"> • Construção das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós (8.040 MW), Jatobá (2.338 MW) e Chacorão (3.336 MW) • Formação de reservatórios que formaram barragens • Comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas serão afetados pelo empreendimento • A construção das barragens deve alterar o ciclo da enchente e vazante do Rio Tapajós. • A construção da UHE São Luiz afetaria comunidades ribeirinhas e territórios indígenas Munduruku de Pimental, Akaybãe e Remédio. • A construção da UHE Chacorão afetaria as Terras Indígenas Sai Cinta, São Martinho e Boca do Pacu.
Construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) no Rio Jamanxim, afluente do Rio Tapajós.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de construção das hidrelétricas de Cachoeira dos Patos (528 MW), Jamanxim (881 MW), Cachoeira do Cai (802 MW) e Jardim do Ouro (227 MW)
Construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) no Rio Cupari, afluente do Rio Tapajós.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de construção da Usina Hidrelétrica Águas Lindas (40,00 MW) no Rio Cupari Braço Oeste no município de Rurópolis.
Construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Rio Cupari Braço Leste no município de Rurópolis.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de construção das pequenas centrais hidrelétricas de no Rio Cupari braço leste como Castanheira (21,00 MW), Carnaúba (11,00 MW), Água Boa (8,50 MW) e Mangaratiba (20,00 MW)
Construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Rio Cupari Braço Oeste no município de Rurópolis.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de construção das pequenas centrais hidrelétricas no rio Cupari braço Oeste como Sapopema (27,00 MW), Candeia (8,00 MW), Jaborandi (22,00 MW)

Fonte: EPE, 2016, WWW BRASIL, 2016a, Ambientare, 2016b. Elaboração: Márcio Benassuly, 2020.

Os dados acima mostram que a bacia do rio Tapajós se tornou um território para receber grandes empreendimentos energéticos, que tem como objetivo o fornecimento de energia hidrelétrica para o resto do Brasil. Caso se confirme a instalação destes empreendimentos haverá sérias ameaças a qualidade de vida das populações tradicionais que habitam próximas a estes empreendimentos. No estado do Pará os exemplos dos impactos causados pelas usinas hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte deixam o alerta para as populações do Tapajós, para que não se repita aqui o que aconteceu nestas usinas.

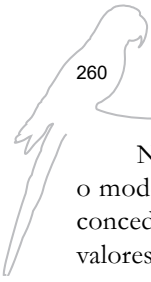
Indústria da Madeira e suas Ameaças a Qualidade de Vida da População Residente e a Integridade das Unidades de Conservação no Baixo Tapajós

“A mudança do povo da Flona na questão do manejo comunitário, a madeira legal, porque, o que a gente vê hoje, a questão que o pessoal aprende a trabalhar, respeitando a floresta, preservando para as futuras gerações, se a gente não cuidar da floresta, a gente não vai ter floresta, se não cuidar do rio, não vai ter água limpa [...] o manejo trouxe muitos benefícios pra gente [...] o manejo não é dos cooperados é das comunidades, o benefício tem que ser para todos” (Sérgio Pimentel Vieira, 59 anos, coordenador de campo da Coomflona, 16 nov. 2020).

A atuação de empresas madeireiras na região é outro tema que divide a população. A região do baixo rio Tapajós faz parte do Distrito Florestal da BR 163, projeto federal que sobrepõe unidades de conservação e outros territórios protegidos na busca pela promoção do emprego, renda e desenvolvimento, com base no uso sustentável dos recursos florestais. Embora existam empreendimentos florestais licenciados e certificados, alguns deles sob administração de comunidades ribeirinhas na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o combate a ilegalidade no setor madeireiro tem sido um dos maiores desafios para os órgãos ambientais nessa região.

O manejo florestal tem por princípio básico a manutenção da capacidade de resiliência da floresta, garantindo sua perpetuidade, para as presentes e futuras gerações, com qualidade similar a floresta originalmente manejada. No entanto, a ilegalidade ameaça não somente a floresta, mas também as populações que se beneficiam diretamente dos serviços ecossistêmicos e produtos florestais. Na maior parte das vezes, madeireiros sem relação com o território invadem áreas públicas ou particulares em busca das espécies mais valiosas, sem qualquer planejamento, preocupados apenas em explorar o máximo da floresta no menor tempo possível.

Desde a década de 1970, a exploração madeireira afeta as comunidades ribeirinhas do rio Tapajós e do rio Arapiuns, sendo que o relacionamento com as empresas nunca resultou em melhores condições de vida para as comunidades diretamente envolvidas. Foram vários anos de exploração predatória dos recursos madeireiros nas áreas localizadas próximas às comunidades de Boim e Tucumatuba, na região do Tapajós, e na comunidade de São Pedro, na região do médio Arapiuns. A pressão das madeireiras sobre os recursos florestais existentes serviu como motivação para que na década de 1980 as comunidades se mobilizassem para defender suas terras e efetuassem a demarcação de uma área de floresta de 13.400 metros, partindo da margem do Rio Tapajós ao Centro da Mata, passando a ser conhecida como área de reserva comunitária. Na região do rio Arapiuns as comunidades também manifestaram resistência à invasão de suas terras pelas madeireiras, organizando-se junto com as comunidades do rio Tapajós. A partir da criação da RESEX, em 1998, as empresas madeireiras que se encontravam na área tiveram suas atividades suspensas (ICMBio, 2014).



Na Floresta Nacional do Tapajós, desde sua criação até o início dos anos 2000, o modelo de concessão que se tentava implementar era o oneroso, pois o governo concede a uma empresa privada o direito de manejar uma área de floresta cobrando valores associados a produção da floresta. Durante muito tempo essa foi uma ameaça que os moradores da Unidade de Conservação precisaram enfrentar. Contudo, após uma longa jornada de mobilizações e negociações com o poder público, em 2003, as representações sociais da região conseguiram o direito de realizar o manejo da floresta de forma que lhes fosse não onerosa e, assim, passaram a exercer este direito até hoje por meio da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COOMFLONA).

Atualmente, a atuação das empresas do setor madeireiro nessas Unidades de Conservação se limita as relações comerciais de compra e venda de madeira e a contratação de serviços e aluguel de máquinas para execução das atividades exploratórias (abertura de estrada, derruba, arraste e movimentação de toras nas trilhas e nos pátios de estocagem). Esta é uma relação que ainda carece de atenção por parte dos atores envolvidos, incluindo as instituições parceiras, para que se monitore potenciais prejuízos financeiros e sociais às comunidades.

As Ações na Bacia do Rio Tapajós que ameaçam o Turismo e as Unidades de Conservação

“Na nossa comunidade ela trabalha com pequenos turismos, com pouca atividade do turismo, mais as ameaças é também se não tiver atrativos, no caso da hidrelétrica, que vai diminuindo a beleza do rio, da praia, ela vai atingir não só o Tapajós como os afluentes, então isto é uma ameaça, porque nós temos que ter tudo natural para o turista” (Sérgio Pimentel Vieira, 59 anos, coordenador de campo da Coomflona, 16 nov. 2020).

O turismo no rio Tapajós tem se desenvolvido, principalmente, a partir de alguns elementos, como a própria questão do interesse mundial pela Amazônia, a paisagem, a biodiversidade e a cultura da região. Assim as viagens turísticas são plenas de sentido humano e realizadas com notável curiosidade e sensibilidade, com o turista e anfitrião largando-se às águas, aos ventos, às terras e aos tempos dos homens, sempre com um olhar atento e coração aberto em meio às comunidades, aos restaurantes, às trilhas, às comunidades e aos cotidianos diversos. O desafio eminente é compatibilizar estas práticas turísticas com os interesses que atingem a complexidade do equilíbrio dos fenômenos naturais, sem esclarecer os nexos existentes entre as atividades que destroem a natureza e a vida social, entre a necessidade de conservação dos espaços e estilos de vida que afetam a própria natureza.

Em muitos lugares da bacia do Tapajós o desmatamento avança, assoreamento de leitos de rios, para fins de plantios de monoculturas de soja, para atividade de garimpo com intenso uso de mercúrio, madeireiros “legais e ilegais”, e mega projetos de hidrelétricas com forte lobby de velhas construtoras a serviço da oligarquia e esquemas fraudulentos associados a financiamentos de campanhas eleitorais. Esses são, de forma geral, uma listagem de ameaças que podem ser facilmente comprovadas

seus efeitos em fartos materiais disponíveis nas redes e canais sociais. Mesmo à margem das políticas públicas e dos grandes projetos de “desenvolvimento” promovidos pelo governo federal, as populações humanas continuam sabiamente produzindo seus cotidianos e vivendo a dádiva da floresta, que produz e renova a vida em sua plenitude, mas que são extremamente afetadas pela exploração desordenada destes recursos que, além de envenenarem de forma silenciosa, destroem de forma efetiva os estilo de vida, de produção, ameaçando à integração cultural existente ao longo do rio há milhares de anos, como os Rios Tapajós, Arapiuns e Amazonas.

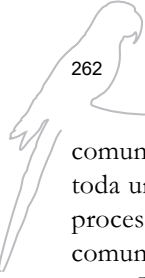
O modelo de conservação adotado até agora na Amazônia brasileira foi baseado na implantação de áreas protegidas que, na prática, mostrou-se insuficiente para garantir a sobrevivência das espécies e minimizar os impactos da ação humana sobre o bioma. Considerando as inúmeras alterações nas leis e ações de lobbys que seguem a lógica de favorecimento político e econômico em detrimento do social, cultural, ambiental, e até espiritual, não se desenvolve as condições locais, tanto de infraestrutura, quanto educacional, ameaçando o turismo como grande potencialidade de geração de renda da região do Tapajós. As unidades de conservação existentes tornam-se frequentemente “ilhas biológicas” isoladas e sofrem impactos das atividades urbanas e rurais, assim como da utilização predatória dos recursos naturais. As populações são vistas como ameaças por algumas instituições que se aparelham militarmente, sendo mais um problema do que solução, por considerarem as áreas protegidas como obstáculos ao desenvolvimento. Por isso, o modelo das ilhas biológicas deu lugar a um novo conceito de conservação que se baseia em corredores ecológicos (PPG7, 2002).

Na região do Tapajós destacam-se quatro unidades de proteção ambiental: o Parque Nacional da Amazônia (Parna Amazônia), a Floresta Nacional do Tapajós (Flona do Tapajós), a Reserva Extrativista do Arapiuns (Resex Tapajós-Arapiuns), e, na região de Alter do Chão, foi criada uma Área de Proteção Ambiental (APA), em 2003. No entanto, dezessete anos após a criação da APA, ela ainda não tem seu plano de manejo elaborado, aprovado e implementado.

Tendo Alter do Chão como o lugar de encontro para um mundo eminentemente Amazônico, vivencia-se anualmente festa do Çairé, como folião e lugar de encontro entre o passado, o presente e o futuro da própria Vila e da região do Tapajós. Na festa, os atores vivem os elos com uma ancestralidade que compõem os entes que dão vida às formas relacionais da mais antigas e misteriosas da amazônica.

A Vila de Alter do Chão localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas, a qual congrega municípios com fortes tradições amazônicas, mas que estão sofrendo um intenso processo de degradação ambiental, cultural e humana. Essa região é formada sob influência direta de três corredores que convergem para Santarém, cidade sede do Polo: o Médio e o Baixo rio Amazonas; o Rio Tapajós; o Rio Arapiuns, e partes das rodovias Transamazônica e da BR-163.

A população existente na Floresta Nacional do Tapajós e no seu entorno é composta basicamente de três populações distintas: indígenas, caboclos/ribeirinhos e colonos/migrantes. Os caboclos/ribeirinhos são populações que moram dentro da Floresta Nacional do Tapajós, à margem direita do Rio Tapajós, e compreendem



comunidades indígenas e ribeirinhas. Os descendentes diretos dos índios preservam toda uma cultura tradicional de manejo, herdada ao longo das gerações, e fruto dos processos relacionais cotidianos com a floresta. Os indígenas se concentram em três comunidades cujos territórios encontram sobrepostos a Flona do Tapajós.

O projeto “Floresta Modelo Amazonas Tapajós”, é uma importante iniciativa que vem sendo liderada pelo Serviço Florestal Brasileiro para toda esta área. Além de seus conceitos, em que há conexão com os estudos das populações tradicionais, e de vários outros conceitos pertinentes, com grande debate sobre os significados de populações nativas, tribais e indígenas.

Considerações Finais

O território da bacia do rio Tapajós, ao longo das últimas décadas, vem se consolidando como espaço privilegiado para a construção e planejamento de grandes empreendimentos públicos e privados, como usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, portos graneleiros, projetos de mineração, pavimentação de rodovias e construção de ferrovias. Todos estes empreendimentos executados, ou em planejamento, não criaram condições formais para a efetiva participação das populações tradicionais na região na formulação, implementação e execução destes projetos, tendo como consequência uma série de impactos de diferentes sentidos, como o ambiental, o cultural, o econômico e o social.

O rio Tapajós vem se consolidando como “corredor de soja”, por onde transitam durante o ano grandes barcaças de grãos com destinos aos portos de Itaituba e Santarém. A instalação de grandes portos graneleiros em Santarém e Miritituba tem ocasionado uma série de ameaças às populações tradicionais da região, principalmente, aos ribeirinhos, pescadores e indígenas que residem próximos a estes empreendimentos.

Outros empreendimentos em fase de planejamento como usinas hidrelétricas em Itaituba, pequenas centrais hidrelétricas em Rurópolis, portos graneleiros em Itaituba, Rurópolis e Santarém, e a ferrovia conhecida como Ferrogrão ligando Lucas do Rio Verde (MT) a Miritituba (PA), são ameaças concretas a bacia do rio Tapajós caso as populações tradicionais não sejam ouvidas em suas demandas por seus territórios. É preciso ouvir as populações tradicionais da região para evitar erros do passado, causados com a implantação de grandes empreendimentos na região do rio que nos une, como no caso do rio Tapajós.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.). **Ocekadi**: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós. Brasília: International Rivers Brasil, 2016. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/ocekadi-hidreletricas-conflitos-socioambientais-e-resistencia-na-bacia-do-tapajos/>. Acesso em: 25 set. 2020.

AMBIENTARE. **Relatório de impacto ambiental do complexo hidrelétrico Cupari Braço Oeste e linhas de transmissão associadas**. Brasília, jan. 2016a. Disponível em: https://www.ambientare.com.br/sites/default/files/pdf-publicacoes/rima_complexo_hidreletrico_cupari_braco_oeste_e_linhas_de_transmissoes_associadas.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

AMBIENTARE. **Relatório de impacto ambiental do complexo hidrelétrico Cupari Braço Leste e linhas de transmissão associadas**. Brasília, jun. 2016b. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/RIMA_CUPARI_BRACO_LESTE_16082016.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p382>. Acesso em: 25 set. 2020.

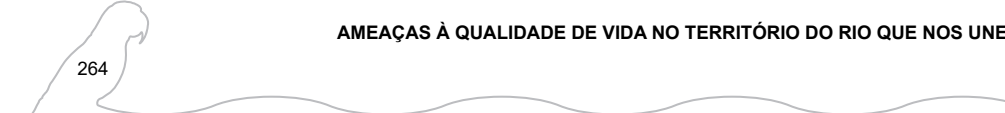
FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém**: momentos históricos. Gráfica e Editora GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS. Avaliação ambiental integrada da bacia do Tapajós. Local, abr. 2014. Disponível em: <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/estudos/tapajos1.pdf>

HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: Fase, 1991.

ICMBio. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns** Volume I – Diagnóstico. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2045-resex-tapajos-arapiuns>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 15-20.



TCN. THE NATURE CONSERVANCY. **Tapajós 3D**: atores econômicos atuantes na bacia e potencial aplicação do Blueprint. São Paulo, 2018. Disponível em: https://cms.santander.com.br/sites/WPS/documentos/arq-sustentabilidade-noticias-prensa-vi-sao-listadownload--4/19-01-07_170217_tapajos+fase+2.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

TERRA DE DIREITOS. **A história do cerco à Amazônia**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-historia-do-cerco-a-amazonia/23353>

WWF BRASIL. **Uma visão de conservação para a bacia do rio Tapajós**. Brasília, 2016. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_brasil_tapajos_uma_visao_de_conservacao_25abr2016_port_web.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

FINALIZANDO UMA OBRA EM CONSTRUÇÃO

E se...? E se não existem pessoas na Floresta Nacional do Tapajós? E se ao invés de uma Reserva Extrativista, a região fosse despovoada e o governo criasse no local a Estação Ecológica Tapajós-Arapiuns? Será que estaríamos aqui apresentando um livro com tanto conhecimento tradicional associado a este “pedaço” do Brasil? Será que teríamos tantos pesquisadores trabalhando na região? Será? Nunca saberemos!

Mas, ao longo da leitura deste livro, você passou a compreender, sob a percepção de pesquisadores, gestores e moradores do território, porque estas Unidades de Conservação são tão relevantes para a política nacional de conservação da biodiversidade.

O território abrangido pela Floresta Nacional do Tapajós e pela Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns é uma amostra do que representa toda a complexidade da gestão territorial e a compatibilização dos interesses econômicos com a necessidade de conservação dos recursos naturais e dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e indígenas.

A história e a política de ocupação da região, a atuação de diversas instituições governamentais e não governamentais, cada uma com seus objetivos e estratégias, nem sempre convergentes com os interesses da população local, e, principalmente, o fortalecimento dos arranjos locais de representação social fazem destas Unidades de Conservação, referências na luta pelos direitos dos povos que vivem, dependem e valorizam a floresta, bem como os modelos de uso sustentável dos recursos naturais, pautado e conduzido por estas populações.

Este livro demonstra que a Floresta Nacional e a Reserva Extrativista apresentadas neste livro, não são “apenas” mais duas áreas protegidas na Amazônia. São territórios devidamente reconhecidos como de posse e uso de populações tradicionais e indígenas, portanto, são o que são porque há uma luta histórica pela intrínseca relação entre o território do “rio que nos une” e as pessoas que o habitam, sendo que um na ausência do outro perde parte de seu significado.

Mas a conclusão deste livro, não finaliza esta história, tampouco encerra esta obra, apenas celebra as conquistas históricas e os avanços socioambientais da trajetória dessas populações e sinaliza para um futuro que será construído pautado na diversidade.

Saudações Amazônicas!

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade⁶
Jackeline Nóbrega Spínola⁷

6 Analista Ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.

7 Analista Ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultores 38, 39, 44, 108, 139

Agroindústria 85, 139, 178, 228

Amazônia 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 61, 62, 78, 83, 90, 91, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 119, 121, 130, 132, 148, 149, 150, 157, 159, 160, 166, 171, 172, 178, 179, 183, 188, 190, 191, 193, 205, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 250, 251, 253, 254, 255, 260, 261, 263, 264, 265, 271, 273, 275

Artesanato 18, 27, 39, 87, 88, 112, 178, 179, 180, 197, 199, 206, 227

Associativismo 17, 39, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120

B

Biodiversidade 5, 17, 24, 25, 31, 34, 66, 77, 78, 81, 94, 105, 106, 119, 127, 157, 172, 178, 184, 189, 190, 193, 195, 200, 203, 220, 260, 265, 272, 273, 274

C

Caça 18, 183, 205, 206, 228, 254, 257

CCDRU 24, 27, 36, 67, 73, 74, 84, 86, 98, 110, 127

Coletividade 23, 42, 66, 110, 124

Colonização 25, 50, 52, 57, 82, 87, 98, 134, 166, 197, 237, 243, 249, 254, 275

Comercialização 22, 27, 39, 45, 84, 88, 98, 111, 112, 114, 116, 117, 119, 136, 138, 139, 140, 159, 160, 163, 169, 172, 173, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 188, 191, 192, 211, 212

Conservação da natureza 23, 30, 40, 74, 77, 90, 105, 157, 200, 201, 202

Cooperativa 18, 25, 27, 35, 80, 84, 85, 87, 88, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 139, 147, 149, 153, 155, 156, 161, 164, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 177, 179, 189, 197, 199, 200, 210, 222, 226, 227, 232, 260, 271, 272

Cooperativismo 17, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 161, 169

Cultura 23, 38, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 66, 67, 108, 109, 139, 172, 179, 187, 193, 195, 201, 224, 237, 244, 257, 260, 262

E

Economia 38, 52, 142, 144, 188, 191, 200, 203, 206, 215, 223, 228, 232, 234
 Empreendimentos 59, 112, 168, 169, 170, 199, 254, 256, 257, 258, 259, 262, 263
 Extrativismo 18, 34, 39, 41, 75, 131, 139, 171, 172, 178, 183, 228, 254

F

Farinha 18, 187, 188, 199, 200, 206, 222, 229
 Fauna 59, 65, 184, 199, 213
 Fiscalização 72, 133, 144, 147, 148, 163, 206, 208, 212
 Floresta Nacional do Tapajós 3, 5, 15, 21, 28, 30, 31, 36, 40, 42, 46, 47, 53, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 79, 90, 91, 94, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 126, 131, 139, 140, 141, 142, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 175, 176, 189, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 202, 203, 206, 211, 212, 215, 216, 253, 259, 260, 261, 262, 265, 271, 272

G

Graneleiros 254, 255, 256, 262

I

Igarapé 199, 209, 211, 238
 Índio 17, 52, 61, 85, 128, 238
 Institucionalização 42, 68, 83, 85, 96, 99, 118
 Instituto Chico Mendes 5, 17, 24, 31, 34, 66, 77, 78, 81, 105, 127, 157, 189, 190, 203, 271, 272, 273, 274

M

Madeira 26, 35, 39, 41, 82, 87, 111, 116, 117, 148, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 169, 171, 188, 207, 210, 225, 227, 254, 255, 259, 260
 Madeiras 26, 42, 54, 55, 59, 107, 108, 149, 150, 161, 162, 254, 255, 259, 260
 Mandioca 88, 132, 139, 167, 187, 206, 222, 242
 Manejo Florestal 11, 17, 22, 24, 25, 34, 39, 41, 43, 46, 71, 72, 74, 78, 81, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 103, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 188, 200, 206, 214, 222, 223, 225, 259

Meio ambiente 5, 17, 23, 24, 31, 36, 38, 39, 45, 46, 54, 66, 77, 83, 84, 90, 91, 96, 98, 105, 113, 124, 127, 131, 135, 149, 157, 178, 190, 191, 192, 195, 202, 203, 215, 227, 239, 271

N

Nativos 50, 58, 109, 237, 248

P

Participação social 67, 68, 70, 71, 76, 79, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 104, 112, 133

Pescadores 35, 36, 44, 83, 98, 113, 139, 147, 206, 207, 208, 212, 216, 255, 256, 257, 262

Pesqueiros 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213

Povos indígenas 23, 31, 40, 44, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 100, 103, 109, 128

Preservação 15, 17, 38, 41, 59, 72, 73, 79, 85, 88, 127, 132, 231, 237

Produtos florestais não madeireiros 18, 171, 172, 177, 178, 191, 192

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 24, 37, 38, 43, 44, 73, 79, 107, 114, 118, 119, 120, 124, 135, 161, 170, 172, 178, 195, 217, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 253, 254, 257, 258, 259

Quilombolas 59, 140, 253, 255, 256, 257

R

Recursos naturais 17, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 37, 38, 40, 41, 45, 46, 47, 54, 55, 67, 70, 72, 73, 75, 77, 80, 89, 91, 94, 95, 98, 103, 105, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 149, 161, 162, 165, 171, 172, 178, 191, 200, 203, 205, 212, 214, 215, 261, 265

Reforma agrária 25, 27, 41, 87, 98, 134, 136, 142, 143, 197, 233, 234, 275

Representatividade 36, 100, 103, 104, 115

Reserva Extrativista Tapajós 3, 5, 15, 21, 27, 28, 31, 43, 46, 47, 54, 65, 67, 68, 74, 78, 79, 86, 90, 94, 98, 99, 105, 108, 110, 121, 125, 126, 131, 141, 142, 144, 159, 161, 162, 165, 166, 178, 181, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 210, 213, 216, 231, 232, 234, 259, 263, 265, 271, 272

S

Seringueiros 23, 35, 36, 41, 46, 83, 113, 147, 190

Sociobiodiversidade 41, 139, 184, 201

Sustentabilidade 45, 73, 94, 117, 119, 120, 150, 170, 178, 190, 212, 234

T

Tapajós 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 271, 272, 274

Turismo de base comunitária 18, 25, 75, 112, 195, 197, 198, 200, 201, 203

U

Unidades de conservação 15, 17, 21, 22, 23, 27, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 42, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 90, 91, 93, 94, 101, 102, 105, 106, 114, 125, 127, 131, 135, 142, 144, 147, 148, 157, 159, 160, 169, 171, 172, 183, 184, 188, 190, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 212, 219, 220, 231, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 265

V

Valorização 41, 43, 55, 59, 60, 96, 119, 156, 195, 200, 201

Violência 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 133

Z

Zoneamento 70, 71, 72, 73, 161, 162, 165, 183, 216

SOBRE OS AUTORES

Alcilene Magalhães Cardoso

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Santarém, Pará. alcilene@ipam.org.br.

Ana Carolina Vitorio Arantes

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. anacv.arantes@gmail.com

Andrea Araújo da Silva

Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. Santarém, Pará. florestalandrea@gmail.com

Ângelo Ricardo Sousa Chaves

Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós, Santarém, Pará. achaves.natural@gmail.com

Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. anne.mota@ufopa.edu.br

Antonio Jose Mota Bentes

Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente. Santarém, Pará. antonio-nonai@gmail.com

Arimar Feitosa

Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós. Santarém, Pará. arimarcouro@yahoo.com.br

Auricelia dos Anjos

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. auriceliaanjo@hotmail.com

Biane Silva Pontes

Engenheira Florestal, Santarém, Pará. bibianepontes@gmail.com

Bruna Vaz

Doutoranda em história pela Universidade Federal do Pará. Santarém, Pará. brunastm@hotmail.com

Bruno Delano Chaves do Nascimento

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. bruno.nascimento@icmbio.gov.br

Caetano Scannavino

Projeto Saúde e Alegria (PSA). Santarém, Pará. caetano@saudeealegria.org.br

Carlos Richelle Braga

Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós. Santarém, Pará. richelleflorestal@hotmail.com

Cleide da Silva Basgal

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. cleidybasgal@hotmail.com

Cleiton Adriano Signor

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. cleiton.signor@icmbio.gov.br

Danielle Wagner Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. danicawagner@yahoo.com.br

Danielly Caroline Mileo Gonçalves

Núcleo de Divisão de Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Santarém. Santarém, Pará. daniellycmg@gmail.com

Dárlison Fernandes Carvalho de Andrade

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. darlison.andrade@icmbio.gov.br

Dinael dos Anjos

Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, Santarém, Pará. dinaelarapiuns@gmail.com

Ellen Priscila Farias de Freitas

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará.

Everton Cristo de Almeida

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. everton.almeida@ufopa.edu.br

Fabio Pena

Projeto Saúde Alegria-PSA. Santarém, Pará.

Florêncio Almeida Vaz Filho

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. florencio.vaz@ufopa.edu.br

George Henrique Rebêlo

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas. jacarebelo@gmail.com

Glez Rodrigues Freitas Bentes

Grupo de Defesa da Amazônia. Santarém, Pará. freitasglez@gmail.com

Helionora da Silva Alves

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. helionora.alves@ufopa.edu.br

Iani Dias Lauer Leite

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. iani.leite@ufopa.edu.br

Jackeline Nóbrega-Spinola

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. jackeline.nobrega@icmbio.gov.br

Jackson Rêgo Matos

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. jacksonregomatos@gmail.com

Jean Matheus Souto de Miranda

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. jeansoutomiranda@gmail.com

João Ricardo Vasconcellos Gama

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. jrvgama@gmail.com

José Risonei Assis Silva

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. jose-ri-soni.silva@icmbio.gov.br

Josele Trindade da Silva

Unyleya Educacional. Altamira, Pará. josele.trindade@outlook.com

Judith Costa Vieira

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. judivieira@gmail.com

Jurandy Batista Dantas

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. jurandidantas@yahoo.com.br

Karla Mayara Almada Gomes

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. karlamayaralmada@gmail.com

Luanna Cardoso Oliveira

Indígena Arapiun da aldeia Nova Vista (Resex Tapajós-Arapiuns), Santarém, Pará.

Luciana Karla Valéria dos Santos Sousa

Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA. Santarém, Pará.

Luciano Jensen

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. luciano.vaz@ufopa.edu.br

Luiz Felipe Rêgo Magalhães

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. felipe.rm17@gmail.com

Marcelo Moraes de Andrade

Consultor em Gestão e Desenvolvimento Socioambiental. Santarém, Pará. mllblues@yahoo.com.br

Márcio Júnior Benassuly Barros

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. marcgeo2000@yahoo.com.br

Maria da Luz Farias

Conservação Internacional – Brasil. Santarém, Pará. ecofarias@hotmail.com

Maria Jocileia Soares da Silva

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. jocileia.silva@icmbio.gov.br

Mauricio Mazzotti Santamaria

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Santarém, Pará. mauricio.santamaria@icmbio.gov.br

Michelle Midori Sena Fugimura

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. michelle.fugimura@ufopa.edu.br

Raimundo Abimael Ferreira dos Santos

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará.

Rosimary de Souza Cruz

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará.

Rubens Elias da Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. hellazer09@gmail.com

Rubens França

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Santarém, Pará. rubens.francois@sta.incra.gov.br

Sandra Maria Sousa da Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA. Santarém, Pará.

Sebastião Diego Cardoso dos Santos

Secretaria Municipal de Educação. Santarém, Pará. s_diego_stm@hotmail.com

Thiago Almeida Vieira

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. thiago.vieira@ufopa.edu.br

Tony Marcos Porto Braga

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. tony.braga@gmail.com

Valeria Maria Bentes Ferreira

Membro da diretoria do Grupo de Defesa da Amazônia. Santarém, Pará. gdacida@gmail.com

Veraneize dos Anjos

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Santarém, Pará. vsdanjos@yahoo.com.br

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará. zildagama@yahoo.com.br

SOBRE O LIVRO

Tiragem: Digital

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Garamond 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5